

ORGANIZADORES

Ana Lúcia Monteiro de Sousa

Leila Cássia Picon Follmann

Ricardo Alberti

POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO PARA O RURAL BRASILEIRO

mudanças climáticas
e desafios para a reconstrução

5º Colóquio de Extensão
e Desenvolvimento Rural



ORGANIZADORES

Ana Lúcia Monteiro de Sousa

Leila Cássia Picon Follmann

Ricardo Alberti

POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO PARA O RURAL BRASILEIRO

mudanças climáticas
e desafios para a reconstrução

5º Colóquio de Extensão
e Desenvolvimento Rural



2025
São Paulo

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P769

Políticas Públicas e Inovação Para o Rural Brasileiro:
mudanças climáticas e desafios para a reconstrução
- 5º Colóquio de Extensão e Desenvolvimento Rural /
Organização Ana Lúcia Monteiro de Sousa, Leila Cássia
Picon Follmann, Ricardo Alberti. – São Paulo: Pimenta
Cultural, 2025.

Colóquio do Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural. Volume 2

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-314-1

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-314-1

1. Desenvolvimento Rural. 2. Políticas Públicas.
3. Agroecologia. 4. Extensão Rural. 5. Mercados Alimentares.
I. Sousa, Ana Lúcia Monteiro de (Org.). II. Follmann, Leila
Cássia Picon (Org.). III. Alberti, Ricardo (Org.). IV. Título.

CDD: 343.74

Índice para catálogo sistemático:

I. Políticas Públicas

II. Desenvolvimento Rural

Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<<https://creativecommons.org/licenses/>>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patrícia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patrícia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Sveta Pyatigorskaya - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Agenda One Compressed, Belarius Serif
Revisão	Os autores e os organizadores
Organizadores	Ana Lúcia Monteiro de Sousa Leila Cássia Picon Follmann Ricardo Alberti

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos

e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del México, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

PREFÁCIO

Em 2023 havia duas urgências para as quais o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural se propôs a pensar em seu 5º Colóquio de Extensão Rural e Desenvolvimento. Duas urgências temáticas que tem vários pontos de contato, seja por suas causas, seja por seus efeitos. Uma delas foi o da mudança climática, que já passou do ponto de alerta da comunidade científica para que se viva sem suas graves consequências. O outro, a necessidade de reconstrução não apenas de políticas públicas estatais, mas das capacidades estatais para a elaboração daquelas, destruídas em anos anteriores por governos que associavam o negacionismo de todo o tipo e o ultraliberalismo.

A temática das mudanças climáticas é urgente, pois deixou de ser hipótese tratada apenas por especialistas do assunto. Todos já sentimos essas alterações no clima, que ameaça a sobrevivência da nossa espécie; pelo menos do modo como a conhecemos atualmente. Segundo o sexto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o aquecimento global induzido pela humanidade já está em 1,1°C, provocando aumento de eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e tempestades. Se a temperatura continuar subindo a 2° ou 3°C podemos atingir pontos de agravamento do sistema que ocasionam ainda mais aquecimento, como o derretimento do permafrost ou perda de florestas, provocando alterações irreversíveis em tudo como o conhecemos até agora: aumento do nível do mar em vários metros, transformação da amazônia em savana, tempestades e aumento das chuvas no sul e secas extremas no restante do país, etc.

Já a temática da reconstrução das capacidades do Estado brasileiro em responder com ações aos múltiplos desafios, tanto



relacionados às mudanças climáticas, quanto no que diz respeito a outros âmbitos do bem-estar da população, se impôs à reflexão por necessidade da realidade. Não há como pensar, por exemplo, que a maior parte dos estabelecimentos rurais possam ter acesso à política de extensão rural sem a presença do Estado. Na verdade, o simples diagnóstico de que há múltiplos desafios a serem enfrentados pelo Estado encerra um concepção que é oposta ao negacionismo que caracterizou o período anterior. É tanto um delírio negar a ciência, quanto achar que o *laissez-faire* do mercado vai resolver para melhor as condições de vida do conjunto da população.

Com essa perspectiva que a temática do 5º Colóquio de Extensão e Desenvolvimento Rural foi “Políticas Públicas e Inovação para o Rural Brasileiro: mudanças climáticas e desafios para a reconstrução”. Os artigos que seguem neste livro objetivam essas temáticas por meio de várias perspectivas. O que o/a leitor/a tem em mãos é uma pequena contribuição do que o nosso programa tem tentado proporcionar em termos de demonstração científica e de reflexão.

Desejo a todos/as uma ótima leitura.

Marcos Botton Piccin



SUMÁRIO

Apresentação	17
---------------------------	-----------

GRUPO DE TRABALHO 1

DINÂMICAS ECONÔMICAS E ORGANIZACIONAIS NA AGRICULTURA	18
--	-----------

CAPÍTULO 1

*Caroline Maria Maffini
Dionathan Willian Lujan
Alessandra Matte*

Mercados agroalimentares acessados pela agricultura familiar:

uma análise cienciométrica dos estudos rurais

Agro-food markets accessed by family farmers:

*a scientometric analysis of rural studies.....***19**

CAPÍTULO 2

*Eduardo Pauli
Patricia Pauli
Andressa Preto de Moura
Tatielen Preto de Moura*

Importância da diversidade nas práticas da agricultura familiar

*Importance of diversity in family farming practices***34**

CAPÍTULO 3

Elenice Dias dos Santos Paraiba

Aline Prestes Roque

Camila Nemitz de Oliveira Saraiva

Flávia de Araújo Pedron

**A importância dos *chefs* de cozinha
na promoção e uso de alimentos orgânicos**

The importance of chefs in the promotion and use of organic food..... 47

CAPÍTULO 4

Georgia Gabriela Bertoldo

Jamison Pinheiro Ribeiro

Helena Silva Oliveira

Marcos Vinicius Lazzaretti

**Um olhar sobre a agricultura familiar
e sua resiliência frente ao mundo rural**

A look at family farming and its resilience in the rural world.....63

CAPÍTULO 5

Hector dos Santos Facco

Igor Binotto Benetti

Agricultura familiar e trabalho no Brasil:

uma revisão sistemática de literatura

Work and family farming in Brazil:

a systematic literature review78

CAPÍTULO 6

Renata Piecha

Maria Catarina Chitolina Zanini

**As dimensões do cuidado nas memórias
e práticas de mulheres camponesas
em Rincão Dos Alves (RS)**

The dimensions of care in the memories and practices

of peasant women in Rincão Dos Alves (RS)95

CAPÍTULO 7

Vinícius de Jesus Ferreira

Vitor Kochhann Reisdorfer

Agricultura familiar e cooperativismo:

reflexões sobre o estudo de dois estados brasileiro

Family farming and cooperativism:

reflections on the study of two brazilian states 107

GRUPO DE TRABALHO 2

PROCESSOS DE INOVAÇÃO

SOCIOTECNOLÓGICA

E AÇÃO EXTENSIONISTA 122

CAPÍTULO 8

Eduardo Moro Villas Boas

Keila Cássia Santos Araújo Lopes

Paulo Rogério Lopes

Extensão rural agroecológica:

aproximações entre estudantes da UFPR litoral com a
comunidade do Assentamento Agroflorestal José Lutzenberger

*Agroecological rural extension: connections between
students of UFPR litoral and the José Lutzenberger*

Agroforestry Settlement Community 123

CAPÍTULO 9

Jaime Rodrigo da Silva Miranda

**Alterações da paisagem frente à tradição
da pecuária familiar em Caçapava do Sul-RS**

Changes in the landscape in face of the tradition of family

livestock farming in Caçapava do Sul-RS 138

CAPÍTULO 10

Jéssica Righi de Oliveira

Rayan Scariot Vargas

Maria Claudia Dussi

Liliana Beatriz Flores

Inovação para a extensão rural participativa:

as potencialidades do lume como ferramenta de promoção
de práticas agrícolas sustentáveis

*Innovation for participatory rural extension: the potential
of lume as a tool for promoting sustainable agricultural practices* 154

CAPÍTULO 11

Juliana de Almeida Costa

**Educação popular em saúde
na extensão rural:**

relato de uma experiência dialógica

*Popular health education in rural extension:
report of a dialogic experience* 172

CAPÍTULO 12

Lucas Moretz-Sohn D. Vieira

Hector dos Santos Facco

**Os desafios da ação extensionista no
contexto de comunidades quilombolas:**

visando a inclusão produtiva e o desenvolvimento rural sustentável

*The challenges of extensionist action in the context of
quilombolas communities: aiming for productive inclusion
and sustainable rural development* 186

CAPÍTULO 13

Mauricio Machado Sena

Gisele Martins Guimarães

Crise climática e inovação socioecológica:

uma análise sobre as iniciativas locais

*Climate crisis and socioecological innovation:
an analysis of local initiatives* 200

CAPÍTULO 14

Roselaine Tereza Piber

Nayibel De Los Angeles Garcia Siso

**O novo extensionista
e os sistemas de inovação agrícola:**

enfoque na extensão rural sensível à nutrição

The new extensionist and agricultural innovation systems:

focus on nutrition-sensitive rural extension 214

CAPÍTULO 15

Vanessa Lazzaretti Picolotto

Juventude rural e tecnologias digitais:

uma revisão de literatura

Rural youth and digital technologies:

literature review 226

GRUPO DE TRABALHO 3

DINÂMICAS

SOCIOAMBIENTAIS E ESTRATÉGIAS

DE DESENVOLVIMENTO RURAL..... 242

CAPÍTULO 16

Aniele Silveira Anklam

Ana Luisa Kirsten da Silva

Leticia Pezenti

Caminhos aromáticos:

como as abelhas, o mel e a indicação geográfica se
entrelaçam para promover a sustentabilidade ambiental

Aromatic pathways: how bees, honey and geographical

indication interweave to promote environmental sustainability..... 243

CAPÍTULO 17

Carla Lisiane Ibaldi Carabajal

Paulo Roberto Cardoso da Silveira

**O protagonismo das mulheres rurais
e o aumento da participação
na agricultura familiar:**

um estudo de caso

The protagonism of rural women and the increase

in participation in family farming: a case study 258

CAPÍTULO 18

Marcos Vinicius Lazzaretti

Helena Silva Oliveira

Jeorgia Gabriela Bertoldo

Jamison Pinheiro Ribeiro

Educação como permanência:

a importância de um ensino técnico na sucessão familiar

Education as permanence: the importance of technical

education in family succession 272

CAPÍTULO 19

Leila Cassia Picon Follmann

O valor da polinização das abelhas

para a produção de alimentos no Brasil

The value of bees pollination for food production in Brazil 288

CAPÍTULO 20

Mateus Fernandes Barbosa das Neves

João Roberto Pereira dos Santos

Ana Lúcia Monteiro de Sousa

Ricardo Alberti

Explorando a diversidade de produtos

da feira agroecológica da ACB - Crato - CE

Exploring food diversity in family farming

at the ACB agroecological fair, Crato - CE 303

CAPÍTULO 21

Ricardo Alberti

Luana Fernandes Melo

Ana Lúcia Monteiro de Sousa

**Desafios das famílias oriundas
da reforma agrária:**

uma análise através do modelo de equilíbrio
especificamente a dimensão comportamental de Havens
(1982) sob a perspectiva territorial do desenvolvimento

*Challenges of families arising from agrarian reform:
an analysis through the balance model specifically
the behavioral dimension of Havens (1982)*

from the territorial perspective of development 315

CAPÍTULO 22

Rodrigo Berttoni Cidade

**Sistematização de experiência
nos assentamentos de tupanciretã:**

sistematização de experiência como meta
para os núcleos operacionais

Systematization of experience in the tupanciretã settlements:

systematization of experience as a goal for the operational centers 332

Sobre os autores e as autoras 347

Índice remissivo 356

APRESENTAÇÃO

A reconstrução do projeto de desenvolvimento do rural brasileiro carece de reflexão sobre as institucionalidades e atores inseridos em processos complexos e dinâmicos que foram desmobilizados na última década. Este livro oferece o esforço de dezenas de autores e autoras sobre esse momento, buscando compreender os atuais desafios do desenvolvimento rural brasileiro e de sua reconstrução a partir da reconstrução do Estado.

Como forma de reposicionar o debate do desenvolvimento rural nas diversas emergências que estamos vivendo - climática, ambiental, política e alimentar, o livro traz reflexões sobre o conjunto de abordagens tão emergentes na contemporaneidade. Sob uma diversidade de olhares, autores e autoras convidam a sociedade a refletir sobre o desenvolvimento rural, as políticas públicas para o campo e o papel do estado brasileiro numa perspectiva de reconstrução em todas as suas dimensões. Esta obra é composta por inúmeras pesquisas científicas que buscam apresentar estudos relacionados à agricultura familiar, extensão rural, inovação sociotécnica, mercados agroalimentares e sociologia do desenvolvimento rural. Nesse sentido, essa obra compõe o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A obra é parte da edição que foi realizada em 2023 e ficou denominada 5º Colóquio Extensão e Desenvolvimento Rural - políticas públicas e inovação para o rural brasileiro: mudanças climáticas e desafios para a reconstrução.

Boa leitura!

Grupo de trabalho

1

**DINÂMICAS ECONÔMICAS
E ORGANIZACIONAIS
NA AGRICULTURA**

1

*Caroline Maria Maffini
Dionathan Willian Lujan
Alessandra Matte*

MERCADOS AGROALIMENTARES ACESSADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR:

UMA ANÁLISE CIENCIOMÉTRICA DOS ESTUDOS RURAIS

***AGRO-FOOD MARKETS ACCESSED
BY FAMILY FARMERS:***

A SCIENTOMETRIC ANALYSIS OF RURAL STUDIES

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-314-1.1

SUMÁRIO

RESUMO

Mercados são instituições, que possuem regras e normas formais e atores sociais. Para a agricultura familiar, que comumente não se enquadra no mercado de commodities, surgem nichos específicos. Para a criação de mercados voltados para a agricultura familiar, vê-se a importância dos estudos rurais, que são de grande valia para entender o meio rural e a complexidade dos mercados. Sabendo da importância dos estudos rurais para a criação de políticas voltadas a este meio, o objetivo geral do presente estudo foi realizar uma análise cienciométrica, visando quantificar e analisar artigos publicados que, por meio dos anos, tenham abordado os mercados para a agricultura familiar. A base de dados utilizada foi a Web Of Science, foram considerados artigos publicados entre 1993 e 2024. Com a análise dos dados, notou-se que o país que mais publica sobre este tema é o Brasil e que os estudos rurais sobre mercados podem ser mais explorados pelos pesquisadores.

Palavras-chave: mercado local; produção de alimento; cadeia curta de comercialização; PNAE; mercado de nicho.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

Markets are institutions, which have formal rules and norms and social actors. For family farming, which commonly does not fit into the commodities market, specific niches emerge. To create markets aimed at family farming, we see the importance of rural studies, which are of great value in understanding the rural environment and the complexity of markets. Knowing the importance of rural studies for creating policies aimed at this environment, the general objective of the present study was to carry out a scientometric analysis, aiming to quantify and analyze published articles that, over the years, have addressed markets for family farming. The database used was Web Of Science, articles published between 1993 and 2024 were considered. With the analysis of the data, it was noted that the country that publishes the most on this topic is Brazil and that rural studies on markets can be most explored by researchers.

Keywords: local market; food production; short marketing circuit; PNAE; market niche.

INTRODUÇÃO

Mercados são instituições, que possuem regras e normas formais e atores sociais e, cada um desses atores, possui seu entendimento sobre a aplicação destas normas, além de organizar as transações por meio de acordos envolvendo estes mesmos agentes (Matte, 2018). Essas instituições de mercado, condicionam o intercâmbio entre vendedores e compradores. É o *locus* em que estes participantes se encontram para realizar trocas de informações e definir os próprios parâmetros destas trocas (Azevedo, 2016).

Desde a Pré-História, Grécia e Roma antigas e na Idade Média, onde surgiram as feiras, mais organizadas e regidas por normas, se registrava a presença dos mercados (Schneider, 2016). Consequentemente, com o progresso, surgiu a necessidade de produzir em escala aumentada e passar a vender além dos excedentes, o que passou a ser uma manobra para a diversificação dos meios de vida rural (Niederle, 2006). Esse início de produção com o objetivo de comercialização marca o início do processo de mercantilização e das relações econômicas para a comunidade rural camponesa (van der Ploeg, 2006).

É de significativa importância entender como os produtores rurais se inserem e se relacionam com os mercados (Thies; Conterato, 2017), pois não são apenas as forças de oferta e demanda que controlam quanto e como se comercializa, mas também os valores ligados ao lado social, como a relação de confiança e a tradição (Dutra, 2019).

Para a agricultura familiar, que comumente não se enquadra no mercado de commodities (Fornazier; Belik, 2013; Niederle; Schubert; Schneider, 2014), surgem nichos específicos que, muitas vezes, não se tratam de um mercado formal, mas se formam a partir de contratos informais que são construídos baseadas na

confiança, em que a garantia de venda e a qualidade do produto são asseguradas pelas partes (Muñoz; Niederle; Gennaro; Roselli, 2021; Azevedo, 2016).

A criação de mercados não é uma ação individual e tem relação direta com a intervenção do estado, por meio de políticas públicas (Azevedo, 2016). Portanto, para a criação de mercados voltados para a agricultura familiar, vê-se a importância dos estudos rurais (Niederle, 2017), que são de grande valia para entender o meio rural e a complexidade dos mercados acessados pela agricultura familiar, os estudos rurais funcionam como ferramenta para a adoção de estratégias de desenvolvimento rural (Matte, 2018).

Dito isto e, sabendo da importância dos estudos rurais para a criação de políticas voltadas a este meio, o objetivo geral do presente estudo foi realizar uma análise cienciométrica, visando quantificar e analisar artigos publicados que, por meio dos anos, tenham abordado os mercados para a agricultura familiar.

MÉTODO

A cienciométrica é a aplicação de técnicas bibliográficas para a ciência, ou seja, por meio dela se realiza a compilação e análises estatísticas para publicações e, ainda, se faz comparações entre países, analisando aspectos econômicos e sociais (Spinak, 1998; Sangalli; Kauchakje, 2021).

Neste estudo cienciométrico utilizou-se o Portal de Periódicos CAPES, por meio do acesso "CAFe" e a base de dados Web of Science (WoS). A WoS é uma base de dados de citações considerada líder mundial, possuindo registros de artigos com alto impacto, anais de eventos e livros, sendo que os mais antigos datam de 1.900 (Sangalli; Kauchakje, 2021). Para as buscas foram utilizadas

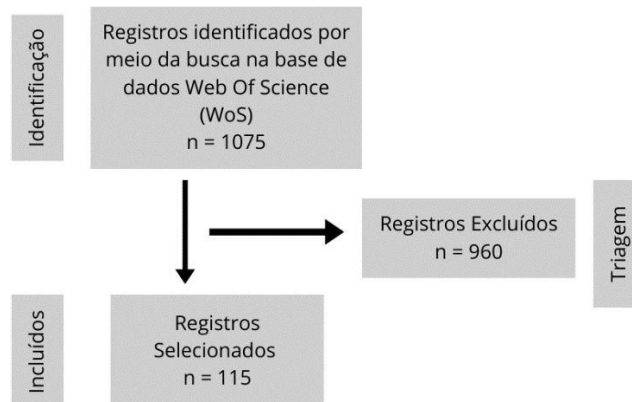
as seguintes palavras-chave: family farming * (networks OR super-market OR chains OR food OR systems OR market OR short OR circuit), os scripts booleanos OR, como estratégia de busca entre as palavras chaves, e o asterisco (*), como operador para pluralidade das palavras. A composição dessas palavras está relacionada ao objetivo do trabalho que é o estudo dos principais mercados agroalimentares acessados pela agricultura familiar.

Na busca dos trabalhos na WoS, para que fosse localizado o maior número de trabalhos científicos sobre o tema em questão, todos os países foram considerados e o filtro aplicado foi o período temporal, em que considerou-se os anos de 1993 à 2024, dos resultados dessa filtragem, foram excluídos somente os trabalhos que não permitiam a leitura para seleção.

A partir dessa busca, obteve-se 1.075 resultados e, após leitura dos resumos e refinamento, foi-se eliminando trabalhos que não tratavam de comercialização de alimentos pela agricultura familiar e, por fim, se chegou ao total de registros utilizados nesta revisão.

Resultantes deste refinamento, foram selecionados 115 registros, conforme pode-se observar pelo FlowChart (diagrama), elaborado pelos autores com base no programa Prisma (figura 1) (Page; 2021), sendo que 51,30% destes foram publicados na língua Portuguesa, 27,82% na língua Espanhola, 20% na língua Inglesa e 0,87% na língua Koreana. Para a obtenção de dados métricos foram utilizados indicadores obtidos da WoS e resultados obtidos utilizando os softwares "VOSviewer" e "Word Cloud", que são ferramentas para construção e visualização de redes bibliométricas (van Eck; Waltman, 2010).

Figura 1 - Flow chart do prisma, mostrando o fluxo de obtenção dos dados para inclusão na cienciometria



Fonte: os autores (2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

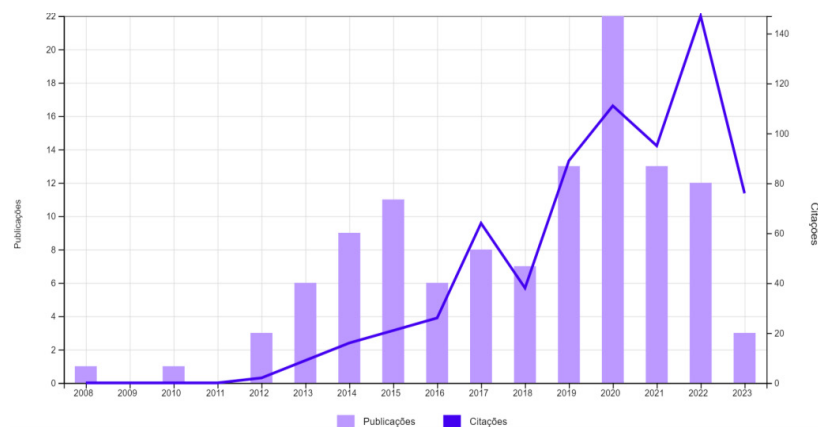
A partir dos resultados obtidos pelos indicadores da WoS, as três áreas de pesquisa que mais contribuíram para o tema em estudo foram: Agricultura, com 53,91%, Sociologia, com 33,04%, Economia de Negócios, com 12,17%, e outras áreas de conhecimento com menos de 8% cada. Com relação à contribuição dos países na produção científica sobre mercados agroalimentares acessados pela agricultura familiar se pode observar que o Brasil ocupa o primeiro lugar, com 73,91% das publicações, seguido pelo México, com uma contribuição de 11,30%, em terceiro lugar a Argentina com 6,09%. Em seguida, Colômbia, Espanha, Chile, e outros países, com uma contribuição menor de publicações.

Segundo o sistema de recuperação de dados do IBGE (2019), do total de estabelecimentos agropecuários brasileiros, 76,8% são da agricultura familiar. Também segundo dados do IBGE (2019),

das 852.639 agroindústrias do país, 720.644 formais ou informais, são da agricultura familiar. Em todas as regiões do Brasil, os principais canais de comercialização acessados pela agricultura familiar apresentam algumas similaridades, como também particularidades regionais em sua constituição.

Os primeiros trabalhos sobre o tema em estudo começaram a ser publicados no ano de 2008, como ilustra a figura 2 e, a partir do ano de 2012, se nota um aumento nas publicações e, neste mesmo ano, se iniciam as primeiras citações. O gráfico também ilustra que, no ano de 2016, há um decréscimo nas publicações, sendo que a linha de citações continua crescendo. Também podemos observar que no ano de 2020 houve um aumento no número de publicações e no ano de 2022 há um aumento expressivo no número de citações.

Figura 2 - Número de publicações e citações por ano



Fonte: os autores (2023).

O aumento expressivo no número de publicações no ano de 2020 pode ser explicado por dois aspectos, que não se esgotam. O primeiro é que se trata do ano em que o Brasil entrou em pandemia e muitas atividades pararam, dentre elas as aulas presenciais. Sendo assim, os profissionais de instituições de ensino e pesquisa, pela carga

horária reduzida, conseguiram dedicar-se à publicação de trabalhos nesse período, nas diferentes áreas. O segundo fator é que neste ano certas questões, também impostas pela pandemia, trouxeram à tona o debate em torno da alimentação, do acesso e relação dos produtores e consumidores com os mercados, o que novamente colocou em cena o debate e fomentar pesquisas e publicações em anos seguintes.

Possuir mais de um canal de comercialização e construir uma heterogeneidade nas vendas é importante, e garante a autonomia da propriedade (Schneider, 2016), pois a demanda e o preço dos produtos podem variar durante o ano. Porém, dentro de um mesmo canal, o agricultor pode optar realizar vendas em diferentes pontos (Brandão; Schneider; Zen; Silva, 2020), por exemplo, se o agricultor realiza apenas venda por proximidade, em determinadas épocas do ano o agricultor pode observar queda na venda em feiras, porém a venda por delivery ou de porta em porta permanece igual.

A Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 foi um divisor de águas para o agricultor familiar, pois com suas diretrizes, caracteriza e classifica estes produtores em um grupo, permitindo que políticas públicas, linhas de crédito e programas de compras institucionais fossem criados voltados exclusivamente para esta classe (Brasil, 2006).

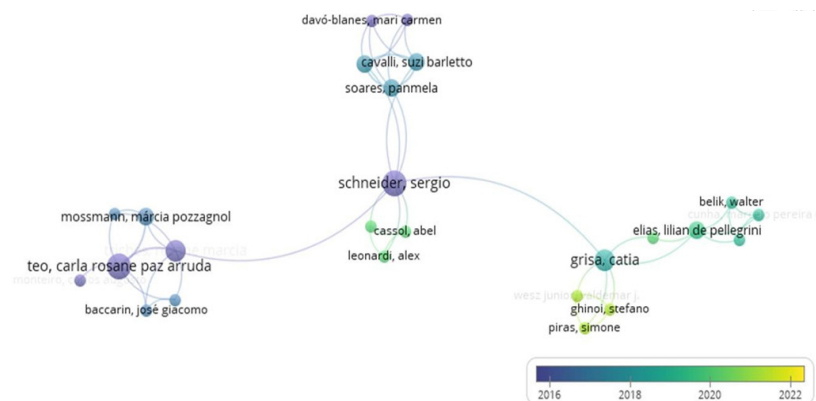
A regulamentação da agricultura familiar trouxe avanços no tocante de promover o consumo de alimentos in natura e produzidos localmente diminuindo o consumo de alimentos ultraprocessados, principalmente nas escolas, além de promover uma aproximação entre agricultores familiares e consumidores gerando uma integração baseada em princípios de desenvolvimento rural sustentável e reduzindo o êxodo rural e a pobreza rural e urbana (Saraiva *et al.*, 2013).

A partir da figura 3 podemos observar as principais palavras-chave utilizadas pelos autores. Com isso, nota-se que os mercados institucionais, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), possuem relevante importância para a agricultura familiar, uma vez que sempre aparecem como tema nos estudos rurais.

Para acessar os programas de compras institucionais voltados para a agricultura familiar, os agricultores devem estar organizados em grupos formais (associações ou cooperativas), os quais os sócios precisam obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), sendo que no mínimo 55% do volume de sua produção beneficiada, processada ou comercializada seja oriunda destes sócios com DAP (Costa; Amorim Jr; Silva, 2015).

SUMÁRIO

Figura 4 - Clusters com os principais autores relacionados a mercados e agricultura familiar



Fonte: os autores (2023).

Uma rede de ligação é sinalizada entre os autores das publicações ligadas ao tema estudado, pela figura 4 pode-se observar esse fato. Também analisando a figura, nota-se que o autor Sérgio Schneider é o que mais publicou sobre o tema, porém percebe-se que suas publicações são mais antigas. Observando o *overall* de visualização, que é expresso em anos, podemos notar que, os autores como Simone Piras e Stefano Ghinoi possuem publicações mais recentes. Ainda na figura 6, se observa a formação de 5 *clusters*. *Cluster* é um conjunto de itens [neste caso autores] que são agrupados automaticamente dentro de um mapa (van Eck; Waltman, 2010). Cada *cluster* aponta que, os autores englobados nele possuem alguma semelhança, e acabaram citando mais uns aos outros.

Sabe-se do potencial que o agricultor familiar possui em sua empresa rural. Logo, as medidas de incentivo a esta classe devem ser tomadas e pensadas analisando a classe como um todo, de maneira holística (Deimling *et al.*, 2015). Por exemplo, frente às mudanças na prática de consumo pelos atores sociais envolvidos, o agricultor familiar se encontra em posição vantajosa, pois seu produto é relacionado com o tradicional, sustentável e artesanal, fatores que, atualmente, são valorizados pelos consumidores (Ferrari, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste estudo cienciométrico teve como objetivo principal ilustrar os principais temas e autores relacionados com os mercados na agricultura familiar. Pode-se observar que o Brasil é o país que mais publica estudos sobre esse tema, sendo que o principal canal de comercialização discutido nas publicações é a venda de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar (PNAE). Com isso, se percebe a importância das políticas públicas de compras institucionais para esta classe de agricultores, sendo que, o PNAE especialmente, tem um impacto importante na renda dessas famílias.

Outro dado importante retirado deste estudo, é a importância da organização dos agricultores em grupos formais, sejam associações ou cooperativas. Pelo fato de, entre os artigos mais citados, a forma de comercialização mais utilizada ser as compras institucionais, as organizações de agricultores são muito relevantes para a mercantilização dos produtos desta classe. Também se nota a importância de novos estudos rurais abordando outras formas de mercantilização utilizadas pelos agricultores, principalmente as informais como por exemplo a venda na propriedade, de porta em porta e as feiras livres, pois sabe-se que são canais muito utilizados pelos agricultores, mas que, por algum motivo, não estão sendo estudados.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do aporte financeiro no projeto nº 423392/2021-2. Nosso agradecimento ao apoio da Rede de Pesquisa, Inovação e Extensão em Desenvolvimento Rural (Rede Campo).

REFERÊNCIAS

ATLAS do espaço rural brasileiro. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16362-atlas-do-espacorural-brasilero.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 28 jul. 2023.

AZEVEDO, P. F. Emergência de Instituições de Mercado: a criação de mercados como política para a agricultura. *In*: MARQUES, F.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Editora da UFRGS, 2016. Cap. 8, p. 209-227.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 118, 24 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso em: 28 jul. 2023.

BRANDÃO, J. B.; SCHNEIDER, S.; ZEN, H. D.; SILVA, G. P. Os mercados de hortifrúti em Santa Maria (RS) - um estudo sobre os tipos de produtores e os canais de comercialização. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 2, p. 433-460, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.14323>.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017. *In*: **IBGE**. Sidra: Sistema IBGE de recuperação automática. 2017. Tabela 6960. Produção, Venda e Valor da produção e Valor da venda na agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, produtos da agroindústria rural, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6960> Acesso em: 28 jul. 2023.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017. *In*: **IBGE**. Sidra: Sistema IBGE de recuperação automática. 2017 Tabela 6780. Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, origem da orientação técnica recebida, grupos de atividade econômica e grupos de área total. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6780> Acesso em: 28 jul. 2023.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. D. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.

DEIMLING, M. F.; BARICHELLO, R.; JARDIM BRAZ, R.; BIEGER, B. N.; CASAROTTO FILHO, N. Agricultura familiar e as relações na comercialização da produção.

Interciencia, v. 40, n. 7, p. 440-447, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339400000002>. Acesso em: 28 de jul de 2023.

DUTRA, E. G. Mercados agroalimentares do Vale do Jaguari (RS): o caso das frutas, legumes e verduras (FLV), **Revista de la Facultad de Agronomía**, v. 118, n. 1, p. 147-159, 2019.

FERRARI, D. L. A teia da qualidade, do embeddedness e do local para construção de cadeias agroalimentares curtas: o caso dos agricultores familiares em Santa Catarina. /n: CONTERATTO, M. A.; NIEDERLE, P. A.; TRICHES, R. M.; MARQUES, F. C.; SCHULTZ, G.

Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013 p. 225-253.

FORNAZIER, A.; BELIK, W. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2013.

MAFFINI, C. M.; RITT, A. L.; MATTE, A.; BRITO, M. F. Assistência técnica e extensão rural: desafios e oportunidades da atuação no Oeste do Paraná. /n: Anais do III Seminário Internacional de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e IV Workshop Internacional Pesquisa e Resiliência Ambiental, 2020, **Anais**

eletrônicos... Marechal Cândido Rondon (PR): UNIOESTE, 2022. Disponível em: <https://server2.midas.unioeste.br/sgev/eventos/IIISIPGDRS/anais?fbclid=IwAR1hN5ejQdUU0HtZmXKe813Aa2xeq6jxV8xNSmvQRFnYJ2aZx48uQ67rw>.

MATTE, A. Diferentes abordagens analíticas para estudos de mercados da pecuária. **Extensão Rural**, v. 25 n. 4, p. 71-88. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179631971>.

MUÑOZ, E. F. P.; NIEDERLE, P. A.; de GENNARO, B. C.; ROSELLI, L. Agri-Food Markets towards Agroecology: Tensions and Compromises Faced by Small-Scale Farmers in Brazil and Chile. **Sustainability**, v. 13, n. 6, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13063096>.

NIEDERLE, P. A. Mercados como ordens sociais:: uma alternativa pluralista aos dualismos da sociologia da agricultura. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 37, n. 2, p. 88-101, 2017. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2017v3768>.

NIEDERLE, P. A.; SCHUBERT, M. N.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. /n: DOULA, S.; FIÚZA, A. L.; TEIXEIRA, E. C.; REIS, J.; LIMA, A. L. (Org.). **A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados**. 1ed. Viçosa: Suprema, 2014, v. 1, p. 43-68.

NIEDERLE, P. Mercantilização, diversidade e estilos de agricultura. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 25, n. 1 e 2, p. 37-47, 2007. DOI: 10.37370/raizes.2006.v25.259.

PAGE, M. J.; MCKENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T. C.; MULROW, C. D. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, 2021. DOI: 10.1136/bmj.n71.

SANGALLI, A.; KAUCHAKJE, S. Introdução à bibliometria e cientometria: exemplo prático de aplicação ao tema presidencialismo latino-americano. **Revista Política Hoje**, v. 30, n. 1, p. 87-160, 2021.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUSA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N.. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-935, 2013.

SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) Editora da UFRGS. Série Estudos Rurais, 2016. p. 93-140.

SPINAK, E. Indicadores cientométricos. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, 1998.

THIES, V. F.; CONTERATO, M. A. Agricultura familiar e autonomia: a construção social e política de mercados no noroeste gaúcho. **Desenvolvimento Rural em Debate**, v. 7, n. 1, p. 51-74, 2017.

VANDER PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In S. Schneider, **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Editora da UFRGS, 2009. p. 13-54.

VANECK, N. J.; WALTMAN, L. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **Scientometrics**, v. 84, p. 523-538, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3>.

2

Eduardo Pauli

Patricia Pauli

Andressa Preto de Moura

Tatielen Preto de Moura

IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE NAS PRÁTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

***IMPORTANCE OF DIVERSITY
IN FAMILY FARMING PRACTICES***

SUMÁRIO

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da diversidade nas práticas da agricultura familiar para o desenvolvimento rural sustentável. Por meio de uma revisão bibliográfica e análise crítica, busca-se compreender como a diversificação das atividades agrícolas pode contribuir para a autonomia dos agricultores familiares, a resiliência dos sistemas agrícolas e a promoção de um ambiente rural mais equilibrado e próspero. Regiões compostas por unidades de agricultura familiar com estratégias de produção diversificadas tendem a apresentar um desenvolvimento rural mais equilibrado, proporcionando condições de vida favoráveis e mais prósperas aos seus membros. A análise se baseia em estudos e pesquisas relacionados à diversidade agrícola, desenvolvimento rural e agricultura familiar, visando destacar a importância da diversificação como um elemento chave para a sustentabilidade e resiliência das comunidades rurais.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; agricultura familiar; diversificação econômica; sustentabilidade; meio ambiente.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

This work aims to analyze the importance of diversity in family farming practices for sustainable rural development. Through a bibliographical review and critical analysis, we seek to understand how the diversification of agricultural activities can contribute to the autonomy of family farmers, the resilience of agricultural systems and the promotion of a more balanced and prosperous rural environment. Regions made up of family farming units with diversified production strategies tend to present more balanced rural development, providing favorable and more prosperous living conditions for their members. The analysis is based on studies and research related to agricultural diversity, rural development and family farming, aiming to highlight the importance of diversification as a key element for the sustainability and resilience of rural communities.

Keywords: rural development; family farming; economic diversification; sustainability; environment.

INTRODUÇÃO

Este artigo se baseia em uma revisão bibliográfica sobre a diversidade nas práticas da agricultura familiar e seu impacto no desenvolvimento rural. A análise foi fundamentada em estudos e pesquisas relacionados à temática da agricultura familiar, diversificação agrícola e desenvolvimento rural, buscando compreender a importância da diversidade na promoção de um ambiente rural mais dinâmico e sustentável. E tem como objetivo principal analisar a importância da diversidade nas práticas da agricultura familiar para o desenvolvimento rural sustentável e compreender como a diversificação das atividades agrícolas pode contribuir para a autonomia dos agricultores familiares, a resiliência dos sistemas agrícolas e a promoção de um ambiente rural mais equilibrado e próspero.

A agricultura familiar se caracteriza como uma das formas de organização social que tem exigido atenção peculiar na compreensão de sua estrutura e desenvolvimento rural. vemos que regiões rurais mais dinâmicas tendem a ter uma diversidade maior na agricultura familiar (PLOEG, 2008).

Embora Kageyama (2004) tenha apresentado uma análise importante da agricultura familiar no Brasil, sua visão foi criticada por ser excessivamente focada na homogeneidade do setor. Autores mais recentes, como Abramovay (2020) e Leite (2017), argumentam que a agricultura familiar é um setor heterogêneo, composto por diferentes tipos de agricultores com diferentes necessidades e desafios.

A agricultura familiar se caracteriza por um conjunto de relações sociais, econômicas e culturais que se entrelaçam e moldam as dinâmicas do desenvolvimento rural contemporâneo. Diversos autores, como Abramovay (2020) e Leite (2017), destacam a heterogeneidade do setor, composto por diferentes tipos de agricultores com diferentes práticas e estratégias. Essa diversidade se reflete na

organização espacial da agricultura familiar, com diferentes formas de produção e comercialização que contribuem para a riqueza territorial do desenvolvimento rural.

Compreender as relações entre as práticas e estratégias da agricultura familiar é fundamental para elucidar as causas, consequências e especificidades do desenvolvimento rural em seu aspecto mais amplo. Autores como Graziano da Silva (2019) e Souza (2018) argumentam que a globalização e outras mudanças socioeconômicas impactam de maneira diferenciada os diversos tipos de agricultores familiares.

Estudos de caso e pesquisas empíricas, como os realizados por Schneider (2012) e Deonir Machado (2019), são importantes para aprofundar o conhecimento sobre as relações entre as práticas dos agricultores familiares e o desenvolvimento rural. Através da análise de diferentes contextos e realidades, é possível identificar os desafios e oportunidades que o setor enfrenta, bem como formular políticas públicas mais eficazes para o seu desenvolvimento.

O ambiente rural tem conseguido captar e assimilar tais diversidades agrícolas familiares e outras incorporadas de forma que se torna difícil dissociar desenvolvimento rural do urbano (Veiga, 2000).

DESENVOLVIMENTO RURAL

O desenvolvimento rural, como alternativa à modernização da agricultura tradicional (Veiga, 2000), busca superar as limitações do modelo hegemônico, que privilegia a escala e a industrialização em detrimento da sustentabilidade social e ambiental (Ploeg, 2000). Autores contemporâneos como Graziano da Silva (2019) e Borras Jr. (2010) reforçam a importância do desenvolvimento rural para a segurança alimentar e a sustentabilidade do campo.

O modelo trazido por Ploeg (2000) de modernização da agricultura limita perspectivas do agricultor e força uma a uma velocidade de aumento de escala e industrial, muitas vezes incompatível com peculiaridades regionais e dinâmicas populacionais que se encontram.

Para alcançar seus objetivos, o desenvolvimento rural se baseia em seis mudanças gerais: integração da agricultura com a sociedade, valorização da coesão social no meio rural, diversificação das atividades, redefinição das relações entre indivíduos e famílias, reformulação das políticas públicas e manejo adequado dos recursos naturais (Schneider, 2003). Essa abordagem busca ampliar a abrangência espacial, ocupacional e setorial do rural, por meio de iniciativas como a diversificação da produção agrícola (agroturismo, produção de alimentos orgânicos), a integração da agricultura com a sociedade (feiras livres, mercados institucionais) e a valorização da coesão social no meio rural (grupos de produtores, cooperativas).

Assim, desenvolvimento rural consiste em um movimento orientado para um novo modelo agrícola que prioriza economias relacionadas ao meio ambiente, pluriatividade, empreendedorismo, inovação, instituições sociais, redes agroalimentares, em detrimento das economias de escalas buscando superar a modernização da agricultura (Ploeg *et al.*, 2000).

Ele busca ampliar a abrangência espacial, ocupacional e setorial do rural. Pra resumir, o desenvolvimento rural se apoia em seis mudanças gerais: integração da agricultura com a sociedade, valorização da coesão no meio rural com incentivo às iniciativas e diversificação das atividades, redirecionar relações entre indivíduos, famílias e suas identidades imputando novo papel nos centros urbanos, considerar novas políticas públicas juntamente as instituições, ponderar com seriedade meio ambiente com manejo adequado dos recursos (Schneider, 2003).

Apesar dos desafios, como a falta de acesso a crédito e assistência técnica, a concentração de terras e os impactos das mudanças climáticas, o desenvolvimento rural se apresenta como um caminho essencial para construir um futuro mais próspero e sustentável para o campo, priorizando a agricultura familiar, a autonomia dos agricultores e a valorização dos produtos locais.

Assim, a nova perspectiva do desenvolvimento rural visa reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos e famílias, estimulando as ações que reduzam a dependência dos agricultores aos agentes externos. Isso inclui o acesso a crédito, assistência técnica e mercados, bem como a diversificação da produção e a valorização dos produtos locais. Dessa forma, aumenta-se a autonomia dos agricultores familiares nos processos decisórios e ações estratégicas, permitindo que eles construam um futuro mais próspero e sustentável. Autores como Graziano da Silva (2019) e Souza (2018) argumentam que a autonomia dos agricultores familiares é fundamental para o desenvolvimento rural sustentável.

AGRICULTURA FAMILIAR

Agricultor familiar é o sujeito que reside no meio rural e trabalha na agricultura com família. A agricultura familiar pode ser analisada como uma nova categoria na estratificação social do meio rural, devido aos impactos dos processos de mercantilização da vida social e econômica no meio rural.

A realidade da agricultura familiar, conforme analisam autores como Graziano da Silva (2012) e Borrás Jr. (2010), apresenta duas características básicas. Primeiramente, a modernização da agricultura, como aponta Abramovay (2003), se configura como um processo de mercantilização com distintos formatos e impactos (importante para compreender a diferenciação territorial da agricultura e seus estilos).

Em segundo lugar, é fundamental reconhecer que a mercantilização assume formas distintas, afetando a agricultura de maneira diversa, conforme argumentam Grzybowski (2007) e Ploeg (2008).

De acordo com Ploeg (2008), o conceito de agricultura familiar se aprimorado cada vez mais, o qual se ancora em fundamentos com três eixos centrais:

- normativo: se refere a heterogeneidade nas práticas e organização da unidade produtiva (unidade de produção e consumo), é a essência do processo de trabalho desenvolvido. As diferenças que emergem nas práticas agrícolas evidenciam o resultado das diferenças nas estratégias adotadas pelas famílias, sua racionalidade e o acesso aos recursos internos e externos (o conjunto de capitais e acessos que estão disponíveis).
- prático: concerne a natureza e relevância do processo de mercantilização e incorporação institucional. Por meio destes que trabalhos, tarefas e estratégias se organizam.
- mercado: se resume na capacidade dos agricultores reordenar suas inserções e interações sociais e econômicas através da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, ou seja, alocação da força de trabalho.

Desse conceito surge o termo “espaço de manobra” que se caracteriza pelo grau que mercados e modelo tecnológico incorporados nos processos produtivos proporcionam no avanço da diversidade da agricultura familiar. Para esse intuito, Ploeg (2006, 2008) defende que é imprescindível olhar para os estilos de agricultura como processo não-estático, onde agricultores de um estilo podem migrar para outro estilo variando o nível de dependência dos mercados e da tecnologia hegemônica impostas nas estratégias.

Cada região, como destaca Abramovay (2003), adota formas distintas de alocação da mão-de-obra, compra e venda de insumos

e sementes, entre outros aspectos. Esse processo está relacionado à externalização de tarefas da agricultura, que transcende os limites da unidade produtiva familiar.

Visto isso, o que temos é a coexistência de estilos diferentes de agricultura familiar, se diversificando conforme capacidade de estimular e mobilizar recursos produtivos.

ESTILOS OU TIPOS DE AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme análise realizada em três regiões do Rio Grande do Sul por Conterato (2008), é possível identificar alguns tipos de agricultura familiar cujos indicadores sociais, agrícolas, econômicos, políticos e demográficos possuem certas semelhanças.

O caráter multidimensional do desenvolvimento rural e a diversidade da agricultura familiar, possibilitou a caracterização alguns estilos que podem agrupar de unidades agrícolas familiares de diferentes regiões geográficas e a descrição dos principais deles segue abaixo:

Estilo 1: possui dimensões sociais, econômicas e produtivas com forte influência da mercantilização, alta inovação tecnológica na produção agrícola com bom potencial de remuneração dos ativos agrícolas.

Estilo 2: possui um grau de vulnerabilidade nos âmbitos sociais, econômicos e produtivos, onde há predominância de commodity nos ativos agrícolas. Este formato não contribui para elevar a renda e diversificar a produção.

Estilo 3: no âmbito socioeconômico e técnico-produtivo há uma associação próxima com diversas atividades agrícolas e não agrícolas da região em que faz parte. Conjuntura esta que está atrelada ao grau de instrução dos membros da unidade de agricultura familiar, segundo (Conterato, 2008).

Para Conterato, o tipo 5 tem maior potencial de aprimorar recursos produtivos existentes, aumentar a renda média anual proveniente da junção com educação e pluriatividade das unidades produtivas com suporte do trabalho familiar.

De acordo com a literatura, regiões em que o modelo agrícola é predominante, a agricultura familiar tem produção baseada em commodity. Essa forma de organização tecnológica agrícola com sistema de crédito rural sustenta uma sociedade excludente e conduz a uma desigualdade cada vez maior entre agricultores familiares daqueles que fazem parte do setor agroalimentar mundial.

Agricultores familiares são os agentes que mobilizam dispositivos que viabilizam se proteger de situações de risco, fragilidade, vulnerabilidade desde adversidades climáticas até incertezas financeiras que possam surgir em função de flutuações dos preços de insumos e dos seus próprios produtos expostos no mercado.

O mercado de trabalho não-agrícola é um fenômeno que, de forma complementar, também amplia a diversidade organizando os ativos e recursos produtivos, evoluindo as condições de vida variando os 'espaços de manobra' para os cidadãos que fazem parte da agricultura familiar.

O PAPEL DA DIVERSIDADE E DIVERSIFICAÇÃO NA REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONOMIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A partir dos estilos de agricultura familiar é possível traduzir marcos gerais da incorporação da mercantilização quanto a capacidade de superação se apresenta esta aparece como um fator

limitante da reprodução social. Sendo assim, é importante considerar este indicador da realidade agrária procurando maior autonomia políticas públicas adotadas.

Nesse contexto, um ponto central é não reduzir o conceito de diversidade, de forma que esta vai além da renda bruta, tamanho da área do estabelecimento e número de força de trabalho contratada. Para isso, há que se compreender detalhadamente o grau de mercantilização, externalidade e de retorno (seja ele monetário ou não), em termos de valor agregado para os produtos da agricultura familiar dentro das regiões brasileiras específicas que elas estão inseridas.

Para compreender a relação entre agricultura familiar e diversidade nas atividades que a constituem é importante entender a interface da pluriatividade da agricultura familiar com processos históricos locais e regionais de desenvolvimento (Schneider, 2006). Para alcançar tais objetivos, é importante ampliar o que Ploeg (2008) costuma chamar de “margem de manobra”. Isso pode ser feito por meio de políticas públicas que incentivem a diversificação da produção, como a criação de linhas de crédito específicas para a agricultura familiar, a oferta de assistência técnica especializada e a abertura de novos mercados para os produtos da agricultura familiar.

Podemos observar que regiões cuja especialização agrícola se baseia na exportação de commodity (exemplo, soja) apresentam baixos índices de desenvolvimento rural, diversidade e diversificação da agricultura familiar. Evidenciando, portanto, uma fraca capacidade fomentadora do produto hegemônico (soja) e mesmo de outras commodity para desenvolvimento das regiões. Essas commodity induzem agricultor familiar a buscar, nos mercados afora, quase todos insumos para produzir produto a ser cultivado (soja), subordinando o agricultor às regras, muitas vezes instáveis, do mercado, uma vez que não tem qualquer gerência sobre o preço, que são determinados por distantes mercados internacional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (2020). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil:** trajetória e desafios. São Paulo: Editora UNESP.

ABRAMOVAY, R. (2003). **O futuro da agricultura familiar no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP.

BORRAS Jr, S. M. (2010). **O campesinato e o desenvolvimento rural no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar:** uma análise a partir do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2008. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/15624>. Acessado em out. 2022.

GRAZIANO DA SILVA, J. (2012). **Segurança alimentar e agricultura familiar:** um novo paradigma. Brasília: MDA.

GRAZIANO DA SILVA, J. (2019). **O novo rural:** o que é e como se faz. São Paulo: Editora Sextante.

GRZYBOWSKI, C. (2007). **A agricultura familiar no Brasil:** desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 22(64), 13-32.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. *In*: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. **Desenvolvimento rural. Conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LEITE, M. de P. (2017). **Agricultura familiar:** organização social e desenvolvimento rural. Brasília: Embrapa.

MACHADO, D. (2019). **A agricultura familiar no Brasil:** um estudo sobre as políticas públicas e os desafios do setor. Curitiba: Editora Juruá.

PLOEG, J. D. van der.; *et al.* **Rural Development:** from practices and policies towards theory. Sociologia Ruralis, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000. SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura Familiar e Teorias Social: a diversidade das formas familiares na agricultura. *In*: FALEIRO, F. G. e FARIAS NETO, A. L. (ed.) **SAVANAS**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

SCHNEIDER, S. (2012). A agricultura familiar e o desenvolvimento rural no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Economia**, 66(4), 465-482.

SOUZA, A. de. (2018). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Programa de Pós-Graduação em Agronomia; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul**: a emergência de uma nova ruralidade – AFDLP. Porto Alegre, Pelotas, 2003.

VEIGA, Jose Eli. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

3

Elenice Dias dos Santos Paraiba

Aline Prestes Roque

Camila Nemitz de Oliveira Saraiva

Flávia de Araújo Pedron

A IMPORTÂNCIA DOS *CHEFS* DE COZINHA NA PROMOÇÃO E USO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS

***THE IMPORTANCE OF CHEFS IN THE
PROMOTION AND USE OF ORGANIC FOOD***

SUMÁRIO

RESUMO:

Este estudo analisa como *chefs* de cozinha estão impulsionando o consumo de alimentos orgânicos e promovendo práticas da agricultura familiar na gastronomia contemporânea. Eles atendem a consumidores conscientes que buscam uma vida mais saudável e sustentável. A pesquisa, baseada em revisão de literatura e métodos exploratórios e descritivos, revela que *chefs* e restaurantes estão cada vez mais incorporando alimentos orgânicos, principalmente da agricultura familiar local, em seus cardápios. Conclui-se que a temática demanda debate e ação, politizando os profissionais de cozinha na elaboração de cardápios saudáveis, incorporando o consumo de produtos orgânicos, principalmente oriundos da agricultura familiar local. No entanto, o desafio da complexidade dos requisitos legais na certificação orgânica no Brasil merece destaque, pois exige que os produtores mantenham registros detalhados de todas as atividades, o que é especialmente difícil para pequenos produtores familiares. Essa abordagem é fundamental não apenas para a promoção da saúde e do bem-estar, mas também para a preservação do meio ambiente e a promoção da igualdade. Alinhar as atividades de *chefs* de cozinha e produtores com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU parece essencial para um mundo mais saudável e sustentável.

Palavras-chave: alimentos orgânicos; agricultura familiar; gastronomia sustentável.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

This study examines how chefs are driving the consumption of organic foods and promoting practices of family farming in contemporary gastronomy. They cater to conscious consumers seeking a healthier and more sustainable lifestyle. The research, based on literature review and exploratory and descriptive methods, reveals that chefs and restaurants are increasingly incorporating organic foods, primarily from local family farming, into their menus. It is concluded that this topic requires discussion and action, politicizing culinary professionals in the creation of healthy menus by integrating the consumption of organic products, primarily sourced from local family farming. However, the challenge of the complexity of organic certification requirements in Brazil deserves attention, as it demands that producers maintain detailed records of all activities, which is particularly challenging for small family farmers. This approach is crucial not only for promoting health and well-being but also for environmental preservation and the promotion of equality. Aligning the activities of chefs and producers with the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs) seems essential for a healthier and more sustainable world.

Keywords: organic foods; family farming; sustainable gastronomy.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as tendências que a gastronomia contemporânea vem adquirindo e o aumento de consumidores que buscam novos hábitos alimentares provocam mudanças na forma como alguns *chefs* de cozinha trabalham a satisfação de seus clientes, visando a alimentação saudável e sustentável. Nesse contexto, há uma aproximação e valorização da agricultura familiar e dos *chefs* de cozinha em prol do consumo de produtos de qualidade, principalmente orgânicos.

Sabe-se que ao longo dos anos a gastronomia obteve um crescimento significativo tanto no Brasil como no mundo. Isso se deve a contribuição de diversas culturas e do avanço da industrialização e da tecnologia, conquistando espaço e formando excelentes e qualificados profissionais. Hoje em dia, grande parte desses profissionais buscam identificar e escolher produtos de qualidade, garantindo com isso a elaboração e recriação de receitas, respeitando sabores e matéria-prima. Para que isso aconteça, muitas parcerias são estabelecidas entre a agricultura familiar e os *chefs* de cozinha.

Muitos desses *chefs* e os próprios consumidores estão dando espaço para os alimentos produzidos pela agricultura familiar, optando por um estilo de vida mais saudável através de um consumo consciente e da valorização dos produtos locais, o que auxilia no desenvolvimento territorial. Nesse sentido, Zaneti e Schneider (2016) discorrem que, o uso de produtos locais e orgânicos perpassa, necessariamente, por uma nova racionalidade que permeia o fortalecimento e aproximação das relações entre produtores, comensais e *chefs*.

Além disso, a agricultura orgânica reduz o impacto ambiental, cultiva alimentos sem adição de qualquer aditivo químico, práticas estas, que estão atraindo cada vez mais consumidores a desfrutarem de uma gastronomia com produtos de qualidade elevada.

Conforme destacado por Balestro e Zaneti (2015), a colaboração entre *chefs* de cozinha e produtores visa revitalizar a dinâmica entre produção e consumo de alimentos orgânicos, incorporando criatividade e inovação técnica. Nesse contexto, o foco central da pesquisa é investigar o papel desempenhado pelos *chefs* de cozinha no estímulo ao consumo de alimentos orgânicos.

O estudo recorre à revisão de literatura com aporte de pesquisa exploratória e descritiva. Além desta introdução, este capítulo está estruturado em cinco partes decorrentes: 2) Gastronomia contemporânea e o consumo de alimentos orgânicos; 3) Sinergia entre *chefs*, restaurantes e agricultura familiar; 4) Metodologia; 5) Resultados e discussão e 6) Considerações finais.

GASTRONOMIA CONTEMPORÂNEA E O CONSUMO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS

A gastronomia contemporânea abraça a inovação nos processos de produção, estimula a criatividade e utiliza os recursos sazonais disponíveis para conferir originalidade a cada prato, transformando-o em uma verdadeira obra de arte. Segundo Corrêa Júnior *et al.* (2021), a gastronomia contemporânea é compreendida a partir dos hábitos culturais e tradições regionais.

Dessa forma, de acordo Machado *et al.* (2018) pode contribuir com o consumo consciente, pois a alimentação saudável e principalmente a procedência dos alimentos é muito importante, sendo o Brasil é o país número “um” no uso de agrotóxicos, visto que país as cobranças são baixas e as permissões são altas, acarretando impactos altos ao meio ambiente (Machado *et al.*, 2018). A Lei número 10.831¹ publicada em 23 de dezembro de 2003, trouxe regramento

1

Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao-organicos>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

para a produção e comercialização dos produtos orgânicos no Brasil. Sua regulamentação por meio do Decreto número 6.323/2007 e normas complementares foi construída de forma perceptiva, envolvendo toda a Rede de Produção Orgânica e diversas representações da sociedade civil, assim como técnicos, pesquisadores, extensionistas e consumidores.

O estudo de Moraes e Oliveira (2017) demonstra que a agricultura familiar está em sintonia com as exigências do sistema orgânico, mas ainda enfrenta obstáculos para seu pleno desenvolvimento. Esses obstáculos incluem a falta de assistência técnica, conhecimento sobre sistemas de certificação, acesso a crédito diferenciado, tecnologias, infraestrutura e logística adequadas ao contexto orgânico.

A pesquisa Muñoz *et al.* (2016) identificou um desafio significativo no processo de certificação orgânica no Brasil, relacionado à complexidade dos requisitos legais. A legislação brasileira exige que os produtores mantenham registros detalhados de todas as atividades realizadas em suas propriedades. Isso se torna particularmente desafiador para os pequenos produtores familiares, devido à falta de capacitação e à necessidade de dedicar tempo integral à produção orgânica. Muitos desses produtores trabalham sozinhos ou com a ajuda de suas famílias, o que limita sua capacidade de lidar com registros detalhados.

Para Muñoz *et al.* (2016) a complexidade dos registros necessários para a certificação orgânica reflete os desafios enfrentados pelos pequenos produtores familiares. O fornecimento de suporte adequado é essencial para garantir a sustentabilidade da produção orgânica no país. Dessa forma, torna-se necessário fornecer mais incentivos e visibilidade às experiências orgânicas já existentes, bem como promover políticas públicas que fortaleçam a agricultura orgânica nacional. Isso é essencial para ampliar o diálogo com a sociedade e destacar os benefícios e vantagens associados à produção orgânica (Moraes; Oliveira, 2017).

Segundo Neves; Vieira; Ribeiro (2021), se for comparar a produção da agricultura orgânica brasileira com a europeia, está ainda é pouco expressiva. No entanto, nos últimos anos vem apresentando um aumento gradativo em sua demanda. Nesse sentido, o trabalho de profissionais ligados à gastronomia, que na maioria das vezes, abrange o universo culinário de elite, nesse novo contexto de valorização da produção orgânica e as novas parcerias entre *chefs*, produtores e público específico estão permitindo que a gastronomia não fique restrita apenas ao alcance da elite e, sim, impulse a agricultura orgânica no Brasil (Benemann; Menasche, 2017).

SINERGIA ENTRE CHEFS, RESTAURANTES E AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme Chagas (2021) uma crescente quantidade de restaurantes está se adaptando às novas tendências alimentares, uma demanda impulsionada em grande parte pelos consumidores que têm restrições alimentares ou por uma maior conscientização acerca da saúde e da preservação do meio ambiente. Os restaurantes que seguem esse caminho devem comprometer-se integralmente com o consumo de alimentos orgânicos e, ao fazê-lo, contribuem para a valorização da agricultura familiar (Chagas, 2021).

De acordo com Zaneti *et al.* (2017), atualmente, muitos *chefs* de renome desempenham um papel essencial na sensibilização da população para escolhas alimentares adequadas, ocupando uma posição de destaque e influência significativa no mundo da gastronomia. Esses *chefs* buscam compreender a importância da produção orgânica proveniente da agricultura familiar, contribuindo para uma crescente aceitação e valorização dos produtos orgânicos.

Nas mãos de *chefs* que priorizam práticas alimentares saudáveis, esses ingredientes se transformam em pratos sofisticados que não apenas celebram as tradições locais, mas também proporcionam oportunidades valiosas para os agricultores permanecerem em suas terras, mantendo a produção de produtos de alta qualidade. Essa abordagem tem impacto direto na variedade e qualidade dos cardápios, como destacado por Zaneti *et al.* (2017).

Nesse sentido, a *chef* Teresa Corção, que comanda o restaurante “O Navegador”, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, trabalha com o cardápio como o principal meio de comunicação com o cliente, e que através deste veículo de venda, consegue repassar para os clientes informações sobre a procedência e os produtores dos seus “produtos especiais” em cada prato preparado (Zaneti *et al.*, 2017).

Outro restaurante que tem sido modelo com uma cozinha que aproxima a agricultura e a gastronomia, trabalhando com ingredientes orgânicos e biodinâmicos oriundos dos agricultores familiares da região de Garibaldi-RS é o Valle Rustico. Sua cozinha tem na natureza o ponto de partida para a criação de pratos que unem a simplicidade e a qualidade. Seu *chef*, Rodrigo Bellora, estabeleceu o conceito “Cozinha de Natureza” a partir de suas percepções ao pensar o ingrediente local como protagonista nas práticas culinárias, aproveitando a sazonalidade e o frescor dos insumos e tudo o que a terra pode proporcionar (Bertamoni, 2022).

Quando se trata de *chefs*, restaurantes e gastronomia, não se pode deixar de citar a gastronomia peruana, que nos últimos anos obteve um avanço significativo e cada vez mais vem se diferenciando e conquistando o mundo com seus aromas e sabores (Rocha, 2019). A identidade gastronômica peruana, se formou através da sua população com suas diferentes culturas e costumes, fazendo com que a diversificação fizesse a diferença em sua culinária (Brito, 2019).

No Peru, o *chef* Gaston Acurio se destaca como um exemplo de como os *chefs* podem desempenhar o papel de intermediários confiáveis na mudança. Ele é amplamente reconhecido por seus restaurantes peruanos e esforços em prol da culinária nativa, agindo como um elo de confiança entre pequenos agricultores e consumidores. A confiança foi conquistada graças às escolas que estabeleceu nas comunidades, proporcionando diálogo direto com políticos e abordando as necessidades e desafios enfrentados pelas comunidades rurais (McBrida; Flored, 2019).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo, optou-se por desenvolver uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de compilar conceitos provenientes de trabalhos pré-existentes relacionados ao tema em questão. A pesquisa teve como foco a exploração e descrição do tópico escolhido, buscando informações detalhadas para uma análise mais aprofundada do assunto. Com essa finalidade, foram conduzidas pesquisas nas plataformas Google acadêmico, no portal SciELO, e no Portal de Periódicos da CAPES/MEC.

Diante do objetivo geral deste estudo, que é analisar o papel dos *chefs* de cozinha no consumo de alimentos orgânicos, foi realizada uma filtragem de artigos publicados nos últimos 10 anos, ou seja, de 2013 a 2023 e cuja redação fosse em Língua Portuguesa ou Língua Inglesa. Foram selecionados artigos originais cujo texto completo gratuito estivesse disponível, utilizando as seguintes palavras-chave “gastronomia contemporânea”, “alimentos orgânicos”, “agricultura familiar”, “gastronomia sustentável” e “*chef* de cozinha”. Com base nesse processo, foram selecionados os 7 artigos mais relevantes para a sistematização dos resultados e discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na gastronomia contemporânea é crescente a demanda por produtos locais, principalmente de produtos orgânicos, o que atualmente vem fazendo diferença na gastronomia, tanto no Brasil como no mundo. O quadro 1, apresenta os diversos autores que dão ênfase aos avanços significativos que a gastronomia está arraigada na atualidade, principalmente com a diversificação de sabores e benefícios para a saúde alcançados através do consumo de alimentos orgânicos, pois estes produtos cada vez mais estão incluídos nos cardápios de restaurantes, sendo exigidos por comensais conscientes.

Quadro 1 - Dados dos trabalhos estudados

ARTIGOS CONTEMPLADOS DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	
AUTORES	RESUMO DOS TRABALHOS PUBLICADOS
Chagas (2021).	- <i>Chefs</i> e restaurantes atendem à demanda crescente por consumo consciente ao incluir produtos orgânicos em seus cardápios, atendendo a diversas preferências alimentares.
Neves; Vieira; Ribeiro (2021).	- A agricultura orgânica está crescendo gradualmente no Brasil.
Fuzinatto; Santos (2020).	- <i>Chefs</i> preferem ingredientes da agricultura familiar por manterem nutrientes e sabores ao serem consumidos localmente, minimizando o tempo entre a colheita e o prato.
Zaneti (2017).	- Com uma relação mais estreita entre <i>chefs</i> de cozinha e fornecedores, é possível criar laços de confiança entre ambos.
Darolt <i>et al.</i> (2016).	- <i>Chefs</i> valorizando e comprando produtos orgânicos a preços justos incentivam a produção local e a transição para uma alimentação mais sustentável.
Muñoz <i>et al.</i> (2016).	- O desafio na certificação orgânica no Brasil envolve a complexidade dos requisitos legais, com destaque para a necessidade de registros detalhados.

ARTIGOS CONTEMPLADOS DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	
AUTORES	RESUMO DOS TRABALHOS PUBLICADOS
Zaneti; Dorigon (2015).	- A aproximação entre <i>chefs</i> e agricultura familiar é de fundamental importância e formaliza uma relação de ganha-ganha, beneficiando ambos os lados.
Braga; Lorenzi (2014).	- Consumidores brasileiros buscam uma alimentação sofisticada e saudável, levando chefs renomados a enfatizar a qualidade dos ingredientes e a buscar proximidade com a agricultura familiar para garantir a origem dos insumos.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Nos últimos anos, tem sido notável o aumento no número de pessoas que adotam hábitos alimentares mais saudáveis, impulsionados por uma crescente conscientização sobre a importância da alimentação. De acordo com Chagas (2021), essa tendência tem levado alguns *chefs* e restaurantes a se abastecerem com ingredientes orgânicos, que são cultivados localmente e oferecem alta qualidade.

No contexto brasileiro, Neves, Vieira e Ribeiro (2021) observam que a agricultura orgânica, embora ainda relativamente modesta em comparação com países europeus, tem experimentado um crescimento notável nos últimos anos, impulsionado em grande parte pela gastronomia. Braga e Lorenzi (2014) destacam que o número de *chefs* e restaurantes que estabelecem parcerias com a agricultura familiar tem aumentado. A agricultura familiar oferece uma diversidade de insumos, o que possibilita aos *chefs* criar receitas únicas e diversificadas para seus cardápios.

Fuzinato e Santos (2020) complementam essa ideia ao mencionar que a oferta de produtos orgânicos em feiras facilita a obtenção de alimentos frescos e de alta qualidade, permitindo aos *chefs* e restaurantes adquirir produtos colhidos no mesmo dia. Essa proximidade entre a produção e o preparo dos alimentos contribui para a obtenção de pratos com sabores e aromas distintos.

Os estudos de Zaneti (2017) indicam tem se aproximado do meio rural, especialmente devido ao uso crescente de ingredientes locais e tradicionais na gastronomia contemporânea. Isso tem levado à diversificação dos cardápios e resultou em pratos que se destacam tanto visual quanto gustativamente. Assim, Zaneti e Dorigon (2015) argumentam que a estreita relação entre *chefs* e agricultura familiar beneficia ambas as partes, estabelecendo um cenário de ganha-ganha.

Muñoz *et al.* (2016) identificam um desafio relevante na certificação orgânica no Brasil devido à complexidade dos requisitos legais, particularmente onerosos para pequenos produtores familiares. O suporte adequado é essencial para garantir a sustentabilidade da produção orgânica. Isso revela a necessidade de mais incentivos e políticas públicas para fortalecer a agricultura orgânica e destacar seus benefícios. Nesse sentido, é evidente que a gastronomia contemporânea desempenha um papel fundamental na promoção de hábitos alimentares mais saudáveis e na valorização da agricultura familiar e dos alimentos orgânicos. A colaboração entre *chefs* e produtores rurais têm permitido a introdução de ingredientes frescos e de alta qualidade nos cardápios, além de contribuir para a preservação da cultura culinária local e o fortalecimento da sustentabilidade. Essa conexão entre a gastronomia e a agricultura familiar é uma tendência que parece estar se consolidando, beneficiando tanto os consumidores quanto os produtores rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada destaca a gastronomia contemporânea como uma grande aliada na valorização dos produtos orgânicos cultivados pela agricultura familiar. No cenário gastronômico atual, os produtores da agricultura familiar têm encontrado um mercado favorável para seus alimentos cultivados sem aditivos químicos.

Isso resulta em cardápios diferenciados, com sabores e aromas mais intensos, possibilitando aos *chefs* e restaurantes satisfazer a demanda de uma nova geração de consumidores preocupados com a saúde e a sustentabilidade.

O aumento do consumo consciente, impulsionado por uma parte significativa da população que valoriza a saúde e o meio ambiente, tem incentivado a aproximação direta entre produtores e consumidores. Esse vínculo de confiança se fortalece à medida que os consumidores buscam alternativas saudáveis e os *chefs* e pequenos produtores encontram espaços para comercializar seus produtos orgânicos. Nesse contexto, as feiras desempenham um papel fundamental na aquisição de alimentos diversificados e locais.

No entanto, o desafio da complexidade dos requisitos legais na certificação orgânica no Brasil merece destaque, pois exige que os produtores mantenham registros detalhados de todas as atividades, o que é especialmente difícil para pequenos produtores familiares. A falta de capacitação e a necessidade de dedicação integral à produção orgânica tornam essa tarefa ainda mais desafiadora, dada a realidade de muitos desses agricultores que trabalham sozinhos ou com o apoio de suas famílias.

Conclui-se, que a temática abordada na pesquisa é de extrema relevância e merece um debate mais aprofundado, politizando os profissionais de cozinha para a elaboração de cardápios saudáveis por meio do consumo de produtos orgânicos, principalmente aqueles provenientes da agricultura familiar. Essa abordagem está alinhada com vários ODS, incluindo segurança alimentar, preservação ambiental, saúde, consumo sustentável e outros.

Portanto, sugere-se que futuros estudos investiguem a integração da gastronomia contemporânea, a agricultura familiar e os alimentos orgânicos como parte central das estratégias para promover os ODS. A criação de parcerias e o reconhecimento dos produtos locais podem desempenhar um papel crucial na busca por um mundo mais saudável, sustentável e equitativo, alinhado com as metas globais estabelecidas pela ONU.

REFERÊNCIAS

- BALESTRO, M. V; ZANETI, T B. Valoração de produtos tradicionais no Circuito Gastronômico: lições do Cerrado. **Sustainability in Debate**, 6 (1), 2236, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15669/13993>. Acesso em: 18 março 2023.
- BENEMANN, N. W; MENASCHE, R. Pitadas sobre tradição e inovação na cozinha contemporânea: por uma antropologia do cozinhar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 25(3), 477496, 2017. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA25-3_01_pitadas. Acesso em: 18 março 2023.
- BERTAMONI, I. **O cozinheiro e o cozinhar como ofício artístico**: a comensalidade no restaurante Valle Rústico [Garibaldi-RS, Brasil]. Dissertação de Mestrado - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2022.
- BRAGA, D; LORENZI, C. O. (2014). Da roça ao chef. **Revista Hortifruti Brasil**. CEPEA – ESALQ –USP,2014. Disponível em: <https://www.hfbrasil.org.br/br/revista/da-roca-ao- chef.aspx>. Acesso em: 6 março 2023.
- BRITO, S. A. **Cozinha peruana**: Desenvolvimento estruturados e seus usos culinários. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), 2019. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/86721>. Acesso em: 28 maio 2023.
- CHAGAS, I. L. A. **Os restaurantes como oportunidades de compras da agricultura familiar de Corumbá/MS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4197>. Acesso em: 10 de março de 2023.
- CORRÊA JUNIOR, C. A; OLIVEIRA, I. M. de.; SOUSA, J. L. C. de; NASCIMENTO, N. V. do; MELO, F. dos S. N. de. Sustentabilidade na gastronomia contemporânea. **Research, Society and Development**, [S. /], v. 10, n. 9, p. e39510917508, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i9.17508. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17508>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- DAROLT, M. R; LAMINE, C; BRANDENBURG, A; ALENCAR, M. D. C. F; ABREU, L. S., (2016). Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, 19, 0122. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/KgSQNgpc5gF5Tx65N9H7DGd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 março 2023.

FUZINATTO, N. M.; SANTOS, J. S. Agricultura urbana como recurso competitivo em serviços alimentares: uma avaliação por meio da teoria da visão baseada em recursos. **Revista Turismo: Visão e Ação**, v. 22, p. 0223, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/Yr3pHzgFJtrYVsPy5t55mpr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 abril 2023.

MACHADO, L. S.; ROCKETT, F. C.; PIRES, G. C.; CORREA R. S.; OLIVEIRA, A. B. A. (2018). **Alimentos orgânicos e/ou agroecológicos na alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul, Brasil**. Demetra. 13(1); 101-115. DOI: 10.12957/demetra.2018.30699; Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/30699>. Acesso em: 17 maio 2023.

MCBRIDEA, A. E; FLORE, R. **The changing role of the chef**: A dialogue. International Journal of Gastronomy and Food Science. Volume 17, October 2019, 100157. DOI: doi.org/10.1016/j.ijgfs.2019.100157; Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1878450X18301616>. Acesso em: 20 maio 2023.

MORAES, M. D; OLIVEIRA, N. A. M. **Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades**. RDSD v. 3 n. 1 (2017) 19-37. ISSN 24465496. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/3372/3465>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

MUÑOZ, C. M. G; MUÑOZ C. M. G; SOARES, J. P. G; JUNQUEIRA, A. M. R. Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF). **Rev. Econ. Sociol. Rural** 54 (02) - Apr-Jun 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540209>. Acesso em: 24 de outubro de 2023

NEVES, V. H; VIEIRA, F; RIBEIRO, F. **Caracterização do perfil dos produtores de cultivos orgânicos na região de Goiânia-go**. Enciclopédia Biosfera, v. 18, n. 38, 2021. DOI: 10.18677/EnciBio_2021D11. Disponível em: <http://conhecer.org.br/enciclop/2021D/caracterizacao%20do%20perfil.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

ROCHA, A. M. R. **Gastronomia do Peru**: Evolução e Globalização. Dissertação de Mestrado. 2019. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/115102/1/Rocha_2019.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2023.

SCHNEIDER, S; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. V. 17(1). 56-71, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/151097>. Acesso em: 29 maio 2023.

ZANETI, T. B. (2017). **Cozinha de raiz**: as relações entre chefs, produtores e consumidores a partir do uso de produtos agroalimentares singulares na gastronomia contemporânea. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/164708>. Acesso em: 10 de março de 2023.

ZANETI, T. B.; DORIGON, C. B. **Os produtos tradicionais nas cozinhas dos chefs**: uma discussão sobre a valorização das relações entre chefs e produtores na gastronomia contemporânea a partir da observação do congresso Mesa Tendências. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2015, Porto Alegre (RS). Disponível em: <http://automacaodeeventos.com.br/sociologia/sis/inscricao/resumos/0001/R1962-1.PDF>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

ZANETI, T. B.; SCHNEIDER, S. A conversa chegou à cozinha: um olhar sobre o uso de produtos agroalimentares singulares na gastronomia contemporânea. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**. Curitiba, PR. Vol. 1, n. 1 (jan./jun. 2016), p. 1.11.27, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151138/001009928.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 de março de 2023.

4

*Jeorgia Gabriela Bertoldo
Jamison Pinheiro Ribeiro
Helena Silva Oliveira
Marcos Vinicius Lazzaretti*

UM OLHAR SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA RESILIÊNCIA FRENTE AO MUNDO RURAL

***A LOOK AT FAMILY FARMING AND ITS
RESILIENCE IN THE RURAL WORLD***

SUMÁRIO

RESUMO:

Na década de 1990 surgiu no Brasil, a expressão difundida como “agricultura familiar”, neste período o país passava por uma transformação no rural com a modernização da agricultura através de novas formas produtivas. Diante disso, este estudo baseou-se em entender a resiliência da agricultura familiar. Para isto, refletiu-se acerca da essência da agricultura contemporânea, realizando uma busca ao seu contexto histórico, que vem desde o campesinato, resenhando sua lógica e natureza constitutiva. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica através das palavras-chaves, agricultura familiar, mundo rural e resiliência, com foco em levantar informações sobre conhecimento científico pertinente, o qual proporciona um pensamento crítico sobre o potencial que a agricultura familiar possui no Brasil. Ao longo dos anos os atores da agricultura e pecuária do país, passaram a identificar-se como protagonistas de uma categoria, capaz de alimentar e transformar o cenário brasileiro, ressignificando-se dentro do campo das políticas de desenvolvimento, através de estratégias locais na perspectiva de fortalecer sua classe social, hoje conhecida como agricultura familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar; resiliência; ruralidade.



SUMÁRIO

ABSTRACT:

In the 1990s, Brazil coined the term “family farming”. During this period, the country was undergoing a rural transformation with the modernisation of agriculture through new forms of production. This study was based on understanding the resilience of family farming. To do this, we reflected on the essence of contemporary agriculture, searching for its historical context, which goes back to the peasantry, reviewing its logic and constitutive nature. A bibliographical search was carried out using the keywords family farming, rural world and resilience, focussing on gathering information about relevant scientific knowledge, which provides critical thinking about the potential of family farming in Brazil. Over the years, these players in the country’s agriculture and livestock sectors have come to identify themselves as protagonists of a category capable of fuelling and transforming the Brazilian scenario, re-signifying themselves within the field of development policies, generating local, regional and national strategies with a view to strengthening their social class, now known as family farming.

Keywords: family farming; resilience; rurality.

INTRODUÇÃO

Na iniciativa de compreender a capacidade da agricultura familiar em resistir, e de gerir resiliência, firmando os aspectos importantes e predominantes para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, se faz necessário considerar a total capacidade de levantar estratégias de sobrevivência a construção de arranjos criativos e institucionais capazes de garantir sua existência dentro do cenário agrário brasileiro.

Se detendo a este entendimento, o objetivo do estudo baseou-se em entender a resiliência da agricultura familiar. Para isto, refletiu-se acerca da essência da agricultura contemporânea, realizando uma busca ao seu contexto histórico, que vem desde o campesinato, resenhando sua lógica e natureza constitutiva. Definida a problemática do trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica através das palavras-chaves, agricultura familiar, mundo rural e resiliência, condicionando o foco em levantar informações sobre conhecimento científico pertinente, o qual proporciona um pensamento crítico sobre o potencial que a agricultura familiar possui no Brasil.

A coleta e abordagem teórica tiveram um foco nas aproximações que possui agricultura familiar nas suas bases empíricas dentro da realidade das famílias e de seus contextos históricos, entendendo sua incursão no meio sociológico e econômico. Buscou-se qualificar com brevidade o tema com interpretações múltiplas de identidades políticas, sociais e econômicas que este setor produtivo agrega ao agricultor familiar.

O trabalho está estruturado em quatro partes, além da introdução e das considerações finais, na primeira parte um resgate histórico e conceitual acerca da agricultura familiar no Brasil, seu surgimento e as organizações mentoras de sua compreensão, na segunda parte apresenta-se uma análise sobre a resiliência desta categoria aos enfrentamentos no meio rural e suas adaptação aos problemas no campo, na terceira parte do artigo destaca-se a noção

do mundo rural contemporâneo para a garantia da existência dos estabelecimentos rurais e na última parte do trabalho uma análise um pouco mais aprofundada da agricultura familiar frente às mudanças que ocorrem na sociedade, e em como os agricultores se inserem para garantirem sua existência e adaptabilidade diante de problemas a serem enfrentadas na agricultura.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente trabalho possui características de uma pesquisa exploratória, em que se busca um maior conhecimento sobre a resiliência da agricultura familiar frente às mudanças do cenário rural, fazendo uma busca sobre o problema apontado na pesquisa o tornando mais explícito (Gil, 2010). Realizou-se uma pesquisa do tipo qualitativa, buscando aprimorar as ideias chaves levantadas no objetivo da pesquisa. Dado o caráter do trabalho, o seu planejamento se torna flexível, de maneira em que surgem novas possibilidades a considerar dentro dos diversos aspectos relacionados ao tema central do estudo (Exterckoter, 2016).

Por meio deste princípio, para esta pesquisa, a realização da coleta de dados foi por meio dos procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica e através do levantamento de dados secundários. Portanto, a pesquisa, coleta e análise de dados, ocorreu em duas etapas, conforme segue.

Etapla 1: A realização do levantamento bibliográfico através da busca nas plataformas de pesquisa científica: *SciELO*; *Scopus/Elsevier*; *CAFe-CAPES* - Periódicos Capes. Com busca na objetividade de alcance de dados, se fez o uso de palavras chaves como: "Agricultura familiar"; "Resiliência" e "Mundo Rural". A presente etapa foi realizada para compor a base teórica da pesquisa, elencar conceitos, teorias e metodologias de análise.

Etapa 2: A segunda etapa consiste na coleta de dados secundários. A fonte de dados secundários utilizada foram os Censos Agropecuários dos anos 2006 e 2017, por meio da qual obteve-se dados da população presente no campo, os estabelecimentos rurais, a produção agrícola e pecuária que advém das famílias do meio rural, considerando assim, as inter-relações, cenários, os diversos modos e instrumentos de ação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Surge no Brasil em meados da década de 1990, a expressão difundida como “agricultura familiar”, neste período o país passava por uma transformação no rural com a modernização da agricultura através de novas formas produtivas. Diante disso, as discussões acerca do tema possuíam uma esfera política e, somente depois adentrou o meio acadêmico, onde até a década de 1950 os estudos rurais eram voltados para produção agrícola no campo e as relações com a natureza, foi então que, nos anos 90 muda-se o foco das pesquisas no intuito de conhecer, entender os objetivos dos estabelecimentos familiares agrícolas e seu funcionamento quanto a agricultura (Schneider, 2003).

A delimitação formalmente o conceito de agricultor familiar no Brasil são realizados alguns estudos para tentar dimensionar esta categoria vigente, para assim, compreender suas variações, particularidades, inserções e práticas que fazem desta agricultura uma forma de trabalhar o meio rural em um contraste mais dinâmico. Para tal, a Lei 11.326 considera que: [...] agricultor familiar e/ou empreendedor familiar rural é a pessoa que realiza atividades agrícolas no meio rural (Brasil, 2014a).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) e Agricultura o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Lei 11.326, a compreensão de agricultura familiar possui características específicas para sua análise fazendo destaques para conceituar de forma clara e concisa o funcionamento da agricultura familiar, que estão representadas no quadro 01.

Quadro 1 - Definição de Agricultura Familiar de acordo com as organizações e a Lei 11.326

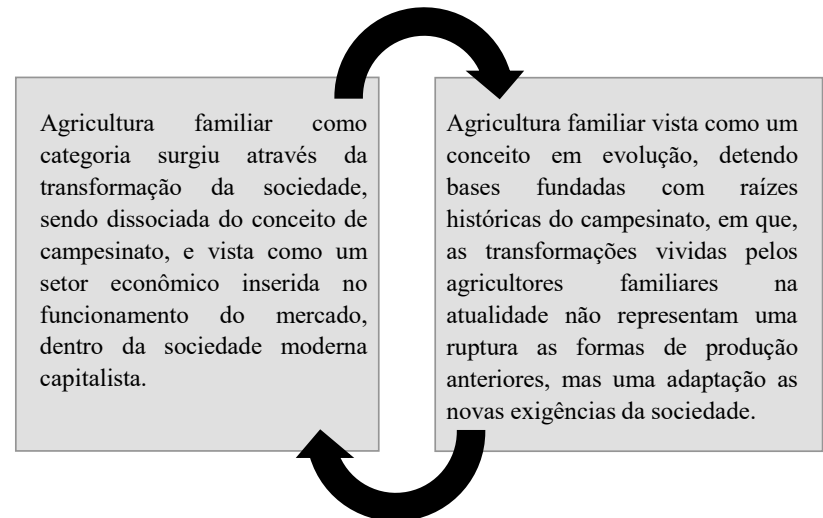
SEGUNDO (FAO) E O (INCRA)	SEGUNDO A LEI 11.326
I. A gestão do estabelecimento produtivo e todos os investimentos gerados, precisam ser realizados por pessoas que mantenham uma relação sanguínea ou casamento.	I. O proprietário do estabelecimento familiar não detenha qualquer título ou uma área maior que quatro módulos fiscais.
II. A força de trabalho precisa ser igualmente distribuída entre todos os membros da família que trabalham no estabelecimento.	II. O estabelecimento familiar precisa predominantemente utilizar da mão-de-obra familiar na realização das atividades agrícolas econômicas dentro do estabelecimento ou empreendimento.
III. O estabelecimento rural agrícola pertencente à família é somente entre os membros que realizam a transmissão, caso haja falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pelo estabelecimento rural produtivo.	III. A renda necessita ser originada de atividades agrícolas econômicas desenvolvidas dentro do estabelecimento pela família, na forma definida pelo Poder Executivo.

Fonte: adaptado (INCRA/FAO, 1996, p. 4 apud INCRA/FAO, 2000, p. 8); (BRASIL, 2014a).

De modo geral, até o início da década de 1990 não existia uma política pública que abrangesse na totalidade o conceito da agricultura familiar, entendendo as particularidades e necessidades específicas dos agricultores familiares. Em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com intuito de atender e mostrar reivindicações que eram geradas pelos agricultores rurais. A criação do PRONAF representou uma luz de legitimação advinda do estado brasileiro ao agricultor familiar, que até então era esquecida quando se tratava de políticas públicas agrícolas.

Existe um conceito que procura descrever a agricultura familiar na forma mais simplificada, como: “É uma unidade de produção agrícola em que a propriedade e trabalho estão de forma mais pura ligados à família” (Lamarche, 1997, p. 15). Wanderley (1996), que buscou retratar as consequências fundamentais para como esta forma de produção atua. Outros autores citados na figura 01 buscam esclarecer melhor a compreensão da agricultura familiar brasileira através de conceitos acerca de como esta categoria se organiza dentro da conjuntura do Brasil.

Figura 1 - Delimitação conceitual de agricultura familiar no Brasil



Fonte: (Carneiro; Maluf, 2003); (Altafin, 2009).

A RESILIÊNCIA E EXISTÊNCIA DE UMA CATEGORIA

Umas das principais características de um sistema resiliente é sua flexibilidade e capacidade de perceber ou fortuitamente de criar opções para enfrentar situações imprevistas e pressões externas, decorrentes do meio em que ela está inserida. A realidade dinâmica

e incerta dos sistemas agrários é rica em surpresas, exigindo de seus componentes, a capacidade de adaptação a novas circunstâncias. Características provenientes de sistemas agrícolas mais complexos são a base da sua resiliência amplificada, em relação aos sistemas convencionais de produção. Mas entende-se que a resiliência social abrange a ecologia, ampliando-a a aspectos sociais, econômicos e culturais. A discussão acerca da resiliência extrapola a questão ecológica e envolve aspectos gerais da reprodução social das famílias (Bernard *et al.* 1999). A resiliência envolve a permanência das famílias rurais de se manterem vivas dentro das condições de produção através do tempo e diz respeito ainda à auto-organização e ao “aprendizado” para a adaptação a situações limite (Vincenti, 2009).

Nos dias atuais, estudos sobre a resiliência no rural são emergentes para compreender o enfoque principal de como os agricultores e as comunidades rurais têm de se flexibilizar quanto à produção e a sua capacidade adaptativa aos entraves enfrentados. Um dos principais problemas que os agricultores precisavam enfrentar eram de ordem ambiental (granizos, geadas, secas) como também de ordem econômica, dada as incertezas do mercado. Entretanto, problemas mais complexos como concorrência desleal, globalização e as intensas mudanças ambientais exigem dos agricultores respostas adaptativas mais eficazes, onde é necessária compreensão da resiliência dos sistemas de produção como resposta promissora para o desenvolvimento rural (Darnhofer, 2014; Glover, 2012).

O MUNDO RURAL E SUAS MODIFICAÇÕES NA ATUALIDADE

Abramovay (1997) defende um conceito de ruralidade territorial baseada na literatura internacional, onde o mesmo destaca três aspectos relevantes em sua análise: o contato com a natureza, áreas que não sejam muito povoadas e uma total dependência do urbano. Mas para Veiga (2001) o meio rural pode ser entendido somente

como uma área externa ao perímetro urbano e tão somente ligados a atividades agrícolas, fazendo assim uma crítica de que rural é território e não setorial, como se é mostrado por programas governamentais. (Kageyama, 2004; Marques, 2002).

O ambiente rural como são apontados pelos estudos, tem em sua construção certas singularidades, o que torna este meio movido por questionamentos, inserido dentro de debates e pesquisas acadêmicas que buscam uma representação dicotômica entre o que é rural e o que urbano expressando suas distinções e especificidades, implantando nesses espaços políticas que venham a promover o desenvolvimento. Segundo Delgado e Leite (2011, p. 431), estes estudos estão pautados a aspectos ligados à pobreza no meio rural e a desigualdade social.

As transformações que ocorreram no rural brasileiro, trazem reflexões que visam compreender o desenvolvimento deste meio. Novas abordagens metodológicas e empíricas fortaleceram a construção de uma categoria social, a qual responde por mudanças sociais, políticas e econômicas, e através de sua multifuncionalidade ocupa posição de destaque, ao que tange os instrumentos de desenvolvimento.

A AGRICULTURA FAMILIAR DIANTE DAS MUDANÇAS NO CAMPO RURAL

A crise do modelo produtivo gerou transformações na forma de produção agrícola, bem como, as condições sociais e econômicas que os agricultores que fazem parte deste meio estão envolvidos. Resultando em modificações de ações por meio de organizações e movimentos sociais que adentram neste combate de transformação para reivindicar e trazer a importância que a agricultura familiar representa (Oliveira *et al.*, 2015).

Os atores Abramovay (1997) e Schneider (2006), fomentam o debate acerca da agricultura familiar, onde a compreensão da estrutura familiar rural com sua base fundamentada primordialmente na força de trabalho dos membros da unidade familiar como mostra o quadro 02, evidencia justamente a persistência e sobrevivência desta agricultura familiar, que ao longo dos tempos enfrenta diversas mudanças sociais e econômicas, sendo que, partes destas famílias sofre com a desagregação e desaparecimento quando estão condicionadas a eventualidades externas.

Quadro 2 - Características da agricultura familiar

Características intrínsecas do estabelecimento familiar	
A gestão do estabelecimento é feita pelo próprio proprietário.	O estabelecimento agrícola é empreendido por laços de parentesco com o responsável.
A força de trabalho advém fundamentalmente da família.	Toda a produção e o capital advindo da propriedade é pertencente à família.
O patrimônio gerado e os ativos são objeto de transferência interna intergeracional da família.	De modo direto os membros da família convivem na unidade de produção.

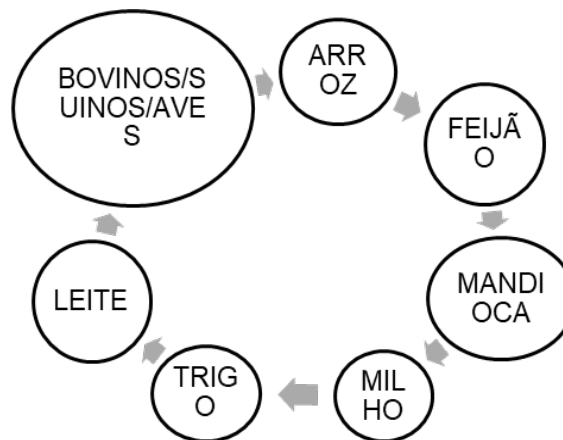
Fonte: Abramovay (1997).

Atualmente a agricultura familiar está consolidada e difunde-se em diferentes setores da sociedade, gerando categorias de análise que podem ser utilizadas para caracterizar as unidades de produção familiar, como é o caso do campesinato, de pequenas produções, uma agricultura voltada para a subsistência das famílias do campo e com uma produção de renda baixa, dentre outras formas de análises. Entendo esse dinamismo da agricultura familiar, acaba nesse sentido, dando base para se utilizar o termo como um guarda-chuva conceitual, sendo capaz de abrir inúmeras situações pertinentes, indo de frente em oposição a uma agricultura patronal (Altafin, 2009).

Com buscas nestas mudanças que a agricultura familiar vem passando ao longo dos anos firmando sua legitimidade dentro do campo de estudos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos de 2006 e 2017 realizaram o censo agropecuário com o levantamento estatístico da população rural do país. Foi identificado cerca de 5.175.636 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 333,7 milhões. Destes estabelecimentos, 4.366.267 são da agricultura familiar, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros.

Identificou-se que agricultura familiar continua sendo responsável de garantir a segurança alimentar, sendo a principal fornecedora de alimentos para o mercado, produzindo alimentos que visam suprir a necessidade da população brasileira de forma geral (Oliveira *et al.*, 2015). Assim, a agricultura familiar é responsável pela produção de diversos alimentos como demonstrado na figura 02, com alimentos de origem vegetal e animal.

Figura 2 - Principais alimentos produzidos pela agricultura familiar



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006/2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi trazer um olhar para a agricultura familiar no Brasil, onde que a mesma passou e tem passado por diversas mudanças, influenciada diretamente pela economia e pelo desempenho que a agricultura alcança no país. Ao longo dos anos os atores da agricultura e pecuária do país, passaram a identificar-se como protagonistas de uma categoria, capaz de alimentar e transformar o cenário brasileiro, ressignificando-se dentro do campo das políticas de desenvolvimento, gerando estratégias locais, regionais e nacionais na perspectiva de fortalecer sua classe social, hoje conhecida como agricultura familiar.

A resiliência vem da capacidade de se adaptar e disputar lugar dentre as diversas transformações que ocorrem no mundo rural, com base nas economias contemporâneas. Um dos problemas que o Brasil enfrenta, não é somente a sobrevivência das unidades familiares que carregam valores produtivistas de conhecimento, acesso e recursos para suas atividades, mas também, como oferecer prosperidade e melhores condições de vida para as famílias rurais, que atualmente se encontram fora destas condições.

Dessa forma, para que haja o desenvolvimento rural, seja este por região ou comunidade rural, gerenciado por pessoas e instituições onde que por meio coletivo determinam o destino da agricultura, enfrente as condições em que se faz necessário uma adaptação, onde se determina a sua continuidade, sobressaltando assim, a sua capacidade de gerir resiliência, na construção de um desenvolvimento duradouro.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. *In: São Paulo em perspectiva*, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997. Disponível em: https://xayimg.com/kq/groups/27847219/1202928906/name/Agricultura_familiar.pdf. Acessado em: outubro, 2022.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2009. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultorafamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view>. Acesso em: outubro, 2022.
- BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. **Agricultura Familiar, seu Interesse Acadêmico, sua Lógica Constitutiva e sua Resiliência no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S045-S062, 2014.
- BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Presidência da República – Casa Civil. 2014a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: outubro, 2022.
- BROOKFIELD, Harold. **Exploring Agrodiversity**. New York: Columbia University Press. 2001.
- CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- DARNHOFFER, I. **Resilience and why it matters for farm management**. European Review of Agricultural Economics (in press), 2014.
- EXTERCKOTER, R. K. **Resiliência e Desenvolvimento Regional: o Papel da Agricultura Familiar no Oeste de Santa Catarina**. - Florianópolis, SC, 2016. 349 p.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GLOVER, J. Rural resilience through continued learning and innovation. **Local Economy**, v. 27, n. 4, p. 355-372, 2012.
- INCRA/FAO - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / *Food and Agriculture Organization*. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA /FAO. 2000. Disponível em: <http://www.faser.org.br/anexos/Retratodaagricultorafamiliar.pdf>. Acesso em: outubro, 2022.
- IBGE - *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Sistema IBGE de Recuperação automática (SIDRA). **Censo agropecuário 2006**. 2022. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>. Acesso em: outubro, 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação automática (SIDRA). **Censo agropecuário 2017**. 2022. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: outubro, 2022.

INFANTE, F. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. *In*: MELILO, A.; OJEDA, E. N. S. (Orgs.), **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 23-38.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. *In*: **Revista Terra Livre**, ano 18, n. 19. São Paulo. p. 95-112 jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, K. C. S. PINHEIRO, L. I. F. FERRAZ, M. I. F. O desenvolvimento rural e a agricultura familiar no Brasil. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 27. 2015. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2015/01/agricultura-familiar.html>. Acesso em: outubro, 2022.

ORTEGA, A. C. Resenha do livro Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula de autoria de José Eli da Veiga. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304 p. *In*: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 18, abril, 2002: 185-190. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/214/210>. Acessado em: outubro, 2022.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. *In*: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/386.pdf>. Acessado em: outubro, 2022.

TERLUIN, I. Theoretical framework of economic development in rural regions. *In*: **Employment dynamics in rural Europe**. Cromwell Press: Trowbridge, 2000.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol. 15, nº 43, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142001000300010&script=sci_arttext. Acesso em: outubro, 2022.

VINCENTI, R. D. **Conceptos y relaciones entre naturaleza, ambiente, desarrollo sostenido y resiliencia**: caminando por una América Latina en transformación. 2021-08-02. p. 19.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: **XX Encontro anual da ANPOCS**. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu - MG. 1996. Disponível em: http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012_110532.pdf. Acessado em: outubro, 2022.

5

*Hector dos Santos Facco
Igor Binotto Benetti*

AGRICULTURA FAMILIAR E TRABALHO NO BRASIL:

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

***WORK AND FAMILY
FARMING IN BRAZIL:***

A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

SUMÁRIO

RESUMO:

O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática de literatura, objetivando a construção de um levantamento sobre a produção científica, ligada às categorias de pesquisa "Agricultura familiar" e "Trabalho", e ainda, sistematizar as principais temáticas presentes nos trabalhos. Trata-se de uma pesquisa exploratória, onde foi utilizado como base de dados, as plataformas "SciELO" e "Periódicos Capes", sem restrição de período para as publicações. Como resultados, foram encontrados 79 artigos, e construídos 5 grupos principais de temáticas, sendo eles: a) Trabalho de jovens na agricultura familiar; b) Agricultura familiar enquanto categoria; c) Gênero e trabalho na agricultura familiar; d) Unidade de produção; e) Temáticas plurais (outras).

Palavras-chave: agricultura familiar; trabalho; categorias de pesquisa; produção acadêmica.



SUMÁRIO

ABSTRACT:

This study is a systematic review of the literature, with the aim of building a survey of scientific production linked to the research categories "Family farming" and "Work," as well as systematizing the main themes present in the papers. This is an exploratory study, which used the SciELO and Periódicos Capes platforms as a database, with no restriction on the period of publication. As a result, 79 articles were found, and 5 main groups of themes were constructed: a) Youth work in family farming; b) Family farming as a category; c) Gender and work in family farming; d) Production units; e) Plural themes (others).

Keywords: *family farming; labor; research categories; academic production.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda de forma sistemática os estudos indexados nas plataformas nacionais (Brasil) sobre as categorias de pesquisa “Agricultura familiar” e “Trabalho”, a partir de um levantamento exploratório executado no primeiro semestre de 2023². Neste sentido, caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura, executada a partir das plataformas “Periódicos Capes” e “SciELO Brasil”. A formação da categoria, “Agricultura Familiar” parte do movimento que ocorre na sociedade, sendo forjada junto das lutas sociais, dos próprios agricultores familiares, e com colaborações de diferentes setores sociais, entre eles, o setor acadêmico.

A categoria de pesquisa “agricultura familiar” é construída a partir da tradição de estudos sobre o campesinato (como os estudos de Lênin, Kautsky e Chayanov, por exemplo) e mais recentemente com elaborações sobre a agricultura familiar e suas questões contemporâneas. Neste sentido, o vínculo com o campesinato, é caracterizado junto às trajetórias históricas, seja o campesinato ou a agricultura familiar, são categorias atuantes e protagonistas da sociedade, em seus diferentes momentos e contextos históricos, assim como os autores, Mendra (1978) e Wanderley (2003) argumentam em seus trabalhos. Ainda, a agricultura familiar é entendida como portadora de três características interligadas e correlacionadas, sendo a propriedade (terra), o trabalho e a família, possuindo um complexo emaranhado de relações e suas próprias dinâmicas, próximo das elaborações que Lamarche (1993) fez em seu trabalho.

A segunda categoria do levantamento é o “Trabalho”, essa perpassa as diferentes relações sociais, e tem uma ligação importante com as elaborações do campesinato e da agricultura familiar,

2 O presente faz parte de um desafio de elaboração e síntese da disciplina de “Sociologia do trabalho” vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGSC) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desenvolvida no segundo semestre letivo de 2022.

principalmente do trabalho familiar. A sociedade em sua totalidade é organizada por diferentes fatores, sendo um deles, a centralidade do trabalho nas relações sociais, e nas suas diferentes dimensões. Portanto, considera-se aqui a leitura e o entendimento construído a partir da obra de Lukács, que trata de buscar entender o ser social a partir da categoria trabalho. Lukács (2012) destaca o caráter do “trabalho”, no papel fundante do ser social, tratando-se de uma atividade da própria essência humana, do ato de ser, se reconhecer e constituir-se humano, bem como no processo de socialização da dinâmica da vida social, e no ato de “rompimento” com o meio natural. Assim, o trabalho estrutura os processos de sociabilidade, sendo um elemento central para as relações sociais, em seu sentido ontológico.

As relações sociais, da produção e reprodução social do humano e da sociedade, tem nas categorias “Trabalho” e “Agricultura familiar” diálogo direto, em especial, porque o trabalho familiar é algo que caracteriza a agricultura familiar. Posto isso, frente a essas duas categorias, o presente estudo objetiva construir um levantamento sobre a produção bibliográfica e sistematizar as principais temáticas ligadas às duas categorias aqui abordadas. Deste modo, o presente trabalho está estruturado em 3 partes além desta introdução, sendo na sequência apresentados os aspectos metodológicos do trabalho; os trabalhos levantados, assim como, os identificados como oportunos para a presente revisão, para por fim, traçar algumas considerações sobre os trabalhos explorados, assim como as categorias chaves.

CAMINHOS ADOTADOS PARA A REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

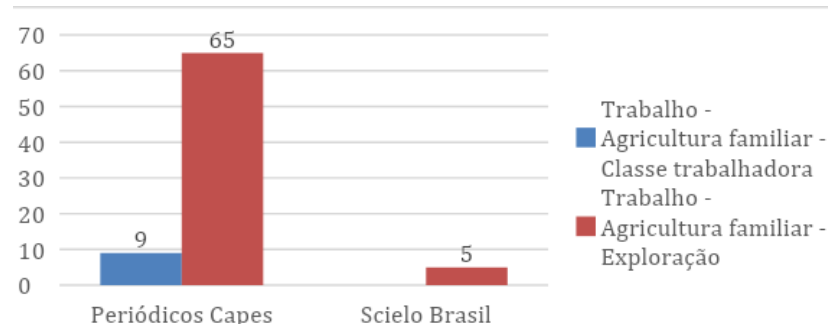
O levantamento executado no presente estudo, tem como problemática de pesquisa “Identificar as principais temáticas que são trabalhadas junto às categorias “Trabalho” e “Agricultura familiar”,

na produção bibliográfica, vinculada aos portais brasileiros”, sendo utilizado as plataformas “SciELO” e “Periódicos Capes” para execução do presente estudo.” Ainda, não foi delimitado um período específico nas plataformas, assim utilizando-se de toda a base de dados disponível nas plataformas, em questão de tempo.

A partir da problemática, a metodologia usada foi de uma revisão sistemática de literatura, a partir de quatro palavras-chaves, com as seguintes combinações: a) “Trabalho”; “Agricultura familiar”; “Classe trabalhadora”; e b) “Trabalho”; “Agricultura familiar”; “Exploração”.

As duas primeiras palavras-chaves utilizadas nas combinações foram “Trabalho e Agricultura familiar”, tratando-se das categorias centrais no levantamento. A terceira palavra-chave (Classe trabalhadora ou Exploração), teve como objetivo o direcionamento para trabalhos que abordassem leituras sobre classes sociais, em especial sobre a classe que vive de seu trabalho, e a segunda combinação, utilizou-se a palavra chave “exploração”, essa por se vincular as abordagens ligadas ao materialismo-histórico, método sociológico que busca ler o feixe de relações sociais a partir da centralidade do trabalho. Deste modo, o levantamento realizado conforme a descrição acima, obteve como resultado 79 trabalhos, onde esses estão distribuídos conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Trabalhos levantados nos portais “Periódicos Capes” e “SciELO Brasil”



Fonte: Autoria própria (2023).

A partir da análise dos títulos dos trabalhos levantados (79) nas duas plataformas, constatou-se a repetição de 22 trabalhos, assim, as duplicatas foram eliminadas, formando um total de 58 trabalhos. Esses publicados em 46 periódicos diferentes que se encontram no Quadro 1 (a seguir). Os periódicos com maior número de trabalhos encontrados foram a “Revista de Economia e Sociologia Rural” com 5 artigos; seguido pelos periódicos “Revista de Ciências Agrárias”, “Acta Scientiarum Agronomy” e “Revista verde de agroecologia e desenvolvimento sustentável”, todos com 3 artigos publicados; O periódico “Análise social” consta com 2 trabalhos; e os demais periódicos todos contaram com uma publicação cada.

Quadro 1 - Frequência dos periódicos que tiveram artigos consultados pelas categorias Trabalho e Agricultura familiar

REVISTA	F (%)	REVISTA	F (%)
Revista de Economia e Sociologia Rural	5	Revista espaço acadêmico	1
Revista de Ciências Agrárias	3	Ciência florestal	1
Acta Scientiarum. Agronomy	3	Revista Agroecossistemas (Online)	1
Revista verde de agroecologia e desenvolvimento sustentável	3	Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental	1
Análise social	2	Agro@mbiente on-line	1
Revista internacional interdisciplinar INTERthesis	1	Pesquisa agropecuária tropical	1
Revista Brasileira de Educação	1	Boletim de geografia	1
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	1	Scientiae studia	1
Redes (Santa Cruz do Sul, Brazil)	1	Revista Economía y sociedad	1
Revista brasileira de políticas públicas	1	Holos (Natal, RN)	1
Revista Pegada Eletrônica	1	Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes	1

REVISTA	F (%)	REVISTA	F (%)
Estudos feministas	1	InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais	1
Temporalis	1	Revista ideias interfaces em desenvolvimento, agricultura e sociedade,	1
Revista do Departamento de Geografia	1	Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes	1
Guaju	1	Campo-território	1
DRd - Desenvolvimento Regional em debate	1	Revista verde de agroecologia e desenvolvimento sustentável	1
Revista de Políticas Públicas	1	Cultura Agrônômica (Online),	1
Revista ciência em extensão	1	Revista brasileira de engenharia agrícola e ambiental	1
Revista de Geociências do Nordeste	1	Economic botany	1
Physis: Revista de Saúde Coletiva	1	IRRIGA	1
Revista NERA	1	Archivos de zootecnia	1
Empus (Brasília, Brazil)	1	Caatinga	1
Estudos sociedade e agricultura	1	Archivos de zootecnia	1
TOTAL			58

Fonte: Autoria própria (2023).

Desta forma, foram analisados 58 trabalhos com base nos títulos, palavras-chaves e resumos, tendo como critérios: a) relação com a categoria trabalho; b) análises das relações de trabalho na agricultura familiar brasileira; c) análises sobre a categoria ou setores da agricultura familiar, que citassem explicitamente as relações de trabalho. Diante desses critérios podemos chegar a uma amostra de 20 trabalhos, a partir das categorias “Trabalho” e “Agricultura familiar”, que serão abordados de forma coletiva na sequência.

TEMÁTICAS TRABALHADAS JUNTO ÀS CATEGORIAS “AGRICULTURA FAMILIAR” E “TRABALHO”

Estabelecida a amostra dos 20 trabalhos selecionados, buscou-se identificar trabalhos com temáticas semelhantes, para assim, construir aproximações e grupos, como podemos ver no Quadro.

Quadro 2 - Grupos temáticos

Nº	Grupos temáticos
1	Trabalho de jovens da agricultura familiar
2	Agricultura familiar enquanto categoria
3	Gênero e trabalho na agricultura familiar
4	Unidades de produção
5	Temáticas plurais (outras)

Fonte: Autoria própria (2023).

O primeiro grupo aborda a temática do “*trabalho de jovens da agricultura familiar*”, onde os trabalhos utilizam diferentes perspectivas, como é possível perceber a partir dos seus títulos (Quadro 3, a seguir). As três linhas centrais desse grupo podem ser sistematizadas como: a) a relação ao trabalho infantil e a exploração desta força de trabalho, em especial, quanto aos dispositivos legais e as condições sociais de vulnerabilidade, onde levam aos jovens estarem trabalhando nas atividades agropecuárias; b) o trabalho dos jovens, em determinados processos está vinculado à socialização dentro da dinâmica da agricultura familiar, algo ligado ao aprender um ofício, um trabalho, destacando esse como o principal meio de reprodução da categoria agricultura familiar até os dias atuais; c) as relações dos jovem da agricultura familiar com o trabalho é perpassado por diversas outras relações, como relações de geracionais e relações patriarcais, entre outras.

Quadro 3 - Grupo sobre o trabalho de jovens da agricultura familiar

Artigo	Autores
Subalternização no trabalho e na educação de jovens da agricultura familiar no Primeiro e Segundo Planalto do município da Lapa/Paraná: possibilidades de superação	Pereira, M. F. R.; Marcoccia, P. C. P., (2019)
O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS	Marin, J. O. B.; Schneider, S.; Vendruscolo, R.; Silva, C. B. C., (2012)
O uso do território pela citricultura e a permanência do trabalho infantil no Centro-Sul de Sergipe	Vasconcelos, C. A., (2017)
Pedagogia da Alternância e suas Bases Legais numa Perspectiva de Educação Desafiadora para o Campo: Escolas Comunitárias Casas Familiares Rurais no Estado do Pará	Silva, D. S., (2016)

Fonte: Autoria própria (2023).

O segundo grupo é caracterizado pelos trabalhos que discutem a “*agricultura familiar enquanto categoria*”, em especial buscando construí-la, ou identificá-la enquanto possuidora de características específicas (Quadro 4, a seguir). Nesse sentido, Ronsini e Rebellato (2021) apontam para as relações da economia solidária, e argumentam uma dificuldade do reconhecimento dos sujeitos da agricultura familiar, e de sua condição enquanto um setor que compõem a classe que vive de seu trabalho no meio rural.

Já Pereira (2012), apresenta a cooperação e o esforço coletivo, como um elemento que diferencia, e até mesmo demonstra um antagonismo entre o agronegócio e a agricultura familiar no meio rural. Peralta (2022) aborda as experiências agroecológicas em oposição, ou resistência frente à dinâmica de produção capitalista no campo. Por fim, o trabalho de Porto *et al.* (2010) buscou caracterizar um setor da agricultura familiar, sendo esse os pecuaristas familiares, que em suma utilizam de sua própria força de trabalho.

Quadro 4 - Grupo que aborda a agricultura familiar enquanto categoria

Artigo	Autores
A formação da identidade de classe de agricultores familiares: uma articulação teórica entre o consumo de mídia e a participação no movimento social de Economia Solidária	Ronsini, V. M.; Rebellato, M., (2021)
Cooperação e hegemonia na dinâmica do capitalismo contemporâneo: A organização produtiva do MST no Ceará	Pereira, E. M., (2012)
Agroecologia, fortalecendo autonomias relatos dos mutirões agroflorestais no Assentamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, Franco da Rocha, SP	Peralta, M. C. C., (2022)
Pecuária familiar: a emergência de uma categoria social no Sul do Brasil	Porto, R. G.; Bezerra, A. J. A.; Porto, V. H. F.; Caldas, N. V., (2010)

Fonte: Autoria própria (2023).

O terceiro grupo, discute a questão de “*gênero e trabalho na agricultura familiar*”, tendo presente dois trabalhos. Santos (2017) em “A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (reprodutivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja”, demonstrando, como as mulheres são especialmente afetadas pelo processo de expropriação da terra e dos demais recursos da agricultura familiar frente ao avanço da monocultura da soja. O trabalho de Lima e Jesus (2017), intitulado “Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia”, aponta que, o trabalho das mulheres assim como a agroecologia ganharam visibilidade mais recentemente, e são imprescindíveis no processo de oposição ao modo de produção capitalista, e suas relações.

O quarto grupo, discute as “*unidade de produção*”, tendo a presença de dois artigos, sendo o de Alves e Mota (2012) intitulado “Organização do trabalho familiar do espaço rural Paraense: novos arranjos na organização do trabalho e na gestão das unidades de produção”, que considerou 3 pontos que caracterizam a agricultura

familiar, sendo a família, o trabalho e seus meios de produção, ainda apontou problemas no esgotamento dos recursos naturais, e como esse tem influenciado na organização do trabalho na unidade de produção. O segundo trabalho de Souza e Costa (2008), intitulado como “Aspectos da exploração agropecuária das famílias assentadas em duas vilas rurais localizadas no município de Rio Negro/PR”, considerando que, diante dos sistemas de produção familiares, a força de trabalho vem sendo subutilizada, onde poderia-se praticar atividades mais intensivas.

Por fim, o quinto grupo, que reuniu 8 artigos com “*temáticas plúrais (outras)*” de difícil aproximação entre os grupos e entre eles, foram considerados separadamente, e sua relação consta no Quadro 5.

Quadro 5 - Trabalhos que abordam a agricultura familiar em temáticas plúrais (outras)

Artigo	Autores
Transformações da paisagem rural no oeste catarinense e suas (prováveis) relações com as mudanças nas tecnologias agrícolas	Coletti; Amora, (2019)
Colheita manual e diferentes formas de aproveitamento de grãos de gergelim	Queiroga, <i>et al</i> , (2010)
Os pêssegos não caem do céu: relações de trabalho e agricultura familiar na região de Pelotas-RS	Severo; Anjos; Silva, (2020)
Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras	Medeiros; Moreno; Nunes, (1976)
A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos	Carneiro, (2009)
Impactos socioambientales del cultivo de palma africana: los casos mexicano y brasileño	Ávila-Romero; Albuquerque, (2018)
Contributos da pequena agricultura através da metodologia dos Valores de Produção Padrão	Socorro Rosário; <i>et al</i> , (2020)
Estado e campesinato brasileiro: um panorama sobre as relações dos governos federais e as políticas públicas para o campo	Daniel; Bega, (2018)

Fonte: Autoria própria (2023).

De modo geral, destacamos alguns temas presentes nesses trabalhos, como as transformações da paisagem rural, o trabalho manual em algumas cadeias agropecuárias, as relações da agricultura familiar enquanto empregadora na cadeia de pêssegos, e as relações das políticas públicas com a agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o objetivo do trabalho, que consistiu em construir um levantamento sobre a produção bibliográfica e sistematizar as principais temáticas ligadas “Agricultura familiar” “Trabalho”, foram identificadas 79 indexações, com 58 artigos diferentes, publicados em 46 periódicos, onde a “Revista de Economia e Sociologia Rural” possui o maior número de trabalhos levantados. Quanto às principais temáticas trabalhadas na literatura, foram identificados 5 grupos, sendo: a) Trabalho de jovens da agricultura familiar; b) Agricultura familiar enquanto categoria; c) Gênero e trabalho na agricultura familiar; d) Unidade de produção; e) Temáticas plurais (outras).

Diante da presente revisão sistemática de literatura ligada às categorias de estudo “Agricultura familiar” e “Trabalho”, é possível fazer algumas reflexões. A primeira, a categoria “Agricultura familiar” é construída por alguns elementos centrais, sendo eles o acesso à terra, os valores familiares e o trabalho majoritariamente familiar, assim, ela é caracterizada por uma relação distinta da relação capitalista entre patrão e empregado, porém, diversas são as “vírgulas” presentes que se abrem na atual morfologia da sociedade, mesmo que muitas vezes não há uma relação direta de patrão empregado, há outras formas de exploração do trabalho, como é o caso das integradoras no meio rural. Portanto, para uma maior exatidão é importante situar o estudo, principalmente quanto às suas relações.

Um segundo aspecto, é o caso dos jovens na agricultura familiar, pois o trabalho, em especial dos jovens junto aos pais, foi e podemos afirmar que é até hoje, o processo de reprodução da agricultura familiar, para além das relações do trabalho na sociedade “puramente” capitalista. Ainda, quanto aos jovens a diversos desafios frente ao seu trabalho no campo, como questões geracionais, patriarcais e outras que tem levado em muitos casos esses jovens a migrarem para outras atividades, em especial para o assalariamento.

Outra temática a ser destacada é a relação trabalho, agricultura familiar e gênero, que até pouco tempo “era” invisibilizada, sendo o trabalho efetuado pelas mulheres, tratado simplesmente como “ajuda”. Destaca-se ainda, que esse meio carrega traços patriarcais e com isso uma herança machista, potencializando ainda mais a migração das mulheres para outras atividades e perspectivas, essas muitas vezes urbanas.

Ainda um último destaque, é para a ocorrência da contradição frente o trabalho no meio rural, onde alguns trabalhos apontam, entre a agricultura familiar e a agricultura capitalista (agronegócio), colocando em oposição às formas de relações existentes. Porém, a isso cabem ponderações, ocorrem relações de trabalho que não são essencialmente capitalistas no meio rural, em especial nos setores ligados à agricultura familiar, mas isso não quer dizer, que não ocorra um processo de exploração e acumulação capitalista. E ainda, a própria agricultura familiar pode gerar relações capitalistas como a contratação de mão de obra externa a família e assim passar a explorar a força de trabalho.

Por fim, diante da revisão executada, podemos apontar diversos caminhos para uma agenda de pesquisa, como nas relações de trabalho no meio rural, as questões de geração (jovens) e de gênero, entre outras. Essas agendas podem ser executadas junto a agricultura familiar, e tendo na centralidade do trabalho, a suas principais categorias.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- ALVES, K. S.; DA MOTA, D. M. M. Organização do trabalho familiar do espaço rural paraense: novos arranjos na organização do trabalho e na gestão das unidades de produção. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 9, n. 2, p. 191-215, 2012. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n2p191>.
- ÁVILA-ROMERO, A; ALBUQUERQUE, J. Impactos socioambientales del cultivo de palma africana: los casos mexicano y brasileño. **Economía y Sociedad**, v. 23, n. 53, p. 62-83, 2018. <http://dx.doi.org/10.15359/eyes.23-53.4>.
- CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-Terrítório: revista de geografia agrária**, v. 4, n. 8, p. 52-66, 2009. <https://doi.org/10.14393/RCT4811910>.
- COLETTI, T; AMORA, A. M. G. A. Transformações da paisagem rural no oeste catarinense e suas (prováveis) relações com as mudanças nas tecnologias agrícolas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 255-281, 2019. <https://doi.org/10.36920/esa-v27n2-2>.
- DANIEL, V. C. Z.; BEGA, M. T. S. Estado e campesinato brasileiro: um panorama sobre as relações dos governos federais e as políticas públicas para o campo. **Guaju**, v. 4, n. 2, p. 30-47, 2018. <http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v4i2.61594>.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LIMA, M. M. T.; JESUS, V. B. Questions on gender and technology in the construction of agroecology. **Scientiae Studia**, v. 15, n. 1, p. 73-96, 2017. <https://doi.org/10.11606/51678-31662017000100005>.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARIN, J. O. B.; SCHNEIDER, S.; VENDRUSCOLO, R.; SILVA, C. B. C. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, p. 763-786, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000400010>.

MEDEIROS, F. C.; MORENO, M. C.; NUNES, A. S. Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras. **Análise Social**, p. 288-314, 1976. <https://www.jstor.org/stable/41008209>.

MENDRAS, H. Introdução. *In*: MENDRAS, H.; SILVEIRA LINDOSO, M. J. **Sociedades camponesas**. Tradução de Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro, Zahar, p. 11-19, 1978.

PERALTA, M. C. C. Agroecologia, fortalecendo autonomias relatos dos mutirões agroflorestais no Assentamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, Franco da Rocha, SP. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 42, 2022. <https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2022.186101>.

PEREIRA, M. F. R.; MARCOCCIA, P. C. P. Subalternização no trabalho e na educação de jovens da agricultura familiar no Primeiro e Segundo Planalto do município da Lapa/Paraná: possibilidades de superação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240022>.

PEREIRA, E. M. Cooperação e hegemonia na dinâmica do capitalismo contemporâneo: A organização produtiva do MST no Ceará. **Temporalis**, v. 12, n. 24, p. 51-81, 2012. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2012v12n24p51-81>.

PORTO, R. G.; BEZERRA, A. J. A.; PORTO, V. H. F.; CALDAS, N. V. Pecuária familiar: a emergência de uma categoria social no Sul do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, p. 473-494, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032010000200010>.

QUEIROGA, V. D. P. *et al.* Colheita manual e diferentes formas de aproveitamento de grãos de gergelim. **Revista Agro@mbiente On-line**, v. 4, n. 2, p. 110-117, 2010. <https://doi.org/10.18227/1982-8470ragro.v4i2.348>.

RONSI, V. M.; REBELLATO, M. A formação da identidade de classe de agricultores familiares: uma articulação teórica entre o consumo de mídia e a participação no movimento social de Economia Solidária. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 26, 2021. <https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.15747>.

SANTOS, N. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re) produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **Revista de Políticas Públicas**, p. 331-337, 2016. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp331-338>.

SEVERO, P. S.; ANJOS, F. S.; SILVA, F. N. Os pêssegos não caem do céu: relações de trabalho e agricultura familiar na região de Pelotas-RS. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 137-160, 2020. <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2710>.

SILVA, D. S. Pedagogia da Alternância e suas Bases Legais numa Perspectiva de Educação Desafiadora para o Campo: Escolas Comunitárias Casas Familiares Rurais no Estado do Pará. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 1, n. 2, p. 277-304, 2015. <https://doi.org/10.26512/insurgencia.v1i2.18922>.

SOCORRO ROSÁRIO, M. *et al.* Contributos da pequena agricultura através da metodologia dos Valores de Produção Padrão. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 43, p. 14-25, 2020. <https://doi.org/10.19084/rca.19038>.

SOUZA, J. L. M.; COSTA, G. P. Aspectos da exploração agropecuária das famílias assentadas em duas vilas rurais localizadas no município de Rio Negro, Estado do Paraná. **Acta Scientiarum. Agronomy**, v. 30, p. 45-55, 2008. <https://doi.org/10.4025/actasciagron.v30i1.1127>.

VASCONCELOS, C. A. O uso do território pela citricultura e a permanência do trabalho infantil no Centro-Sul de Sergipe. **Boletim de Geografia**, v. 35, n. 2, p. 159-160, 2017. <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v35i2.28693>.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 11, n. 2, 2003.

6

Renata Piecha

Maria Catarina Chitolina Zanini

AS DIMENSÕES DO CUIDADO NAS MEMÓRIAS E PRÁTICAS DE MULHERES CAMPONESAS EM RINCÃO DOS ALVES (RS)

***THE DIMENSIONS OF CARE IN THE
MEMORIES AND PRACTICES OF PEASANT
WOMEN IN RINCÃO DOS ALVES (RS)***

SUMÁRIO

RESUMO:

Com base em uma perspectiva etnográfica, a presente proposta almeja compreender as dimensões do cuidado experienciados cotidianamente por mulheres camponesas da comunidade rural de Rincão dos Alves, interior do município de Jaguari, na região central do Rio Grande do Sul. Partindo da análise de narrativas memoriais e acompanhado as práticas laborais dessas trabalhadoras rurais, observamos que o cuidado constitui a feminilidade vigente, estruturando as identidades e atribuindo-lhes valor. São aprendizados vivenciados desde a infância, transmitidos entre gerações de mulheres por meio da vida em família. Além disso, o trabalho de cuidado é envolto em práticas ordenadas pelo afeto e pela moralidade, que permitem a reprodução cotidiana, material e biológica desse campesinato.

Palavras-chave: gênero; cuidado; trabalho; campesinato.



SUMÁRIO

ABSTRACT:

Based on an ethnographic perspective, this proposal aims to understand the dimensions of care experienced daily by peasant women from the rural community of Rincão dos Alves, in the interior of the municipality of Jaguari, in the central region of Rio Grande do Sul. Starting from the analysis of memorial narratives and following the work practices of these rural workers, we observed that care constitutes the current femininity, structuring identities and attributing value to them. These are lessons experienced since childhood, transmitted between generations of women through family life. Furthermore, care work is wrapped in practices ordered by affection and morality, which allow the daily, material and biological reproduction of this peasantry.

Keywords: gender; careful; work; peasantry.

INTRODUÇÃO

A presente escrita busca dissertar, brevemente, acerca dos aprendizados que envolvem diferentes dimensões do cuidado experienciados, desde a infância, no interior da vida doméstica e familiar, entre mulheres camponesas da comunidade de Rincão dos Alves, interior do município de Jaguari, na região central do Rio Grande do Sul. Mediante a abordagem etnográfica, de uma pesquisa que se desdobra desde 2018, tendo como técnicas a observação participante e o emprego de entrevistas semiestruturadas, objetivamos analisar as narrativas memoriais, compreendo-as como uma forma de interpretação da experiência individual e coletiva, assim como um veículo de sentido (Maluf, 1999), acerca do processo de socialização. São narrativas que estruturam e reproduzem práticas cotidianas, advindas de mulheres brancas, que possuem entre 45 e 65 anos, inseridas na lógica da agricultura familiar e do campesinato. Atualmente, a atividade produtiva predominante na comunidade, é a fumicultura, que se insere de forma mais intensa nos últimos 20 anos, por meio do sistema de integração com as agroindústrias fumageiras, representando a racionalidade do agronegócio e do capital financeiro.

Formando um grupo social constituído por descendentes de imigrantes europeus (poloneses, italianos e alemães), há a concordância dentro da autodenominação colonas/os, como identidade que surge do processo migratório iniciado no Brasil no século XIX. Jaguari foi destino de imigrantes europeus entre os anos de 1888 e 1906. Esta identidade se manifesta como ferramenta de diferenciação das/os demais trabalhadoras/es rurais, que não compartilham de uma “origem” europeia (Seyferth, 1986). Compartilhar sinais adscritivos e diacríticos (Barth, 2000), que permeiam essa forma de identificação, significa comungar de determinadas visões de mundo e de práticas. Dentre elas, o trabalho é tomado como valor e prerrogativa de existência, transformado em *habitus* (Bourdieu, 1996), mediante uma socialização que acontece desde a tenra infância, na coexistência familiar e por meio da interação com o ambiente.

Logo, ao longo do processo de socialização, além das técnicas de trabalho e manutenção das dinâmicas dadas no cotidiano da comunidade rural de Rincão dos Alves, inculcam-se valores, normas e regras que direcionam esse dado modo de vida. Aliás, em Rincão dos Alves há uma forte cristalização dos papéis de gênero, conforme também destacado por outras pesquisadoras que articulam em seus estudos gênero e ruralidade em diferentes contextos agrários brasileiros (Carneiro, 1994; Paulilo, 1987; Brumer, 2004). Tendo como base a divisão sexual do trabalho, que delimita funções destinadas a meninos e meninas, a socialização, na fase adulta, define as rotinas laborais, mas, sobretudo, os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens. Sendo, o cuidado, constituinte da noção de feminilidade vigente em Rincão dos Alves.

DESENVOLVIMENTO

A socialização para o trabalho vivenciada pelas agricultoras de Rincão dos Alves, contou com a presença de suas mães e avós, circulando, sobretudo antes dos 10 anos, pelas residências e seus arredores. Vigiam o fogo e as panelas em cima do fogão à lenha. Ganhavam um animal (galinhas, bezerros, entre outros) que seria de seu exclusivo trato e responsabilidade. Exerciam funções referentes a manutenção da higiene e limpeza do espaço doméstico. Com seus pés mergulhados na lama, composta por excrementos das vacas leiteiras, auxiliavam no processo de ordenha. Há, desse modo, uma socialização cíclica e intergeracional por/entre mulheres, voltada à exteriorização, com desenvoltura, dos papéis sociais atribuídos acerca da feminilidade vigente nesse contexto. Papéis esses, que circulam entre as concepções de “mãe” e “esposa”, como já observou Maria Aparecida de Moraes Silva (1988) em seus estudos com mulheres migrantes no Vale do Jequitinhonha (MG).

Já, por volta dos 10 anos, há a inserção no contexto das atividades produtivas, contando agora, com o acompanhamento, supervisão e instrução dos membros mais velhos da família. Dessa forma, circulam, desde a infância entre os dois espaços, numa bricolagem de funções. Nessas andanças, entre a roça e a casa, desbravaram os caminhos, aprenderam a se locomover com agilidade nos terrenos íngremes e pedregosos, a pular as cercas, conhecendo os animais e as plantas, manuseando os instrumentos de trabalho e, assim, usam o lúdico e o corpo, com suas habilidades sensíveis, como ferramenta de conhecimento. Desse modo, desenvolvem habilidades, que envolvem a domesticação e disciplina do corpo, ao mesmo tempo, que elaboram afetos referentes ao trabalho na terra e aos vínculos familiares. Ao memorar o processo de socialização, comumente atrelado a um saudosismo fraterno, há a compreensão desses saberes transmitidos na coexistência com a família, como uma manifestação de cuidado e afeto, isto em um contexto no qual, como já destacou Bourdieu (2006), há uma forte repressão das emoções.

Não apenas o processo de socialização, mas as narrativas memoriais, estruturam as práticas cotidianas exercidas nos dias de hoje pelas trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves. Com o passar dos anos, as rotinas de trabalho se intensificam e há, concordando com Bila Sorj (2013), uma redistribuição da sobrecarga laboral entre as mulheres. Na fase adulta, o cuidado norteia suas rotinas. Organizam a casa, vislumbrando sua funcionalidade e satisfação das demandas do restante dos membros da família, como higiene e alimentação. Tratam os animais de pequeno porte. Cultivam suas hortas sazonalmente. São responsáveis pela alimentação, higiene e supervisão de crianças e a mesma dinâmica se estabelece com parentes que experienciam a fase de envelhecimento, até mesmo quando os vínculos de parentesco não são consanguíneos, mas por afinidade. São trabalhos envoltos a uma ordem moral e afetiva - indo ao encontro das ideias da filósofa feminista Nancy Fraser (2020) quando destaca que esses trabalhos não são apenas materiais,

mas também afetivos. Envolve ainda, conforme Camila Fernandes (2021), em seus estudos sobre o que denomina de “casas de tomar conta” e creches na cidade do Rio de Janeiro (RJ), uma reflexividade moral, engajamento emocional e trabalho corporal. Nesse conjunto, o que se esperar das mulheres a não ser dedicação, altruísmo e energia para executar tantas atividades?

A manutenção das necessidades do marido também é uma demanda delegada à essas agricultoras e, isso se manifesta, por vezes, na posição de “ajuda” ou “assessoramento” que ocupam em relação à figura masculina no âmbito produtivo. Mesmo exercendo com destreza o trabalho na lavoura, suas atuações são secundarizadas e exercidos de forma simultânea as funções ditas reprodutivas, criando, conforme destaca Maria Betânia Ávila (2004) um ciclo perverso e sem limite de tempo entre as duas esferas laborais. Desse modo, ainda com base em Ávila (2004), mantém-se a sujeição feminina com base na falta de tempo. Considerando-se que são, em sua totalidade, católicas, somam-se a suas vivências a dimensão da religiosidade e da noção de sacrifício, da abnegação. Essas mulheres cuidam da casa, dos corpos e também das dimensões mais sensíveis dos membros da família. E, de tanto cuidar do coletivo, por vezes, descuidam-se de si próprias.

Esses trabalhos diversos, na casa e fora dela, conforme defende Zelizer (2009), desviam das dicotomias e envolvem diferentes sentidos. No que tange o manejo com a terra e animais, há uma noção de cuidado atrelada ao consumo familiar, mas também destinado à comercialização em circuitos curtos, informalmente ou, ainda, para a manutenção de relações de reciprocidade mediante a distribuição de alimentos entre familiares, vizinhos e até trabalhadoras/es urbanos. Mas, ainda, uma casa, horta e/ou animais bem cuidados são sinais de capricho e, dessa forma, conferem prestígio. Atender as necessidades da família, significa exercer com maestria os papéis de mãe e esposa, que norteiam essas identidades e atribuem-lhes valor, do ponto de vista de uma cultura heteropatriar-

cal. Nadya Araujo Guimarães e Priscila Pereira Faria Vieira (2020) afirmam que o cuidar é obrigação dentro do *status* (de “mulheres-mães-esposas”) na família e esboçam as desigualdades nas relações sociais de sexo, expressas na divisão sexual do trabalho. Assim sendo, o “amor” e a “responsabilidade familiar” significam as condutas e estruturam o reconhecimento social e a identidade subjetiva de quem as performa (Guimarães, Vieira, 2020).

Desse modo, há um trabalho de manutenção do cotidiano mediante práticas de cuidado rotineiras e sem fim. Um trabalho secundarizado, não reconhecido e, muito menos, remunerado. As trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves, entendem a vitalidade de suas atividades domésticas e de cuidado, como contraponto a desvalorização social destes. Esboçam que não há trabalho na lavoura sem o “serviço” da casa, pois há que se ter comida no estômago para suportar as intensas horas despendidas no labor. São as mulheres que produzem parte desses alimentos, os elaboram e servem em suas mesas. Então, nas dinâmicas laborais de Rincão dos Alves, casa e lavoura são espaços complementares, mas, ainda, hierarquizados, uma vez que, o trabalho produtivo, que dialoga com o mercado, visto como potencialmente gerador de renda significativa, é considerado de domínio e gestão masculina. Em uma sociedade na qual o dinheiro se tornou, como nos fala Nancy Fraser (2020), o primordial veículo de poder, acredito que essa falta de reconhecimento social, político, jurídico e financeiro, vulnerabiliza mulheres. Como demonstra Cristina Carrasco (2018), é mediante a reprodução do capital que também se reproduzem suas desigualdades.

Para Camila Fernandes (2021), o cuidar é rebaixado socialmente do ponto de vista político e econômico, pois foge da lógica utilitarista que orienta a racionalidade capitalista. Já Maria Betânia Ávila (2004) afirma que o trabalho doméstico, a base material de sustentação das necessidades cotidianas, é completamente destituído de valor social e, por ser invisibilizado, visto como um substrato do trabalho produtivo, o tempo gasto em suas elaborações passa,

também, despercebido. É pela apropriação do trabalho, corpo e tempo de mulheres que se assegura as futuras gerações de trabalhadoras/es, pois, como destaca Cristina Carrasco (2018), questionando teóricos críticos do capital, o trabalho reprodutivo também produz mais-valia, uma vez que se não houver condições de reprodução, a sociedade não terá assegurada a sua continuação.

As agricultoras dessa comunidade rural do interior do Rio Grande do Sul, expressam que o entendimento do trabalho da casa e do cuidado como um “não-trabalho”, advém daqueles que não exercem essas funções. Com base nos dados e análises de Bila Sorj (2013) os homens, casados principalmente, possuem baixa consistência no que tange iniciativas acerca dos afazeres domésticos. Em Rincão dos Alves, esses dados também se comprovam e, ainda baseando-me em Sorj (2013), a identidade masculina vigente requer um distanciamento da esfera doméstica. Já as mulheres, entendem o trabalho doméstico como labor, pois o experienciam.

Ademais, há de se ressaltar a intensificação da jornada laboral das mulheres de Rincão dos Alves, após a adesão ao cultivo do tabaco. A inserção da lógica do capital neoliberal, mediante a inserção da fumicultura, tem acarretado inúmeras mudanças na comunidade de Rincão dos Alves, que se expressam desde as relações sociais e de trabalho, até as transformações nas paisagens naturais. Essa lógica predatória mina as autonomias e bem-estar dessas/es trabalhadoras/es. A saúde, tanto física quanto mental, dessa população é afetada. Casos de depressão e ansiedade são relatados, ora pelas dificuldades laborais da cultura, ora pelos endividamentos e preocupações referentes à safra e a demanda das agroindústrias³.

3 O sistema de integração entre as agroindústrias fumageiras e a agricultura familiar se concretiza com base na venda por procedência. Isto é, ainda no contrato, estipula-se uma quantidade de produto que será cultivado pelas famílias e entregue à empresa no final da safra. São, assim, disponibilizados insumos e sementes para este dado cultivo que serão descontados do valor final do produto.

Há, também, relatos de acidentes de trabalho, visto que essa cultura é, ainda, manual e acontece em terrenos íngremes e pedregosos, característico do solo da região. Além disso, há recorrentes intoxicações, acarretadas pela chamada doença da folha verde, que ocorre pela absorção, pelos poros, da nicotina presente na folha do tabaco.

Essas mazelas e violências que inferem sobre os corpos e subjetividades das/os agricultoras/es de Rincão dos Alves tentam ser amenizadas por cuidados advindos de mãos femininas. Benzedeiros e chás para amenizar os sintomas psicoemocionais. Dispendio de tempo para o cuidado e zelo com os adoecidos. Compressas feitas com ervas para atenuar as dores do corpo, assim como manejos na alimentação, que requerem a (não) ingestão de determinados alimentos, evitando um possível mal-estar. São técnicas e métodos elaborados mediante saberes tradicionais, resguardados nas memórias, transmitidos oralmente e aprimorados nas práticas cotidianas que se estabelecem nas interações por/entre mulheres. Resulta, assim, da socialização intergeracional experienciada pelas trabalhadoras rurais de Rincão dos Alves, na qual o cuidado possui forte centralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cuidado, em suas abrangentes dimensões, é constituinte do processo de socialização das mulheres camponesas de Rincão dos Alves. São trabalhos perpassados por saberes e práticas transmitidas de forma cíclica, intergeracionalmente, entre mulheres. Perpassa e mantém afetos e ordens morais, organiza interações e demandas dos corpos, trabalho e tempo dessas agricultoras, delimitando, não apenas suas funções, mas, também, seus papéis sociais. O cuidado, apresenta-se, então, como uma categoria formadora de feminilidades normativas, em um ambiente com a dura cristalização dos papéis de gênero, advinda de uma forte cultura heteropatriarcal.

Cuidar, nutrir, socializar, cultivar são verbos que orientam suas ações nos fluxos do cotidiano - desde a infância.

São, assim, as trabalhadoras de Rincão dos Alves que garantem as necessidades básicas das famílias, mediante práticas laborais que envolvem cuidados com a terra, animais, casas, crianças, idosos, marido e, por vezes, se estendem à comunidade. É, somente, pelos seus afazeres que o trabalho produtivo se torna viável. Como mantenedor do cotidiano e possibilitador da reprodução social, o cuidado envolve trabalhos que são invisibilizados e não reconhecidos, tanto no núcleo familiar quanto na sociedade de forma geral. Esse não reconhecimento apropria-se dessas identidades e as vulnerabiliza. Assim, acreditamos na necessidade institucional de reconhecimento destes tantos fazeres, como possibilidade de emancipação política e reconhecimento social dessas trajetórias, historicamente, marginalizadas.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M.B. "Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres." **VIII Congresso Luso-Afro-brasileiro de Ciências Sociais**. Universidade de Coimbra: 2004.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: LASK, T. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, 2006.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 2, p. 11-22. Junho 1994.

CARRASCO, C. A Economia Feminista: Um Panorama sobre o conceito de reprodução. **Revista "Temáticas"**, Campinas, 26, (52): 31-68, ago./dez. 2018.

FERNANDES, C. "Casas de 'tomar conta' e creches públicas: relações de cuidado e interdependência entre periferias e Estado." **Rev. Antropol.** (São Paulo, Online) V. 64, n. 3, USP, 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramallete. 38ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.

FRASER, N. "Contradições entre capital e cuidado." **Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 53, maio/agosto 2020.

GUIMARÃES, N.; VIEIRA, P. As "ajudas": o cuidado que não diz seu nome." **Revista "Estudos Avançados"** 34 (98), 2020.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

MALUF, S. W. **Antropologia, narrativas e a busca de sentido**. Horizontes Antropológicos: Porto Alegre, 1999.

PAULILO, M. I. S.. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, 1987.

SEYFERTH, G. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, (29), 1986.

SILVA, M. A. de M.. A migração de mulheres do vale do Jequetinhonha para São Paulo: de camponesas á proletárias. **Travessia**, São Paulo, n. 1, pp. 9-15, maio-agosto 1988.

SORJ, B. "Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil" **Cadernos de Pesquisa**. V. 43, n. 149, pp. 478-491. Maio/ago. 2013.

ZELIZER, V. "Dualidades perigosas." **REVISTA MANA** 15(1): 237-256, 2000.

7

*Vinícius de Jesus Ferreira
Vitor Kochhann Reisdorfer*

AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO:

REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO
DE DOIS ESTADOS BRASILEIRO

FAMILY FARMING AND COOPERATIVISM:

*REFLECTIONS ON THE STUDY
OF TWO BRAZILIAN STATES*

SUMÁRIO

RESUMO:

A agricultura familiar, trata-se de uma categoria social que enfrenta inúmeros desafios para obter sucesso nas atividades que são desenvolvidas diante dos estabelecimentos. Portanto, é a partir das necessidades e desafios enfrentados que o cooperativismo tem se tornado uma das principais estratégias adotada pelos agricultores para conseguirem através da coletividade o alcance das atividades destinadas para a agricultura familiar, como o caso de acesso a políticas públicas, comercialização coletiva, assistência técnica dentre outras. Este estudo tem como objetivo contextualizar a importância do cooperativismo no desenvolvimento da agricultura familiar a partir de uma pesquisa com caráter quantitativo, baseado nas variáveis que foram selecionadas do Censo Agropecuário 2017, com o intuito de caracterizar os agricultores familiares inseridos em cooperativas nos estados da Bahia e Rio Grande do Sul. No entanto, os dados obtidos nesta pesquisa têm revelado a importância do cooperativismo para a inserção dos produtos oriundos dos estabelecimentos familiares no mercado, porém, nesta pesquisa fica notório perceber que há grandes diferenças entre as realidades dos estados estudados.

Palavras-chave: cooperativismo; agricultura familiar; censo agropecuário 2017; desenvolvimento.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

Family farming is a social category that faces numerous challenges to be successful in the activities that are carried out in the establishments. Therefore, it is based on the needs and challenges faced that cooperativism has become one of the main strategies adopted by farmers to collectively achieve activities aimed at family farming, such as access to public policies, collective marketing, technical assistance among others. This study aims to contextualize the importance of cooperativism in the development of family farming based on quantitative research, based on variables selected from the 2017 Agricultural Census, with the aim of characterizing family farmers included in cooperatives in the states of Bahia. and Rio Grande do Sul. However, the data obtained in this research has revealed the importance of cooperativism for the insertion of products from family establishments into the market. However, in this research it is clear to see that there are great differences between the realities of the states studied.

Keywords: cooperativism; family farming; 2017 agricultural census; development.

INTRODUÇÃO

O cooperativismo é definido pela lei de N° 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que institui a Política Nacional de Cooperativismo, através de artigos e normativas que trazem contextualizações sobre as formalidades que devem ser adotadas pelas sociedades cooperativas, para que elas venham estar sempre regularizadas, com uma gestão qualificada, contribuindo para com o desenvolvimento socioeconômico tanto dos membros que fazem parte dela como da comunidade onde está inserida.

O cooperativismo é um modelo de organização formado por pessoas que possuem objetivos comuns. Os sócios cooperados se unem para constituir uma empresa para prestar serviços à sociedade, onde cada cooperativa, com as suas especificidades e ramo de atuação, busca sempre levar resultados positivos para todos, tanto para a cooperativa como para as pessoas que fazem parte do quadro social, quanto à comunidade onde está inserida. Desta maneira, define-se o cooperativismo como: “uma doutrina econômica e social, que se fundamenta na liberdade, no humanismo, na democracia, na solidariedade, na igualdade, na racionalidade e no ideal de justiça social” (Farias; Gil, 2013, p. 18).

As abordagens de Oliveira, Oliveira, Lima (2022) destacam que o cooperativismo, que atua na atividade rural é instrumento de enfrentamento às necessidades que são vivenciadas pelos agricultores, inclusive no que tange às mudanças que vêm ocorrendo na sociedade atualmente em que o mundo se torna cada vez mais globalizado e competitivo. Neste sentido, “o cooperativismo é um movimento que busca unir desenvolvimento econômico e bem-estar social para os membros que compõem essas organizações” (Wakuliczl; Santini; Sccott, 2022, p. 10).

Sendo assim, Silva; Pereira; Toledo; Carvalho (2021) reafirmam as abordagens anteriores ao definirem que o cooperativismo trata-se de uma relevante estratégia de organização social e fortalecimento coletivo, que contribui para o desenvolvimento da sociedade em geral, os autores ainda abordam em sua pesquisa que este modelo de organização está presente em bastantes espaços no meio rural, além de se representar como uma estratégia para o fortalecimento das atividades realizadas pelos agricultores familiares, principalmente no que se refere às questões econômicas.

O cooperativismo brasileiro apresenta uma diversidade de práticas expressas pela complexidade das organizações cooperativas, suas escalas de atividades, princípios de gestão e dimensões socioeconômicas que abarcam o contexto no qual estão inseridas (Anjos; Rocha; Silva; Simão, 2020, p. 92).

Este estudo tem como principal objetivo contextualizar o cooperativismo destacando a sua importância para o desenvolvimento da agricultura familiar, onde abordaremos os resultados obtidos através dos dados fornecidos pelo censo agropecuário de 2017, com o intuito de contribuir com informações referentes a agricultura familiar inserida em cooperativas na Bahia e Rio Grande do Sul.

Visando alcançar os objetivos propostos na pesquisa, este artigo está estruturado em quatro seções, para além desta introdução, a segunda seção apresenta a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, na terceira seção, apresentamos uma reflexão a caracterização dos agricultores familiares inseridos em cooperativas com base nos dados do censo agropecuário de 2017 destacando os estados da Bahia e Rio Grande do Sul, por fim na quarta seção as considerações finais com a apresentação das reflexões acerca dos resultados obtidos através deste estudo.

METODOLOGIA

Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa quantitativa, baseada nas variáveis que foram selecionadas do Censo Agropecuário 2017, que caracterizam as condições socioeconômicas dos agricultores familiares que estão inseridos em cooperativas nos estados da Bahia e Rio Grande do Sul. Para tanto, foram selecionadas variáveis, tais como: i) empreendimentos coletivos de agricultores familiares; ii) acesso a assistência técnica; iii) finalidade da produção dos agricultores; iv) renda das atividades desenvolvidas no estabelecimento familiar.

As análises das variáveis nos permitirão entender se a inserção em cooperativas está contribuindo com o desenvolvimento da agricultura familiar, havendo assim, uma análise das diferenças entre os estados da Bahia e Rio Grande do Sul, o que possibilita uma análise comparativa entre ambos estados.

Diferente de outros métodos, a pesquisa quantitativa é definida como um método de estudo científico que utiliza em sua prática várias técnicas estatísticas com o objetivo de quantificar as opiniões, dados e informações que são coletadas em um determinado estudo. No entanto, este método de pesquisa aceita que a melhor possibilidade explicativa científica é aquela que não se interessa pelo singular, o individual, o diferenciado, ou seja, o pessoal. Nesta abordagem, o interesse é no coletivo. Os autores destacam na pesquisa que a qualidade deste método de pesquisa apresenta uma aproximação com modelo de apresentação em dados estatístico principalmente pelo nível de planejamento e seleção das variáveis utilizadas no estudo, através dos instrumentos aplicados na pesquisa e da fundamentação teórica o que de maneira objetiva permitirão que o pesquisador tenha uma melhor análise das hipóteses (Mussi *et al.*, 2019, p. 419).

UM RETRATO DA AGRICULTURA FAMILIAR COOPERADA NOS ESTADOS DA BAHIA E DO RIO GRANDE DO SUL

A agricultura familiar é caracterizada pela lei A Lei nº 11.326/2006 que define como estabelecimento que compõem esta categoria aquele que utiliza majoritariamente mão de obra da própria família e a maior parte da renda é originada das atividades econômicas desenvolvidas no próprio estabelecimento, a lei ainda caracteriza como membros aqueles que tenham a área até o tamanho de 4 (quatro) módulos fiscais, sendo o público beneficiário os silvicultores, aquícultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e quilombolas que atendam os requisitos destacados pela lei.

Buainain *et al.* (2009) destacam que a agricultura familiar brasileira é caracterizada por ser grandemente diversa que vai desde as famílias que vivem das atividades desenvolvidas nos pequenos espaços de suas propriedades que geralmente estão em situação de pobreza, como aqueles que estão inseridos no moderno agro-negócio e que geram as suas rendas superiores aquelas que definem a linha de pobreza, os autores ainda afirmam que é comum a agricultura familiar ser caracterizada como atrasada no que se refere aos que os fatores sociais econômicos e tecnológicos, que tem uma produção de alimentos básicos somente para a sobrevivência ali no espaço rural, apesar de ser ainda um grande desafio, as pesquisas atuais têm demonstrado um avanço desta agricultura principalmente no acesso a políticas públicas que tem contribuído para o avanço desta categoria.

Se tratando de desenvolvimento na agricultura familiar, as abordagens de Bustamante, Leite e Barbosa (2021) refletem que: O debate sobre a importância e o papel da agricultura familiar para o desenvolvimento social econômico do país, ganhou destaque a partir

do final da década de 1990, haja vista que, políticas públicas voltadas para esse segmento impulsionam a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, além de incentivar economias locais e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer uma relação entre as famílias, o meio ambiente e o processo de produção.

Nesse sentido, de acordo com as abordagens de Savolde e Cunha (2010, p. 30) “a agricultura familiar, ao longo do processo histórico, sempre manteve um lugar no contexto do desenvolvimento econômico dos países por ser supridora de alimentos básicos para o mercado interno”.

Apesar de enfrentar inúmeros desafios, a agricultura familiar desenvolve um papel primordial no desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais e contribui significativamente com os alimentos que chegam na mesa de vários brasileiros, sendo assim, o objetivo desta seção é contextualizar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares que estão inseridos em cooperativas nos estados da Bahia e Rio Grande do Sul a partir de dados fornecidos pelo censo agropecuário 2017, contextualizando a importância do cooperativismo para o desenvolvimento desta categoria.

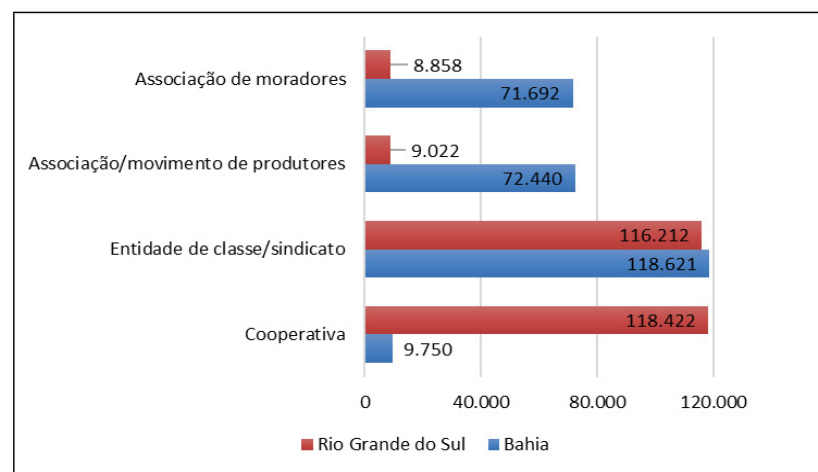
Ferreira *et al.* (2020), ressaltam em sua pesquisa que as cooperativas que pertencem a categoria da agricultura familiar contribuem de alguma maneira com o desenvolvimento nos contextos sociais e econômicos nos espaços rurais, destacando as pequenas comunidades rurais que enfrentam inúmeras desigualdades. Portanto, para que isso aconteça, “as cooperativas precisam buscar o melhor resultado para o associado, mas também para si, para que possam continuar crescendo e ter suporte nos momentos de dificuldade no mercado” (Reisdorfer, 2014, p. 85).

De acordo com os dados fornecidos pelo censo agropecuário no estado da Bahia, até o ano de 2017 uma quantidade de 762.848 estabelecimentos agropecuários, dentre esses, 593.411 são identificados

como agricultores familiares, correspondendo a um percentual de 78% do estado. Já no Rio Grande do Sul foram registrados uma totalidade de 365.094 estabelecimentos agropecuários, dos quais 293.892 são da agricultura familiar, correspondendo a 80% do estado.

No gráfico a seguir, apresenta-se as organizações coletivas que estão presentes em maiores frequências nos espaços rurais, demonstrando a representatividade dos agricultores familiares que fazem parte de cada uma delas.

Gráfico 1 – Agricultura Familiar inserida em cooperativas nos estados da Bahia e Rio Grande do Sul



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (SIDRA 2019).

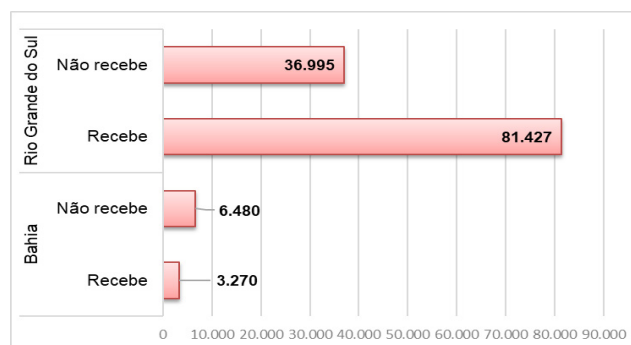
Conforme nos revela o gráfico 1 acima, no estado da Bahia a organização com maior inserção de agricultores familiares é a sindical, com a representação de 53%, logo após as associações de produtores, com um percentual de 32,4%. Porém quando analisamos o número de associados a cooperativas ainda é reduzido, em relação aos outros formatos, pois o censo destacou a inserção de apenas 4,4% dos agricultores.

Neste aspecto, observa-se uma diferenciação em relação ao estado do Rio Grande do Sul, que se apresenta como destaque no campo do cooperativismo, onde há uma maior quantidade 118.442 (40,2%) de estabelecimentos familiares em cooperativas, seguido pelos sindicatos com 39,5%, o número associados em associações de produtores é bastante reduzido com apenas 3%. Como pode-se observar através dos dados revelados pelo censo agropecuário de 2017, os resultados são bastantes distintos entre as realidades dos dois estados, que são frutos deste estudo.

A assistência técnica (Ater), desenvolve um papel fundamental no desenvolvimento das atividades agropecuária desenvolvidas pelos agricultores em seus estabelecimentos, no entanto, com base nesta abordagem as reflexões a seguir apresentarão a situação dos agricultores familiares cooperados que receberam ou ainda recebem assistência técnica, conforme revela o gráfico 2 em sequência.

Nesse contexto, torna-se necessário destacar a importância da (Ater) para o desenvolvimento da agricultura familiar, pois analisar a assistência técnica como instrumento que leva o apoio e fonte de informações que são oferecidas aos agricultores e que veio passando por diversas transformações ao longo dos anos, torna-se fundamental compreensão sobre as argumentações referentes a temática (Pereira; Castro, 2021).

Gráfico 2 – Assistência técnica nos estabelecimentos inseridos em cooperativas na Bahia e no Rio Grande do sul



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (SIDRA, 2019).

No estado da Bahia apenas 3.270 (33,5%) dos estabelecimentos familiares o tiveram acesso à orientação técnica, se diferenciando do Rio Grande do Sul onde a maioria receberam 81.427 (69%) conforme apresentado no gráfico 2, o que demonstra sérios problemas na questão da assistência técnica para os agricultores familiares inseridos em cooperativas na Bahia, em contrapartida, quando analisamos os empreendimentos/empresas que prestam essa assistência destacam-se as cooperativas em ambos estados, pois na Bahia 42% dos estabelecimentos receberam esse tipo de serviço prestados pelas cooperativas e no Rio Grande do Sul 39%.

O destino da produção familiar é uma das variáveis fundamentais nesta pesquisa, pois através da comercialização os agricultores familiares conseguem obter renda para o sustento da família e conseguir ter uma vida digna nos espaços rurais.

Inicialmente, destacar o autoconsumo na realização deste estudo torna-se fundamental para a análise desta pesquisa, pois trata-se do destino que é utilizado por diversas famílias, sendo definida como a produção de alimentos para serem consumidos pela própria família, visando atender a subsistência. Neste sentido, a importância da agricultura familiar é que além de servir para o auto-sustento, muitas famílias vivem da comercialização dos produtos que são oriundos de suas propriedades.

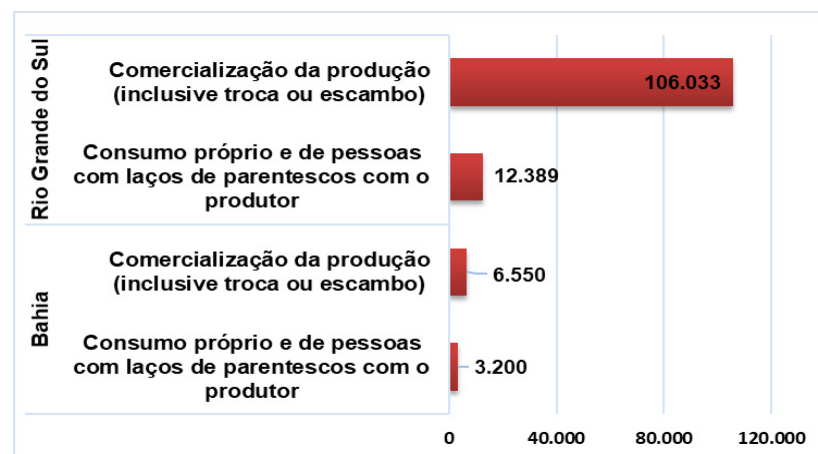
Souza Filho e Batalha (2009) refletem que a possibilidade de inserir a produção dos agricultores familiares no mercado pode refletir no sucesso deles, no entanto há indícios que a articulação com cooperativas têm um forte impacto na comercialização e na geração e retenção de renda para os agricultores.

De acordo com as abordagens de Azevedo e Faulin (2009) a comercialização é uma das atividades essenciais da produção agropecuária, pois é através dela que pode ocorrer o aumento na produtividade podendo cooperar de maneira objetiva para a rentabilidade e redução de custos que podem ser obtidos na produção,

pois quando os agricultores conseguem comercializar a sua produção no mercado, há um estímulo maior para ampliar e melhorar seu processo produtivo na propriedade rural.

Neste sentido, é possível destacar que “o acesso ao mercado de forma coletiva, fortalece os processos organizativos, com reflexos nos empoderamentos dos agricultores e de suas organizações” (Anjos; Rocha; Silva; Simão, 2020, p. 99).

Gráfico 3 – Finalidade da produção familiar dos estabelecimentos inseridos em cooperativas na Bahia e no Rio Grande do sul



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (SIDRA, 2019).

Conforme nos revela o gráfico 3 acima, a maioria dos estabelecimentos familiares destinam a sua produção para a comercialização. Em ambos estados na Bahia houve uma afirmação de 67%, e no estado do Rio grande do Sul 89,5% que a finalidade é a comercialização, demonstrando a importância do cooperativismo na inserção no mercado dos produtos oriundos dos estabelecimentos familiares.

A renda obtida através das atividades desenvolvidas no estabelecimento familiar torna-se importante para a análise desta pesquisa.

No entanto, conforme revelados os dados do censo agropecuário 2017, a renda dos agricultores cooperados do estado da Bahia é maior que as rendas de outras atividades desenvolvidas fora do estabelecimento, para 44,8% dos agricultores e no Rio Grande do Sul, 76,5%, o que acabam reafirmando a importância da produção agrícola desenvolvidas pelos agricultores familiares que estão inseridos em cooperativas em ambos estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dados obtidos nesta pesquisa é possível analisar a importância do cooperativismo para a inserção dos produtos da agricultura familiar no mercado além de contribuir para o acesso a políticas públicas, pois em ambos estados o destino da produção familiar cooperada tem sido para a comercialização e programas públicos de comercialização como o PNAE e PAA tem sido uma estratégia para a comercialização para esses agricultores, o que reforça o papel da cooperação para o escoamento da produção familiar.

Os dados fornecidos pelo censo agropecuário de 2017 revelam que há uma situação inversa na realidade dos agricultores familiares, dos estados estudados. Na Bahia existe uma maior presença de agricultores familiares inseridos em associações de produtores, em cooperativas a quantidade é bastante reduzida. Por outro lado, no Rio Grande do Sul a maior presença se encontra em cooperativas e uma menor percentualidade em associação de produtores, uma outra variável que chama bastante atenção é a assistência técnica onde no estado da Bahia a grande maioria dos agricultores cooperados não recebem e no Rio Grande do Sul a realidade se inverte, pois a grande maioria recebeu até o ano de 2017 e possa ser que ainda recebam.

No entanto, é notório destacar que há grandes diferenças entre os estados estudados, o estado do Rio grande Sul com representatividade em percentuais maiores que o estado da Bahia, porém os dados demonstraram que em ambos estados o cooperativismo tem contribuído significativamente com o desenvolvimento da agricultura familiar.

Por fim, diante da pesquisa, é possível afirmar que há uma longa trajetória para a construção de um cooperativismo com maiores possibilidades de acesso a atividades que venha a contribuir com o desenvolvimento das ações realizadas nos estabelecimentos familiares de ambos estados.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, P. F.; FAULIN, E. J. Comercialização na agricultura familiar. *In*: SOUZA FILHO; H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.) **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos, EdUFSCar, 2009.
- ANJOS, E. G.; ROCHA, A. G.; SILVA, D. O.; SIMÃO, F. S. Reflexos do Cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria/RS, vol. 7, n. 14, p. 89-101, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41123>. Acesso em: 26 de set. 2022.
- BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; SOUZA FILHO, H. M.; BÁNKUTI, F. I. Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira. *In*: SOUZA FILHO; H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.) **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos, EdUFSCar, 2009.
- BUSTAMANTE, P. M. A.; LEITE, M. E.; BARBOSA, F. F. A importância da agricultura familiar no âmbito do agronegócio brasileiro, **CONFLUÊNCIAS** | ISSN: 1678-7145 | E- ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ, V.23, N.3, set.- dez. 2021.
- FARIAS, C. M.; GIL, M. F. **Cooperativismo**. Pelotas/RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Rede e-Tec, 2013.
- FERREIRA V. J.; SILVA A. C. A.; ANJOS E. G.; VARGAS D. L. Uma análise das dinâmicas 7 organizacionais de três associações rurais em Governador Mangabeira- Bahia. **Anais VI RECONCITEC**, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2020, p. 215.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso em: 07/07/2021.

LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.764%2C%20DE%2016,cooperativas%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20proved%2C%20Ancias. Acesso em: 11/10/2023.

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 31/10/2013.

MUSSI, R. F. F.; MUSSI, L. M. P. T.; ASSUNÇÃO, E. T. C.; NUNES, C. P. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista SUSTINERE**, Rio de Janeiro, vol. 7, p. 414- 430, 2019.

OLIVEIRA, R. L.; OLIVEIRA, G. S. L.; LIMA, J. R. O. O cooperativismo como elemento de fortalecimento da agricultura urbana e periurbana. **P2P E INOVAÇÃO**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 70–81, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6091>. Acesso em: 21/05/2023.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. **Assistência técnica na agricultura brasileira:** uma análise sobre a origem da orientação técnica por meio do censo agropecuário de 2017, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2021.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo.** Universidade Federal de Santa Maria, Rede e-Tec Brasil, 2014.

SAVOLDE, A; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre agricultura familiar, prona e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 25-45, jan./jun. 2010.

SILVA, E. T; PEREIRA, G. P; TOLEDO, C; CARVALHO, G. J. O papel da juventude rural no fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar, **Cadernos Macambira**, v 7, Serrinha, 2022. Disponível em: <http://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/issue/view/40>. Acesso em: 18/05/2023.

SOUZA FILHO; H. M; BATALHA, M. O. (Orgs.) **Gestão integrada da agricultura familiar.** São Carlos, EdUFSCar, 2009.

WAKULICZ, G. J; SANTINI, B; SCCOTT, C. R. Assistência técnica e extensão rural na Cooperativa Triticola Sepeense Ltda (Cotrisel) – unidade de Restinga Sêca. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v. 9, n. 18, e1, 2022. DOI 10.5902/2359043267853. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043267853>.

Grupo de Trabalho

2

**PROCESSOS DE INOVAÇÃO
SOCIOTECNOLÓGICA
E AÇÃO EXTENSIONISTA**

8

*Eduardo Moro Villas Boas
Keila Cássia Santos Araújo Lopes
Paulo Rogério Lopes*

EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA:

APROXIMAÇÕES ENTRE ESTUDANTES DA UFPR
LITORAL COM A COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO
AGROFLORESTAL JOSÉ LUTZENBERGER

AGROECOLOGICAL RURAL EXTENSION:

*CONNECTIONS BETWEEN STUDENTS OF UFPR LITORAL AND THE
JOSÉ LUTZENBERGER AGROFORESTRY SETTLEMENT COMMUNITY*

SUMÁRIO

RESUMO:

A universidade ocupa-se de um papel central na construção de conhecimento e na elaboração de saberes contribuindo na formação de pessoas aptas a solucionar problemas. Ensino pesquisa e extensão não podem se estabelecer como eixos isolados dentro da universidade, mas sim conjuntamente pensando na sua atuação e interação com a sociedade. O município de Matinhos está em uma área de presença da Mata Atlântica, com comunidades caiçaras, assentamentos e comunidades tradicionais. Nessa situação instalou-se no litoral paranaense a Universidade Federal do Paraná – UFPR Litoral, que possui em seu projeto político pedagógico um caráter extensionista numa perspectiva de desenvolvimento territorial, com o intuito de construir com essas comunidades ações coletivas e de protagonismo de seus sujeitos. Uma das formas de se estabelecer o contato com as comunidades se encontra através das interações culturais e humanísticas (ICHs), às quais fazem parte do currículo dos cursos. Desse modo, algumas atividades extensionistas por meio de módulos (disciplinas) e ICHs ocorrem na comunidade no assentamento agroflorestal José Lutzenberger localizado no município de Antonina – PR, sobretudo para as atividades vinculadas ao curso de Agroecologia. O processo de aproximação entre a comunidade acadêmica e o assentamento vem ocorrendo através da ICH - Transição agroecológica e do Projeto Tecnologias sociais para promoção da segurança e soberania alimentar, buscando o contato e a troca de conhecimento, relatos e saberes entre as pessoas da comunidade e os estudantes da UFPR através de trabalhos de campo, mutirões, pesquisa participativa, vivências e ações práticas. O processo de troca foi amplamente baseado nas ideias de comunicação de Paulo Freire, ou seja, pautadas na troca de saberes e conhecimentos entre a comunidade acadêmica e as pessoas que residem no assentamento.

Palavras chave: agroecologia; comunicação; extensão; litoral paranaense.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

The university plays a central role in the construction of knowledge and the elaboration of knowledge, contributing to the training of people capable of solving problems, promoting change. Teaching, research and extension cannot be established as isolated axes within the university, but rather jointly thinking about their performance and interaction with society. The municipality of Matinhos is in an area where the Atlantic Forest is present, with caiçara communities, settlements and traditional communities. In this situation, the Federal University of Paraná – UFPR Litoral UFPR was installed on the coast of Paraná, which has an extensionist character in its political and pedagogical project from a perspective of territorial development, with the aim of building collective actions with these communities and the protagonism of their subjects. One of the ways to establish contact with communities is linked to cultural and humanistic interactions – ICHs, which are part of the course curriculum. In this way, extension activities through modules, disciplines and ICHs take place in the community of the José Lutzenberger agroforestry settlement located in the municipality of Antonina – PR, especially for activities linked to the Agroecology course and the aforementioned presents the principles of this science, movement and practice. The process of bringing the academic community and the settlement closer together has been taking place through ICH - Agroecological Transition and the Social Technologies Project, seeking contact and the exchange of knowledge, reports and knowledge between people in the community and UFPR students through work fieldwork, joint efforts, participatory research, experiences and practical actions. The exchange process was largely based on Paulo Freire's communication ideas, that is, based on the exchange of knowledge between the academic community and the people who reside in the settlement.

Keywords: agroecology; communication; extension; Paraná coast.

INTRODUÇÃO

A universidade ocupa-se de um papel central na construção de conhecimentos e na elaboração de saberes, contribuindo na formação de pessoas aptas a solucionar problemas. Ensino, pesquisa e extensão dentro do ambiente universitário não podem estabelecer-se por questões isoladas ou por cunho somente acadêmico, mas sim trabalhar conjuntamente em interação entre universidade e comunidade (Fórum, 2006).

Olhar a comunidade, os entornos, a realidade local é algo de extrema importância para estudantes de nível superior, no intuito de promover um processo de sensibilização, de identificação com as demandas sociais que permeiam os outros. Nesse contexto, o saber construído dentro do ambiente universitário tem como objetivo a busca da experimentação profissional (UFPR, 2008).

Desta forma, a UFPR Litoral situada na cidade Matinhos - PR através do ensino, pesquisa e extensão busca construir uma visão com os seus estudantes da complexidade, das teias, das questões e inter-relações que permeiam a realidade, ao entorno da universidade, sendo elas sócio políticas, ambientais, culturais etc. Esta tem o intuito de formar pessoas, humanas, como seres integrais, capazes de pensar em um outro caráter de desenvolvimento, um desenvolvimento territorial sustentável, pensando na geração do bem estar humano, na dignidade e na justiça (UFPR, 2008).

Na UFPR Litoral, a construção de ideais e ações vinculadas ao desenvolvimento sustentável estão imbricadas na questão pedagógica, seja na ampla formação humana continuada dos professores e professoras, nas ICHS - Interações Culturais e Humanísticas, com suas diversas temáticas e nos módulos dos semestres que promovem interações, entre estudantes de diversos cursos e com à comunidade, ou ainda via projetos de pesquisa e extensão. Essas práticas

pedagógicas dentro da universidade fazem com que a educação tenha um caráter de comprometimento com a solidariedade, justiça e equidade social (UFPR, 2008).

Partindo deste princípio a ICH - Transição agroecológica realizada no segundo semestre de 2023, teve como o ideal norteador os princípios da pesquisa ação e de comunicação construídos por Paulo Freire (1983). Tendo como objetivo a construção de saberes coletivos e a aproximação entre a comunidade acadêmica com os agricultores e agricultoras do assentamento agroflorestal José Lutzenberger, o projeto Tecnologias Sociais (UFPR) colaborou com a avaliação dos sistemas agroflorestais, enriquecimento com espécies, manejo e implantação de novas áreas no assentamento no ano de 2023.

O assentamento José Lutzenberger, localizado na antiga fazenda São Rafael, propriedade degradada pela produção extensiva de búfalos, foi ocupado por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em 2003, permanecendo como acampamento por 19 anos. Somente em 2023 torna-se área de assentamento. Fruto de muita luta e muita resistência, o assentamento está localizado em Antonina (PR), ocupando também uma parte da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, no litoral norte do estado. Desde 2003 o acampamento concilia a produção de alimentos livres de agrotóxicos com a recuperação da Mata Atlântica (Zem, 2022). Ao longo desses 20 anos de persistência e luta pela legitimação do acampamento em assentamento a UFPR se fez presente.

Para Paulo Freire (1985) a extensão deve ser estabelecida no diálogo, que consiste em “encontro amoroso dos seres humanos que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos (Freire 1985, p. 27).

Nesse sentido, ressalta-se a importância da extensão universitária para além de promover integração entre universidade e sociedade, e sim para a construção de conhecimentos, sobretudo tendo como base o diálogo entre o saber popular e científico, contribuindo expressivamente para o cumprimento de sua função social.

Nas palavras de Paula (2013, p. 6), “a extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social [...]”; através dela, é possível democratizar o conhecimento, transformar realidades sociais, oportunizar aos alunos, professores e comunidade uma relação dialógica e transformadora.

Assim, o objetivo deste artigo consiste em destacar a importância do papel da extensão universitária dentro da UFPR, bem como socializar os aspectos pedagógicos e metodológicos utilizados ao longo das atividades da ICH Transição agroecológica e Projeto Tecnologias Sociais, ambos desenvolvidos com a participação efetiva de estudantes e comunidade do assentamento.

REVISÃO TEÓRICA

As abordagens frente a devastação do meio ambiente colocam em questão as dificuldades que a sociedade sofre com as concepções errôneas do crescimento desenfreado, tendo como margem de lucro a única direção. A necessidade de se construir um escopo, tendo como luz central a ecologia, tem preenchido as pesquisas e dedicação de cientistas e pesquisadores, colocando como um dos focos também o bem estar humano, junto com o processo de conservação dos recursos naturais (Satrústegui, 2013).

A necessidade de construção de um desenvolvimento de caráter territorial sustentável se encontra a partir de tais demandas,

constituir uma perspectiva que preze pelo bem estar humano e ecológico, se colocar como uma outra forma de se pensar o ideal de desenvolvimento, respeitando as singularidades locais e sempre repensando as dinâmicas territoriais e não a mercantilização e intensa globalização do mundo (Zaoul, 1998). Pensar os territórios como teias integradas, sistemas que possuem suas interdependências e multidimensionalidades (Dallabrida *et al.*, 2021).

O propósito da construção de um quesito sustentável vai na contramão do padrão hegemônico, se encontra pautado na preservação e conservação da natureza, na identidade, no conhecimento popular, na reciprocidade, na ancoragem e nos vínculos territoriais. Desta forma, os caminhos a serem priorizados para melhorar a qualidade de vida das populações que apresentam vulnerabilidade consiste também na organização popular, trabalhando juntos, pesquisadores e moradores locais, em meio à diversidade dos sujeitos (SAQUET, 2018).

Enquanto ciência a Agroecologia é construída com conceitos e formas de caráter ecológico para manejo dos agroecossistemas, pensando o meio ambiente com um caráter mais sustentável, não afetando o seu processo de renovação (Gliessman, 2005). Compactua com saberes advindos da agricultura familiar camponesa, que permeiam gerações, entrelaçados com seu modo de vida e ao ambiente em que trabalham e tiram sua renda (Pettersen, 2009).

Caporal e Costabeber (2009) colocam que a transição agroecológica tem como base as mudanças do modelo pautado pela revolução verde por uma agricultura que apresenta níveis de sustentabilidade. Enfatizam que o processo para a realização de uma transição agroecológica é um processo gradual, dependendo das formas de manejo, mudanças dos valores dos agricultores, das técnicas e das peculiaridades de cada agroecossistema. A transição agroecológica para a sua realização depende do incentivo, novas políticas públicas, ensino e disseminação de pesquisa e desenvolvimento (Altieri; Toledo, 2011).

Para tanto são necessárias abordagens participativas, dialógicas que possibilitam a construção do conhecimento na perspectiva de uma extensão agroecológica. Quando uma pessoa impõe uma forma de conhecimento a outra, ocorre a ação extensiva. A questão do extensionismo é de cair no uso de métodos de persuasão, colocando uma verdade como absoluta. Através de técnicas as pessoas são conduzidas e manipuladas, não se encontrando assim comprometidas num processo de construção dos saberes educativo-libertador, mas sim aceitando algo apenas imposto colocado pelo outro (Freire, 2006).

Para Freire (2006) o eixo central da comunicação não está na transferência do conhecimento de um sujeito a outro, em que um fala a verdade e o outro escuta e acata, mas sim na participação coletiva da construção da verdade. Comunicação tem de ser pautada por um significado comum entre as pessoas, se estabelecendo criticamente e coletivamente (Freire, 2006).

A comunicação comunitária e popular é um lugar de encontro das pessoas da vida cotidiana, entre quem tem práticas diferentes. É um local de construção de conhecimento, espaço de diálogo e de trocas onde os saberes florescem. Pensando nisso, a comunicação comunitária é também um ato político, pois favorece a socialização do conhecimento, transformando-o em arcabouço para a ação política no espaço de opressão (Uranga, 2009).

Paulo Freire possuía uma visão da extensão dialética. Compreendia suas limitações, mas também suas possibilidades. Nas palavras de Reinaldo Matias Fleuri (1989: 44), como qualquer espaço de caráter social, a Extensão Universitária é também um lugar de contradições “onde pode acontecer um novo projeto de universidade que se preocupa, que se articula com o processo de mudança social”.

A extensão universitária é a área em que a comunicação ocorre, uma área que se preocupa em manter contatos com a sociedade ao entorno da universidade, mesmo tendo enfrentado resistências frente ao preconceito que é uma das características da educação brasileira (Sousa, 2000).

Para Paulo Freire (1959) a extensão universitária tem o caráter de redimensionar a Universidade dentro de um projeto popular de educação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A UFPR-Litoral está situada dentro de um território de uma riqueza imensurável, de uma diversidade biológica elevada, em meio à presença da Mata Atlântica, com diversas comunidades caiçaras, assentamentos, comunidades tradicionais e indígenas. Por isso, o seu fazer presente é algo essencial para a transformação ou manutenção do espaço como algo de caráter sustentável.

Nessa situação instala-se na realidade do litoral paranaense a universidade, para construir, coletivamente com essas comunidades um projeto que tem como pressuposto a ação coletiva e a ação de protagonismo de seus sujeitos, que integre a educação pública em todos os seus níveis, desde a educação infantil até a pós-graduação, formando possíveis professores e atuantes nas diversas situações.

O assentamento José Lutzenberger está situado dentro do município de Antonina que compõem a região litorânea do Paraná.

Utilizou-se como um dos pilares do método dialético, por não desvincular os episódios do contexto social que o envolve. A dialética traz solidez para uma interpretação eficaz da realidade, não separando os fatos sociais de suas extensões políticas, econômicas, sociais e culturais (Gil, 1999).

As conversas e os diálogos foram construídos através de saberes, significados e símbolos em comum, não construindo uma conversa hierarquizada e objetivada (Brandão, 2017). O processo de aproximação se deu por meio do contato estabelecido há

diversos anos entre o professor Paulo Lopes, do curso Tecnólogo em Agroecologia e coordenador de projetos, ICH e módulos que trabalham diretamente no assentamento agroflorestal José Lutzenberger.

Neste último semestre o intercâmbio se deu através de diversas saídas de campo, idas ao assentamento agroflorestal agroecológico José Lutzenberger, onde os estudantes tiveram a oportunidade de passar alguns dias na comunidade, realizando atividades práticas, mutirões, pesquisas e vivências.

No entanto, a mesma equipe, por meio do Projeto Tecnologias Sociais para promoção da segurança e soberania alimentar, vem trabalhando com a comunidade há 5 anos, num processo colaborativo e interativo, com o compromisso estabelecido entre universidade e movimentos sociais do campo, a partir de dinâmicas e práticas participativas dialógicas, organizados em temáticas e prioridades apontadas pela própria comunidade. Enfatizamos que a ênfase desta socialização está vinculada apenas aos últimos encontros estabelecidos com a comunidade no segundo semestre de 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do processo de aproximação entre os estudantes da UFPR - Litoral e a comunidade agroflorestal José Lutzenberger diversos resultados foram obtidos, sendo eles amplamente constituídos por um caráter qualitativo, com benefícios tanto para a comunidade quanto para os estudantes. Na primeira saída de campo a comunidade apresentou todo um contexto e histórico do assentamento, sendo contextualizado pelas pessoas que hoje moram neste espaço, contando histórias, processos, lutas, desafios e conquistas até o momento de conseguir o direito à terra (Figura 1).

Figura 1 - Roda de conversa entre estudantes da UFPR e assentados e assentadas



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2023).

Através das trocas, rodas de conversa, diálogos entre as pessoas ali presentes, os estudantes de diversos cursos da UFPR - Litoral se situam sobre o processo de transição de acampamento para o atual assentamento rural, bem como as dificuldades da luta pela terra no litoral do Paraná, entendendo as complexidades, as dificuldades, desafios e avanços promovidos pela reforma agrária popular, Agroecologia e transição agroecológica.

O Processo de aproximação possibilitou aos estudantes vivências e aprofundamentos vinculados aos aspectos históricos, tecnológicos, produtivos, ecológicos, sociais, políticos e econômicos. Além disso, foi possível realizar atividades e oficinas práticas de manejo de sistemas agroflorestais, gerando troca de saberes entre os diversos atores (Figura 2).

Figura 2 - Implementação de Sistema agroflorestal, conjuntamente com a comunidade



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2023).

A parceria entre universidade e o MST, especificamente com o assentamento agroflorestal José Lutzenberger assume um papel relevante na construção do conhecimento agroecológico e formação integral, crítica e prática, se constituindo em um dos principais espaços educadores agroecológicos do curso, cumprindo a dinâmica e função das áreas experimentais que normalmente as universidades possuem, sendo estes espaços um laboratório vivo, totalmente agroflorestal (portanto, biológico, social, humano e político) que é o assentamento José Lutzenberger, os quais estão vinculados a um processo de transição agroecológica a mais de vinte anos.

Neste último semestre foi possível mapear e sistematizar, conjuntamente, as tecnologias e práticas agroecológicas utilizadas nos sistemas produtivos, os arranjos e composições agroflorestais, os equipamentos necessários para a construção do espaço de processo de alimentos (agroindústria do assentamento) e os canais de comercialização estabelecidos pelo assentamento. Salienta-se que este mapeamento participativo está sendo utilizado pelo assentamento nas tomadas de decisões, nas assembleias deliberativas internas, nos processos autogestionários e avanço do processo de transição agroecológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da universidade pública como formadora de pessoas críticas, atuantes e colaborativas, vinculadas ao desenvolvimento territorial, envolvendo a participação efetiva dos territórios e movimentos é algo central. A educação como processo transformador dialético, capaz de não ser algo que meramente perpassa pela análise, mas sim que está presente na vida das pessoas que ali se encontram. Algo que faça sentido, que esteja imbricado em todos os contextos sociais, econômicos e ambientais, não analisando algo como separado, mas sim como uma rede de complexidades, possibilitando trocas e construção de caminhos, ferramentas e ações concretas na comunidade, seja por meio dos mapeamentos participativos, elaboração de projetos e ações práticas vinculadas à produção, manejo, processos tecnológicos, processamento dos alimentos e comercialização, transcendendo o aspecto e papel educador da universidade, fortalecendo a função social e transformadora das instituições de ensino.

A aproximação entre a comunidade acadêmica com este assentamento foi imprescindível e, pois, na universidade há diversos cursos de caráter ambiental como ciências ambientais, geografia, saúde coletiva, educação do campo e Agroecologia, os quais encontram dentro do assentamento um ambiente e espaço riquíssimo de aprendizagens e trocas. No próximo semestre será disponibilizado vagas dentro da ICH para que representantes da comunidade possam matricular e ocupar espaços universitários, fortalecendo a construção do conhecimento, dentro do ambiente universitário. Isto é algo que está intrínseco ao PPP da UFPR Litoral (ecologia de saberes, educação para transformação, numa perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão).

Figura 3 - Foto de fechamento da ICH - Transição Agroecológica



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2023).

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Victor M. The agroecological revolution of Latin America: rescuing nature, securing food sovereignty and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, nº 3, pp. 587-612, 2011.

BRANDÃO, C. R. **Terceira Margem do Rio**. São Paulo, 2017.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 20-28, 19 abr. 2002.

COSTABEER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável". In: VELA, H. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti. p. 157-194. 2003.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago/2021.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação popular e universidade**. Piracicaba: UNIMEP, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira**. 1959. Tese de Concurso para a Cadeira de História e Educação - Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. Editora: Paz e Terra. 8ªed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 1985.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, STEPHEN R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PAULA, João Antonio de Paula. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces: Revista de extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

PETERSEN, P.; WEID, J.M VON DER; FERNANDES, G.B. **Agroecologia**: reconciliando agricultura e natureza. Informe Agropecuário, v. 30, n. 252, 2009.

SACHS, I. A revolução energética do século XXI. **Estudos Avançados**, 21(59), 21-38. 2007.

SATRÚSTEGUI, K. U. **Desenvolvimento, subdesenvolvimento, mau-desenvolvimento e pós desenvolvimento**: um olhar transdisciplinar sobre o debate e suas implicações Perspectivas do Desenvolvimento, Brasília, v. 1, n. 1. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/14373>. 2013.

SAQUET, MARCOS. A perspective of counter-hegemonic analysis and territorial transformation, **Geographica Helvetica**, v. 73, p. 347-355, 2018a.

SOUSA, Ana Luiza Lima, 2000. **A História da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Alínea. UFPR. Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/ppp>. 2008.

URANGA, Washington. La comunicación comunitaria: proceso cultural, social e político. In: **Construyendo comunidades...** Reflexiones actuales sobre comunicación comunitaria. Buenos Aires: La Crujía, p. 177-186, 2009.

ZAQUAL, H. (dir.). **La socio-économie des ter ritoires. Expériences et Théories**. Paris: L'Harmattan, 1998.

ZEM, Barbára. **Comunidade do MST premiada por recuperar a Mata Atlântica conquista assentamento**. mst.org.br, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/11/24/comunidade-do-mst-premiada-por-recuperar-a-mata-atlantica-conquista-assentamento/>; 24 novembro de 2022.

Jaime Rodrigo da Silva Miranda

**ALTERAÇÕES DA PAISAGEM FRENTE
À TRADIÇÃO DA PECUÁRIA FAMILIAR
EM CAÇAPAVA DO SUL-RS**

***CHANGES IN THE LANDSCAPE IN FACE
OF THE TRADITION OF FAMILY LIVESTOCK
FARMING IN CAÇAPAVA DO SUL-RS***

SUMÁRIO

RESUMO:

O trabalho discute alterações da paisagem observáveis no meio rural do município de Caçapava do Sul-RS em 2023, onde cultivos de soja e de eucalipto vêm se expandindo e gerando transformações ambientais e socioeconômicas na região. Sua motivação decorre de uma atividade de campo vinculada à disciplina obrigatória Paradigmas do Conhecimento em Ciências Sociais, como parte da formação no programa de doutorado em Extensão Rural da UFSM. A partir da visita técnica a uma propriedade de pecuária familiar visando compreender a dinâmica da bovinocultura de corte, se percebeu visualmente áreas de criação bovina extensiva contíguas a áreas de cultivos de soja e paredões de eucalipto plantados, em meio ao bioma nativo Pampa que vem sofrendo impactos resultantes de tendências econômicas favoráveis à lucratividade com lavouras de commodities e com silvicultura, em um contexto sociocultural marcado pela tradição do pecuarista familiar gaúcho.

Palavras-chave: Caçapava do Sul; alteração da paisagem; pecuária familiar; soja; eucalipto.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

This paper discusses changes in the landscape observable in rural areas in the municipality of Caçapava do Sul-RS in 2023, where soybean and eucalyptus cultivation has been expanding and generating environmental and socioeconomic transformations in the region. His motivation stems from a field activity linked to the mandatory subject Paradigms of Knowledge in Social Sciences, as part of the training in the doctoral program in Rural Extension at UFSM. From the technical visit to a family livestock farm aiming to understand the dynamics of beef cattle farming, we visually perceived areas of extensive cattle breeding adjacent to areas of soybean cultivation and planted eucalyptus walls, in the midst of the native Pampas biome that has been suffering impacts resulting from economic trends favorable to profitability with commodity crops and forestry, in a sociocultural context marked by the tradition of family livestock farming in Rio Grande do Sul.

Keywords: Caçapava do Sul; landscape alteration; family livestock farming; soy; eucalyptus.

INTRODUÇÃO

Em maio de 2023 foi realizada uma atividade de campo com os integrantes da disciplina Paradigmas do Conhecimento em Ciências Sociais ministrada pela professora Tatiana Balem, do Programa de Doutorado em Extensão Rural da UFSM, visando aprofundar o conhecimento sobre a racionalidade envolta na atividade de pecuária desenvolvida por famílias de pecuaristas de corte em Caçapava do Sul-RS. Resultante desta saída a campo, uma série de observações empíricas foi discutida e motivou reflexões diversas no âmbito da disciplina, sendo uma delas a alteração da paisagem e o futuro da pecuária familiar no meio rural do município, o que aqui busca-se abordar.

Há mais de dois séculos a pecuária de corte extensiva vem demarcando a exploração das terras na região e, desde o início da colonização do sul do estado, “a pecuária de corte permanece sendo a principal atividade produtiva, e foi a partir dessa atividade e das formas sociais coletivas, que se constituiu o apreço e valorização por tal atividade” (Pereira; Zanon, 2015, p. 130).

Em meio ao histórico predomínio da criação bovina no Pampa, vêm se expandindo desde os anos 1990 e anos 2000, respectivamente, áreas de cultivo de soja e áreas de silvicultura com monocultura de eucalipto, causando alterações no cenário socioeconômico e ambiental. Visivelmente se destacam extensas áreas de lavoura no campo e paredes⁴ da silvicultura, fazendo fronteira com o bioma nativo e suas áreas de pastagens naturais que marcam a tradição do pecuarista familiar gaúcho, categoria social reconhecida legalmente através da Lei Estadual nº 13.515/2010 - que institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar - e pelo Decreto 48.316/2011, que regulamenta o Programa.

4 O uso do termo “paredão(s)” simboliza a impressão visual da monocultura de eucaliptos adultos, se assemelhando a paredes retas ao longo de uma extensão de terra. Tal uso do termo é similar ao emprego de “cerca viva” quando usado para designar uma extensão de plantas ao longo de uma área, como se fosse uma cerca natural.

Para além das mudanças na paisagem e impactos ambientais, a presença de tais atividades em expansão sugerem reflexões acerca do futuro da exploração econômica e da pecuária familiar no território, tendo-se em vista as tendências mercadológicas favoráveis à expansão de *commodities* agrícolas. Além disso, conforme o Censo Agropecuário de 2017, (IBGE, 2020), as faixas etárias predominantes entre os produtores rurais são as superiores a 55 anos de idade que representam 64% do total, enquanto a porcentagem de proprietários das faixas entre menores de 25 anos a 44 anos chega a 16%. (IBGE, 2020). Os dados indicam um envelhecimento da população rural associado à não permanência de jovens nas atividades dos pais, sugerindo problematizações quanto às possibilidades da familiar criação de gado se manter com o vigor que historicamente a sustenta, apoiada na racionalidade da família em relação ao meio ambiente, ao mercado, à vizinhança, dentre outros fatores.

SOBRE CAÇAPAVA DO SUL E SEU MEIO RURAL

As informações abaixo descritas foram obtidas por meio de levantamentos bibliográficos presentes em artigos publicados, dissertação de mestrado, tese de doutorado e site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Freitas *et al.* (2020), o marco inicial para o surgimento da cidade data do séc. XVIII, com estabelecimento de um acampamento militar em área do antigo aldeamento dos indígenas Charruas, sob um contexto de disputas territoriais na região entre tropas luso-brasileiras e espanholas. Desta ocupação, surge em 1777 a *Paragem de Caçapava*, dando início à história conhecida de Caçapava do Sul que foi elevada à categoria de vila 25 de outubro de 1831 (Freitas *et al.*, 2020), emancipando-se como cidade em 09 de dezembro de 1885 (Caçapava do Sul, 2023).

Em 1780, foi concedida a primeira sesmaria⁵ na região onde hoje se encontra o município. As Cartas de Sesmarias foram iniciativas da Coroa portuguesa para promoção da ocupação demográfica diante dos conflitos com espanhóis. Estas demarcações tiveram como principal atividade econômica a criação de bovinos em sistema extensivo, favorecida pela abundância de pastagens naturais do bioma Pampa (Abrão *apud* Freitas *et al.*, 2020).

Esse processo colonizador favoreceu por um lado a organização territorial em amplas dimensões, com predomínio da pecuária e, por outro, a expansão de novas unidades agrícolas sobre novas áreas produtivas em função da expansão da criação de gado, incentivada pela crescente valorização de produtos bovinos como o charque, o couro e o sebo, sob o predomínio das unidades estancieiras. A formação da identidade cultural da cidade e de seus habitantes foi definida pelo histórico de desenvolvimento da atividade tradicional agropecuária somada aos aspectos naturais da paisagem nativa, a partir da herança advinda do processo colonial envolvendo indígenas, portugueses e espanhóis (Pereira; Zanon, 2015).

Caçapava do Sul atualmente possui área de 3.047,1 km², população estimada em 32.515 habitantes, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estimado em 0,704 (IBGE, 2022). O Produto Interno Bruto (PIB) total se divide em quatro tipos de atividades econômicas (serviços, administração, indústria e agropecuária), sendo que entre 1999 e 2020, a representatividade das atividades agropecuárias no PIB total se mantém na média entre 13,2 a 17,7% (IBGE, 2020).

No meio rural, conforme o último censo agropecuário IBGE (2020), existem 2.653 estabelecimentos agropecuários, sendo que 2.121 deles (80%) apresentam atividade de pecuária bovina.

5 Sesmaria é um instrumento de política fundiária criado em Portugal no ano de 1375 através de uma carta régia que estabeleceu ali o Sistema Sesmarial. Com a colonização, a Coroa Portuguesa instituiu também no Brasil o sistema sesmarial, consistindo a sesmaria na concessão de uma parcela do território por parte do Império a famílias interessadas em seu uso e exploração, mediante algumas cláusulas resolutivas como produzir e manter morada habitual na terra. (Jones, 1997).

Não recebem serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural 2.128 (80,4% do total), enquanto 519 recebem (19,6% do total). As culturas permanentes neste período estavam presentes em 301 estabelecimentos distribuídos em 275 hectares. Já as lavouras temporárias, presentes em 1.131 estabelecimentos, com área total de 36.340 hectares (IBGE, 2020).

ALTERAÇÕES DA PAISAGEM EM CAÇAPAVA DO SUL

EXPANSÃO DO CULTIVO DE SOJA NO MUNICÍPIO

Dados do IBGE de 2020 e de 2022 contribuem para compreensão do processo em curso no meio rural caçapavano. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, em relação ao número de estabelecimentos onde uma determinada cultura analisada está presente, se destacam a mandioca (presente em 626 lotes), o milho (presente em 585), o feijão preto (432 lotes), abóbora moranga e jerimum em 360 propriedades. A soja se encontra presente em 162 lotes (IBGE, 2020).

Quanto à área plantada e colhida, dados recentes posteriores ao Censo revelam a expansão da sojicultura. Conforme IBGE (2022), na seção sobre lavouras temporárias, percebe-se entre 2020 e 2022 sua significativa superioridade em relação à ocupação territorial, quando comparada a áreas destinadas a outras culturas. Nos dados a seguir, a área plantada e a área colhida são as mesmas. Assim, em 2020 foram plantados e colhidos 24.000 hectares de soja, 3.000 ha de aveia, 2.714 ha de arroz com casca, 2.000 ha de milho e 1.500 ha de trigo – respectivamente, as cinco culturas temporárias analisadas com maior ocupação do solo no período. Em 2021, a área de soja

se mantém em 24 mil hectares, a área com aveia sobe para 5 mil ha, área com arroz fica em 2.964 há, milho se mantém nos 2 mil ha e a área de trigo aumenta para 2.500 ha. Por fim, em 2022, a área plantada e colhida de soja vai para **28 mil hectares**, área com aveia aumenta para 10 mil ha, arroz com casca com 2.696 há, milho tem a área reduzida para 1.500 ha e a área ocupada com trigo aumenta para 7.000 hectares (IBGE, 2022).

Imagem 01 - Cultivo de Soja Fronteiriço a Área de Pampa Nativo no Município

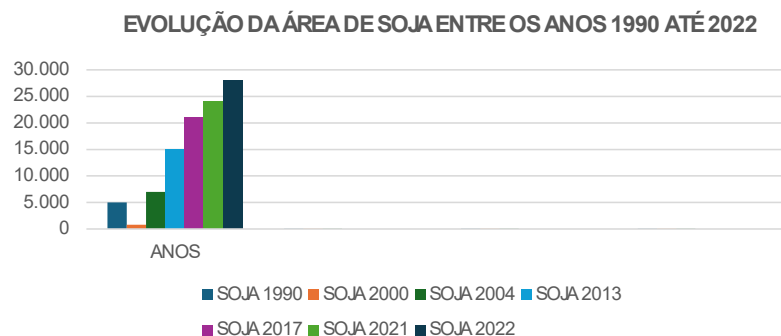


Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

Pereira (2016) aponta que o Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de soja do país, atrás de Paraná (segundo) e Mato Grosso (primeiro), ranking que se mantém conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) presentes no portal Embrapa 50 Anos (2023). Segundo a autora, até o ano de 2006, Caçapava do Sul não figurava entre as cidades de maior produção de soja no estado, mas esse quadro vem mudando desde então. Cresce a quantidade de áreas destinadas a esta lavoura, conforme relatos de pessoas envolvidas na pesquisa de campo da dissertação de mestrado da pesquisadora, dentre elas moradores do meio rural, representantes da Emater/RS-Ascar, de associações de produtores rurais, Secretário de Agricultura e trabalhadores intermediários entre campo e cidade como motoristas de caminhões que transportam produtos agropecuários (Pereira, 2016).

A figura abaixo indica a expansão significativa da sojicultura no município entre os anos de 1990 a 2021. No primeiro ano do período, foram plantados e colhidos 5.000 hectares respectivamente, áreas que decresceram até o ano de 2000 com 800 hectares de plantio e colheita. A partir de 2001, com 1.500 ha, o cultivo se expandiu progressivamente, havendo picos em 2004 (7 mil hectares), em 2013 (15 mil hectares), em 2017 chegou a 21 mil, alcançando área plantada e colhida de 24 mil hectares em 2021. (Agrolink, 2023). Em 2022, como já mencionado, a área de soja foi de 28 mil ha (IBGE, 2022).

Figura 01 – Evolução Área Plantada e Colhida Soja em Caçapava do Sul entre 1990 e 2022



Fonte: Elaborado pelo Autor com Base em Dados do Agrolink (2023) e IBGE (2022).

Percebe-se pelo gráfico o progressivo aumento da área ocupada com soja a partir de 2004 (cor verde) com 7 mil hectares, chegando a 28 mil em 2022 (cor azul escuro).

REDUÇÃO DO NÚMERO DE BOVINOS NO MUNICÍPIO

Enquanto no meio rural de Caçapava do Sul vem havendo aumento da área de exploração da soja principalmente a partir de 2001, dados do IBGE (2022) apontam redução progressiva no número de cabeças do rebanho bovino entre 2012 e 2022. A tabela abaixo demonstra a redução ao longo dos últimos 10 anos.

Tabela 01 – Redução do número de bovinos em caçapava do sul nos últimos 10 anos

Ano	Número De Bovinos	Ano	Número De Bovinos
2012	242.885	2018	171.802
2013	230.740	2019	163.426
2014	221.588	2020	155.171
2015	202.542	2021	152.639
2016	198.051	2022	169.849
2017	192.208		

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE (2022).

Nota-se pela tabela a progressiva redução do número de animais, com exceção do período entre 2021 e 2022 com aumento de 152.639 para 169.849 cabeças. No total do período analisado, o rebanho decresce de 242. 885 cabeças em 2012 para 169.849 cabeças em 2022, redução de 30,1%.

A EXPANSÃO DO CULTIVO DE EUCALIPTO NO MUNICÍPIO

Além dos cultivos de soja, visivelmente se notam paredões de eucalipto fazendo fronteiras com áreas de campo nativo e com áreas de pecuária familiar.

Informações do IBGE (2022) sobre a silvicultura em Caçapava do Sul permitem analisar a expansão da área de produção de eucalipto como principal espécie madeireira explorada na região. Entre 2004 e 2013, o site do Instituto não define quais foram as espécies extraídas e nem a área ocupada com a plantação, constando apenas a produção de madeira em tora, em metros cúbicos. Somente a partir de 2014 tem-se, além da produção em m³, os dados referentes à espécie e área ocupada com o cultivo, em hectares. Assim, a tabela a seguir demonstra a evolução da área cultivada com eucalipto e o volume produzido ao longo dos últimos 18 anos.

Tabela 02 – Evolução da área ocupada e volume produzido silvicultura no município

Ano	Área ocupada com eucalipto (hectares)	Área ocupada com outras espécies (hectares)	Produção de madeira em tora (m³)
2004	Sem informação	Sem informação	1.083
2013	Sem informação	Sem informação	2.088
2014	1.979	67	15.100
2016	2.259	67	14.161
2018	1.439	67	237.118
2020	700	67	239.757
2021	1.767	67	151.209
2022	1.884	67	152.998

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2022).

Percebe-se pela tabela um gradual aumento do volume de madeira produzido entre 2004 a 2022, com oscilações da área ocupada em alguns períodos. Há aumento no volume e na área plantada nos dois últimos anos analisados, entre 2021 e 2022. A área ocupada com outras espécies florestais se mantém constante em 67 hectares desde 2014 (IBGE, 2022).

Conforme notícia divulgada em junho de 2013 pelo portal do agronegócio Página Rural (2023), a cidade de Caçapava do Sul foi uma das que receberam apoio do Programa Poupança Florestal a partir de 2005, que englobou 280 produtores em uma área total de 13 mil hectares na região da Campanha, sul e Serra do Sudeste, no Rio Grande do Sul, com objetivo de geração de renda e diversificação nas propriedades. O programa envolveu parceria entre a empresa Fibria⁶ e a Emater/RS-Ascar, cabendo à Fibria possibilitar acesso dos produtores a financiamentos bancários, fornecer mudas,

6 O site da empresa Fibria a anuncia como uma empresa brasileira de base florestal que lidera a produção de celulose de eucalipto no mundo, com 17 mil empregados próprios e terceiros. Em sociedade com a Cenibra, a Fibria opera o Portocel (ES), único porto brasileiro especializado em embarque de celulose (Fibria, 2023).

garantir a comercialização da madeira e a educação ambiental. A empresa de ATER elaborou projetos para financiamento, capacitou produtores e prestadores de serviços e contou com apoio da prefeitura de Caçapava do Sul. (Página Rural, 2023). No município de Caçapava do Sul, foram mais de 20 produtores beneficiados pelo Poupança Florestal (Agrolink, 2013).

INFERÊNCIAS SOBRE OS IMPACTOS DA SOJICULTURA E EUCALIPTAIS EM EXPANSÃO

As contribuições de Pereira (2016) são trazidas para apontar impactos neste cenário que ocorriam em 2016 e ainda vêm ocorrendo. Em síntese, se referem a: arrendamentos de terras por cidadãos de outros municípios é a forma contratual predominante na expansão das lavouras; substituição da pecuária extensiva pela sojicultura devido a sua maior lucratividade, com consequente alteração das relações culturais de uso da terra; integração entre lavoura de soja e pecuária com vantagem em termos de nutrição do solo para pastagens de inverno pela presença da leguminosa (fixação de nitrogênio); diversificação produtiva e de renda para agricultores com cultivo de eucaliptos; danos à fauna e a ecossistemas específicos presentes no Pampa com avanço de monoculturas exóticas que altera mas possibilidade de reprodução da vegetação nativa; aumento no nível tecnológico trazido com a soja causa maior degradação em relação à pecuária e outras lavouras de menor exigência em tecnologia, maquinário e insumos químicos; contaminação da água e desaparecimento de peixes devido ao uso de agrotóxicos nas lavouras; possibilidades de mudanças nos sistemas de produção pecuaristas por problemas de sucessão em algumas propriedades; viabilidade da pecuária familiar para preservação do Pampa nativo por sua adaptação às condições do bioma.

O trabalho da autora supracitada (2016) já indicava, por um lado, efeitos considerados benéficos em termos técnico-produtivos advindos da integração soja/gado e pela possibilidade de renda que o eucalipto pode gerar. Por outro lado, sobressaem efeitos indesejáveis e degradantes quando se analisam as possibilidades de preservação ambiental dos ecossistemas típicos do bioma nativo. No mesmo sentido, a manutenção da pecuária familiar como principal atividade econômica pode estar em alguma medida comprometida devido à força econômica das atividades em expansão - principalmente a soja - e por problemas que vêm ocasionando redução do rebanho bovino na região, o que envolve vários aspectos desde a substituição de sistemas de produção até as possibilidades de continuidade da atividade produtiva por sucessores, na família.

Empiricamente, para exemplificar Inter relações entre atividades produtivas e tipos distintos de projetos de desenvolvimento no meio rural de Caçapava do Sul, relata-se os transtornos causados pelos agrotóxicos presentes em lavouras de soja do entorno da família de pecuaristas visitada na atividade da disciplina. Conforme o casal proprietário, pela ação do vento, os agrotóxicos utilizados na cultura de soja contaminaram a propriedade do casal num período passado. Atualmente, um paredão de eucaliptos localizado em frente à entrada do estabelecimento traz por um lado o impacto visual alterando a paisagem natural e, por outro, serve como uma barreira física que reduz a disseminação de agrotóxicos por dispersão aérea para dentro do lote familiar e vizinhança. Outro fator relevante relatado pelo casal é a escassez de mão de obra para contratação temporária, o que aumenta a dependência de pessoas da família para condução das atividades de criação de gado e evidencia a questão da sucessão familiar.

Sob essa dinâmica, as interações e alterações vêm se configurando, lançando questionamentos quanto ao futuro da pecuária familiar e do desenvolvimento na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou trazer um novo olhar, novos elementos e dados atualizados antes não publicados sobre a alteração da paisagem em Caçapava do Sul, causados pela expansão da sojicultura e da silvicultura. A partir de uma relevante visita técnica vinculada a uma disciplina de pós graduação, elementos empíricos presentes no contexto visitado instigaram debates e estimularam a realização de uma pesquisa bibliográfica, resultando na produção deste material.

Os dados do IBGE (2020 e 2022) confirmam as alterações da paisagem visualmente percebidas durante a atividade de campo. As expectativas para o futuro da pecuária familiar e do bioma nativo no meio rural de Caçapava do Sul passam por uma série de questões envolvendo tendências de mercado, possibilidades de manutenção da propriedade sob a lógica familiar de produção, apoios institucionais, dentre outros. Espera-se que a partir da revisão de literatura, do levantamento de dados atualizados e de elementos relevantes obtidos nas conversas empíricas, uma caracterização capaz de trazer maior compreensão sobre a alteração da paisagem e seus efeitos para a região tenha sido viabilizada.

Ademais, ressalta-se a relevância das atividades de extensão em um curso de formação – seja em nível técnico, de graduação ou de pós. A saída a campo, principalmente quando se trata de um programa em Extensão Rural, traz inestimável valor de aprendizado que somente o contato direto com a realidade rural possibilita, estando com pessoas e grupos que por tantas vezes são analisados como parte fundamental de proposições teóricas acadêmicas e que, na maioria das vezes, não participam deste meio que os coloca como seus objetos de estudo.

Boaventura de Sousa Santos (2011) aponta a necessidade de uma reforma universitária, legitimada através de áreas como a

Ecologia dos Saberes, que consiste na promoção de diálogos entre o saber científico e os saberes leigos, populares, tradicionais, camponeses, que circulam na sociedade, implicando uma revolução epistemológica no interior da universidade que, por sua vez, deve viabilizar espaços para sua ocorrência (Santos, 2011).

É necessário questionar a tradição epistemológica das universidades, ainda muito enrijecidas e fechadas para novos tipos de produção de conhecimento que não atendam a seus preceitos de validação, mas que existem, são válidos e compõem um universo de saberes inerentes a tantas milhões de pessoas cujo acesso ao ensino superior não lhes é possível.

REFERÊNCIAS

AGROLINK. 2013. Agronegócio. **Produtores investem na produção de eucaliptos em Caçapava do Sul. Programa Poupança Florestal, implantado em novembro de 2005.** Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/produtores-investem-na-producao-de-eucaliptos-em-cacapava-do-sul_175969.html. Acesso em: 16 de set. 2023.

AGROLINK. 2023. Caçapava do Sul. **Estatísticas Agropecuárias. Soja Área Colhida, Área Plantada.** Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/regional/rs/cacapava-do-sul/estatistica>. Acesso em: 16 de set. 2023.

CAÇAPAVA DO SUL – RS. 2023. Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul. **Histórico.** Disponível em: <https://cacapavadosul.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso: 17 de set. 2023.

EMBRAPA. EMBRAPA 50 ANOS. Unidade Embrapa Soja. **Soja em Números (Safrá2022/23).** 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 13 de nov. 2023.

FREITAS, T. R. de; AGNE, C. L.; MATTE, A. Pecuária familiar no município de Caçapava do Sul/RS: aspectos históricos, sociais e produtivos. **Revista Holos.** 2020. 36(6), p. 1-18. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/9865/pdf>. Acesso: 17 set. 2023.

IBGE. 2020. Brasil/Rio Grande do Sul. Caçapava do Sul. **Censo Agropecuário**. Ano 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cacapava-do-sul/pesquisa/24/76693> Acesso: 17 de set. 2023.

IBGE. 2022. Brasil/Rio Grande do Sul. Caçapava do Sul. **Extração Vegetal e Silvicultura**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cacapava-do-sul/pesquisa/16/12705?ano=2022> Acesso: 17 de set. 2023.

IBGE. 2022. Brasil/Rio Grande do Sul. Caçapava do Sul. Produção Agrícola. **Lavoura Temporária**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cacapava-do-sul/pesquisa/14/10193> Acesso: 13 de set. 2023.

IBGE. 2022. Brasil/Rio Grande do Sul. Caçapava do Sul. **Pecuária**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cacapava-do-sul/pesquisa/18/16459?ano=2022> Acesso: 12 de set. 2023.

IBGE. 2020. Brasil/Rio Grande do Sul. Caçapava do Sul. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Ano 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cacapava-do-sul/pesquisa/38/46996> Acesso: 17 de set. 2023.

IBGE. 2022. Cidades e Estados. **Caçapava do Sul**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/cacapava-do-sul.html> Acesso: 17 set. 2023.

JONES, Alberto da Silva. **Política Fundiária do Regime Militar**: legitimação privilegiada e grilagem especializada (do Instituto de Sesmarias ao Estatuto da Terra). São Paulo: USP. 1997.

PÁGINA RURAL 20 ANOS. 2013. **Produtores investem na Produção de Eucalipto em Caçapava do Sul**. Disponível em: <https://www.paginarural.com.br/noticia/191141/produtores-investem-na-producao-de-eucalipto-em-caapava-do-sul> Acesso: 07 de set. 2023.

PEREIRA, Carla Silveira. **A Pecuária em Caçapava do Sul/RS**: de atividade tradicional a alternativa frente a expansão da soja e do eucalipto. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9473>. Acesso: 13 de nov. 2023.

PEREIRA, C, S.; ZANON, J, S. A Atividade da Pecuária Bovina no Município de Caçapava do Sul: um olhar na perspectiva da agricultura familiar. **Revista Geográfica Acadêmica** v. 9, n. 2, 2015. p 126-140. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/rga/article/view/2958/1808>. Acesso: 17 set. 2023.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **A Universidade do Século XXI**: por uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez. 2011.

10

*Jéssica Righi de Oliveira
Rayan Scariot Vargas
Maria Claudia Dussi
Liliana Beatriz Flores*

INOVAÇÃO PARA A EXTENSÃO RURAL PARTICIPATIVA:

AS POTENCIALIDADES DO LUME COMO FERRAMENTA
DE PROMOÇÃO DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS

INNOVATION FOR PARTICIPATORY RURAL EXTENSION:

*THE POTENTIAL OF LUME AS A TOOL FOR PROMOTING
SUSTAINABLE AGRICULTURAL PRACTICES*

SUMÁRIO

RESUMO:

Este estudo aborda a implementação estratégica do LUME, um Método para Avaliação Econômico-Ecológica de Agroecossistemas, no contexto da agricultura brasileira, mudanças climáticas, reconstrução rural e Extensão Rural. Adotando uma abordagem qualitativa, a presente pesquisa inicia com a etapa de coleta de materiais e uma revisão bibliográfica integrativa para fundamentação teórica. Simultaneamente, foi realizada uma pesquisa documental com foco em examinar documentos oficiais e políticas públicas a fim de enriquecer o entendimento do contexto estudado. A análise de conteúdo subsequente foi responsável pela interpretação e categorização das informações, destacando temas relacionados à implementação do LUME, etapa esta seguida por uma análise comparativa para contextualização. Este estudo visa evidenciar o LUME como ferramenta inovadora na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, contribuindo para a construção de realidades rurais resilientes. Em resumo, a pesquisa oferece insights valiosos sobre a integração do LUME na esfera extensionista, destacando seu potencial para guiar ações e políticas no setor agrícola em direção à sustentabilidade.

Palavras-chave: agricultura brasileira; mudanças climáticas; reconstrução rural; extensão rural; método LUME.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

This study delves into the strategic implementation of LUME, a Method for Economic-Ecological Assessment of Agroecosystems, within the complex landscape of Brazilian agriculture, climate change, rural reconstruction, and rural extension. Employing a qualitative methodology, the research initiates with meticulous material collection and an integrative literature review to establish a robust theoretical foundation. Simultaneously, a comprehensive documentary analysis scrutinizes official documents and public policies, enriching the contextual comprehension. The subsequent content analysis interprets and categorizes information, elucidating key themes related to LUME implementation. A subsequent comparative analysis provides a nuanced contextualization. This study seeks to highlight LUME as a pioneering tool for advancing sustainable agricultural practices, actively contributing to the cultivation of resilient rural realities. In essence, the research furnishes valuable insights into the seamless integration of LUME within the extensionist sphere, underscoring its potential to effectively steer actions and policies in the agricultural sector towards enduring sustainability.

Keywords: *brazilian agriculture; climate change; rural reconstruction; rural extension; LUME method.*

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas surgem como um desafio inegável, impondo transformações significativas em ecossistemas globais, impactando diretamente a vida das comunidades, especialmente aquelas dependentes da agricultura para subsistência (IPCC, 2021). No contexto brasileiro, a magnitude dessas mudanças se reflete de maneira acentuada no meio rural (Távora; França; Lima, 2022), onde práticas agrícolas, muitas vezes insustentáveis, têm contribuído para a vulnerabilidade das comunidades frente a eventos climáticos extremos e alterações nos padrões de sazonalidade (Machado Filho *et al.*, 2016 e Kirsch; Ríos-Cardona 2013).

A problemática enfrentada pelo meio rural transcende os limites econômicos, estendendo-se para desafios ambientais e sociais (Petersen, 2017). Nesse sentido, as políticas públicas desempenham um papel crucial na formulação de estratégias que abordem essas complexidades, enquanto a inovação torna-se a chave para a construção e implementação eficaz dessas políticas. A interseção entre políticas públicas, inovações para o setor rural brasileiro e os desafios impostos pelas mudanças climáticas representa um campo vital para a construção de um futuro sustentável e resiliente (Neves; Estades, 2015).

Ao observarmos retrospectivamente a atuação da Extensão Rural no Brasil, reconhecemos que parte das práticas agrícolas insustentáveis que contribuíram para a vulnerabilidade das comunidades rurais pode ser atribuída a abordagens passadas. Contudo, este resumo expandido parte da premissa de que é crucial reconhecer que a Extensão Rural pode ser tanto parte do problema quanto da solução aos desafios ambientais e sociais que convergem no contexto atual. Para tanto, faz-se necessário o reconhecimento do potencial

da Extensão Rural na promoção de práticas agrícolas sustentáveis⁷ e na construção participativa de comunidades rurais resilientes.

Nesse cenário complexo, surge como protagonista uma ferramenta inovadora e essencial na atuação extensionista: o LUME, um Método para Avaliação Econômico-Ecológica de Agroecossistemas. O LUME é uma metodologia desenvolvida para avaliar, de maneira abrangente, as interações entre aspectos econômicos, sociais e ecológicos em Agroecossistemas, oferecendo uma abordagem integrativa e permitindo a análise crítica do desempenho sustentável de práticas agrícolas, destacando-se pela sua capacidade de avaliar os Agroecossistemas em sua completude e na formulação e avaliação de políticas públicas para a sustentabilidade do rural brasileiro (Petersen, 2017).

Frente ao exposto, questionamos no presente resumo expandido sobre as potencialidades da implementação estratégica do LUME para a atuação extensionista na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, considerando os desafios para a reconstrução de um rural brasileiro resiliente às mudanças climáticas. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa explicativa, abordando as seguintes temáticas: Mudanças climáticas e os desafios para a reconstrução rural no Brasil; o papel da Extensão Rural na sustentabilidade; O LUME como Ferramenta Inovadora e seu papel na formulação de Políticas Públicas.

Concomitantemente, foi realizada análise e cruzamento dos dados levantados de forma a atender ao objetivo de analisar e demonstrar as potencialidades da aplicação estratégica do LUME na atuação extensionista para promover práticas agrícolas

7 As práticas sustentáveis são as que buscam um manejo consciente dos recursos disponíveis, como a redução do uso de energia, redução da perda de nutrientes, estímulo ao uso de espécies locais e adaptadas, preservação dos recursos naturais, como por exemplo, a cobertura vegetal para conservação do solo, o uso de adubos orgânicos e promoção da atividade biótica, a rotação de culturas e o policultivo, o controle biológico, dentre outras práticas (Altieri; Nicholls, 2000).

sustentáveis no contexto brasileiro, levando em consideração os desafios apresentados pelas mudanças climáticas e para a reconstrução rural no Brasil.

Finalmente, a presente pesquisa se propõe a contribuir para o avanço do conhecimento nas áreas da agricultura sustentável, mudanças climáticas e Extensão Rural, destacando o papel inovador do LUME, reforçando sua relevância no cenário científico e trazendo contribuições substanciais para a compreensão e aprimoramento das práticas agrícolas sustentáveis no contexto brasileiro.

METODOLOGIA

No desdobramento desta pesquisa, de caráter teórico, optou-se por uma abordagem predominantemente qualitativa, visando penetrar nas intrincadas complexidades das temáticas em análise, que abarcam a agricultura brasileira, mudanças climáticas, reconstrução rural, Extensão Rural, e a aplicação estratégica do LUME como uma ferramenta inovadora. A fundamentação dessa escolha metodológica reside na necessidade de uma exploração aprofundada e uma compreensão mais ampla desses temas multifacetados.

A jornada de análise bibliográfica e documental foi iniciada com a coleta e compilação de materiais relevantes para cada temática previamente delineada. Essa fase foi subsequente a uma revisão bibliográfica integrativa, que se propôs a proporcionar uma base teórica sólida para a pesquisa, caracterizada por uma análise crítica e sistemática de fontes pertinentes às temáticas abordadas. Simultaneamente, a pesquisa documental buscou examinar documentos oficiais, relatórios e políticas públicas, enriquecendo o entendimento do contexto estudado.

O processo avançou para uma análise de conteúdo, onde as informações provenientes das pesquisas bibliográficas e documentais foram interpretadas e categorizadas, destacando-se os principais temas relacionados à implementação do LUME na esfera extensionista. Adicionalmente, uma análise comparativa foi empreendida para contextualizar as informações obtidas na revisão bibliográfica e documental, estabelecendo conexões e nuances essenciais.

DESENVOLVIMENTO

A agricultura brasileira, como pilar fundamental do setor agropecuário, enfrenta desafios complexos provenientes de transformações tecnológicas, demandas globais por alimentos e, mais recentemente, das mudanças climáticas (Távora; França; Lima, 2022). Estas últimas, evidenciadas por eventos climáticos extremos, ameaçam diretamente a produção agrícola, exigindo a implementação de práticas sustentáveis e a promoção da diversificação de culturas para garantir a resiliência do setor (IPCC, 2021).

Em decorrência desse processo, a reconstrução rural surge como imperativo urgente, demandando a capacidade de adaptação do setor agrícola diante dos impactos climáticos (Brandenburg, 2011), o que torna essencial revisar as políticas públicas agrícolas, focando em estratégias que considerem as especificidades regionais e características variadas da agricultura brasileira (Viana *et al.*, 2023), assim como o fortalecimento da educação, do suporte técnico aos agricultores e da capacitação de agricultores e agentes de extensão ao enfrentamento dos novos desafios climáticos (FAO, 2020).

Nesse contexto, a atuação da Extensão Rural desempenha um papel vital, ao trabalhar na promoção de práticas agrícolas resilientes, colaborando de forma efetiva à reconstrução rural participativa

com o objetivo de planificar um setor agrícola mais sustentável, adaptável e próspero, capaz de enfrentar os desafios do presente e construir um futuro resiliente para a agricultura brasileira. Os textos que seguem dedicam-se ao aprofundamento deste assunto.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E OS DESAFIOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Extensão Rural no Brasil desempenha um papel crucial na promoção dos modelos produtivos e na melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais. Historicamente, a Extensão Rural no Brasil passou por diversas fases, refletindo as mudanças na política agrícola e nas necessidades da população rural. Segundo de Sousa (1987), nas primeiras décadas do século XX, a abordagem predominante era a difusionista-produtivista, fortemente influenciada pelo modelo de Extensão Rural dos Estados Unidos da América (EUA), com ênfase na disseminação de tecnologias agrícolas modernas, muitas vezes sem considerar as peculiaridades regionais e as práticas tradicionais dos agricultores brasileiros.

Conforme Lisita (2005), no decorrer do século, especialmente a partir da década de 1980, houve uma mudança paradigmática na Extensão Rural. Movimentos como a Extensão Rural Participativa (ERP) ganharam destaque, reconhecendo a importância da participação das comunidades no processo de desenvolvimento. Essa abordagem mais inclusiva e colaborativa visava não apenas a transferência de tecnologia, mas também a promoção de práticas sustentáveis, respeitando o conhecimento local (Lisita, 2005).

A partir das últimas décadas do século XX, houve um reconhecimento crescente da necessidade de uma visão mais ampla da Extensão Rural, integrando não apenas aspectos técnicos, mas também sociais, culturais e ambientais (Caporal; Ramos, 2006 E Lisita, 2005).

Esse período foi marcado pela busca por uma abordagem mais holística que reconhecesse a interconexão entre agricultura, saúde, educação e qualidade de vida nas comunidades rurais, marcando uma nova era na trajetória da Extensão Rural no Brasil.

O início do século XXI marcou uma fase de intensas transformações na Extensão Rural brasileira, que se viu diante de desafios e oportunidades intrínsecos à complexidade do cenário agrícola contemporâneo. Com a implementação de programas e políticas cruciais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a primeira década do século testemunhou um esforço notável para fortalecer a agricultura familiar e fomentar a inclusão social (Diesel; Dias, 2016). No entanto, apesar dos avanços, persistiram limitações estruturais que evidenciaram a necessidade premente de uma abordagem ainda mais abrangente e inovadora para enfrentar os desafios em evolução no panorama rural brasileiro.

Tais limitações agravaram-se ainda mais, especialmente sob a liderança dos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Nestes momentos, observou-se uma supressão de espaços de participação social na formulação de políticas, evidenciada pela eliminação de artigos que previam a contribuição da sociedade civil no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) (Diesel *et al.*, 2022). Segundo os autores, Diesel *et al.* (2022), a gestão centralizada ganhou destaque, substituindo modelos participativos por abordagens mais tradicionais, além disso, a perspectiva tecnológica proposta pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com ênfase em agricultura de precisão e agricultura digital, refletiu a visão conservadora que favoreceu métodos mais convencionais de desenvolvimento agrícola (Diesel *et al.*, 2022), em detrimento de propostas alinhadas com a Agroecologia e sustentabilidade.

Mas, à revelia das orientações políticas conservadoras, a pujança das mudanças climáticas tornou-se um desafio incontornável para a Extensão Rural no século XXI, exigindo uma adaptação ágil por parte dos agricultores. Este cenário destaca a importância da promoção de agriculturas resilientes e adaptadas às mudanças climáticas, e em consequência, destaca também a sustentabilidade como uma dimensão crítica da Extensão Rural (FAO, 2020). Diante desses desafios complexos e interconectados, a Extensão Rural enfrenta a necessidade premente de inovação e ferramentas participativas que permitam uma abordagem integrativa e eficaz (FAO, 2020).

É nesse contexto que surge o LUME (Método para Avaliação Econômico-Ecológica de Agroecossistemas) como uma resposta inovadora para os dilemas contemporâneos da agricultura brasileira, demonstrando-se como ferramenta potencial para auxiliar a Extensão Rural brasileira à enfrentar o desafio de conciliar a produtividade com a preservação ambiental e a equidade social, buscando práticas que não apenas gerem renda, mas também assegurem a resiliência dos Agroecossistemas e a qualidade de vida das comunidades rurais.

LUME: UMA JORNADA RUMO À SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA BRASILEIRA

O LUME, ou Método para Avaliação Econômico-Ecológica de Agroecossistemas, é uma ferramenta de monitoramento de impacto desenvolvida pela AS-PTA⁸, e que de acordo com Petersen *et al.* (2017), surgiu da necessidade de destacar as relações econômicas,

8 Segundo Freire (2022), AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

ecológicas e políticas que definem os modos de produção e de vida na agricultura familiar, nas comunidades tradicionais e entre os povos que, ao longo da história, permaneceram à margem da economia clássica.

Nesse sentido, o LUME emerge como uma inovação crucial na análise econômica voltada para sistemas agrícolas. Sua proposta transcende as fronteiras tradicionais de avaliação, buscando proporcionar uma compreensão holística das dinâmicas agrícolas, unindo efetivamente indicadores econômicos, sociais e ambientais.

No âmbito metodológico, o LUME inova ao diversificar perspectivas analíticas na avaliação do desempenho econômico, uma vez que considera o Agroecossistema como uma construção socioecológica, apresentando indicadores em diferentes níveis de agregação. Os diversos indicadores propostos pelo LUME, como Renda Bruta, Índice de Rentabilidade, Equidade de Gênero, Valorização do Trabalho de Cuidado, Diversificação Produtiva, Participação nas Decisões (em especial de mulheres e juventude), além de desempenharem um papel crucial na mensuração econômica, fornecem *insights* sobre a sustentabilidade de práticas agrícolas e sociais específicas (Petersen *et al.*, 2017).

Convém destacar o LUME por sua ênfase nos aspectos sociais e de gênero, indo além da análise econômica convencional, o que revela relações de trabalho e de poder muitas vezes ocultas nas estatísticas tradicionais, proporcionando uma visão mais completa e inclusiva, essencial para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis (Freire, 2022). Isso ocorre devido a essa abordagem multifacetada residir na integração sinérgica desses elementos, o que permite análises por subsistemas, esferas de trabalho, esferas de circulação econômica, gênero e geração, revelando nuances e interações muitas vezes negligenciadas em abordagens convencionais (Petersen *et al.*, 2017).

Ainda, segundo Petersen *et al.* (2017), o LUME permite diferenciar estilos de gestão econômico-ecológica em Agroecossistemas, destacando as diferenças entre estilos mais dependentes de mercados e estilos mais autônomos, o que oferece uma visão crítica das abordagens de gestão adotadas. Para tanto, os componentes fundamentais do LUME abarcam desde a coleta de dados econômicos até a análise detalhada dos impactos ecológicos das práticas agrícolas, o que permite uma avaliação holística da eficácia de diferentes estratégias, proporcionando um entendimento mais amplo das implicações de decisões agrícolas para o meio ambiente e para a viabilidade econômica e social (Petersen *et al.*, 2017). Nesse sentido, ao permitir desvendar as complexidades das relações entre atividades agrícolas, sustentabilidade econômica e social e saúde ambiental, o LUME se posiciona como uma ferramenta essencial para agentes de Extensão Rural que buscam uma análise profunda e abrangente.

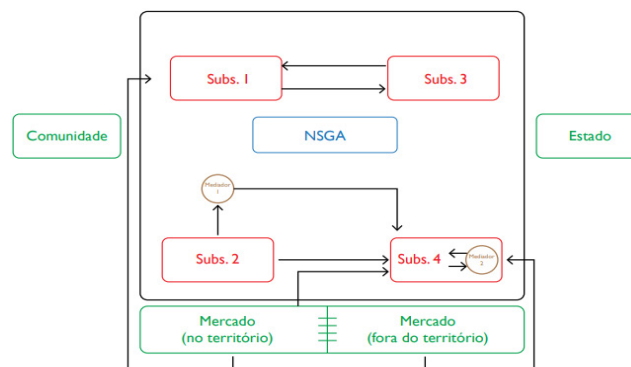
A etapa de coleta de dados primários é fomentada por um conjunto de materiais⁹ e orientações que conformam um itinerário do método a ser realizado com a participação do Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema (NSGA), o qual pode ser, por exemplo, uma família agricultora ou uma comunidade de agricultores. A exemplos de itinerário para a coleta de dados primários tem-se o roteiro básico para a entrevista semiestruturada, a elaboração de um croqui identificando os subsistemas, a linha do tempo que salienta pontos importantes da trajetória do NSGA, ou a representação gráfica (figura 1), de fluxos de insumos e produtos (fluxos econômico-ecológicos), que a posteriori, pode ser quantificada.

SUMÁRIO

9

Esses materiais são disponibilizados gratuitamente no site da AS-PTA e podem ser acessados pelo link: <<https://aspta.org.br/2015/05/25/metodo/>>.

Figura 1 - Exemplos de representação gráfica dos fluxos de insumos consumidos no Agroecossistema



Fonte: Petersen et al. (2017, p. 118).

A modo de exemplo, a representação gráfica dos fluxos de insumos (figura 1) facilita aos envolvidos, sejam as equipes de extensão ou o NSGA, uma rápida visualização sobre: como os insumos fluem dentro e fora do Agroecossistema, o que pode incluir tanto a entrada de insumos obtidos através de transações realizadas em mercados dentro e fora do território onde se encontra o NSGA, quanto a mão de obra vinda da comunidade local, ou mesmo o acesso a financiamentos vindos do Estado; as relações entre diferentes componentes do sistema, por exemplo, como um produto produzido no subsistema 2 serve de insumo para a manutenção do subsistema 4; a sustentabilidade do Agroecossistema, uma vez que permite visualizar se há dependência excessiva de recursos externos; e etc, possibilitando identificar áreas onde a eficiência pode ser melhorada ou onde a dependência de insumos externos pode ser reduzida.

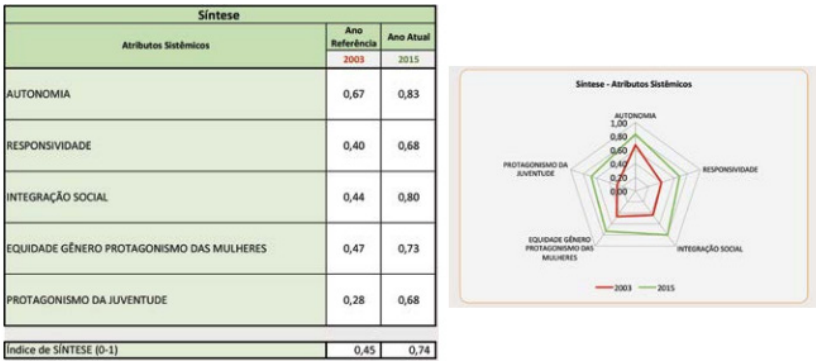
A organização e gestão dos dados obtidos através da etapa de coleta de dados primários é auxiliada também por planilhas¹⁰ previamente fornecidas e estudadas pelas equipes de extensão.

A utilização posterior das mesmas marca a facilidade e acessibilidade da aplicação do método, permitindo a geração automática, através de seu preenchimento com os dados primários levantados, de uma série de mecanismos visuais (figura 2), tais como tabelas, gráficos e diagramas, tornando os resultados acessíveis e compreensíveis para diversos públicos e permitindo uma compreensão mais aprofundada por parte de agentes envolvidos (Petersen *et al.*, 2017). Consequentemente, o LUME proporciona que agricultores, extensionistas e formuladores de políticas estejam melhor equipados para tomar decisões informadas e com informações obtidas através de uma abordagem participativa, promovendo, assim, práticas agrícolas mais sustentáveis, tanto do ponto de vista social quanto ecológico.

No exemplo abaixo ilustrado (figura 2), é possível visualizar um modelo de tabela e gráfico compostos pelos índices dos atributos sistêmicos em dois momentos da trajetória de um agroecossistema, os quais permitem uma comparação diacrônica, destacando a evolução de diversos aspectos do sistema ao longo do tempo. Os índices refletem o estágio atual e um ponto de referência anterior, oferecendo *insights* visuais sobre as mudanças nos parâmetros sistêmicos, contribuindo para uma análise mais aprofundada do desenvolvimento do Agroecossistema, com relação a autonomia, responsividade, integração social, equidade de gênero e juventude.

Dessa forma, o LUME não é apenas uma ferramenta analítica; é um guia estratégico para agentes de Extensão Rural que buscam não apenas compreender, mas desenhar positivamente o futuro da agricultura brasileira, mensurando os impactos de políticas públicas nos NSGAs, mudanças nas práticas agrícolas ou sociais ou mesmo os impactos de sua própria atuação extensionista. Sua aplicação, permeada por uma visão abrangente, contribui para a construção participativa, humanista e crítica de soluções sustentáveis, alinhadas às demandas contemporâneas e ao anseio por uma reconstrução rural resiliente.

Figura 2 - Exemplo de gráfico gerado através das planilhas disponibilizadas pelo LUME (Índices dos atributos sistêmicos em dois momentos da trajetória de um Agroecossistema)



Fonte: Adaptado de Petersen et al. (2017, p. 164).

Assim, observa-se que a implementação estratégica do LUME surge como uma abordagem participativa sólida e abrangente para promover práticas agrícolas sustentáveis. Considerando os desafios das mudanças climáticas e a necessidade de reconstrução rural no Brasil, o LUME representa uma ferramenta potencial para transformar a realidade do meio rural, proporcionando uma compreensão aprofundada das interconexões entre aspectos econômicos, sociais e ecológicos, contribuindo para a construção de realidades rurais resilientes e sustentáveis tanto social, quanto econômica e ecológica.

Finalmente, destaca-se que o alinhamento estratégico do LUME com as políticas públicas destinadas à agricultura e à reconstrução rural apresenta-se como um aspecto crucial de sua relevância e aplicabilidade. Sua implementação efetiva pode ser estrategicamente alinhada com objetivos governamentais, oferecendo uma abordagem robusta e baseada em dados para orientar as ações e políticas no setor agrícola que promovam práticas agrícolas sustentáveis, resiliência ambiental e o bem estar social das comunidades rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trilhar os caminhos deste estudo, torna-se cristalino que a integração do LUME na atuação extensionista emerge como uma perspectiva inovadora e promissora para a reconstrução sustentável do meio rural brasileiro. Nossa jornada teórica demonstrou como a ênfase na resiliência, sustentabilidade e inclusão social, delineadas pelo método, ressoa como um caminho promissor para que a Extensão Rural brasileira possa orientar-se ao enfrentamento dos desafios contemporâneos do setor agrícola.

Destaca-se a versatilidade do LUME como uma ferramenta analítica cuja aplicação permite a compreensão das interconexões entre aspectos econômicos, sociais e ecológicos, facilitando a atuação extensionista participativa na construção de realidades rurais mais resilientes e sustentáveis. Nesse sentido, observa-se que a aplicação potencial do LUME oferece insights valiosos não apenas para extensionistas rurais, mas também para agricultores, gestores e formuladores de políticas.

Assim, sugere-se que futuras pesquisas concentrem-se na aplicação efetiva do LUME em estudos de caso específicos, levando em consideração as nuances regionais do meio rural brasileiro. Além disso, investigações mais aprofundadas sobre os desafios práticos, como a disponibilidade de dados e a aceitação por agentes extensionistas e agricultores, são essenciais para otimizar a aplicabilidade do método.

Por fim, considerando o problema de pesquisa e objetivo proposto inicialmente, observamos que a implementação estratégica do LUME na atuação extensionista apresenta potencial para atender às demandas por práticas agrícolas sustentáveis, além da relevância do LUME como uma ferramenta participativa potencialmente transformadora na busca por práticas agrícolas (econômicas, ecológicas e sociais) mais sustentáveis no Brasil.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M; NICHOLLS, C, I. **Agroecología: Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. Série Textos Básicos para la Formación Ambiental. 1. ed. México: PNUMA, 2000, p. 250.
- BRANDENBURG, A. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. **Estud. Soc. e Agric.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 126-148, 2011.
- CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. /n: MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló; DE MONTEIRO, Abreu Monteiro. (Orgs.). **Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural**. 1. ed. Belém: UFPA/NAEA, 2006, cap. 3, p. 27-50.
- DE SOUSA, I. S. F. Difusão de tecnologia para o setor agropecuário: a experiência brasileira. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília, v. 4, n. 2, p. 187-196, maio/ago. 1987.
- DIESEL, Vivien, *et al.* Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento?. **Estudos Sociedade e Agricultura**: Seropédica, v. 29, n. 3, p. 597-634, 2021.
- DIESEL, Vivien; MINÁ DIAS, Marcelo. The Brazilian experience with agroecological extension: a critical analysis of reform in a pluralistic extension system. **The Journal of Agricultural Education and Extension**: Londres, v. 22, n. 5, p. 415-433, 2016.
- FAO. **Módulo de capacitação - Adaptação às mudanças climáticas para metodologias participativas de extensão rural**. Maputo, Mozambique: FAO, 92 p., 2020.

FREIRE, A. G. **Transição agroecológica vista pela economia feminista**: um estudo no semiárido brasileiro. 2022. 46 F. Tese (Máster en Agroecología: un enfoque para la sustentabilidad rural). Universidad Internacional de Andalucía, Campina Grande, PB, 2021-22.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Summary for Policymakers. /n: **Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Cambridge University Press. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

KIRSCH, H.; RÍOS-CARDONA, J. C. Mudanças climáticas e agricultura: em busca de respostas mais sustentáveis. /n: **Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, 10, 2013, Vitória. Anais... Vitória: ECOECO, 2013.

LISITA, F. O. Considerações sobre a extensão rural no Brasil. **Embrapa Pantanal**: Corumbá, v. 1, n. 77, p. 1-3. abr. 2005.

MACHADO FILHO, H. *et al.* **Mudança do clima e os impactos na agricultura familiar no Norte e Nordeste do Brasil**. 1. ed. Brasília, DF: FIDA, 2016. 68 p.

PETERSEN, P., *et al.* **Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistema**. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017, 246 p.

TÁVORA, F. L.; FRANÇA, F. F.; LIMA, J. R. P. de A. **Impactos das mudanças climáticas na Agropecuárias Brasileira, Riscos Políticos, Econômicos e Sociais e os desafios para a Segurança Alimentar e Humana**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos e Pesquisa da Consultoria Legislativa, 2022, 42 p.

VIANA, P. *et al.* Base de dados da agroecologia é estratégica reconstrução no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [s./], v. 1, n. 191, 4 p., jun. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/base-de-dados-da-agroecologia-e-estrategica-reconstrucao-no-brasil/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

11

Juliana de Almeida Costa

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NA EXTENSÃO RURAL:

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DIALÓGICA

***POPULAR HEALTH EDUCATION
IN RURAL EXTENSION:***

REPORT OF A DIALOGIC EXPERIENCE

SUMÁRIO

RESUMO:

A compreensão da importância da atuação multiprofissional e interdisciplinar na extensão rural não é uma novidade, assim como o entendimento da relevância de relações dialógicas entre extensionistas e comunidades ou famílias assistidas, especialmente dentro de áreas de assentamentos. O presente relato de experiência tem por objetivo descrever a atuação extensionista a partir de estratégias de educação popular em saúde, a partir de uma abordagem crítico-reflexiva e problematizar como a atuação enquanto profissional farmacêutica pode contribuir na atuação acerca de plantas medicinais e estratégias de saúde popular. A partir da vivência como extensionista permitiu compreender a importância de desenvolvimento de processos a partir da cotidianidade da ação e a relevância da existência de um conjunto de políticas públicas articuladas e complementar para o desenvolvimento do serviço de extensão rural. A reflexão sobre a atuação enquanto profissional farmacêutica na extensão rural tem sua centralidade na relação com políticas públicas e com os saberes populares, sendo centrais para este fim. Apesar dos limites da atuação extensionista relatada, ela trouxe consequências positivas para as famílias beneficiárias.

Palavras-chave: relato de experiência; extensão rural; educação popular em saúde.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

Understanding the importance of multidisciplinary and interdisciplinary action in rural extension is not new, as is understanding the relevance of dialogical relationships between extension workers and assisted communities or families, especially within settlement areas. The present experience report aims to describe extension work based on popular health education strategies, from a critical-reflective approach and problematize how acting as a pharmaceutical professional can contribute to the work on medicinal plants and health strategies. popular. From experience as an extensionist, it was possible to understand the importance of developing processes based on everyday action and the relevance of the existence of a set of articulated and complementary public policies for the development of the rural extension service. Reflection on acting as a pharmaceutical professional in rural extension has its centrality in the relationship with public policies and popular knowledge, being central to this purpose. Despite the limits of the reported extension work, it brought positive consequences for the beneficiary families.

Keywords: *experience report; rural extension; popular health education.*

INTRODUÇÃO

A ideia de uma extensão rural multidisciplinar não é uma novidade no Brasil. Em áreas de reforma agrária do RS, desde o início da oferta de serviços de extensão rural, que, de acordo com Neumann, Dalbianco e Zarnott (2018), teve a primeira experiência desenvolvida entre 1985 e 1996, executada pela Emater/RS e pelo Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP). Ainda de acordo com os autores, a compreensão da necessidade de um serviço de extensão rural diferenciado em áreas de reforma, que desse conta do montante de demandas existentes em áreas reformadas ganhou espaço no Brasil na década de 1980 a partir da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo esta primeira experiência, fruto de um contexto de reivindicações das famílias organizadas nos movimentos sociais, que demandam um serviço de extensão rural diferenciado, que desse conta das particularidades das áreas reformadas e de seu público. Entre 1996 e 2000 este serviço foi ofertado às famílias assentadas via Projeto Lumiar, que tinha por objetivo principal a estruturação produtiva dos assentamentos.

Com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) no ano de 2003, após um vácuo na oferta da extensão rural enquanto política pública em áreas de assentamentos, um Convênio baseado nas diretrizes da PNATER, entre o INCRA/RS e a Cooperativa de Prestação de Serviços Ltda, retomou o serviço de extensão rural nestas áreas, dando origem ao Programa de ATES do INCRA/RS. A partir de 2009 uma nova modalidade de operação deste serviço entrou em vigência. O Programa de ATES passou então a ser executado via contratos, sendo então executados por três empresas que passaram a prestar estes serviços: CETAP, COPTec e EMATER. Este modelo foi encerrado em 2017 e desde então as famílias assentadas se encontram sem acesso a um

serviço de extensão rural oficial. Todas essas experiências citadas de desenvolvimento de serviços de extensão rural junto às famílias assentadas foram desenvolvidas por equipes multiprofissionais que buscaram trazer olhares diversos para estes espaços para construir, em conjunto com as famílias, alternativas viáveis para os limites e o fortalecimento das potencialidades existentes.

Minha experiência dentro da extensão rural se iniciou no ano de 2004 e início do ano de 2005, através da composição da equipe técnica da COPTec. Esta atuação que se iniciou nas áreas de assentamentos de Jóia/ RS, teve continuidade em Tupanciretã a partir do ano de 2008, o que possibilitou minha contribuição também no período de Contratos de ATES do INCRA/RS até o ano de 2017.

Desta forma, o objetivo deste relato de experiência é, além de descrever a atuação voltada à educação popular em saúde como estratégica para o desenvolvimento de uma extensão rural dialógica junto aos assentamentos de reforma agrária, mas também trazer algumas reflexões sobre os limites da atuação extensionista desenvolvida à época, assim como, sobre como minha formação em Farmácia pode contribuir de maneira mais efetiva no suporte às estratégias populares de saúde da população rural, em especial, das famílias assentadas da reforma agrária e sua relevância para o período atual.

METODOLOGIA

O presente texto foi elaborado a partir do relato de experiência buscando desenvolver uma redação crítico-reflexiva sobre a minha vivência enquanto extensionista rural em áreas de reforma agrária. Para este fim, também foi realizada uma breve pesquisa bibliográfica para estabelecer diálogos com as reflexões construídas a partir da prática e uma pesquisa documental que busca dar suporte tanto às informações quanto às reflexões trazidas neste estudo.

A EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE COMO GUIA PARA ATUAÇÃO EXTENSIONISTA DIALÓGICA

Minha trajetória junto às famílias beneficiárias de assentamentos de reforma agrária e organizadas junto ao MST foi teve início em outubro de 2003, quando fui convidada a contribuir com um projeto que envolvia a produção de plantas medicinais e fitoterápicos no assentamento Ceres, no município de Jóia, um pequeno município do Noroeste do RS, que possui seis assentamentos de reforma agrária, com um montante de mais de quinhentas famílias assentadas. Desde minha chegada em Joia, minha percepção na época era de que existia a necessidade de construção de um processo dialógico, onde os saberes que eu tinha disponíveis para contribuir com a experiência acerca das plantas medicinais teriam pouco valor se não estivessem relacionados, permeados, imbricados aos saberes que as famílias carregavam consigo sobre o tema. Desta forma, uma das ações prioritárias elencadas para serem desenvolvidas nos períodos em que eu estivesse nos assentamentos em Joia, seriam oficinas e rodas de conversas sobre as plantas medicinais buscando o reconhecimento dos saberes diferentes, as trocas e relações entre eles.

No entanto, como o projeto com o qual eu estava vinculada era descentralizado e previa seu desenvolvimento em diferentes regiões do país, minha atuação dentro dos assentamentos daquele município era bastante limitada, não conseguindo superar agendas pontuais, o que impedia a criação de processos. Naquele período eu, como jovem recém formada e sem muita experiência com o rural, não conseguia fazer grandes reflexões sobre extensão rural. no entanto, minha experiência em projetos de extensão e minha aproximação com a educação popular em saúde a partir do movimento estudantil me propiciaram compreender que a não regularidade no trabalho

e não regularidade no acompanhamento limitavam de forma muito profunda o desenvolvimento de processos que pudessem trazer acúmulo de aprendizados coletivos, tanto a mim, quanto às famílias.

Neste sentido, compreendo como pertinente compartilhar a reflexão de Brandão (2001, p. 23) sobre educação popular em saúde, que compreende o diálogo como fundamental no desenvolvimento de processos que visam intercâmbio de saberes. O autor afirma que na construção de processos de educação popular em saúde, um elemento central está no reconhecimento do outro como sujeito da transformação da própria história e de se ver ao lado do outro para a transformação da sociedade. Compreendo que isso traz muito sentido às reflexões sobre os limites da minha atuação naquele período, sem o estabelecimento de um cotidiano que permitisse um diálogo permanente para construção de uma confiança mútua com as famílias naquele momento.

O trabalho realizado junto às crianças, nas escolas, surtia efeitos melhores, pois a atuação em uma escola permite uma regularidade e continuidade mesmo sem a presença permanente de um determinado profissional, pois o processo ali não depende de criar rotina de ação, mas de inserção em uma rotina estabelecida, logo, ao final do primeiro ano de trabalho, o saldo positivo era o reconhecimento do trabalho junto às crianças sobre plantas medicinais, questões ambientais e alimentares.

Com a criação da PNATER em 2003 e a retomada do serviço de extensão rural para assentamentos através do Programa de ATES através de convênios, passei a compor a equipe de ATES responsável pelo desenvolvimento das ações nos assentamentos de Jóia. Desde o momento em que passei a compor a equipe técnica, a atuação mais efetiva junto ao cotidiano das famílias permitiu a construção de estratégias de atuação e ações a serem desenvolvidas junto à direção do MST que acompanhava as ações da equipe técnica. A partir daquele momento, construímos uma prioridade de atuação

junto às mulheres dos assentamentos do município e buscamos fortalecer os processos de participação delas a partir da organização de grupos de mulheres onde não existiam e fortalecer os grupos existentes. O fato de residir na sede do assentamento foi um fator que contribuiu de maneira muito significativa para a construção dos laços de confiança, reciprocidade e cumplicidade que foram construídos a partir de então especialmente com as mulheres assentadas.

Embora nos espaços do setor de saúde conseguíssemos reunir homens e mulheres, e tenhamos construído uma atuação efetiva junto ao Conselho Municipal de Saúde e ações do setor de saúde acerca da fitoterapia, sempre ficou muito nítida a afinidade das mulheres com a temática das plantas medicinais, sendo este o foco principal das atividades desenvolvidas nos grupos de mulheres em função da demanda estabelecida pelas mesmas. Erice e Marques (2017), em estudo sobre as mulheres camponesas, concebem as plantas medicinais como fator de mobilização feminina e na construção de minha pesquisa de mestrado, pude observar que a valorização dos saberes trazidos por estas mulheres em suas trajetórias de vida e em sua ancestralidade são fatores que possibilitam deslocamentos de relações de poder (Costa, 2009).

Ao longo dos 14 anos que contribuí dentro dos assentamentos de reforma agrária tive a oportunidade de trocar muitos saberes com as mulheres, aprender com as mulheres sobre as plantas nativas, pouco estudadas, seus usos e refletir de maneira mais profunda sobre as intersecções entre os saberes populares e os saberes científicos.

Durante os encontros realizados, muitas vezes fui surpreendida, seja pelo acolhimento, afeto e corresponsabilidade que demonstravam com o que construímos enquanto coletivos de mulheres, seja pelos saberes compartilhados, que meu mundo acadêmico não alcançava. Um dos exemplos práticos foi o aprendizado de formular base para pomadas com cera de abelha e óleo de cozinha que origina uma pasta de consistência muito semelhante àquela da base

conhecida por mim, produzida a base de lanolina e vaselina. Nossas trocas potencializaram muitos saberes e também muita valorização feminina, não só das mulheres assentadas, mas também nossa, das mulheres que compunham a equipe de ATES.

Isso remete ao que Di Stasi (1995) afirma sobre o pensamento racional moderno apresentar proximidades e interlocuções com os saberes empíricos, especialmente no que se refere à manipulação das plantas medicinais. Sobre os saberes locais acerca da biodiversidade, Shiva (2003) ressalta que os saberes tradicionais acerca dela têm sido apropriados pela indústria farmacêutica, o que reduz os custos das pesquisas sobre novos fármacos, mas não traz o devido reconhecimento às comunidades locais, detentoras dos saberes, o que acaba não permitindo sua devida valorização social, simbólica e econômica.

Apesar de ter mudado de região, passando a atuar em Tupanciretã a partir do ano de 2008, a relação estabelecida com as famílias assentadas em Joia nunca foi rompida.

Compreendo que plantamos juntas sementes boas, que germinaram, gerando frutos que ainda hoje se mantém, como os processos de emancipação feminina e autonomia econômica de grupos organizados, não foram unicamente fruto da atuação da equipe de ATES, mas que fazemos parte desta história em determinado momento e contribuímos para a construção de formas de organização para a permanência naquele espaço de reprodução do viver, construindo processos de resistência, semeando solidariedade, saberes e cuidados.

Tupanciretã, município vizinho à Joia, possui dezessete assentamentos e cerca de setecentas famílias assentadas. A organização das mulheres, o trabalho nas escolas e as plantas medicinais seguiram sendo um foco de atuação. Com a transição de convênio para contrato, obtivemos aumentos no número de técnicos e passamos a contar com mais duas pessoas da área social, o que possibilitou

aprimorar e fortalecer o trabalho. Tivemos construções neste sentido dentro da equipe e a busca por atuação conjunta, pensando as famílias como um todo como público para as diferentes áreas de atuação e as plantas medicinais também passaram a ser fonte de cuidado não só para os seres humanos, mas também para os animais.

Nos anos seguintes, o fortalecimento da atuação e da relação com as famílias assentadas, possibilitou que a emergência de práticas muito interessantes e frutíferas, como a organização de hortas medicinais comunitárias nas sedes de diferentes assentamentos, encontros massivos de mulheres e cursos de Fitoterapia e Homeopatia com agentes externos, participação no Conselho Municipal de Saúde, parceria com a Pastoral da Saúde e da Criança... Foi um período de intensa mobilização regional, que casada com uma política efetiva de extensão rural e integrada com outras políticas públicas trouxe o desenvolvimento de experiências muito positivas.

Ao passo que compreendemos, regionalmente, tanto equipe técnica, quanto lideranças regionais das famílias assentadas a importância da centralidade das Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da Política de Aquisição de Alimentos (PAA), construímos as condições objetivas para fornecimento de alimentos para as mesmas e buscamos, através de diferentes formas de mobilização e reivindicação implementá-las no município a partir da produção de alimentos das famílias assentadas. Chegamos a enfrentar a resistência do prefeito do município com a oferta de um café da manhã com todos os produtos disponíveis e passíveis de serem comprados pelo município para a alimentação escolar. Contribuímos na organização, implementação, gestão e comercialização de uma padaria organizada a partir de um coletivo de mulheres de um dos assentamentos do município. Chegamos a contribuir na elaboração de projetos para fornecimento de alimentos para o PNAE de Tupanciretã, Cruz Alta e Santa Maria. Minha memória acerca destes fatos me faz compreender que construímos ali relações capazes de produzir

mudanças efetivas na vida das famílias assentadas. Uma construção dialógica, muito próxima daquela que Brandão (2001) considera parte de um processo de educação popular, onde profissionais da saúde e educação se colocam ao lado das pessoas para transformar a realidade, a partir de um processo com aquilo que descreve na que nos colocavam ao lado das famílias, somando forças em busca das mudanças necessárias para a construção de um bem comum.

ATUAÇÃO EXTENSIONISTA COMO PROFISSIONAL FARMACÊUTICA, UMA REFLEXÃO TARDIA

Embora tenham sido frutíferas e enriquecedoras experiências, alguns meses antes do término do projeto, comecei a refletir, tardiamente, sobre o quanto me afastei ao longo dos anos do objeto central de minha atuação: os saberes acerca das plantas medicinais, embora as políticas públicas acerca deste tema também tenham se fortalecido. É bem verdade que, ao longo dos catorze anos que dediquei a atuar nos assentamentos de reforma agrária, eu compreendi minha atuação enquanto educadora popular em saúde e desenvolvemos ações relacionadas às plantas medicinais, aos saberes e práticas populares em saúde. Porém, eu nunca consegui compreender a centralidade de minha atuação como farmacêutica. No entanto, de um determinado tempo para cá, passei a compreender a importância da minha formação profissional nesse processo e dos potenciais de articulação que a formação farmacêutica pode potencializar no sentido de articulação de políticas públicas para o desenvolvimento de ações e projetos na área de plantas medicinais.

Uma série de políticas públicas que se relacionam com os saberes tradicionais e com as plantas medicinais foram lançadas na

primeira década dos anos 2000, justamente no período de fomento destas no país. Dentre estas, gostaria de destacar a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), de 2006 e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PICS), também de 2006, além da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) de 2004. Estas políticas possuem em comum a tentativa de construir enquadramentos institucionais que permitam a prescrição de plantas medicinais e o exercício de práticas não convencionais por profissionais em atuação na saúde pública do país.

A possibilidade de organização, implementação e gestão de farmácias comunitárias em espaços rurais, além de apoio a linhas de produção de fitoterápicos como forma de desenvolvimento regional com suporte das equipes de extensão rural estão previstas dentro da PNPMF, assim como a necessidade de fortalecimento dos saberes populares em torno da biodiversidade para desenvolvimento territorial. A necessidade de existência de programas que disponibilizam plantas medicinais e fitoterápicos no SUS é uma das diretrizes das PICS e a PNAF, em seu artigo X prevê a definição e pactuação de ações intersetoriais que visem utilização das plantas medicinais e fitoterápicos nos processos de atenção básica à saúde, desde que cientificamente comprovadas, respeitando os conhecimentos tradicionais incorporados, como forma de geração de trabalho e renda, através do fortalecimento da produção nacional através da biodiversidade do país.

Desta forma, tenho refletido sobre a imaturidade das ações de educação popular em saúde desenvolvidas pela nossa equipe, naquele período, que não permitiram fortalecer de maneira mais efetiva os saberes e práticas acumulados pelas famílias, em especial pelas mulheres, acerca das plantas medicinais. Ao mesmo tempo, me questiono sobre o limite de compreensões atuais sobre a formação profissional de extensionistas rurais se limitar às áreas das agrárias, das sociais e da educação justamente em um período onde os cuidados se encontram tão em voga e as potencialidades dos

saberes sobre a biodiversidade nos territórios parece estar no centro das estratégias de desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos limites vislumbrados e discutidos ao longo do texto sobre alguns aspectos da atuação enquanto extensionista no Programa de ATES, muitos dos processos construídos trouxeram consequências positivas para as famílias. A atuação por longo tempo e de maneira conjunta a todas as famílias permitiu que tivéssemos naquele período uma dimensão do quanto pode ser positivo o investimento em uma política permanente de extensão rural, que pode permitir o desenvolvimento de processos.

A compreensão de que, não só os assentamentos de reforma agrária, mas também a agricultura familiar deve ter abertura para profissionais de diferentes áreas de formação nos serviços de extensão rural para obtenção de olhares amplos e complementares me parece muito evidente, além da importância de profissionais da saúde para além do SUS.

A maioria das famílias assentadas se encontra hoje com um déficit de seis anos de serviço de extensão rural responsável pelo seu acompanhamento e retomar o serviço parece ser fundamental, embora seja um recomeçar.

As reflexões sobre a atuação farmacêutica nos serviços de extensão rural e suas relações com políticas públicas devem embasar reflexões futuras que devem ser foco para novos estudos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. A educação popular na área da saúde. *In*: VASCONCELOS, E. M.; PRADO, E. V. DO (Org.). **A saúde nas palavras e nos gestos**: reflexões da rede de educação popular em saúde. São Paulo: Hucitec Editora, 2017. p. 21-26.

DI STASI, L. C. Arte, ciência e magia. *In*: DI STASI, L. C. (Org.). **Plantas medicinais**: arte e ciência um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. p. 15-22.

ERICE, A. S.; MARQUES, F. C. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. *In*: **Estudos feministas**, Florianópolis, SC, v. 25, n. 2, p. 683-705, maio/agosto, 2017. Acesso em: 14 nov. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806.9584.2017v25n2p683>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P.; ZARNOTT, A. V. A política pública de extensão rural em assentamentos de reforma agrária. *In*: Dalbianco, V. P. *et al.* (org.). **Uma nova extensão rural pública**: a experiência pluralista e descentralizada da assessoria técnica, social e ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Editora Unijuí, 2018. p. 17- 50.

12

*Lucas Moretz-Sohn D. Vieira
Hector dos Santos Facco*

OS DESAFIOS DA AÇÃO EXTENSIONISTA NO CONTEXTO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS:

**VISANDO A INCLUSÃO PRODUTIVA
E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

***THE CHALLENGES OF EXTENSIONIST
ACTION IN THE CONTEXT OF
QUILOMBOLAS COMMUNITIES:***

***AIMING FOR PRODUCTIVE INCLUSION AND
SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT***

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-314-1.12

SUMÁRIO

RESUMO:

O ensaio tem como objetivo refletir sobre a ação extensionista junto às comunidades quilombolas, a partir de projetos que participamos, trabalhos e pesquisas que realizamos durante nossas pós-graduações em Extensão Rural. O presente tem um caráter qualitativo e exploratório, e por isso, a adoção da coleta de dados que fizemos está de acordo com o caráter do ensaio, pois o realizamos utilizando a observação participante junto aos contextos da extensão universitária e rural, com revisão de literatura, análise documental e análise de entrevistas semiestruturadas. Ao fazermos a discussão sobre a ação extensionista junto às comunidades quilombolas em diferentes contextos no Brasil, identificamos que a ação extensionista e as mediações sociais cumprem um papel central no acesso e execução das políticas públicas e de projetos para esse público. Pois também podemos constatar que as próprias comunidades quilombolas delegam o auxílio de mediadores sociais no acesso a políticas e programas que lhes são de direito.

Palavras-chave: extensão; mediação social; comunidades tradicionais.



SUMÁRIO

ABSTRACT:

The aim of this essay is to reflect on extension work with quilombola communities, based on the projects we have participated in and the work and research we have carried out during our postgraduate studies in Rural Extension. This essay is qualitative and exploratory in nature, which is why the data we collected is in keeping with the nature of the essay, as we carried it out using participant observation in university and rural extension contexts, with a literature review, documentary analysis and analysis of semi-structured interviews. In discussing extension work with quilombola communities in different contexts in Brazil, we identified that extension work and social mediation play a central role in accessing and implementing public policies and projects for this public. We can also see that the quilombola communities themselves delegate the help of social mediators in accessing policies and programs that are their right.

Keywords: *extension; social mediation; traditional communities.*

INTRODUÇÃO

O trabalho de um extensionista, seja na extensão rural ou em qualquer outra de suas dimensões, é perpassado pela discussão das mediações sociais. No presente ensaio buscamos refletir sobre a ação extensionista junto às comunidades quilombolas, utilizando da noção das mediações sociais para aprofundar a reflexão dos trabalhos e pesquisas que realizamos, quando nos especializamos como extensionistas rurais.

O entendimento para mediação social aproxima-se das elaborações de Velho (2001), que entende a mediação como a ação de trânsito entre os diferentes lugares, diferentes polos, para estabelecer interseções e conexões entre os distintos sujeitos, buscando que estes organizem suas ações em comum. Já Nussbaumer e Ros (2011), elaboram sobre as mediações sociais em diferentes contextos, principalmente junto a políticas públicas e projetos de desenvolvimento, e consideram que as mediações sociais se dão de diferentes formas e devem ser contextualizadas. Para Neves¹¹ (2008, p. 10), esses agentes “são importantes para a constituição de espaços contextuais de ação política, orientada pela busca de justiça social, pela luta para diminuição do grau ou alteração no padrão referencial de consolidação de desigualdades socioeconômicas”.

Essas desigualdades são ainda mais evidentes quando falamos das comunidades negras rurais quilombolas¹², pois de acordo

11 Apesar disso, Neves (2010, p. 185) aponta os riscos da forma como os mediadores podem atuar diante dos “mediados”: Como os mediadores, na valorização de seu papel, partem do pressuposto de que o saber do mediado não é integrador, [...] eles acabam por tentar impor, mesmo que por muitas simulações que a própria crença em sua ação tende a tergiversar, a visão de mundo que eles apregoam, de certo modo em conformidade com as das instituições que representam”. Neste sentido, “os mediados podem ser objetivados pelo enquadramento institucional requerido” (*Ibidem*).

12 São comunidades quilombolas: “os grupos étnico-raciais, segundo critério de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, 2003).

com um estudo realizado em 2013, 70 % dessas comunidades tem a agricultura como principal atividade econômica, mas a falta de terra e a baixa escolaridade faz com que a renda per capita mensal não ultrapasse 1 salário mínimo (tanto individualmente, quanto domiciliar (Censo Nacional Quilombola, 2013). Por isso que Andrade (2009) reforça a importância que tem a participação de mediadores externos para o diálogo que é feito entre as comunidades quilombolas e as instituições do Estado, desde que estas passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direito. E Furtado (2020) mostra que as próprias lideranças do movimento quilombola atribuíam essa responsabilidade de mediação do diálogo aos seus respectivos assessores, sendo eles: padres, advogados, militantes partidários ou sindicais, pesquisadores das Universidades, etc.

Como forma de melhor organizar este ensaio, o dividimos em três seções, além da presente introdução. Iniciamos, então, pelo procedimento metodológico que adotamos, utilizando as ferramentas metodológicas da pesquisa exploratória. Na sequência discutimos alguns casos de ação extensionista e mediação social em contextos de comunidades quilombolas, a partir de estudos e trabalhos que já realizamos junto a essas comunidades. Por fim, trazemos reflexões e considerações sobre a ação extensionista junto às comunidades quilombolas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nosso ensaio parte de uma análise qualitativa e também da pesquisa exploratória, considerando que por este método de pesquisa o objetivo principal é de aprimorar ideias, como neste ensaio que discutimos a ação extensionista e o papel da mediação social no contexto de comunidades quilombolas no Brasil. As ferramentas metodológicas que utilizamos, seguem aquelas da pesquisa

exploratória, quais sejam: levantamento bibliográfico, observação participante e entrevistas semi-estruturadas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado (Gil, 2009).

Como esse artigo é fruto das reflexões derivadas de nossas pesquisas de mestrado e doutorado, buscando estabelecer um diálogo entre elas, utilizamos dados de três entrevistas da pesquisa de doutorado e de uma entrevista da pesquisa de mestrado, apesar do quantitativo de entrevistas que realizamos em ambas pesquisas ter sido maior do que para este ensaio.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como já discutimos anteriormente, a ação extensionista e os processos de mediações sociais ocorrem em diferentes contextos, e são essenciais para a chegada de políticas e programas para o público assistido por agentes extensionistas/mediadores sociais. Partindo dessa constatação, buscamos fazer a reflexão da ação extensionista e mediação social em comunidades quilombolas no Brasil, no contexto da implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PRONAT) no Território Centro Serra do Rio Grande do Sul (RS) e do Selo Quilombos do Maranhão (MA), em algumas comunidades quilombolas do referido Estado.

Tratando da experiência do PRONAT no Território Centro Serra, analisamos o envolvimento das comunidades quilombolas no acesso aos recursos do referido programa. O recurso analisado foi uma das metas de uma proposta vinculada ao Programa de Infraestrutura dos Territórios Rurais (PROINF) do ano de 2010, que diz respeito a “Apoio a comunidades quilombolas, aquisição de equipamentos e veículos para Bases de Serviços e implantação de horta comunitária”, direcionado para a Comunidade Quilombola Linha Fão,

no município de Arroio do Tigre/RS (Vieira, 2018). Segundo uma liderança dessa comunidade, constatamos que a ideia de se fazer uma horta comunitária na área que lhes pertencia, foi uma iniciativa da agente extensionista da EMATER (AExt) da época, que dialogou com lideranças da comunidade para efetuar essa proposição, como podemos observar no relato a seguir:

[...] na época era a AExt que acompanhava a comunidade. É, ela devia... acho que duas ou três vezes no mês... ela sempre tava aqui. E daí, naquela época, essa estufa deve ter sido partido dela ou da LC1, né, pra vim aqui. Uma das duas deve ter participação, mas veio através das duas, acredito eu, né.

Uma vez aprovada a proposta de construção da estufa no âmbito do PRONAT, os documentos necessários deveriam ser encaminhados para realização do repasse bancário via Caixa Econômica Federal. Esta questão foi tratada em reunião da Plenária do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (CODETER CS) em 2012, de acordo com informação contida na ata nº 02/2012, relatando uma pendência do Projeto "Aquisição de um kit de equipamentos para horta comunitária para comunidade quilombola", cuja Comunidade Quilombola Linha Fão, em Arroio do Tigre, RS era beneficiária (Vieira, 2018). Na ocasião, a comunidade não tinha (como ainda não tem) a titularidade de suas terras, e como esta era uma das exigências para acessar o recurso, conforme Brasil, MDA/SDT (2011). Por isso, essa situação ficou sem ser resolvida por alguns anos e, quando o repasse dos recursos para a comunidade quilombola Linha Fão foi efetuado, ele se deu de forma parcial e, contou com ação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (NEDET Centro Serra¹³), vinculado a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), *campus* sede (Vieira, 2018).

13

O NEDET Centro Serra foi constituído através de chamada pública CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014, que tratou do Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), articulando o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM-PR e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Facco, 2021).

Essa ação do NEDET Centro Serra também buscou aprovar outros projetos para as comunidades quilombolas do referido território, buscando a operacionalização dos recursos que elas pleitearam através do PRONAT. Um desses projetos, esteve vinculado a Incubadora Social da UFSM, buscando realizar um cultivo de hortaliças orgânicas em estufa na comunidade de Linha Fão, cuja aprovação permitiu a compra de materiais de consumo para a comunidade, além da realização de outras atividades. Outro projeto foi aprovado junto ao CNPq, de Empreendimentos Econômicos Solidários, envolvendo tanto a comunidade quilombola de Linha Fão, como de Júlio Borges (no município de Salto do Jacuí/RS) (Froehlich *et al.*, 2019). Este projeto permitiu a compra de equipamentos para ambas comunidades, mas também uma assessoria mais direcionada do NEDET/UFSM junto a elas por um período de um ano (duração do projeto). Isso permitiu a realização de oficinas de artesanato, de resgate culinário e, mobilização e participação dessas comunidades em visitas técnicas e feira de economia solidária.

Esses exemplos mostram que a ação extensionista cumpre papel de suma importância junto às comunidades quilombolas, buscando fazer com que elas possam acessar recursos de políticas que lhes são de direito. Pois, sem a participação de mediadores sociais, muitas vezes esses recursos não alcançam seus(suas) beneficiários(as), no caso, as comunidades quilombolas. E isso também podemos constatar de forma eminente na atuação de mediadores sociais no Estado do Maranhão, no âmbito do Selo Quilombos do Maranhão, quando observamos que, onde as comunidades quilombolas recebiam algum apoio externo, foi onde a política pública obteve maior êxito.

Esta constatação podemos observar na fala da liderança da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) no Maranhão, quanto às comunidades cujo acesso ao selo teve melhor resultado: “Na verdade, onde o selo avançou mais nessa discussão, nesse processo, foi em Barreirinhas/MA, nas comunidades de lá, Marcelino e Cantinho”. O relato dessa

liderança da CONAQ tem relação com a figura da coordenadora de igualdade racial do município de Barreirinhas/MA, conforme nos relatou uma agricultora da comunidade quilombola de Santo Antônio: “Através da Dona Osmarete, a gente tem uma grande parceria com a Dona Socorro, da Secretaria de Igualdade Racial do Maranhão (SEIR). Quando a gente faz um projeto, elas fazem tudo pra dar certo. O selo nasceu de lá, para sermos apoiados por ele”. Esse discurso também esteve presente na fala da agricultora da comunidade quilombola de Cantinho, também em Barreirinhas/MA: “O selo é uma grande garantia que nós tivemos deles. Se não fosse a SEIR, que nos desse essas informações deles, a gente não tinha essas informações”.

Além disso, também ocorreram dois eventos em Barreirinhas, que destacam também a maior inserção da SEIR no município, através da então gestora de povos e comunidades tradicionais da referida secretaria. No primeiro evento, também esteve presente a liderança da CONAQ mencionada anteriormente, assim como a representante da SEIR que fora citada e, da coordenadora municipal de igualdade racial. Este evento teve como objetivo mobilizar as comunidades quilombolas do município, de acordo com o que foi relatado pela coordenadora de igualdade racial de Barreirinhas. O segundo evento foi a Feira da Agricultura Familiar e Agrotecnologia do Maranhão (AGRITEC), organizada no referido município, sendo este um dos eventos mais importantes de agricultura do Estado, onde foi realizado a entrega do Selo Quilombos do Maranhão para as comunidades quilombolas que participaram da feira (Filho, 2019).

Mas mesmo com a participação de uma representante quilombola na gestão do Selo Quilombos do Maranhão, esta participação aconteceu quando o selo já havia sido constituído, cabendo a mesma a responsabilidade de efetivar sua implementação, como podemos observar a seguir:

Quando eu vim, e o secretário pediu para mim cuidar do próprio selo, eu não trabalhei o princípio do selo.

Eu sou agricultora, eu sou agricultora familiar, sou quilombola, e estou aqui na SEIR para que a gente possa discutir essa questão com o público nosso que tá ali e efetivar essa política.

Este relato dialoga com a afirmação de Araújo e Teixeira (2016), que abordam justamente sobre a forma como os atores diretamente relacionados com uma política pública participam do processo de implementação desta, etapa que é hegemonicamente influenciada por técnicos do governo. Opinião compartilhada também por Neves (2010), quando esta afirma:

Todavia, o campo de representações e ações que apregoa a constituição de regras e procedimentos englobados pelo termo *políticas públicas* se fundamenta em negociações, a priori constituídas por agentes situados em posições assimétricas, até mesmo pela prevalência atribuída à formulação de saberes específicos ou *expertise*, com base nos quais se advoga o monopólio da tomada de decisões (Neves, 2010, p. 174).

Interessante sobre esta menção é o fato de que, quando o trabalho de campo da pesquisa de doutorado sobre o Selo Quilombos do Maranhão foi realizado, entre abril e maio de 2022, a única representante quilombola da SEIR-MA (que estava na gestão do Selo Quilombos do Maranhão no momento que iniciamos as conversas para realizar esta pesquisa) já não estava mais atuando nesta função que tinha sido designada, dando lugar para outra pessoa que tinha maior conhecimento sobre regulamentação sanitária e certificação de produtos agrícolas. Mas também devemos considerar que, mesmo que ela também fosse representante de movimento social quilombola (CONAQ), ela não atuou enquanto representante desta entidade quilombola na SEIR-MA, como nos relatou outra liderança entrevistada da mesma entidade: “Embora tendo uma quilombola discutindo, mas era uma quilombola no papel de Estado. Não uma quilombola em papel de liderança, de movimento, era uma quilombola no papel de Estado. Ela foi enquanto gestora de Povos e Comunidades Tradicionais”.

Estas falas dialogam com Furtado (2020), quando este relata que as lideranças quilombolas no Maranhão não têm autonomia para conduzir formalmente os procedimentos para a titulação dos territórios, assim como para a efetivação de políticas públicas. Algo que até surpreendente, considerando que o Maranhão é um dos Estados brasileiros com maior quantidade de comunidades quilombolas e onde a mobilização quilombola foi pioneira, com a constituição de uma das primeiras entidades de representação quilombola no Brasil. E o que processo de mobilização das comunidades quilombolas maranhenses, foi importante para o reconhecimento quilombola, já na Constituição Federal de 1988 (Arruti, 2008, Souza, 2008).

Mas não fosse a participação de mediadores sociais, conforme analisamos anteriormente e aqui ressaltamos, dificilmente essas comunidades conseguiriam usufruir de políticas públicas que lhes são destinadas. Pois também não possuem informações suficientes para saber como ela realmente funciona e, desconhecem o resultado, como da comercialização dos produtos quilombolas que utilizaram o Selo Quilombos do Maranhão. E isto pode levar à auto-exclusão dessas comunidades, como destaca Neves (2010, p. 183):

As incertezas quase sempre se traduzem em estratégias de auto exclusão e desencanto dos potenciais beneficiários que, não controlando as condições objetivas mínimas, em termos materiais e da produção de sentidos ou significados, podem desenvolver investimentos críticos ou autoexclusão, formas quase sempre indesejadas de adesão ao processo.

Por fim, Ribeiro (2012, p. 229) afirma que: “se populações e instituições locais não se perceberem como sujeitos ativos do desenvolvimento, a apropriação dos projetos por parte das populações locais continuará sendo um problema”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos a importância da ação extensionista e da mediação social nas comunidades quilombolas do Brasil, evidenciando os desafios enfrentados durante a implementação de programas como o PRONAT e, de políticas públicas como o Selo Quilombos do Maranhão. Os mediadores sociais são importantes, pois auxiliam na superação das barreiras burocráticas, facilitando o acesso a recursos e garantindo que as políticas públicas alcancem efetivamente as comunidades quilombolas.

No contexto do PRONAT, destacamos a atuação do NEDET Centro Serra como um agente ativo na busca por recursos e na operacionalização de projetos, proporcionando avanços nas comunidades quilombolas inseridas no Território Centro Serra do Rio Grande do Sul, como o cultivo de hortaliças orgânicas e da constituição de empreendimentos econômicos solidários. Mas essas ações tiveram dificuldades, pela falta de titularidade de terras, sendo este documento determinante para o PRONAT e que impediu o pleno acesso aos recursos destinados por esse programa.

No caso do Selo Quilombos do Maranhão, destacamos a importância da então gestora de povos e comunidades tradicionais da Secretaria de Igualdade Racial do Maranhão, na mediação social para o melhor êxito do SQM nas comunidades quilombolas de Barreirinhas/MA. No entanto, criticamos a representação quilombola na gestão do referido selo, que não esteve como representante das comunidades quilombolas maranhenses, mas como agente de governo. Também vale ressaltar que, a ação extensionista dessa representante quilombola, está inserida em um contexto da falta de autonomia das lideranças quilombolas maranhenses, já na constituição de políticas e programas para as comunidades quilombolas maranhenses, mas também brasileiras.

Mesmo considerando que a participação ativa de mediadores sociais é essencial para garantir que as comunidades quilombolas possam usufruir plenamente das políticas públicas a elas destinadas, a falta de informações e o desconhecimento sobre como funcionam essas políticas e programas destinados para essas comunidades, podem levar à auto exclusão delas.

Além da necessidade de realizar abordagens inclusivas e participativas na formulação e implementação de políticas públicas para comunidades quilombolas, os mediadores sociais devem buscar o empoderamento e a participação ativa dessas comunidades para o sucesso dessas iniciativas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. P. Novos sujeitos de direitos e seus mediadores: uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e aparelhos de Estado. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói, v. 2, n. 27, 2009, p. 43-61. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41741>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ARAÚJO, M. V. R.; TEIXEIRA, C. F. As organizações do Movimento Negro e o processo de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2006-2014). /n: TEIXEIRA, Carmen Fontes. (comp.). **Observatório de análise política em saúde**: abordagens, objetos e investigações. Salvador: EDUFBA, 2016.

ARRUTI, J. M. Quilombos. /n: **Raça**: novas perspectivas antropológicas. PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio. (Orgs.). 2 ed. Salvador: ABA, Edufba, 2008. p. 315-350.

BRASIL. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Seção 1, p. 4.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Manual de Operacionalização do PROINF 2011. MDA/SDT: Brasília, 2011.

FACCO, H. S. **Mediação para a gestão social - o caso do colegiado de desenvolvimento territorial do centro serra do Rio Grande do Sul**. 2021. 116 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) -Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

FROEHLICH, J. M.; FACCO, H. S.; VIEIRA, L. M. D.; ZARNOTT, A. V.; HUBNER, J.. Do NEDET à incubação: trajetória das ações de extensão universitária no âmbito da abordagem territorial do desenvolvimento. **Conexão UEPG**, v. 15, n. 2, p. 135-141, mai-ago 2019.

FURTADO, M. L. S. Controle social e lutas quilombolas no Maranhão: cruzando saberes para a garantia de direitos territoriais. **PRACS**, Macapá, v. 13, n. 2, p. 103-119, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/5871>. Acesso em: 29 ago. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

13

*Mauricio Machado Sena
Gisele Martins Guimarães*

CRISE CLIMÁTICA E INOVAÇÃO SOCIOECOLÓGICA:

UMA ANÁLISE SOBRE AS INICIATIVAS LOCAIS

***CLIMATE CRISIS
AND SOCIOECOLOGICAL
INNOVATION:***

AN ANALYSIS OF LOCAL INITIATIVES

SUMÁRIO

RESUMO:

Neste trabalho investigamos o impacto da atual Crise Climática junto às iniciativas locais de inovação socioecológica. Como proposta metodológica realizamos uma revisão bibliográfica destacando a importância de se pensar ações e estratégias com base nos Territórios, frente às mudanças climáticas globais, também efetuamos o mapeamento dessas experiências através da aplicação de questionário online. Como resultados, apresentamos uma análise em que todas as iniciativas consideram as mudanças climáticas como fator crítico à existência e atuação de sua atividade, assim como, na ampla maioria dos casos, os eventos extremos influenciaram diretamente na atuação das mesmas, com base na declaração dos agentes que responderam as questões apresentadas. Por fim, apresentamos como considerações pertinentes que, para além de resistir às intempéries, essas iniciativas podem contribuir para a mitigação dessas problemáticas e que realizam um importante trabalho de conscientização quanto à existência de alternativas ao atual modo de uso, ocupação e exploração dos territórios.

Palavras-chave: mudanças climáticas; inovação socioecológica; territórios.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

In this study, we investigate the impact of the current climate crisis on local socio ecological innovation initiatives. As a methodological approach, we conducted a literature review highlighting the importance of considering actions and strategies based on territories in the face of global climate change. Additionally, we mapped these experiences through the application of an online questionnaire. The results reveal an analysis in which all initiatives consider climate change as a critical factor affecting the existence and operation of their activities. In the vast majority of cases, extreme events directly influenced their operations, as indicated by the responses of the agents who answered the questions. Finally, we present relevant considerations that these initiatives, beyond just resisting the challenges, can contribute to the mitigation of these issues. They also play a crucial role in raising awareness about alternatives to the current modes of use, occupation, and exploitation of territories.

Keywords: climate change; socio ecological innovation; territories.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho investigamos o impacto da atual Crise climática junto às iniciativas locais de inovação socioecológica, tendo como pano de fundo as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 - Ação Climática e a construção de alternativas para os territórios.

Essas experiências foram mapeadas através da rede formada pelo *Laboratorio Iberoamericano de Iniciativas de Innovación Socioecológica* (LIISE), que é uma comunidade de pesquisadores e agentes territoriais. Para isso, consideramos a: A Crise Climática, provocada pelo Aquecimento global, em decorrência da queima de combustíveis fósseis para a manutenção da economia, no transporte, produção agropecuária convencional e industriais.

E a Inovação Socioecológica como a construção coletiva de tecnologias sociais, filosofias e estratégia que, surgidas no século XXI ou recuperadas/apropriadas desde os saberes dos povos tradicionais e das práticas ancestrais, fornecem ferramentas para o fortalecimento dessas utopias possíveis. Destacamos a importância da integração entre essas iniciativas e abordamos essas experiências desde os territórios, a fim de buscarmos as conexões entre as ações locais e sua relevância global.

REVISÃO TEÓRICA

Para delimitações conceituais, se faz importante ressaltar que as Mudanças Climáticas ocorrem a partir do Aquecimento Global (Nobre, 2019), que se apresenta como sintoma somatizador das principais formas de exploração dos recursos naturais, derivado

do uso, ocupação e exploração da terra e da queima de combustíveis fósseis para a obtenção de energia, com a consequente emissão de Gases de Efeito Estufa.

Por isso, destacamos o trabalho dos institutos nacionais e internacionais como o *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), destacando o Reporte (AR6) do IPCC, realizado pelo Grupo de trabalho I, para criação de políticas públicas *Climate Change 2021 - The Physical Science Basis*, afirmando que a mudança climática antropogênica, está afetando os extremos climáticos e meteorológicos em todas as regiões do globo. "Evidências de mudanças extremas observadas, como ondas de calor, chuvas intensas, secas e ciclones tropicais e, em particular, sua atribuição à influência humana, se fortaleceu desde o AR5." (AR6 - WGI, 2021, p. 8, trad. do Autor), sendo que o AR5 foi disponibilizado em 2014.

Essa emergência também está presente na Agenda 2030, que surgida a partir de um processo de elaboração complexo, foi estruturado em 17 Objetivos, operacionalizados em 169 metas, destacado no Objetivo 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

Assim como aponta o relatório da 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (*United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC*):

[...] as mudanças climáticas representam uma ameaça urgente e potencialmente irreversível para as sociedades humanas e para o planeta e, portanto, requer a mais ampla cooperação possível de todos os países e sua participação numa resposta internacional eficaz e apropriada, com vista a acelerar a redução das emissões globais de gases de efeito estufa (ONU-COP21, 2015, p. 01-02).

O IPCC também avalia que a destinação da terra, como recurso para a produção agrícola, pastoril, silvícola e extrativista,

corresponde a até 23% das emissões de gases de efeito estufa. Denotando a importância dessas atividades para o sistema climático e mostrando a necessidade do investimento em formas de produção ancestrais e das perspectivas técnicas desenvolvidas a partir da Agroecologia (Petersen, Arbenz, 2018).

O IPCC, ainda considera fundamental o investimento em transições na escala territorial, pois “Em escala regional, mudanças nas condições do uso da terra podem reduzir ou acentuar o aquecimento e afetar a intensidade, frequência e duração de eventos extremos. A magnitude e a direção dessas mudanças variam com a localização e a estação”. (Trad. do Autor, CCL-IPCC, 2019, p. 11).

Diante dos fatos apresentados, que escancaram a problemática derivada do modo de exploração dos recursos naturais, surgem grupos negacionistas financiados por *lobbies* que menosprezam e renegam a afirmação de que estamos em uma crise global socioecológica. Como base para essas afirmações, tomaremos as relevantes contribuições do climatologista brasileiro, Carlos Nobre, que no livro *Climate Change Risks in Brazil* (Riscos das Mudanças Climáticas no Brasil), editado em colaboração com José A. Marengo e Wagner R. Soares, afirma que:

Além dos sérios impactos na saúde humana, níveis de aquecimento mais altos podem aumentar o risco de eventos extremos ou mesmo catastróficos, como a extinção de espécies, redução da disponibilidade de água e energia hidrelétrica e impactar severamente a produção de alimentos, limitando a área de cultivo disponível para as principais culturas agrícolas no Brasil, limitando severamente o papel do país como principal provedor da segurança alimentar global (Trad. do Autor, NOBRE, MARENGO, SOARES, 2019, p. 9).

Ao levarmos em consideração o Informe do Observatório la Rábida (2021), *Innovación para el Desarrollo Sostenible en Iberoamerica: “La innovación puede ser un acelerador de la sostenibilidad y, junto al*

conocimiento científico, la tecnología y las prácticas tradicionales, son factores determinantes para acelerar la acción climática y el desarrollo sostenible, así como para la transformación de conductas para una mayor resiliencia de nuestras sociedades.” (IDSI, 2021, p. 50)

Refletindo ainda sobre a inovação territorial, destacamos a colaboração da professora Blanca Miedes Ugarte, que pontua: *“La innovación transformadora es especialmente útil en contextos que han sufrido cambios importantes, como los que estamos viviendo ahora en Iberoamérica, saliendo de una pandemia, con fuertes consecuencias económicas y sociales y una emergencia ambiental sin resolver.” (IDSI, apud Miedes, 2021, p. 54).*

Essas inovações transformadoras, fomentam a transição socioecológica que geram processos de mudança e buscam não apenas aperfeiçoar os sistemas, mas antes se concentrem em ações disruptivas, que provocam mudanças essenciais nas bases do sistema nessa mesma perspectiva, Arturo Escobar explora a possibilidade de construção de autonomia das comunidades, defesa dos territórios e de manifestação política em que:

Tanto los planes de vida y las economías propias como la defensa del territorio son estrategias de lugarización, es decir, de la pervivencia del tejido de la vida en el lugar y la comunidad, y por tanto en la diferencia, en contra de la pretensión capitalista homogeneizante de transformar a todos los pueblos en ciudadanos economizados y des-lugarizados. Encontraremos la importancia del lugar en las visiones de diseño para la transición y para la innovación social (Escobar, 2016, p. 90-91).

Por isso, apontamos a necessidade de pensarmos a inovação a partir da construção da autonomia das comunidades, da valorização das especificidades e da diversidade local, para a transição dos territórios.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

Para a compreensão dos territórios foi realizada uma pesquisa qualitativa através de um mapeamento de iniciativas de inovação socioecológica, por meio do envio de um questionário elaborado em *Google Forms*, para a obtenção de dados, encaminhado em 03 de fevereiro de 2022, com data de fechamento em 23 de abril de 2022, priorizando as ações sistematizadas pelo LIISE e presentes na comunidade do Laboratório. Ao final tivemos sessenta e três (63) respostas válidas, ou seja aquelas que responderam de forma satisfatória as questões apresentadas no questionário.

Para esse trabalho destacamos a sessão do questionário que leva em consideração os problemas enfrentados pelas iniciativas, diante das Mudanças Climáticas.

Tabela 1 - Conhecimento ODS

Pergunta	Resposta
Você já ouviu a expressão mudanças climáticas?	Sim Não
Você reconhece as mudanças climáticas como um problema global?	Sim Não
Teve problemas com eventos meteorológicos extremos nos últimos 5 anos?	Sim Não
Qual evento?	Granizo, Secas, Enchente, Chuva forte - muita chuva em pouco tempo, Chuva torrencial - muita precipitação durante muito tempo, Tempestade de raios, Tornados, Ventania, Geadas, Nevasca, Proliferação de pragas - fungos, bactérias e insetos.

Fonte: Autores, 2022.

O questionário online foi utilizado devido à impossibilidade de se fazer a visita a campo em grande parte das iniciativas, tanto devido à pandemia de Covid-19, quanto ao fato de o Território Iberoamericano ser uma comunidade transcontinental. Assim, obtivemos um retrato amplo que complementava e expandia a nossa atuação.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Começamos a sondagem das crises globais, a partir da Crise Climática, com duas perguntas, a primeira se o/a agente já tinha um conhecimento prévio a respeito das mudanças climáticas e a segunda, se considera as mudanças climáticas como um problema global. Nesse sentido, mesmo com a diversidade de iniciativas mapeadas, todas responderam Sim para as duas questões.

Esse fato mostra que as Mudanças Climáticas já são uma problemática conhecida por esses grupos, tanto pela grande divulgação de seus impactos negativos nos socioecossistemas na mídia, quanto pelas intempéries que são sentidas por esses agentes que ao trabalharem em seus territórios estão conectadas a esses lugares e paisagens.

Para aprofundarmos no tema, trouxemos a problemática dos eventos meteorológicos extremos, que são os sinais de alerta da crise que estamos passando, e perguntamos se a iniciativa teve problema com esses eventos nos últimos 5 anos, sendo possível marcar mais de 1 intempérie. Dessa pergunta também tivemos uma amostragem bem interessante.

Entre as 63 iniciativas, apenas 6 (9,5%) afirmaram que não tiveram suas ações prejudicadas por intempéries meteorológicas, essas 6 iniciativas se enquadram em grupos de estudos, pesquisadores e técnicos de campo, atuantes no Brasil, Argentina e Espanha.

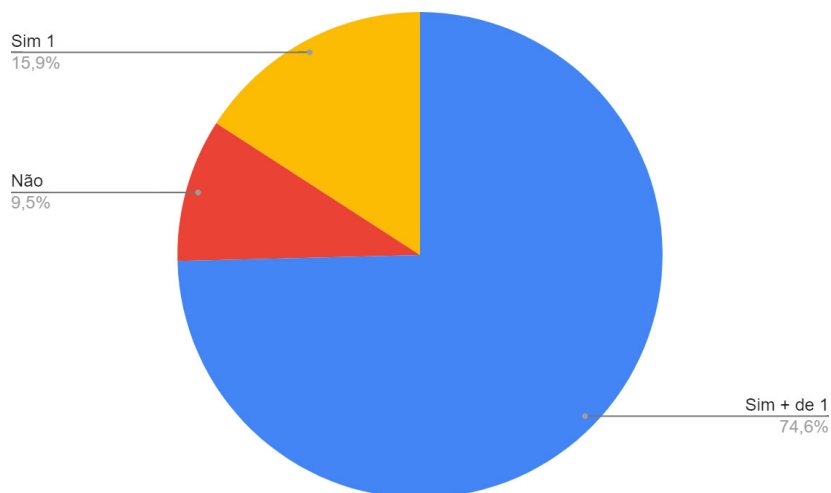
Essa constatação também nos faz pensar que esses grupos de estudos, estudantes e professores, por mais que considerem fazer parte do território se encontram em uma posição privilegiada, ou mais protegida, devido à possibilidade de seguir com suas atividades de forma remota. Muitas vezes estudando a própria crise,

como em nosso caso, no entanto, afirmar que a sua atividade não foi afetada também reforça a ideia de que precisamos popularizar e descolonizar a ciência.

Entre as 57 iniciativas que responderam Sim, tivemos 47 que sofreram perdas e dificuldades em continuar com sua atuação devido a mais de um tipo de evento extremo, algumas marcaram até mesmo 9 itens, lembrando que tínhamos 12 opções que poderiam ser marcadas demonstrando a complexidade de problemas geradas a partir da intensificação das mudanças climáticas.

Em contrapartida, entre as 10 iniciativas que apontaram apenas um evento extremo, tivemos 8 iniciativas com problemas causados pela seca e 1 devido à chuva forte, com muita precipitação em pouco tempo, apenas 1 iniciativa que se identifica como Agroecossistema Coletivo apontou problemas como Outro, relatando enfrentar dificuldades com assoreamento do rio que é utilizado para a irrigação da horta e se configura como um bem público comum devido ao “desmate de reserva legal, proliferação da ganância humana”.

Gráfico 1 - Problemas com eventos extremos



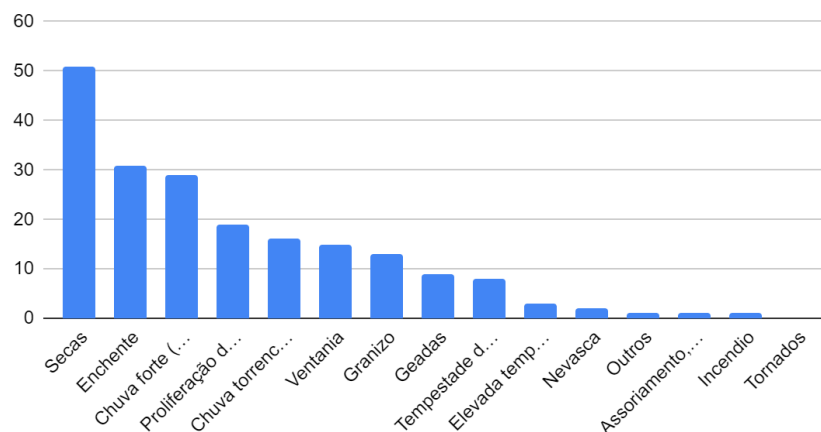
Fonte: Autor, 2022.

Desse modo, os eventos pluviométricos foram a problemática que mais afetaram as iniciativas, com destaque para as Secas, quando 51 iniciativas afirmaram que tiveram problemas, esse problema está presente em quase todos os territórios retratados nessa pesquisa. Também tivemos um grande número de iniciativas afirmando problemas com as Enchentes (31 iniciativas), Chuvas Fortes (29 iniciativas) e a Proliferação de pragas (19 iniciativas) e Chuva Torrencial (16 iniciativas).

E ao considerarmos que estamos trabalhando com a temática da importância da transição dos sistemas agroalimentares e de uma economia mais justa, para a geração de inovação e regeneração de territórios, consideramos que a disponibilidade e o acesso aos recursos hídricos são fundamentais para o bom andamento da iniciativa.

Assim, as 6 iniciativas que não tiveram problemas direto ligados à seca, enfrentam outros desafios provocados pela desregulação hídrica com as enchentes, Chuva forte e Chuva Torrencial. Também é interessante apontar que essas iniciativas se localizam em territórios próximos ao litoral ou em áreas de florestas tropicais que, de forma geral, possuem níveis pluviométricos elevados, como demonstrado no Gráfico 1:

Gráfico 2 - Qual o tipo de Eventos Extremos



Fonte: Autor, 2022.

Entre os outros eventos meteorológicos extremos apontamos a Ventania (15 iniciativas), o Granizo (13 iniciativas) e as Geadas (9 iniciativas) como elementos que causaram prejuízos ou danos. O único evento que não foi selecionado foram os Tornados, que realmente são muito raros nos territórios Iberoamericanos, mas que vem aumentando a frequência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao todo 57 iniciativas informaram que tiveram algum problema, devido às intempéries meteorológicos, consideramos que por ser uma problemática global que interfere diretamente nos sistemas produtivos alimentares e na distribuição desses produtos junto às comunidades, com implicações socioecológicas diversificadas, a crise climática já se apresenta como uma preocupação para as iniciativas.

Os efeitos da crise Climática são vivenciados por esses grupos a partir da desregulação do clima em seus territórios, que afeta os ciclos naturais das chuvas, umidade e temperaturas, que ditam os ritmos e o sucesso das produções. Afetando a disponibilidade de alimentos, aumentando a insegurança alimentar.

No entanto, ponderamos que essas iniciativas locais têm se destacado não apenas em resistir às mudanças e crises climáticas, mas se configuram como experiências fundamentais para a construção de alternativas para as problemáticas globais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA (ABA). **Estatuto ABA 2015**. Disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/>. Acesso em: 09 abr. 2019.

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño**: La realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC), **Assessment Report 6**. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-i/>. Acesso em: 05/05/2022.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC), **Climate Change and Land**: An IPCC Special Report on climate Change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/srccl/>. Acesso em: 20/03/2022.

LABORATORIO IBEROAMERICANO DE INICIATIVAS DE INNOVACIÓN SOCIOECOLÓGICA (LIISE). Disponível em: <http://liise.org/>. Acesso em: 07/08/2022.

MIEDES, B. Diseño de la transición e inteligencia territorial. Enfoques para la regeneración de la agencia en la era del Antropoceno, *In: Arquetipo*, ISSN 2215-9444, Nº. 15, 2017.

NOBRE, C. A. MARENGO, J. A. SOARES, W. R. **Climate Change Risks in Brazil**. Springer, Suíça. 2019.

NUSSBAUMER, B.; ROS, C.C (ed.). **Mediadores sociales**: en la producción de prácticas e sentidos de la política pública. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011, 240 p.

OBSERVATORIO LA RÁBIDA, **Innovación para el Desarrollo Sostenible en Iberoamerica: Informe Observatorio La Rábida**. Disponível em: <https://www.segib.org/?document=ii-informe-del-observatorio-de-desarrollo-sostenible-y-ca-mbio-climatico-para-iberoamerica-innovacion-para-el-desarrollo-sostenible-en-iberoamerica-2021>. Acesso em: 02/05/2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/13/>. Acesso em: 09/11/2019.

PETERSEN, P. MARKUS ARBENZ Aumento de escala da Agroecologia: uma questão política, *In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* v. 14, n. 1. 2018. Disponível em: <https://aspta.redelivre.org/files/2018/04/AGRICULTURAS-EdicaoEspecial.pdf>. Acesso em: 14/04/2021.

Relatório final da pesquisa quantitativa, o censo quilombola. **Brasil Local** - Etnodesenvolvimento e Economia Solidária. SOLTEC/UFRJ - CONAQ, 2013.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *In: ZHOURI, A. (Org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília-DF: ABA, 2012. p. 196-233.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se**: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

UNITED NATIONS. Transforming Our World: The 2030 Agenda For Sustainable Development, 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un/>. Acesso em: 15/12/2018. Políticas públicas: mediação e gestão de demandas sociais. **Retratos de Assentamentos**, v. 13, p. 171-206, 2010. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/70/60>. Acesso em: 15 maio 2023.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. *In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (orgs.). Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2001. p. 13-28.

VIEIRA, L. M. D. **A inserção da agenda étnico-racial na política de desenvolvimento territorial e a inclusão produtiva de comunidades quilombolas**. 2018. 203 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

14

*Roselaine Tereza Piber
Nayibel De Los Angeles Garcia Siso*

O NOVO EXTENSIONISTA E OS SISTEMAS DE INOVAÇÃO AGRÍCOLA:

ENFOQUE NA EXTENSÃO RURAL SENSÍVEL À NUTRIÇÃO

***THE NEW EXTENSIONIST AND
AGRICULTURAL INNOVATION SYSTEMS:***

FOCUS ON NUTRITION-SENSITIVE RURAL EXTENSION

SUMÁRIO

RESUMO:

Diante dos debates sobre mudanças climáticas, fome, desnutrição e a urgência do desenvolvimento sustentável, os profissionais extensionistas e as instituições que prestam este serviço precisam fazer uma releitura de seu papel. O objetivo deste trabalho é refletir sobre o papel do extensionista rural a partir do enfoque sensível à nutrição. O procedimento metodológico empregado foi revisão bibliográfica e análise do tema, com base em material específico, ofertado pela disciplina Experiências em Extensão Rural, do PPGEXR UFSM e em consultas às páginas web do Fórum Global para Serviços de Consultoria Rural (GFRAS) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Considera-se que houve um processo de transformação na visão e na prática da extensão rural, que passa a inserir-se no sistema de inovação agrícola em escala global. O debate segue atual e permanecem os desafios para que as ações de extensão rural e os serviços de assessoria respondam à pluralidade de agentes e demandas, num enfoque que contribua à produção e consumo de alimentos saudáveis e nutritivos.

Palavras-chave: agricultura e nutrição; alimentação saudável; extensão rural; GFRAS.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

Given the debates on climate change, hunger and malnutrition and the urgency of sustainable development; Extension professionals and institutions that provide this service need to reinterpret their role. The objective of this work is to reflect on the role of the rural extensionist from a nutrition-sensitive approach. The methodological procedure used was a bibliographical review and analysis of the topic, based on the specific material, offered by the discipline Experiences in Rural Extension of the PPGEXR UFSM and in consultations on the web pages of the Global Forum for Rural Consulting Services (GFRAS) and the Organization of United Nations for Food and Agriculture (FAO). It is considered that there has been a process of transformation in the vision and practice of rural extension, which is now part of the agricultural innovation system on a global scale. The debate remains current and challenges remain for rural extension actions and advisory services to respond to the plurality of agents and demands, in an approach that contributes to the production and consumption of healthy and nutritious food.

Keywords: *agriculture and nutrition; healthy eating; rural assistance; GFRAS.*

INTRODUÇÃO

Os serviços de educação agrícola e extensão rural, tradicionalmente existiram no Brasil e em outros países do Sul Global, como forma de impulsionar o desenvolvimento rural através da difusão de tecnologias, conforme a agenda do Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Tormo; Gómez-Torres, 2010, Org.). Esses serviços se caracterizaram por orientarem-se pela oferta, fruto de políticas públicas, e cumprirem os lineamentos estatais sobre desenvolvimento, liderados pelo Banco Mundial (BM), com um enfoque predominantemente produtivista, nos moldes treino/visita (Diesel, 2012).

No entanto, diante dos debates sobre mudanças climáticas e a urgência de desenvolvimento com base na sustentabilidade ambiental, em um mundo cada vez mais reconhecidamente complexo, pluricultural e cambiante, os profissionais extensionistas também passam por este processo de transformação, exigindo, tanto aos extensionistas como às instituições que prestam este serviço, uma releitura de seu papel: ao vivenciar um processo parcial de privatização do serviço, passam a seguir os lineamentos das empresas que os contratam; ao considerar a complexidade do processo vivido por uma diversidade de sujeitos e suas organizações, começam a apresentar um enfoque mais participativo e articulado, orientado à demanda, e, portanto, inserido numa abordagem não-linear, mas sistêmica de inovação (Leeuwis, 2004; GFRAS, 2012; Landini, 2016).

Por outro lado, a atualidade trouxe vários desafios, entre eles a permanência da fome e desnutrição em nível global. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), os dados do Relatório 2022 revelaram aumento nos índices de desnutrição infantil, atraso no crescimento, anemia materna, deficiências de micronutrientes essenciais e sobrepeso/obesidade infantil e adulta. O relatório considera que a sociedade retrocedeu em seus

esforços de combate à fome, pois a insegurança alimentar e a má nutrição têm crescido em diversas partes do planeta, por diversos motivos (FAO, 2022).

A questão nutricional possui uma abordagem clássica, tanto na academia como na prática dos profissionais de nutrição, com intervenções específicas para lidar com a desnutrição e suas causas imediatas, as quais incluem a prevenção e tratamento da desnutrição aguda grave e desnutrição aguda moderada; suplementação de micronutrientes para crianças e mulheres em fase reprodutiva (por exemplo, zinco, ferro, vitamina A, cálcio e ácido fólico); e a promoção de aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida. No entanto, mesmo essencial, a abordagem clássica, com intervenções específicas, por si só não é suficiente para reduzir a desnutrição crônica (FAO, 2022; Gonzalez, 2019).

Considerando estas questões, o trabalho pretende refletir sobre o papel do extensionista rural a partir do enfoque *sensível à nutrição*, dentro de uma abordagem sistêmica de inovações tecnológicas para a produção de alimentos e, ao mesmo tempo, desafiado pela permanência da fome e desnutrição crônica que acomete a população global. Tendo como Instituição norteadora, o Fórum Global para Serviços de Consultoria Rural (GFRAS¹⁴), entidade que se foi gestando a partir do primeiro encontro intercontinental¹ de serviços de assessoria rural, em Chile¹⁵, novembro de 2010; para a data deste trabalho, está na sua décima quarta edição.

14 O GFRAS (Global Fórum Rural Advisory Services) surge como um novo formato de organização global, a partir do que ficou conhecido como Iniciativa Neuchâtel (sua última reunião ocorreu em 2009), que reunia diversas organizações bilaterais e multilaterais de desenvolvimento, ao discutir novas perspectivas às propostas desenvolvimentistas do BM para o futuro da extensão agrícola (Diesel, 2012).

15 Encontro apoiado pelo Centro Latinoamericano para Desarrollo Rural (RIMISP) e o Fórum Africano para Serviços de Assessorias Agrícolas (AFAAS).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada neste trabalho se caracteriza pela revisão e análise bibliográfica do tema *extensão rural sensível à nutrição*, em dois momentos. No primeiro momento, foi feito um levantamento da bibliografia presente na ementa da disciplina Experiências em Extensão Rural (EDA855) T.12, durante o segundo semestre de 2022; em um segundo momento, foi realizada uma busca rápida do tema na internet. Em ambas fontes, foi encontrado material específico sobre o tema. Tanto a pesquisa na ementa da disciplina como a busca na plataforma foram direcionadas, uma vez que desde o princípio se priorizou concentrar a análise nos achados da FAO e GFRAS, sendo que as discussões se fundamentaram nos aportes destas Instituições.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do desafio da má nutrição em nível global, é fruto de debates em várias partes do mundo, outros tipos de intervenções foram sendo incorporadas à prevenção e combate da desnutrição, os quais abordam causas subjacentes e básicas e integram objetivos de nutrição em parceria com outros setores, como agricultura, educação, saúde e água, saneamento e higiene. As abordagens não específicas da nutrição, mas complementares, por serem mais abrangentes e articuladas com outras atividades e agentes, são o que se conhece atualmente como *sensíveis à nutrição* (Gonzalez, 2019).

Como parte deste processo, nos últimos anos, se fortaleceu amplamente a consciência da importância que a segurança

alimentar e nutricional deve ter na agenda dos Estados¹⁶. Nesse aspecto, adquiriu relevância o papel da agricultura e dos agentes de extensão rural: é consenso que embora a agricultura não seja a única responsável por melhorar a nutrição, ela tem um potencial reconhecidamente essencial, pois pode produzir alimentos saudáveis e nutritivos, considerando aspectos culturais da população e questões ambientais. Fato que se torna um desafio para os governos, pois devem disponibilizar recursos que considerem como prioridade, tanto aos consumidores de alimentos como aos produtores, possibilitando o fornecimento e o consumo sustentável de alimentos nutritivos (GFRAS, 2015).

Segundo Gonzalez (2019), os principais caminhos da agricultura à nutrição passam pela produção de alimentos, renda da agricultura e pelo empoderamento das mulheres. Portanto, para impactar os resultados nutricionais, estabeleceu-se como urgência focar na produção agrícola que inclua tanto na sua programação como execução, o compromisso pela produção de alimentos saudáveis, nutritivos e acessíveis. A qual envolve o projeto e a adoção de sistemas de cultivo e pecuária, que possam fornecer soluções agrícolas para os problemas nutricionais predominantes.

Nesse sentido, impulsionado pela FAO, o Fórum Global para Serviços de Consultoria Rural afirmou que os extensionistas rurais, devido ao seu contato com agricultores, estariam na vanguarda e teriam um papel fundamental para melhorar a produção agropecuária e a renda das famílias (GFRAS, 2012); ambas instituições acrescentam que os serviços de assessoria agrícola, inclusive, poderiam contribuir para a redução das desigualdades de gênero e melhorar a nutrição, pois as desigualdades de gênero prejudicam significativamente os objetivos de segurança alimentar e nutricional (FAO - FSN, 2017).

16

O objetivo 2, dos ODS é uma mostra disso: *Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods2.html>. Acesso 20 abr. 2023.

Como exemplo desse avanço na visão sobre os serviços de extensão rural dentro do enfoque sistêmico, encontra-se o projeto *Integrating Gender and Nutrition within Agricultural Extension Systems* (INGENAES), financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), com a finalidade de colaborar na construção de serviços nacionais de extensão e consultoria sensíveis ao gênero e sensíveis à nutrição, apoiando a adoção de políticas que reconhecem a igualdade de gênero e a segurança nutricional como objetivos dos serviços de extensão rural.

Nesse sentido, a sociedade global confirmou que a figura do extensionista é fundamental junto aos agricultores, sobretudo em países que dependem suas economias da produção agropecuária; apesar de necessitar uma reforma no enfoque dado ao serviço de extensão rural, o qual possui o desafio de mostrar-se mais amplo e integral, presente em todas as etapas da cadeia de valor, “considerando aspectos como produtividade, rentabilidade, sustentabilidade e consumo próprio” (FAO, 2017, p. 2). Corroborado pelo site da Rede Latino-americana para Serviços de Extensão Rural: “Os serviços de assessoria rural ajudam a empoderar os agricultores e integrá-los aos sistemas de inovação agrícola” (RELASER, página eletrônica)¹⁷.

Com isso, essa visão mais articulada dos serviços de extensão e consultoria (EAS – siglas em inglês), impulsada pelos constantes debates em cada um dos encontros anuais promovidos pelo GFRAS e suas redes¹⁸, aceitou o desafio da promoção de um papel mais abrangente para a extensão rural dentro dos sistemas de inovação agrícola (AIS), assim como a construção de novas habilidades em diferentes níveis, que permitissem ao extensionista desempenhar-se de forma adequada como mediador, entre diferentes agentes. Visão que se materializou em estratégias de capacitação detalhadas no

17 Disponível em: <https://relaser.org/index.php/pt/en-que-trabajamos/relaser-gfras>. Acesso em maio 2023.

18 As redes regionais que compõem o GFRAS são: RELASER (América Latina), AFAAS (África), NAAAN (América do Norte), EUFRAS (Europa) e APIRAS (Ásia e Oceania).

documento *Novo Extensionista: funções, estratégias e capacidades para fortalecer os serviços de extensão e consultoria* (GFRAS, 2012).

Nessa perspectiva é que o GFRAS elaborou um *Kit de Aprendizagem*, que abarcou, a princípio, onze módulos de aprendizagem autodirigida, presencial ou híbrida, apresentando-se como uma ferramenta importante, mas não exclusiva, para técnicos, gestores, professores, organizações não governamentais e outras instituições de formação. Logo, foram introduzidos sete módulos temáticos e dois módulos técnicos, totalizando vinte módulos de estudo, com acesso individual à plataforma. Cada módulo de aprendizado corresponde a um tipo de capacitação técnica e funcional em três níveis: individual, organizacional e do sistema ou contexto local (GFRAS, 2012, p. 25)¹⁹. Para facilitar o acesso, o núcleo do Consórcio em Educação e Formação do GFRAS coletou e organizou os materiais em uma biblioteca virtual para que extensionistas, desenvolvedores de programas, pesquisadores e tomadores de decisão pudessem usar esses recursos disponibilizados.

Correspondente ao pacote temático, incluído como módulo 16, tema cinco, *Extensão Sensível à Nutrição* surge como resposta aos questionamentos em torno ao papel da extensão rural e da agricultura, com respeito não somente aos desafios da fome no mundo, mas ao aumento da desnutrição. Este módulo, composto por quatro unidades de estudo, abrange os fundamentos de uma dieta nutritiva e os resultados de má nutrição; maneiras pelas quais a agricultura e a nutrição impactam uma à outra; elementos inovadores promovidos pelos extensionistas; e como efetivamente fazer parcerias com outras pessoas, para melhorar a nutrição de diferentes comunidades.

Os debates sobre o papel da agricultura e dos serviços de assessoria rural no combate à desnutrição não se esgotam, tanto que o décimo terceiro encontro anual do GFRAS, em 2022,

no Chile, teve como tema principal *Extensão Sensível à Nutrição*. Em sua nota conceitual²⁰, afirmou que a abordagem nutricional deve ser intersetorial, a partir da agricultura, saúde e educação, com políticas públicas coerentes em nível nacional e com relevância territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de que GFRAS tenha elaborado um roteiro para monitoramento e avaliação dos serviços de extensão rural e exista um esforço por recopilar estudos e informações provenientes de alguns países, um estudo mais detalhado sobre as ações de extensão rural e sua relação com a promoção de uma produção agropecuária sensível à nutrição se faz necessário.

É importante enfatizar que, a partir da nova visão dos serviços de extensão, integrada ao sistema de inovação agrícola, os extensionistas podem desempenhar um papel crucial na promoção da agricultura sensível à nutrição e na interação com os serviços de saúde e educação.

Adquire relevância no desenvolvimento de habilidades nos serviços de assessoria e extensão rural, uma vez que há diversidade de agentes e de demandas envolvidas. Portanto, a biblioteca do GFRAS é um caminho para a formação do *Novo Extensionista* no Brasil e poderia ser amplamente divulgada. Assim como a promoção da participação dos extensionistas nas articulações em redes de inovação agrícola, tanto em nível nacional como regional e nos Foros globais.

Abordar as restrições de gênero e o acesso desigual a serviços e tecnologias é essencial para que a extensão rural contribua efetivamente para melhorar as dietas e a nutrição.

A revisão do papel do Estado no fortalecimento de políticas públicas, que incentivem a produção de alimentos saudáveis, com um enfoque agroecológico, e o apoio aos serviços de extensão rural junto à diversidade de produtores enquadrados no formato Agricultura Familiar, segue sendo um enorme desafio.

REFERÊNCIAS

DIESEL, Vivien. A Construção de Consensos Sobre o Futuro da Extensão Rural nas Organizações de Cooperação Internacional, 2012. *In*: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; DE SÁ, V. C. (Org.) **Extensão rural no contexto de pluralismo institucional**: reflexão dos serviços de ATES nos assentamentos de reforma agrária no RS. – Ijuí. Ed. Unijuí, 2012. p. 45-56.

Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), 2017. Resumen de la discusión en línea No141 del **Foro Global sobre Seguridad Alimentaria y Nutrición**, período 19.06.2017 al 09.07.2017. Disponível em: <https://www.fao.org/fsnforum/es> Acesso em: 20 abr. 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/fsnforum/consultation/what-role-can-agricultural-extension-and-advisory-services-play-realizing-gender>. Acesso em: 15 maio 2023.

FAO, 2022 - **Relatoría 2022**: el estado de seguridad alimentaria y nutrición en el mundo. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc0639es/cc0639es.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Fórum Global para Serviços de Consultoria Rural (GFRAS), 2012. **El «Nuevo Extensionista»**: Roles, Estrategias y Capacidades para Fortalecer los Servicios de Extensión y Asesoría. Texto em português, PDF, disponibilizado no Moodle - UFSM, em 2022. Texto original Disponível em: <https://www.g-fras.org/en/home-nwg-library.html>. Acesso em 02 dez. 2022.

Fórum Global para Serviços de Consultoria Rural (GFRAS), 2012 – 2015. **Biblioteca virtual**. Disponível em: <https://www.g-fras.org/en/knowledge/new-extensionist-learning-kit-nelk.html#thematic-5-nutrition-sensitive-extension> Acesso em: 26 abr. 2023.

GONZALEZ, Cecilia. **Entendiendo los vínculos entre la agricultura y la nutrición**, 2019. Disponível em: <https://www.echocommunity.org/es/resources/25b74a7d-d8c8-460f-922d-2b13ed68cb43>. Acesso em: 25 maio 2023.

LANDINI, Fernando Pablo. **Enfoques y Prácticas de Extensión Rural Públicas en el Noreste Argentino** RESR, Piracicaba-SP, Vol. 54, Nº 01, p. 167-186, Jan-Mar 2016. DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005401009> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/Bv9LT6Z9BjyNpSQrNGLpJZy/>. Acesso em: 09 Out. 2023.

LEEuwIS, Cees; Van den Ban, Ann. **Communication for rural innovation: Rethinking agricultural extension**. Oxford: Blackwell Science, 2004. 432 p. <https://doi.org/10.1002/9780470995235.index>.

TORMO, Carola Calabuig; GOMEZ- TORRES, María de los Llanos (Coord.) **La cooperación internacional para el desarrollo**. Cuadernos de cooperación para el desarrollo núm. 1, 2010. Editorial Universitat Politècnica de Valencia, Valencia, Espanha.

15

Vanessa Lazzaretti Picoletto

JUVENTUDE RURAL E TECNOLOGIAS DIGITAIS:

UMA REVISÃO DE LITERATURA

***RURAL YOUTH AND DIGITAL
TECHNOLOGIES:***

LITERATURE REVIEW

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-314-1.15

SUMÁRIO

RESUMO:

O texto aborda a relação entre a juventude rural e as tecnologias digitais, destacando uma perspectiva muitas vezes estereotipada que foca nos prejuízos em vez dos benefícios. O desequilíbrio demográfico entre áreas urbanas e rurais no Brasil é evidenciado, com ênfase na dificuldade de acesso às tecnologias de informação. O estudo qualitativo, através de revisão bibliográfica, busca identificar aspectos trabalhados pela academia na última década sobre essa temática. O conceito de "rurbanidade" é introduzido, representando a mistura entre o rural e o urbano, influenciando hábitos, linguagem e comportamento. Jovens urbanos se identificam com aspectos culturais rurais, criando uma nova categoria: "Jovem Urbano Ruralizado". O papel das tecnologias digitais na educação rural é explorado, evidenciando desafios como a falta de infraestrutura. A inclusão digital é discutida, com destaque para a necessidade de políticas públicas alinhadas às necessidades locais. A relação entre tecnologia digital e produção agrícola é abordada, enfocando a automação como meio de aprimorar a qualidade de vida no campo. O texto conclui ressaltando a escassez de estudos específicos nessa área e a importância de políticas públicas para orientar a juventude rural para as oportunidades tecnológicas emergentes.

Palavras-chave: jovens; rurais; tecnologia; digital.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

The text addresses the relationship between rural youth and digital technologies, highlighting an often stereotypical perspective that focuses on the detriments rather than the benefits. It highlights the demographic imbalance between urban and rural areas in Brazil, with emphasis on the difficulty of access to information technologies. The qualitative study, through a literature review, seeks to identify aspects that have been worked on by academia in the last decade. The concept of "rurbanity" is introduced, which represents the mixture of the rural and the urban, influencing habits, language and behavior. Urban youth identify with rural cultural aspects, creating a new category: "Ruralized Urban Youth". The role of digital technologies in rural education is explored, highlighting challenges such as lack of infrastructure. Digital inclusion is discussed, emphasizing the need for public policies aligned with local needs. The relationship between digital technology and agricultural production is addressed, focusing on automation as a means to improve the quality of life in the countryside. The text concludes by highlighting the scarcity of specific studies in this area and the importance of public policies to guide rural youth towards emerging technological opportunities.

Keywords: youth; rural; technology; digital.

INTRODUÇÃO

A conexão entre jovem, mídia e tecnologia é muitas vezes estereotipada e focada em como as tecnologias prejudicam as gerações futuras em vez de ajudá-las. Isso favorece a ideia de que os jovens estão se isolando em um mundo digital, que por sua vez nega ou minimiza as relações interpessoais, tornando-as menos preocupadas com os vínculos locais ou questões nacionais.

A distribuição etária entre zona rural e urbana não é equilibrada e, segundo o IBGE (2010), a população rural brasileira de jovens no último censo era de 5.490.995 jovens e, na mesma faixa etária, na zona urbana, havia 28.745.069 jovens. Esse desequilíbrio é causado por uma série de fatores que promoveram a migração rural desde a década de 1950, dentre eles os autores citam a falta de escolas na área rural, que, em muitos casos, chega à inexistência, além de a difícil disponibilidade de acesso às tecnologias de informação e comunicação, especialmente através da internet e telefones celulares, e a ausência de perspectivas para adentrar no mercado de trabalho (Bernardo; Bernardes; Queiroz, 2016).

Jovens de escolas localizadas no meio rural podem se tornar cada vez mais sensíveis à inclusão digital escondida pelas grandes empresas de telecomunicações na forma de acordos com políticas educacionais, em especial induzidas por discursos voltados para a melhoria do agronegócio. Os estudantes são convidados a ir além e se conectar com a tecnologia digital como uma oportunidade de acessar o conhecimento acumulado pela humanidade, ciência e desenvolvimento nacional (Habowski; Conte; Jung, 2018).

Vários fatores destacam a falta de infraestrutura tecnológica nas áreas rurais. Nos últimos anos, o Brasil tem colocado uma expansão maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas (IBGE, 2018), mas isso ainda reflete a falta de conectividade nas diferentes

regiões do país refletindo diretamente na qualidade do serviço e no uso da rede de acesso dispositivos, o que justifica em parte as dificuldades e falhas do Brasil relacionadas à sua amplitude geográfica (Rodrigues, Moreira, 2018).

A metodologia do estudo é qualitativa compreendendo em uma revisão bibliográfica de artigos da plataforma Portal de Periódicos Capes. Na revisão bibliográfica sobre as temáticas, foi realizada uma busca na plataforma, utilizando como descritores os termos *jovem(s) rural(is) e tecnologia(às)*, *jovem(s) rural(is) e tecnologia(às) digitais*; *juventude rural e tecnologia (às)*, *juventude rural e tecnologia(as) digitais*, por artigos completos, gratuitos, com todas as temáticas e publicados no período de 2012 a 2022.

Com o descritor *jovem(s) rural(is) e tecnologia(às)* na plataforma foram encontrados 32 artigos; utilizando as palavras *jovem(s) rural(is) e tecnologia(às) digitais*, 8, *juventude rural e tecnologia(às)*, 39, com as palavras *juventude rural e tecnologia(as) digitais*. Após a leitura do título e resumo foram identificados 9 artigos, uma dissertação e uma tese para o estudo. Os artigos foram selecionados pois compreendem em seu corpo relações estabelecidas entre a juventude rural e as tecnologias digitais.

Quadro 1 - Artigos utilizados para a revisão

Artigos	Autores
O jovem urbano ruralizado: Análise da comunicação no "Mundo Rural Digital"	Cristiane Hengler Corrêa Bernardo; Juliana Correa Bernardes e Timóteo Ramos Queiroz
Os jovens e os meios de comunicação: Convergentes, envolvidos, sociais e urbanos	Matias E. Centeno; Lucia A. Cornejo e Mariela Quiroga Gil
Redes Sociais e Juventude Rural: Apropriações de propostas de Comunicação para o desenvolvimento em redes globalizadas	Nataly de Queiroz Lima e Maria Salett Tauk dos Santos
Reflexões acerca do uso das tecnologias digitais e as juventudes do campo	Adilson Cristiano Habowski; Elaine Conte e Hildegard Susana Jung

Artigos	Autores
Rurbanidade no "Brasil profundo". Análise de similitude em entrevistas com Jovens gaúchos	Nilda Jacks; Mariangela Machado Toaldo e Danilo dos Santos Lima
Tecnologias digitais: promovendo o desenvolvimento sustentável para o jovem do campo	Mirian Cátia Zarpelon; Cassiane Kolcenti; Deisi Balestrin; Luana Tortelli; Vinícius Blazsack e Anibal Lopes Guedes
TIC, Dados e Juventude Rural: desafios do contexto atual	Fernando de Assis Rodrigues e Fábio Mosso Moreira
A rurbanização como política social em Gilberto Freyre	Beatris C. Duqueviz
Globalização comunicacional e transformação cultural	Jesus Martin Barbero
As tecnologias digitais nas escolas do campo: contextos, desafios e possibilidades	Iracema Munarim
A Automação no Monitoramento Ambiental	José Mauricio Santos Pinheiro

Fonte: Elaborado pelos autores. (Autor, 2023)

O objetivo do artigo é identificar os principais aspectos que a academia vem trabalhando na última década sobre a temática que envolve as relações que se estabelecem entre a juventude rural e as tecnologias digitais. O artigo está dividido em três partes, além desta introdução e da conclusão esta conta, com uma revisão bibliográfica que estabelece a relação entre a juventude rural e as tecnologias digitais, subdividindo-se nos três eixos identificados durante a pesquisa: primeiramente a questão da “rurbanidade” e as tecnologias digitais como ferramentas de comunicação e aproximação do mundo rural e urbano. A segunda relação identificada foi das tecnologias digitais e o seu papel na educação de jovens do campo e da comunicação realizada através de meios digitais como possibilitadora de interação educativa. A terceira relação se dá entre o estabelecimento das tecnologias digitais na produção agrícola e as vantagens e desafios que esta leva para a permanência do jovem no campo.

A RURBANIDADE: JOVENS URBANOS RURALIZADOS

As áreas rurais também são afetadas pelo mundo digital, não sendo um fenômeno que não diz respeito apenas às cidades. É dentro deste contexto que cidade e campo passam a fazer parte de uma realidade comum. A cultura rural existente emite uma linguagem única que reforça seus hábitos e inclinações, permitindo que os destinatários sejam transmissores dessa cultura quando compartilham a mensagem de sua comunidade (Hengler *et al.*, 2016).

Hengler *et al.* (2016) expõem que a sociedade moderna apresenta diferentes padrões de comportamento dependendo de muitos aspectos, onde se destacam os aspectos culturais, econômicos, políticos, sociais e ambientais. Esses comportamentos também são influenciados pelo gênero e faixa etária da população. A gradativa disseminação da internet nas últimas décadas gera uma mudança na forma de interação entre as pessoas. Os diálogos que aconteciam de forma face to face acabaram por migrar para as telas e se tornaram, em grande parte, virtuais. A faixa etária considerada jovem tem sua vida social ainda mais atrelada ao virtual (Morduchowicz, 2012).

De acordo com Centeno, Cornejo e Gil (2015), às relações virtuais não substituem completamente a forma tradicional de socialização entre indivíduos. No entanto, argumenta-se que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) oferecem novas possibilidades de interação, especialmente entre os jovens, permitindo-lhes se envolver na seleção e discussão de eventos que os afetam. A tecnologia móvel, por sua vez, tem facilitado a conexão global de milhões de pessoas, tornando as redes sociais atrativas para diversas faixas etárias e regiões. Além disso, destaca-se que a busca por diferenciações entre ambientes rural e urbano está perdendo relevância, tendendo a uma neutralização, à medida que a internet se torna acessível em diversos contextos.

Levando-se em conta que tanto o rural quanto o urbano têm uma história comum, jovens urbanos de forma expressiva possuem alguma ligação ou proximidade com o rural (avós que moram no campo, pais que já residiam no campo, jovens que moram no meio urbano de cidades interioranas e outros meios). Dessa forma, há uma aproximação destes jovens com o meio rural que acaba por romper com a polarização “criada” e os dois possuem o mesmo impacto.

A população jovem, que apesar de viver em áreas urbanas nas cidades principalmente no campo tem acesso às novas tecnologias e acesso às estruturas de informação e comunicação obtidas através do mundo digital, adota como estilo de vida características que surgem do resultado da transmutação digital no mundo rural. Adotando um estilo que acaba por configurar um grupo de jovens cujo estereótipo é construído a partir de atributos que, em princípio, caracterizam o habitante do espaço rural (Hengler *et al.*, 2016).

É assim que o conceito de rurbanidade surge, onde ocorre um processo de mistura entre rural e urbano. As relações estabelecidas que muitas vezes eram diferenciadas entre o rural e o urbano, como hábitos (alimentares, formas de se vestir e até o jeito de falar) (Cimadevilla, 2009; Centeno; Cornejo; Gil, 2015).

O termo “Jovem Urbano Ruralizado” tem como conceito o jovem que, apesar de residir na zona urbana, não ter origem em família com raízes rurais e não manter nenhuma relação direta com a zona rural, identifica-se com aspectos que caracterizam os costumes do homem do campo. No entanto, tal identificação não está ligada ao trabalho rural, mas sim aos aspectos ligados à cultura como a música, a vestimenta, o vocabulário, o amor pelos animais (principalmente, cavalos e bois), a culinária, entre outros (Hengler *et al.*, 2016, p. 138).

O conceito de rurbanidade expressa as características comuns das áreas rurais existentes nas áreas urbanas e vice-versa, prevê características importantes para a compreensão da cultura jovem

(Cimadevilla; Carniglia, 2009). O termo rurbarno surge ainda na década de 50, como resultado de uma combinação (política social) entre o mundo rural e o mundo urbano. Este é descrito como “um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdo de uma só vivência regional [...], valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos” (Duquevitz, 2006, p. 83).

Um estudo realizado na Argentina apontou que o avanço da internet através de celulares está cada vez mais difundido, sendo assim acabando por diminuir a distância entre as cidades e o campo, entretanto não exclui que ainda há muito trabalho a ser feito para que a “inclusão digital” nas áreas rurais seja percentualmente próxima às áreas urbanas (Centeno; Cornejo; Gil, 2015).

A modernização trouxe para o campo tendências urbanas como a eletricidade e as comunicações via satélite, assim como o campo expediu estilos, cultura, música e costumes rurais para as cidades. A cidade entrou na sociedade rural. Não há conflito entre a cidade e o campo, o modo de vida, a cultura e o capitalismo do povo urbano invadem e engolfam também o campo (Hengler *et al.*, 2016).

EDUCAÇÃO DE JOVENS RURAIS E O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

A cultura da internet vem se expandindo, em um passo contínuo, em escala global desde os anos 90. Sua utilização constitui novas formas de interação, discursos e práticas sociais, rompe com os paradigmas tradicionais, ampliando as noções de domínio e tempo, bem como as conexões de poder, pois todos podem ser produtores de conteúdo (Lima; Santos, 2012).

Lima; Santos (2012) continuam dizendo que tecnologia e as redes não estão ao alcance de todos. Assim, o fato de os jovens possuírem alguns bens materiais de alta tecnologia não significa que eles tenham condições de uso pleno. Ou seja, os celulares oferecem acesso à internet e infinitas possibilidades de interações de voz, vídeo e mensagens de texto, mas o preço para o acesso à internet pode ser um empecilho para alguns indivíduos. Gerando assim a exclusão das redes de quem não tem condições de manter acesso à internet e a uma internet com o mínimo de qualidade (Lima; Santos, 2012).

A tecnologia digital continuou a chegar e chegou às escolas rurais como uma invenção poderosa que pode transformar o processo de ensino e aprendizagem, malhar e capacitar os jovens tendo como princípio muitas vezes o desejo de se mudar para as cidades em busca de melhores condições de vida. Tudo isso parte da consciência de que a realidade rural se opõe à realidade urbana, significando o campo como lugar do arcaico, do artesanato, do atraso em termos de inovação e também da pobreza (Habowski; Conte; Jung, 2018).

Habowski; Conte; Jung (2018) expõem o senso comum que a consciência de que a tecnologia sozinha pode salvar as escolas e os processos de ensino e aprendizagem vistos como arcaicos e desinteressantes para os jovens nascidos em um mundo globalizado preenchido pelas tecnologias digitais. Essas compreensões estão representadas na mídia e criam demandas de mercado para que a educação seja estruturada em torno do estilo de vida e prepare habilidades e competências tecnológicas para os jovens. A juventude atual tem mais oportunidades educacionais e de informação, mas enfrenta limitações no acesso ao emprego e ao poder. Apesar de sua aptidão para mudanças produtivas, muitos jovens são excluídos desse processo (Martin-Barbero, 2008).

Um projeto de integração de experiências brasileiras, moçambicanas e angolanas no campo da comunicação e desenvolvimento,

encabeçado por crianças e adolescentes, teve início em 2002. A proposta inicial contemplava a troca de conhecimento entre jovens produtores de conteúdo para rádios comunitárias ou educacionais, apoiados pela cooperação internacional. Assim, a comunicação entre os jovens desde o início foi mediada pelas tecnologias de informação e comunicação. As redes sociais e os programas de diálogo são os meios de comunicação mais populares entre os jovens de Nova Orindem, Moçambique e Angola (Lima; Santos, 2012).

Internet via satélite na cidade de Nova Orindem gera um problema de conexão. Assim, ao apostar nas TIC como única forma de comunicação entre os jovens os comunicadores ficam mais suscetíveis a rupturas e problemas operacionais, e o engajamento digital necessário fica aquém das barreiras estruturais (Lima; Santos, 2012).

A educação do campo enfrenta múltiplos desafios, que vão desde a questão estrutural, de que é preciso levar os equipamentos até os lugares mais remotos do país e garantir a estrutura básica para as operações como uma rede elétrica que tolere a conexão de vários computadores ao mesmo tempo ‘muitas escolas nem suportam duas luzes acesas’ (Munarim, 2014, p. 136).

Habowski; Conte; Jung (2018) destacam que a distribuição de equipamentos não é um projeto educacional capitalizado ou político-partidário. O problema é que essas políticas não estão enraizadas nas necessidades locais e excluem os movimentos sociais do campo dos debates sobre a educação do campo.

Munarim (2014) expõe as dificuldades de licitação para compra de computadores e notebooks o alto interesse comercial nos produtos que são ‘empurrados’ com especificações tecnológicas e softwares desatualizados. Falta de habilidades de gestão de projetos, onde muitas escolas não recebem treinamento e financiamento por falta de conhecimento ou disputas entre partidos políticos (Munarim, 2014, p. 137-138).

Munarim (2014) diz que devemos refletir a partir dos componentes criados pelos atores sociais desse movimento de formação do campo retirados das produções do movimento que articula as experiências do campo com as realidades e carências do campo. Além disso, a distribuição de ativos não é suficiente para modificar a disponibilidade digital, é justo progredir narrativas digitais com os professores para dar significado e condições de possibilidade à mudança da consciência pedagógica e dos discursos técnicos em prática.

A tecnologia por si apenas não define os modos de organização e formação, embora seja um meio de expressão humana e parte integrante da pesquisa e da informação pois muitas vezes é supervalorizada nos institutos de ensino em detrimento dos prédios e elaborações das capacidades intersubjetivas (Almeida, 2005).

Ao incorporar tecnologias digitais, as escolas rurais devem considerar as lutas dos jovens pela terra, suas identidades, culturas e conhecimentos. É fundamental reconhecer que qualquer iniciativa de formação e profissionalização dos jovens rurais requer responsabilidade coletiva e uma abordagem historicamente contingente para gerar conhecimento. Nenhuma ação humana, por mais instrumental que seja, ocorre de maneira isolada, não social ou neutra. Portanto, simplesmente introduzir tecnologias e conectar escolas rurais à internet não é suficiente. É crucial implementar políticas públicas que fortaleçam e questionem esses contextos, valorizando as comunidades rurais e assegurando o acesso aos direitos (Habowski; Conte; Jung, 2018).

TECNOLOGIAS DIGITAIS ATRELADAS A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO

Ao longo do tempo, a sociedade mudou com o desenvolvimento das tecnologias digitais, incluindo o processo automobilístico, que de certa forma intervém diretamente no desenvolvimento sustentável. A automação oferece o desenvolvimento de soluções criativas simples que visam aperfeiçoar a vida no campo através da subutilização de instrumentos robóticos e materiais recicláveis (Zarpelon *et al.*, 2014).

Há uma demanda crescente de ampliação da infraestrutura para além dos grandes centros, em especial a expansão da disponibilidade de redes sem fio para conexão por dispositivos móveis. No Brasil, a expansão da acessibilidade desse tipo de conexão tem sido maior no meio rural em relação ao meio urbano, mas ainda reflete uma maior deficiência desse tipo de infraestrutura no meio rural. No entanto, o sucesso conhecido no uso desse tipo de infraestrutura para o gerenciamento de grandes fazendas e a vocação agrícola brasileira aumenta a necessidade de políticas públicas para essa nova circunstância “Agricultura 4.0” onde salienta-se a questão da exploração tecnológica e da formação rural, principalmente dos jovens rurais (Rodrigues; Moreira, 2018).

Novas tecnologias permitem o desenvolvimento de misturas simples e criativas que visam aperfeiçoar a vida no meio rural através do uso de instrumentos automatizados e materiais reciclados. Consequentemente, o que se deseja é discutir o conceito de sustentabilidade em nível ambiental e novas tecnologias, para subsidiar o campo.

A aplicação da automação pode outorgar para a agricultura na melhoria da qualidade, redução de perdas, incremento da produtividade, redução de gastos e redução do tempo de rendimento dos investimentos, planejamento e tomada de decisões, além de reduzir o impacto no meio ambiente, facilitar o trabalho e aumentar a qualidade de vida do produtor, visando maior competitividade (Zarpelon *et al.*, 2014).

Segundo Pinheiro (2008), os sistemas de produção devem aumentar a produção tanto de vitalidade quanto de processos centrais, como a produção de produtos alimentares. Por essa carência é importante otimizar esses processos e, portanto, a automatização nasceu para aperfeiçoar a produção de produtos e serviços. A automatização pode gerar modificações nesses processos e aprimorar o desempenho da agricultura e das empresas do ponto de vista ambiental, seja na obtenção de informações, no controle e supervisão de estruturas de irrigação, temperatura e etc. Tais transformações deixam a racionalização do consumo de energia, matérias-primas e outros ativos para reduzir o impacto no meio ambiente.

Independentemente das possíveis formas de catalisar o desenvolvimento de novas redes e equipamentos de TIC no meio rural, é significativo ressaltar a importância da implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento (tecnológico-educacional), principalmente com o objetivo de apontar a juventude rural para esse novo meio que aparece e começa a se espalhar pelo meio rural (Zarpelon *et al.*, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a juventude rural e as novas tecnologias que a academia vem estudando nos últimos dez anos corresponde principalmente a um “novo” conceito de jovens rurais, e assim as

relações estabelecidas entre os jovens rurais e urbanos e vice-versa. Além disso, encontram-se trabalhos que relacionam o papel da tecnologia digital na educação do campo, como se dá esta relação é de que forma a tecnologia contribui ou prejudica a educação. O outro ponto que está presente nos estudos da academia é a relação da tecnologia digital com a produção e a função dos processos de automação no campo e como os jovens estão se preparando para este novo aspecto do mercado.

Vale destacar que se encontrou uma quantidade limitada de trabalhos, o que sugere que este campo específico das novas tecnologias atrelado à juventude rural precisa ainda ser muito estudado. Principalmente em um momento pós pandemia em que as tecnologias digitais se tornaram ainda mais utilizadas para formas de socialização, mas também como espaço de comercialização de produtos vindos da agricultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: século XX. Rio de Janeiro: Vozes, 2005, p. 278-295.

BERNARDO, Cristiane Hengler Correa; BERNARDES, Juliana Correa; QUEIROZ, Timóteo Ramos. O jovem urbano ruralizado: análise da comunicação no "mundo rural digital". **Comunicação Midiática**, v. 11, n. 1, pág. 136-152, 2016.

CENTENO, Matias. **Vida digital**: novas mídias, sociedade e transformações, San Luis: Edições INTA. 2013.

RODRIGUES, Fernando de Assis; MOREIRA, Fábio Mosso. TIC, Dados e Juventude Rural: desafios do contexto atual. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 4, n. 2, p. 15-25, 2018.

DUQUEVIZ, Beatris C. **A rurbanização como política social em Gilberto Freyre**. 2006. 112 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/tede/671>. Acesso em: 12 ago. 2022.

HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine; JUNG, Hildegard Susana. Reflexões acerca do uso das tecnologias digitais e as juventudes do campo/Reflections on the use of digital technologies.. **Cadernos CIMEAC**, v. 8, n. 1, p. 156-183, 2018.

LIMA, Nataly de Queiroz; SANTOS, Maria Salett Tauk dos. Redes Sociais e Juventude Rural: apropriações de propostas de Comunicação para o desenvolvimento em redes globalizadas. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 35, p. 225-246, 2012.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis (Org). **Por uma outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. p. 57-86.

MUNARIM, Iracema. **As tecnologias digitais nas escolas do campo: contextos, desafios e possibilidades**. 183f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PINHEIRO J. M. **A Automação no Monitoramento Ambiental**. 2008.

ZARPELON, Mirian Cátia *et al*. Tecnologias digitais: promovendo o desenvolvimento sustentável para o jovem do campo. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 64-70, 2015.

Grupo de Trabalho

3

**DINÂMICAS
SOCIOAMBIENTAIS
E ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL**

16

*Aniele Silveira Anklam
Ana Luisa Kirsten da Silva
Leticia Pezenti*

CAMINHOS AROMÁTICOS:

COMO AS ABELHAS, O MEL E A INDICAÇÃO
GEOGRÁFICA SE ENTRELAÇAM PARA PROMOVER
A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

AROMATIC PATHWAYS:

*HOW BEES, HONEY AND GEOGRAPHICAL
INDICATION INTERWEAVE TO PROMOTE
ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY*

SUMÁRIO

RESUMO:

A apicultura está fortemente entrelaçada ao desenvolvimento rural sustentável, pois a polinização assegura o equilíbrio dos ecossistemas e pode melhorar a qualidade de culturas comerciais. Neste contexto, as indicações geográficas (IGs) podem estar alinhadas a esse processo, como uma possibilidade para se conhecer a origem dos alimentos consumidos, dado que a diferenciação de um produto é essencial para agregação de valor e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do local em que ele é produzido. Este trabalho propõe uma análise bibliográfica integrada entre a criação de abelhas, a preservação da biodiversidade e o potencial aumento de valor agregado por meio das IGs. Na elaboração da revisão e discussões, foram buscados trabalhos no Science Direct®, Pub Med®, Periódicos da Capes e no Google Acadêmico, utilizando os termos "indicação geográfica" "denominação de origem", "mel", "apicultura" e "meio ambiente", de 2017 a 2023. A análise sugere mais pesquisas na área, assim como iniciativas para o desenvolvimento de IGs de méis.

Palavras-chave: apicultura; biodiversidade; desenvolvimento local; meliponicultura.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

Beekeeping is tightly woven into sustainable rural development, as pollination ensures the balance of ecosystems and can enhance the quality of commercial crops. In this context, geographical indications (GIs) can align with this process, offering a possibility to trace the origin of consumed foods. Product differentiation is crucial for value addition and, consequently, for the development of the localities where they are produced. This work proposes an integrated bibliographic analysis between beekeeping, biodiversity preservation, and the potential increase in added value through GIs. In the compilation of the review and discussions, papers were sought on Science Direct®, PubMed®, Capes Journals, and Google Scholar, using the terms "geographical indication," "designation of origin," "honey," "beekeeping," and "environment" from 2017 to 2023. The analysis suggests the need for further research in the area, as well as initiatives for the development of honey GIs.

Keywords: *biodiversity; local development; meliponiculture; native bees.*

INTRODUÇÃO

As abelhas são muito importantes para a manutenção do equilíbrio do planeta, pois são fundamentais para polinização da maioria das espécies vegetais, e os agentes polinizadores podem gerar aumento da produtividade e melhor qualidade dos produtos mesmo naquelas que não são dependentes exclusivas (Witter *et al.*, 2014; Conceição; Silva; Rocha, 2022). Conforme Witter *et al.* (2014), aproximadamente 75% das culturas e 87,5% das plantas com flores dependem da polinização animal, em especial das abelhas. Além disso, algumas espécies de abelhas produzem mel, as chamadas abelhas melíferas.

No entanto, o uso de pesticidas, o desmatamento, a poluição e outros impactos negativos ao meio ambiente têm acarretado na redução das populações de abelhas, de forma que se faz necessário buscar soluções para manter os polinizadores nas propriedades rurais e seus arredores (Witter *et al.*, 2014).

Nesse sentido, a criação de Indicações Geográficas (IGs) de produtos oriundos de colmeia pode ser uma possibilidade para preservar as abelhas melíferas e a biodiversidade, agregar valor aos produtos, promover o desenvolvimento regional, melhorar a renda e a qualidade de vida dos produtores (Milano; Cazella, 2021).

De acordo com Milano e Cazella (2021), almeja-se que as IG sejam mecanismos transformacionais, bem como barrem localmente os efeitos negativos da globalização e valorizem os recursos da biodiversidade, as singularidades e as tradições locais. As indicações geográficas possuem estreita relação com o coletivo e o território, preservando a integridade das comunidades locais, bem como promovem o desenvolvimento sustentável (Durso, 2018). Aliado a isso, a qualidade da produção do mel tem relação com as características da vegetação, clima, habilidades do apicultor e proteção da

biodiversidade (Conceição; Silva; Rocha, 2022). A promoção do mel local através das indicações geográficas está alinhada a dois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU): 8, "Trabalho digno e crescimento econômico", e 15 "Vida na Terra" (Enel Green Power, 2022).

Este trabalho propõe uma análise integrada entre a criação de abelhas, a preservação da biodiversidade e o potencial aumento de valor agregado por meio das IGs. Metodologicamente, o trabalho é de natureza exploratória, o que possibilita maior familiaridade com o problema, construído através de uma revisão bibliográfica, que é um método de pesquisa e análise de trabalhos de determinada área (Gil, 2019). Na elaboração da revisão bibliográfica e das discussões foram buscados trabalhos no Science Direct*, Pub Med*, Periódicos da Capes e no Google Acadêmico, utilizando os termos "indicação geográfica" "denominação de origem", "mel", "apicultura" e "meio ambiente", de 2017 a 2023, assim como no banco de dados do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI). Os trabalhos foram posteriormente selecionados, buscando aqueles com abordagens que abordavam temáticas de interesse.

O presente trabalho organiza-se em partes, incluindo introdução e considerações finais. A primeira parte aborda sobre a importância econômica e ambiental das abelhas. A segunda parte trata das indicações geográficas, o que são e sua importância. Por sua vez, a terceira parte diz respeito às indicações geográficas de produtos apícolas e sua relação com a preservação da biodiversidade e do meio ambiente.

ABELHAS: PRODUÇÃO DE MEL E MEIO AMBIENTE

A prática da apicultura emerge como uma atividade produtiva e estratégica, não apenas preservando a natureza, mas também gerando renda, principalmente para agricultores familiares e proprietários de pequenas áreas. Essa atividade envolve a criação de abelhas com o objetivo de obter diversos produtos valiosos, incluindo mel, cera, pólen, geleia real, própolis e apitoxina ou veneno (Conceição; Silva; Rocha, 2022).

No cenário brasileiro, a apicultura é desenvolvida principalmente por pequenos produtores, muitos deles sendo classificados como produtores sem áreas, que não possuem terras, mas criam abelhas em locais cedidos pelos proprietários (Demier; Oliveira; Makishi, 2020).

O mel é um produto alimentício produzido por abelhas melíferas, a partir do néctar das flores ou das secreções procedentes de partes vivas das plantas ou de excreções de insetos sugadores de plantas, que as abelhas recolhem, transformam, combinam com substâncias específicas próprias, armazenam e deixam maturar nos favos da colméia (Brasil, 2000). Os meios oriundos de excreções de insetos são também chamados méis de melato, como o caso do mel de aroeira do norte de Minas (Araújo *et al.*, 2023). O mel também tem fins medicinais.

No Brasil, existem as abelhas nativas sem ferrão, que não picam e são conhecidas como abelhas indígenas ou meliponíneos, o que facilita a sua criação, bem como produzem um mel mais fluido e diluído, de alto valor gastronômico e de maior valor de comércio (Conceição; Silva; Rocha, 2022), bem como desempenham um importante papel como polinizadores da vegetação nativa (Witter *et al.*, 2014). Já as espécies exóticas possuem ferrão, dificultando o manejo delas.

O mel das abelhas africanizadas tem a sua atividade conhecida como apicultura, já das abelhas sem ferrão é denominado de meliponicultura (Conceição; Silva; Rocha, 2022).

AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS (IGS) NA VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS

Em um mundo globalizado, as indicações geográficas surgem como uma possibilidade para se conhecer a origem dos alimentos consumidos, dado que a diferenciação de um produto é essencial para agregação de valor e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do local em que ele é produzido, dado que o selo garante a qualidade do produto e suas características regionais, tornando-o uma ferramenta estratégica, além de impulsionar o turismo na região (Mendes *et al.*, 2014; Caldas, 2003).

A identificação geográfica demonstra uma relação entre as pessoas, os produtos e o local de origem. Para Cabral (2018), a identificação geográfica é um instrumento de proteção e valorização dos produtos locais, utilizando-se vantagens comparativas locais para impulsionar o desenvolvimento regional.

No que concerne sobre as Indicações Geográficas (IGs), elas podem ser de dois tipos: Indicação Geográfica Protegida (IGP) e Denominação de Origem Protegida (DOP). A IGP é o nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de um serviço específico. Por sua vez, DOP é a denominação geográfica de um país, cidade, região ou uma localidade que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusivamente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (Froehlich *et al.*, 2010).

As indicações geográficas (IGs) reconhecem os produtos por meio de uma identidade ligada ao seu local de origem, tendo um valor adicional quando comparados a marcas globais ou produtos genéricos. Esse valor é atribuído à comunidade que desenvolveu esses produtos ao longo do tempo, o que permite internalizar quaisquer externalidades negativas resultantes de sua produção, seja de natureza sociocultural e ambiental, favorecendo sistemas de produção mais sustentáveis. Logo, as IGs podem ser consideradas, ao mesmo tempo, como resultado e mantenedoras de seus sistemas de produção únicos (Milano; Cazella, 2021).

Diversos produtos possuem selo de indicação geográfica no Brasil, sendo que o vinho foi o primeiro a conquistar esse feito. Além do vinho, outros produtos como café, uvas, carne bovina e derivados, erva-mate, mel, couro, aguardente, farinha de mandioca, guaraná, manga, amêndoas de cacau, cajuína, arroz, queijo, socol, camarões, derivados de jabuticaba, cacau, melado, abacaxi, melão, peixes ornamentais, goiaba, maçã fuji, inhame, possuem a identificação geográfica cadastrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), órgão responsável pelo registro das IGs no país (Brasil, 2023).

IGS BRASILEIRAS DE PRODUTOS APÍCOLAS

No que se diz respeito a produtos de colmeia, existem sete Indicações Geográficas (IGs) no Brasil, sendo quatro com o selo de Denominação de Origem Protegida e três classificadas como Indicação Geográfica Protegida (Brasil, 2023). A própolis vermelha e seu extrato, produzidos nos manguezais de Alagoas, foram os primeiros dessa categoria a obterem um selo de Indicação Geográfica (Durso, 2018).

Quadro 1 - Indicações Geográficas de produtos oriundos
de colmeia (mel, própolis) no Brasil

Indicação geográfica	Produto	Requerente	Tipo	Publicação da concessão
Manguezais de Alagoas	Própolis vermelha e extrato de própolis vermelha	União dos Produtores de Própolis Vermelha do Estado de Alagoas - Uniprópolis	DOP	RPI nº 2167, de 17 de julho de 2012
Pantanal	Mel	Conselho das Cooperativas, Associações, Entrepósitos e Empresas de Afins a Apicultura do Pantanal do Brasil –CONFENAL	IGP	RPI nº 2305, de 10 de março de 2015
Ortigueira	Mel de abelha	Associação dos Produtores Ortigueirenses de Mel – APOMEL	DOP	RPI nº 2330, de 01 de setembro de 2015
Região da Própolis Verde de Minas Gerais	Própolis Verde	FEMAP - Federação Mineira de Apicultura	IGP	RPI nº 2383, de 06 de setembro de 2016
Oeste do Paraná	Mel de abelha <i>Apis mellifera escutelata</i> (Apis Africanizada) - Mel de abelha <i>Tetragonisca angustula</i> (Jataí)	Cooperativa Agrofamiliar Solidária – COOFAMEL	IGP	RPI nº 2426, de 04 de julho de 2017
Planalto Sul Brasileiro	Mel de melato da bracatinga	Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina – FAASC	DOP	RPI nº 2637, de 20 de julho de 2021
Norte de Minas	Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de honeydew	Conselho de Desenvolvimento da Apicultura Norte Mineira - CODEANM	DOP	RPI nº 2665, de 01 de fevereiro de 2022

Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado de Brasil (2023). DOP= Denominação de Origem Protegida. IGP= Indicação Geográfica Protegida.

IGS APÍCOLAS E A PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Pode-se observar uma carência de estudos sobre os impactos ambientais das Indicações Geográficas, dado que a maioria dos estudos se concentra nos impactos sociais, econômicos e nas questões legislativas. Milano e Cazella (2021) também observaram um baixo número de estudos que relacionam as IGs com a valorização da biodiversidade e a redução de efeitos negativos ao meio ambiente.

Segundo Cabral (2018), as indicações geográficas podem trazer benefícios tanto para o consumidor como para o produtor. Para os consumidores, as IGs representam produtos únicos e de maior qualidade, possibilitam a rastreabilidade, transmitem informações e preservam valores culturais, tradicionais e ambientais. Já para os produtores, agregam valor aos produtos, protegem a tradição e a cultura local, diferenciam e tornam os produtos exclusivos e melhoram a região em questão.

Complementar a isso, Milano e Cazella (2021) salientam que elas têm sido reconhecidas por gerar uma variedade de resultados positivos nas esferas econômica, social e ambiental. Como garantir a qualidade e identidade dos produtos; proteger o patrimônio cultural e culinário associado a determinadas regiões; valorizar o conhecimento local e preservar sistemas de produção tradicionais; promover o acesso a mercados em condições mais favoráveis; proporcionar proximidade entre produtores e consumidores por meio de cadeias curtas; dinamizar o território e estimular o turismo; favorecer a permanência de pessoas no campo, reduzir a pobreza rural; preservar paisagens e biodiversidade.

Já quanto aos prejuízos advindos dos selos de IGs, pode-se citar a elevação dos preços aos consumidores, redução da concorrência e da inovação; já aos produtores acarreta aumento do custo

de produção (Cabral, 2018). Pode também levar à exclusão de grupos não localizados na área delimitada, formação de monopólios e burocratização (Mendes *et al.*, 2014).

Referente às questões ambientais, Milano e Cazella (2021) identificaram, através de uma revisão bibliográfica integrativa, que 68% dos trabalhos apontam efeitos positivos advindos das IGs, tais como a conservação e valorização do natural, manutenção da biodiversidade e habitats naturais, barreira contra a produção intensiva, redução do uso de fertilizantes e produtos químicos, preservação dos recursos hídricos, técnicas de produção mais adaptáveis às mudanças climáticas e sustentáveis. Por sua vez, dentre os efeitos negativos mencionados estão a intensificação produtiva, a diminuição da variabilidade genética, extração de recursos naturais acima das capacidades de regeneração natural, risco de desertificação e aumento de áreas de desmatamento (Milano; Cazella, 2021).

No que diz respeito às indicações geográficas de produtos de colmeia brasileiros, somente uma tem registro especificando a produção de mel de espécies nativas de abelhas, a IG do Oeste do Paraná, em que o mel pode ser produzido por uma espécie de abelha nativa (*Tetragonisca angustula*, popular Jataí) e outra exótica (*Apis mellifera escutelata*, a Apis Africanizada). As demais IGs brasileiras não definem as espécies de abelhas na sua regulamentação, e nem mencionam espécies nativas.

Em adição a isso, duas são produzidas através do mel obtido de espécies de árvores nativas, o mel de aroeira do Norte de Minas e o mel do Planalto Sul Brasileiro. O mel de aroeira do Norte de Minas é produzido a partir da aroeira (*Myracrodruon urundeuva* Allemão), uma árvore nativa presente em praticamente todo o Brasil. Por sua vez, o mel do Planalto Sul Brasileiro, é um mel de melato produzido pelas abelhas a partir do líquido açucarado produzido pelo inseto cochonilha ao se alimentar da seiva da bracatinga (*Mimosa scabrella*), uma espécie arbórea nativa do Brasil, com distribuição predominante na região Sul.

Vale ressaltar que o mel de melato apresenta maiores concentrações de aminoácidos livres (asparagina, ácido aspártico e ácido glutâmico), menores quantidades de frutose e glicose e não cristaliza como o mel floral (Epagri, 2021).

No Oeste paranaense, uma região com forte presença do agro-negócio, os produtos de IG guardam estreita relação com a natureza. Em trabalho realizado por Durso (2018), o autor constatou que a cooperativa gestora da IG não vê a água, a flora e a fauna apenas como uma fonte de recurso, mas como pontos chave para o sucesso da iniciativa. Além disso, muitas das colmeias da região se localizam em áreas de preservação permanente (APP) e reservas legais (Durso, 2018).

O mel de aroeira do Norte de Minas inicialmente era um produto rejeitado pelos apicultores, de forma que não representava algo tradicional devido à sua coloração escura, que não gerava interesse por parte dos consumidores, geralmente não tendo valor comercial.

Em virtude das suas qualidades únicas demonstradas através de pesquisas, como ação antibacteriana, anti-inflamatória e antialérgica, criou-se a IG, entretanto a ideia não surgiu dos produtores, mas sim de outras entidades. Todavia, graças à iniciativa, foi possível tornar um produto de baixo valor em algo de alto valor agregado, para o qual os apicultores recebem 42% a mais, bem como obtiveram o selo de IG (Demier; Oliveira; Makishi, 2020).

O Mel do Pantanal corresponde ao mel produzido na região do Bioma do Pantanal, nos estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS), e que esteja em conformidade com os padrões e siga as Boas Práticas Apícolas. Araújo *et al.* (2023) estudaram a realidade de três comunidades rurais de Corumbá (MS) em relação à apicultura e à IG, onde os autores observaram que nenhuma delas se apropria da IG, sendo que somente uma delas faz uso do nome. Paralelamente a isso, os pesquisadores analisaram a perspectiva ambiental dos produtores, que destacaram a relevância da produção de mel em caixas e o papel das abelhas no meio ambiente.

Eles ressaltaram a dependência da produção apícola das condições ambientais, especialmente em períodos com escassez de flores, o que restringe a produção de mel. Isso torna essencial o fornecimento de alimentos para as abelhas, além de levantar preocupações relacionadas a incêndios e períodos de estiagem (Araújo *et al.*, 2023).

Nesse estudo sobre o Mel do Pantanal, Araújo *et al.* (2023) relataram que falta difusão sobre o selo de identificação geográfica conquistado pela região para que haja um diferencial no mercado e valorização dos produtos, sendo importante a ação de gestores e outros órgãos competentes. Bem como os autores salientaram que a produção de mel está intimamente ligada às relações ambientais, sendo necessárias ações para reduzir os impactos ambientais negativos no Pantanal.

Os benefícios ambientais obtidos através das indicações geográficas são resultado da boa governança e do maior sucesso no mercado, que viabilizam os modos de vida associados a recursos específicos. Além disso, é necessário que haja políticas públicas adequadas e o fornecimento de assistência técnica e extensão rural de qualidade para as populações rurais (Milano; Cazella, 2021). As entidades gestoras e responsáveis pelas IGs devem assumir o compromisso de desenvolver estratégias e realizar ações para proteger e conservar a biodiversidade local, assegurando a sustentabilidade ambiental da área (Durso, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As indicações geográficas apícolas podem fomentar a preservação da biodiversidade, bem como das espécies nativas de plantas e de abelhas, através da valorização e do reconhecimento desses produtos. No entanto, há uma lacuna de estudos que trabalham essa perspectiva das IGs como agentes promotores da preservação ambiental, sendo este um fator limitante à construção dessa pesquisa.

Ao concluir, este trabalho destaca-se a sinergia ao se integrar a produção de mel, a criação de abelhas, a preservação da biodiversidade e as indicações geográficas, sendo que esse é um mercado que pode e precisa ser mais explorado, tanto nas pesquisas, como na implantação de iniciativas nesse sentido; visto que não apenas fortalece a sustentabilidade ambiental, mas também eleva a qualidade e autenticidade dos produtos apícolas, oferecendo benefícios econômicos tanto para os produtores e consumidores quanto para a biodiversidade local.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G.C. de.; MARIANI, M.A.P.; ZANETONI, J.P.F.; DUPAS, E. Mel do Pantanal e economia social e solidária: possibilidades a partir da análise de três realidades em Corumbá, MS. **Interações**, Campo Grande, v. 24, n. 2, p. 651–666, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/interv24i2.3805>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000**. Aprova o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **Lista de IGs Nacionais e Internacionais Registradas**. Junho, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/listaigs>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CABRAL, D. H. Q. **A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NO SEGMENTO DO QUEIJO ARTESANAL NO BRASIL E NA FRANÇA: estudo comparativo das IP Canastra e AOP Camembert de Normandie**. 277 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação) – Programa de Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação – Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, Divisão de Pós- Graduação e Pesquisa, Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI, Rio de Janeiro, 2018.

CALDAS, A. S. As Denominações de Origem como unidade de planejamento, desenvolvimento local e inclusão social. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 8, 2003. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/492>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CONCEIÇÃO, V. S.; SILVA, D. F.; ROCHA, A. M. Potencial de Indicação Geográfica para o Mel Produzido por Abelha sem Ferrão de Alagoinhas – Bahia. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 618–633, 2022. DOI: 10.9771/cp.v15i2.47406. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/47406>. Acesso em: 12 nov. 2023.

DEMIER, A. D. M.; OLIVEIRA, D. C. de; MAKISHI, F. Doces matas do Norte de Minas Gerais: atores, instituições e construção da indicação geográfica do mel de aroeira. **Revista Espinhaço**, v. 9, n. 1, p. 61-70, 2020. Disponível em: <https://zenodo.org/records/3937178>. Acesso em: 13 nov. 2023.

DURSO, E. D. D. **A sustentabilidade e a ação coletiva que contribuem para a Indicação Geográfica do mel - Indicação de Procedência Oeste do Paraná**. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4153>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ENEL GREEN POWER. **Protecting bees while creating value**: mission accomplished, in Kafireas. Sustainability. 2022. Disponível em: <https://www.enelgreenpower.com/stories/articles/2022/06/protecting-bees-local-honey-kafireas>. Acesso em: 12 nov. 2022.

EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina conquista Indicação Geográfica do Mel de Melato da Bracatinga**. Jul. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/9j7hufwt>. Acesso em: 16 nov. 2023.

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R.; LOUZADA, J. A.; MACIEL, C. R. A agricultura familiar e as experiências de Indicações Geográficas no Brasil meridional. **Agrociencia Uruguay**, n. 14, p. 115-125, 2010. Disponível em: <https://agrocienciauruguay.uy/index.php/agrociencia/article/view/632/654>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MENDES, B. C.; QUINZANI, S. S. P.; MARQUES, A. Processo de regionalização gastronômica: vantagem ou desvantagem? **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. XI, n. 1, p. 90-106, jun. 2014. Disponível em: <https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/view/494>. Acesso em: 06 nov. 2023.

MILANO, M.J.; CAZELLA, A. A. Environmental effects of geographical indications and their influential factors: A review of the empirical evidence. **Current Research in Environmental Sustainability**, v. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.crsust.2021.100096>. Acesso em: 12 nov. 2023.

WITTER, S. *et al.* **As abelhas e a agricultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

17

*Carla Lisiane Ibaldi Carabajal
Paulo Roberto Cardoso da Silveira*

O PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS E O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:

UM ESTUDO DE CASO

***THE PROTAGONISM OF RURAL WOMEN
AND THE INCREASE IN PARTICIPATION
IN FAMILY FARMING:***

A CASE STUDY

SUMÁRIO

RESUMO:

Este artigo toma como base o trabalho de conclusão de curso da autora principal, reforçada em investigação complementar, temporalmente situados em 2023 e espacialmente situados no espaço rural do município de Itaqui-RS. A reflexão parte da observação da maior participação das mulheres nas estratégias de fortalecimento da agricultura familiar; historicamente, foi sempre identificada a participação feminina no trabalho agrícola, sendo comum a mulher agricultora ter espaço importante. O trabalho pretende refletir sobre o processo de aumento do protagonismo das mulheres agricultoras, tendo como referência o projeto de extensão universitária AGROECOMULHER. O método utilizado foi a complementaridade entre a revisão bibliográfica, visitas a campo e entrevistas semi estruturadas com as mulheres rurais, buscando o conhecimento sobre o envolvimento das mulheres agricultoras familiares. Conclui-se nesta pesquisa que há vários elementos que indicam o protagonismo das mulheres, seja nas atividades de produção, como na gestão da unidade de produção e na representação político-institucional diante da sociedade.

Palavras-chave: agricultura familiar; protagonismo feminino; agroecomulher.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

This article is based on the main author's undergraduate thesis, supplemented by additional research conducted in 2023 and situated in the rural area of Itaqui-RS municipality. The reflection stems from the observation of increased female participation in strategies aimed at strengthening family farming. Historically, women have always been identified as actively involved in agricultural work, with female farmers commonly holding significant roles. The study aims to contemplate the growing prominence of female farmers, focusing on the AGROECOMULHER university extension project as a reference. The methodology employed involves a complementary approach encompassing literature review, field visits, and semi-structured interviews with rural women to gain insight into the involvement of female family farmers. The research concludes that various elements point to the leadership of women, both in production activities and in the management of production units, as well as in political-institutional representation within society.

Keywords: family farming; female leadership; agroecomulher.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem se observado uma maior participação das mulheres nas estratégias de fortalecimento da agricultura familiar; historicamente, foi sempre identificada a participação feminina no trabalho agrícola (mas secundária²¹), acrescida de uma carga de trabalho doméstico. No entanto, a mudança significativa que se percebe nas últimas décadas é o maior protagonismo exercido pelas mulheres. Esta ação tem sido percebida nas atividades de produção para complementação de renda familiar, na comercialização e processamento de produtos agrícolas e, inclusive, na participação nas ações coletivas de representação política. As políticas públicas implantadas a partir de 2003, estimularam este protagonismo, aumentando o espaço ocupado pela mulher nas decisões tomadas pela família. A autonomia na gestão e participação na geração de renda, tem colocado para as mulheres um papel pró-ativo, o qual assume profundas implicações sociais.

No contexto analisado no município de Itaquí é comum a mulher agricultora ter espaço importante nas feiras, onde estão presentes na venda de produtos considerados resultados de “atividades de mulher”, cultivados por elas e muitas vezes oriundos do processamento artesanal de alimentos. As mulheres da localidade do Curuçu, tradicionalmente atuantes nas feiras, assumiram mais relevância com a adesão aos programas do governo federal, tipo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; também merece destaque a implantação das agroindústrias familiares para processamento de panificados e vegetais como a mandioca, onde observa-se a relevância do papel das mulheres.

21

Na agricultura familiar, a participação nas atividades agrícolas das mulheres e jovens tem sido uma constância, pois a necessidade de mão-de-obra o exige; no entanto, era comum que o homem (o gestor da unidade de produção) tivesse um quase monopólio nas decisões sobre a distribuição do trabalho e na comercialização, cabendo a esposa e filhos um papel secundarizado.

Neste contexto, o protagonismo das mulheres nas decisões e na gestão das unidades de produção familiares tem sido considerável, levando-as a participarem ativamente na criação de associações e grupos coletivos de aprendizagem junto a Universidade, Secretaria Municipal de Agricultura e da EMATER.

No processo de extensão universitária desenvolve-se uma ação do Núcleo de Estudos em Agroecologia -NEA-UNIPAMPA, onde busca-se estimular as mulheres a adotarem práticas ecológicas em suas unidades de produção. Para desenvolver um trabalho de forma coletiva, criou-se o projeto AGROECOMULHER, visando fortalecer a ação das mulheres na transformação de sua realidade, produzindo alimentos mais saudáveis e reduzindo o uso de agrotóxicos. Este trabalho, com base em investigação realizada em 2022, pretende refletir sobre o processo de aumento do protagonismo das mulheres agricultoras, seus desafios e conquistas, tendo como referência o projeto AGROECOMULHER²² desenvolvido no espaço rural de Itaqui-RS.

REVISÃO TEÓRICA

AS MULHERES RURAIS - UMA COMPREENSÃO HISTÓRICO-SOCIAL

As mulheres do campo, através dos anos, foram evoluindo em relação a sua participação no trabalho familiar, alcançando maior importância para reprodução social do núcleo familiar; esta visibilidade das mulheres acontece, também, diante da sociedade, traduzindo-se em um processo histórico de valorização político-social.

22

AGROECOMULHER conta com um grupo de whatsapp com 11 mulheres agricultoras 5 participantes como professor, alunos de graduação e pós- graduação no auxílio do projeto criado através núcleo de estudos em agroecologia e produção orgânica no interior de Itaqui na 3º distrito curuçu para o fortalecimento e valorização das mulher rurais.

As mulheres rurais, tradicionalmente, foram consideradas como donas de casa e mães, dando-se importância a esse papel como estratégico. Estas eram as “atividades de mulher”, onde se incluíam as produções de animais e vegetais (as hortas domésticas) dedicadas ao consumo da família.

Este papel foi mudando, pois, as mulheres começaram a ganhar autonomia de gestão e desenvolver atividades mais significativas para o cálculo da renda familiar. Passaram as mulheres a desenvolver trabalhos de processamento artesanal de alimentos, manejo de hortas comerciais e planejamento/execução das feiras; isto representa uma maior participação na renda familiar, possibilitando a redefinição das relações de gênero na agricultura familiar.

A inserção das mulheres em movimentos sociais do campo auxiliou para abertura de diálogos sobre os modos de vida naturalizados no dia a dia, tais como repensar posições discursivas associadas a opressão e violência dentro do contexto familiar e comunitário (Paulilo; Silva, 2007; Prado; Campici; Pimenta, 2004). Esta abordagem salienta que há uma recomposição entre os papéis de gênero, reconstituindo-se a tradicional dualidade entre “atividades de homem” x “atividades de mulher”.

O que seria “atividade de homem”? Seriam aquelas consideradas responsáveis pela “manutenção do núcleo familiar”, ou seja, as mais importantes na geração da renda familiar. Se tomarmos a realidade vivenciada na agricultura familiar de Itaqui, incluindo as famílias da localidade do Curuçu, observa-se que em muitos casos, os quais são emblemáticos na nossa argumentação, os homens se dedicam à pecuária familiar associada a culturas de lavoura, destacando-se o milho, representando até pouco tempo atrás o carro-chefe da unidade da produção familiar. Se as mulheres trabalhavam muitas horas, estas não representam impacto na renda familiar.

Na construção de um discurso institucionalizado, deve-se considerar que o autoconsumo familiar em muitas análises econômicas não faz parte da produção de valor e, evidentemente, o trabalho doméstico é considerado sem valor econômico. Portanto, temos aqui uma concepção que reforça uma dominação masculina de ordem cultural (a supremacia da figura masculina no regime do patriarcado), a qual se convive no imaginário da sociedade brasileira²³.

A análise aqui realizada considera a agricultura familiar como uma forma de produção agrícola em menor escala, com alternativas de trabalho mais manuais e artesanais, onde se utiliza de mão de obra geralmente familiar ou de grupos de convívio dos vizinhos e amigos, sendo fonte de produção e movimentação de capital social (Gonçalves; Vital, 2014)²⁴.

O meio rural ainda conserva tradições e verifica-se que, muitas vezes, a mulher de forma submissa e passiva faz com que as mudanças nas relações de gênero não ocorram na mesma velocidade que os sistemas produtivos. Mas, nas últimas décadas, a sociedade brasileira tem sofrido mudanças significativas na dimensão dos costumes e, isto, contribui na mudança da posição da mulher rural.

23 Precisa-se considerar que na sociedade brasileira existe a tradição cultural em que cabe a figura masculina a responsabilidade do sustento da família, a qual é introjetada por homens e mulheres, inconscientemente reproduzida socialmente.

24 Sabe-se que temos agricultores familiares, considerados assim por utilizar majoritariamente o trabalho familiar, que produzem em maior escala e se dedicam para culturas de exportação como a soja ou uma produção vinculada a um segmento agroindustrial como lácteos, avicultura, suinocultura e fumicultura; estas situações são comuns no Rio Grande do Sul, mas no contexto itaquense a agricultura familiar assume a característica de produzir alimentos em pequena escala para o comércio local.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, este trabalho se desenvolve através de entrevistas a campo na busca do conhecimento sobre o envolvimento das mulheres agricultoras familiares do Curuçú nas atividades de produção e gestão, identificando a mudança observada em seu protagonismo nos últimos anos; estas entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com agentes de desenvolvimento com ação na comunidade em estudo e com as mulheres participantes do projeto AGROECOMULHER, em 2022; no caso das mulheres agricultoras familiares, aplicou-se um questionário via google forms, buscando inferir a adequação dos elementos constituintes da compreensão construída pela pesquisadora.

Deve-se destacar a utilização da observação participante realizada nas visitas às unidades de produção e nos espaços coletivos efetivados junto às participantes do projeto AGROECOMULHER. Estes momentos, vivenciados em todo percurso da pesquisa, trouxeram uma carga de conhecimentos fundamentais para compreensão do objeto de estudo.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas etapas desenvolvidas obtiveram-se informações que permitem, de forma exploratória, traçar algumas considerações sobre o objeto investigado. As mulheres participantes da pesquisa demonstraram grande interesse nos diálogos e em responder às questões constantes em questionário aplicado via google forms; para a aplicação deste questionário foi importante contatar as mulheres individualmente por conta da dificuldade em manusear as tecnologias de informação e comunicação.

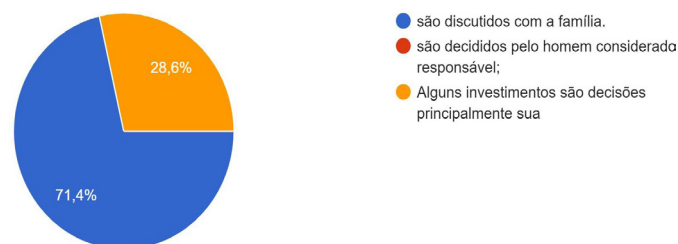
- Através da pesquisa obteve um envolvimento das mulheres nas suas unidades de produção, destacando-se o trabalho com a horta e a na comercialização, mas também participando no plantio e colheita, consideradas tradicionalmente como “atividade de homem”
- Demonstra-se que a participação das mulheres em várias dimensões da vida familiar tem mudado significativamente. na opinião das mulheres sobre a importância do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, onde observa-se que este programa fez muita diferença em relação ao aumento de renda na agricultura familiar, assumindo relevância estratégica durante a pandemia.

Em relação aos investimentos, verifica-se que as mulheres têm participação nas decisões, sendo que em 71,4% dos casos compartilham com o esposo, discutindo-os no ambiente familiar; em 28,6% dos casos, como mostra o gráfico 1, as mulheres possuem espaço para decidirem sozinhas alguns investimentos, demonstrando haver áreas da gestão que possuem mais autonomia. Nenhum respondente afirmou que os investimentos são decididos exclusivamente pelo homem, o que evidencia uma mudança em relação ao cenário vivenciado a alguns anos atrás.

Gráfico 1 - Decisões sobre Investimento nas Famílias

Em relação aos investimentos:

7 respostas



Fonte: Carla Carabajal, 2023.

Fez parte do questionário a indagação sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos em relação ao papel da mulher e quais aspectos seriam responsáveis por estas mudanças; na figura 3 abaixo, apenas uma das respondentes acha que continua a mesma coisa em relação ao trabalho e o papel na família; as demais mulheres em suas respostas dizem que tem tomado a frente nas feiras e na coordenação do serviço na propriedade. Sendo notório, em sua opinião, a necessidade de sua maior participação, tanto no trabalho, quanto na gestão.

As visitas a campo realizadas junto às famílias resultou em muito aprendizado; as observações e conversas possibilitadas na visita a uma propriedade onde ocorre plantio de morango foram muito instigantes, pois a estrutura de sistema semi-hidropônico foi implantada por uma das mulheres da propriedade, a qual se responsabiliza pelos cuidados cotidianos; como mostra a figura 1 a sua filha dedica-se à elaboração de geleias e especiarias para venda nas feiras, o que gera uma renda abundante para família.

Figura 1 - Visita propriedade com cultivo de morangos hidropônicos



Fonte: autora, 2022.

Realizamos uma visita na mesma comunidade a uma família onde trabalha-se com horta e investiram em uma agroindústria de panificados administrada por duas mulheres, mãe e filha, as quais fazem entrega para o PAA e fornecem para muitos clientes rurais e urbanos; as mulheres que estão a frente da agroindústria fazem feira quinzenalmente, processam alimentos e passam com seus produtos a contribuir com parte estratégica da renda da família. Neste caso, observa-se que a filha decidiu permanecer no rural e está assumindo seu protagonismo diante da família, sendo a agroindústria seu projeto de futuro. Pode-se observar que os jovens também passam a ter interesse em permanecer na agricultura como mostra a figura 2 abaixo.

Figura 2 - Visita na agroindústria de panificados



Fonte: Autora, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar de Itaquí, mesmo que invisibilizada pelas políticas públicas e no discurso predominante na sociedade itaquense, tem uma grande importância na produção de alimentos e na geração de renda no espaço rural, significando uma possibilidade concreta de manutenção da população envolvida com as atividades agrícolas. Observa-se que após 2003, um conjunto de políticas públicas foram direcionadas para a agricultura familiar; neste contexto, destaca-se o fortalecimento dos mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o qual a partir de 2014 favoreceu um grande número de famílias itaquenses, trouxeram um fortalecimento da agricultura familiar. Este programa representou uma alternativa de renda fundamental para as famílias participantes do projeto AGROECOMULHER no período da Pandemia.

Após a leitura efetuada com base na pesquisa realizada e na vivência como bolsista do Núcleo de Estudos de Agroecologia - NEA, pode-se observar que as mulheres agricultoras familiares assumiram um papel relevante nos últimos anos. Percebe-se vários elementos que indicam o protagonismo das mulheres, seja nas atividades de produção, como na gestão da unidade de produção e na representação político-institucional diante da sociedade. O trabalho possibilitou a compreensão do protagonismo das mulheres agricultoras do interior de itaquí, com base nas atividades realizadas; portanto, pode-se afirmar que as mulheres assumem um papel importante nas atividades desenvolvidas, onde seu trabalho mostrou fortalecimento e valorização; ou seja, hoje essas mulheres se consideram agricultoras com consciência de seus direitos e participação nas associações. Com base no projeto AGROECOMULHER pode-se concluir que as mulheres assumem mais visibilidade quando elas assumem uma participação mais efetiva nas atividades de produção, caso das feiras e entrega de produtos aos mercados institucionais, sendo percebido o protagonismo nas vendas e em ações de marketing no interior e na cidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia V. Porto de. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, Vol. 15, Edição Especial, 2016.

ANDRADE, Alba Rafaela de. Agricultura familiar, feminismo e Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

BEZERRA, Dimas Monteiro; PINHEIRO, Hellem Dayane dos Santos; MELO JÚNIOR, Luiz Cláudio Moreira. Relações de Gênero no Meio Rural: o Papel da Mulher na Agricultura Familiar da Comunidade Vila Nova, Capanema, Nordeste Paraense. **Cadernos de Agroecologia**, V. 13, N. 2, Dez. 2018.

CARABAJAL, Carla Lisiane Ibaldi *et al.* **Agroecomulher**: o protagonismo das mulheres agricultoras familiares de Itaqui-RS. 2022.

CARABAJAL, Carla Lisiani Ibaldi *et al.* Ações de compartilhamento de saberes e vivências junto a agricultores (as) familiares. **Seminário de Extensão Universitária da Região Sul-SEURS**, 2022.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa; /n: DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GONÇALVES, M. M. D.; MELO, A. D. S.; VITAL, T. W. **Estudo de casos de agroindústria da agricultura familiar em Pernambuco**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife-PE, 2014. 39

LUSA, Mailiz Garibotti. Relações de Gênero no Campo: A Superação dos Papéis Tradicionais como Desafio à Proteção Social Básica e o Papel dos Assistentes Sociais. **GENERO**, Niterói, v. 13, n. 1, p. 93-107, 2. sem. 2012.

OLESEN, V. L.; Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio; /n: DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PAULILO, M. I.; SILVA, C. B. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis-SC, Vol. 15, nº 02, 399-417, 2007.

RAMOS, P. Crystiane. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local; **Gênero**, Niteroi, v. 15. p. 29-46, 2014.

SAMPAIO, S. V. J. *et al.* A importância das mulheres na agricultura familiar nas vilas do poção e argola em Garrafão do norte/PA, **IV congresso internacional das ciências agrárias - COINTER- PDVAg**, 2019.

VILLWOCK, Ana Paula S.; GERMANI, Alessandra Regina Muller; RONCATO, Patrícia Eveline dos Santos. Questões de Gênero no Mundo Rural e na Extensão Rural Brasileira; **REVISTA ALAMEDAS**, Vol. 4, n. 1, 2016.

18

Marcos Vinicius Lazzaretti

Helena Silva Oliveira

Jeorgia Gabriela Bertoldo

Jamison Pinheiro Ribeiro

EDUCAÇÃO COMO PERMANÊNCIA:

A IMPORTÂNCIA DE UM ENSINO
TÉCNICO NA SUCESSÃO FAMILIAR

EDUCATION AS PERMANENCE:

*THE IMPORTANCE OF TECHNICAL
EDUCATION IN FAMILY SUCCESSION*

SUMÁRIO

RESUMO:

Através da presente pesquisa buscou-se compreender a relação entre o tema da Sucessão Rural Familiar com o sistema de ensino baseado na Pedagogia da Alternância, levando em conta o caso dos estudantes de Agronomia e Medicina Veterinária da Faculdade Santo Ângelo – FASA, localizada em Santo Ângelo, região missioneira do Rio Grande do Sul. Realizou-se um questionário com 60 estudantes desses cursos, com o objetivo de entender o que os mesmos pensam sobre o tema da Sucessão Familiar no campo e quais suas perspectivas em relação ao futuro profissional e dos estabelecimentos rurais das suas famílias, bem como os motivadores para a escolha de tal metodologia. Constatou-se que a maioria dos alunos entrevistados pretendem seguir trabalhando com suas famílias no campo, quanto a opção pela Pedagogia da Alternância foi para sua manutenção como integrantes e trabalhadores do meio rural, e após concluírem o ensino superior irão aproveitar os conhecimentos adquiridos para melhorias durante as suas gestões.

Palavras-chave: alternância; sucessão familiar; juventude rural.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

Through this research, we sought to understand the relationship between the theme of Rural Family Succession and the teaching system based on Alternation Pedagogy, taking into account the case of Agronomy and Veterinary Medicine students at Faculdade Santo Ângelo – FASA, located in Santo Ângelo, missionary region of Rio Grande do Sul. A questionnaire was carried out with 60 students from these courses, with the aim of understanding what they think about the topic of Family Succession in the field and what their perspectives are in relation to their professional and future future. rural establishments of their families, as well as the motivators for choosing such a methodology. It was found that the majority of students interviewed intend to continue working with their families in the countryside, while the option for Alternation Pedagogy was to maintain them as members and workers in rural areas, and after completing higher education they will use the knowledge acquired to improve during his administration.

Keywords: *alternation; family succession; rural youth.*

INTRODUÇÃO

Ao falar de propriedades rurais, em especial as de base familiar, Êxodo Rural e a Sucessão Familiar são temáticas que estão constantemente em voga nos debates e trabalhos acadêmicos, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, com um marco inicial durante a década de 1970 e 1980, devido a percepção de uma constante movimentação da população rural migrando para o meio urbano (Breitenbach; Corazza, 2021).

Diversos fatores estão ligados a esse cenário, tanto direta como indiretamente, como: uma exigência por maiores níveis de tecnificação na produção, uma forte concentração de terras, a crescente demanda mundial e local por alimentos (que é usada erroneamente para balizar a necessidade de ampliação dos campos de produção de commodities), uma juventude que almeja melhores condições de trabalho e vá atrás nos centros urbanos (gerando envelhecimento da população rural), entre outras preocupações que tornam o tema da Sucessão Rural Familiar algo cada vez mais urgente e necessário.

O falar em êxodo rural começou após muitos agricultores idealizarem uma formulação de políticas públicas específicas para o modo de produção da Agricultura Familiar (AF), baseado na maior visibilidade que vinham obtendo na década de 1980, proporcionando maior oportunidades para escoamento das suas produções e suporte para investimentos. Todavia o visto muito longe esteve desse ideário, viu-se, e segue sendo nítido, uma desmotivação permanência da vida no meio rural, acarretando na famigerada migração para a vida em áreas urbanas e a concentração de terras na mão dos empresários rurais próximos (Arruda; Araujo, 2019).

O primeiro grande feito em prol da AF foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996 (Mattei, 2014). Segundo Mendes *et al.* (2016), o programa

se respaldou em quatro pilares: a) Regularização e ajuste das políticas públicas para realidade agricultores; b) Garantir infra estruturas minimamente viáveis para todos, com condições reais e diretas de melhorias no desempenho produtivo; c) Profissionalizar os agricultores, bem como seus familiares, para o melhor uso de ferramentas e equipamentos com maior nível tecnológicos e; d) Estimular a busca por inserção em novos mercados, tanto para compra de insumos como escoamento da produção. Porém, como trata Wanderley (2017) tal política inicialmente aparentava preparar ou modificar os agricultores familiares para fazerem parte do mesmo sistema ao qual os tinha deixado de fora dos benefícios. Fruto disso foi uma concentração de acesso ao programa pela região Sul, com melhores condições de acesso e estrutura.

Logo, embora se perceba o impacto que o Brasil tem, quanto produtor e exportador de matéria prima e alimento, não é proporcional o avanço das regiões produtoras de tais volumes, gerando o que foi chamado por Delgado e Bergamasco (2017) como “riquezas invisíveis”. Santos e Mitja (2016) destacaram no seu estudo, que a agricultura familiar brasileira é responsável por aproximadamente 70% e base econômica da maioria dos municípios (cerca de 90%), mas enfrenta dificuldades de se posicionar quanto à desleal competição com a agricultura empresarial.

Em se tratando de Sucessão Familiar, cabe um destaque para o quão importante e difícil é tal processo, pois através dele se desenha o futuro daquele negócio. No momento em que tal condição começa a ser planejada, a uma imensidão de informações para ser repassadas, ensinadas e confiadas a outra pessoa, geralmente um filho(a) ou cônjuge dos mesmos. Devido a ligação familiar que há e a relevância de tal posição diversas transições são possíveis, das mais simples até as mais desgastantes (Oliveira; Filho, 2018).

Com isso, se torna relevante a compreensão que há jovens agricultores, que tem por objetivo realizar a sucessão. Para que haja sucesso nessa mudança de gestão há necessidade por alternativas que viabilizem o estudo e a profissionalização destes, sem que demande um distanciamento dos estabelecimentos e da dinâmica familiar, o que poderia levar a um desestímulo pelo retorno e enfrentamento de dificuldades financeiras família, visto que diminuíram uma a capacidade de mão-de-obra. Um instrumento que vem demonstrando-se eficaz nesse propósito é a Pedagogia da Alternância (P.A.), que surgiu na década de 1930 na França, e foi elaborado considerando a realidade de agricultores familiares e camponeses (Costa; Monteiro, 2014).

No Brasil, a P.A. foi introduzida em 1969, através da Igreja Católica, que originou as Casas Familiares Rurais (CFR) e Escolas Familiares Agrícolas (EFAs). Sendo, na maior parte das experiências do país, aplicada em instituições de ensino de nível fundamental, médio e técnico (Desafios da Educação, 2019).

O presente trabalho se construiu através de uma pesquisa realizada com discentes dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária da Faculdade Santo Ângelo (FASA), na cidade de Santo Ângelo – Rio Grande do Sul, que estudam na modalidade da Alternância, com uma semana de aula por mês, durante 5 anos. Com isso, neste trabalho trataremos uma revisão bibliográfica e análise do impacto que a educação de nível técnico e superior tem dentro da Sucessão Familiar e no enfrentamento, indiretamente, ao êxodo rural.

REFERENCIAL TEÓRICO

A QUESTÃO DA SUCESSÃO FAMILIAR NO MEIO RURAL

Para iniciarmos o resgate histórico, se torna imprescindível abordar as definições que melhor descrevem o conceito de Sucessão Familiar (S.F.) e que foi/ foram norteadores para tal escrita. Gasson e Errigton (1993) definem S.F. como uma transição para os filhos ou próximas gerações da gestão e controle do patrimônio familiar. Para Fulaneto (2009), o processo sucessório ocorre no momento que a gestão atual dá abertura para a próxima. Já Nishitsuji (2009) ressalta que no momento de transição, todo movimento é muito delicado, tanto pelo viés financeiro como emocional.

Encontra-se condições que os descendentes aceitam ficar na gestão dos estabelecimentos apenas para evitar que os pais trabalhem excessivamente nas atividades rurais do dia-a-dia (Matias, 2018) ou até desistem, por exemplo, quando encontram boas oportunidades fora dos estabelecimentos rurais familiar, e partem para a construção do seu próprio caminho profissional e sustento (Calegari, 2016). Há também aqueles que se sentem incentivados e valorizados pelos pais, no que tange a gestão do estabelecimento e por ser a fonte de renda família optam por permanecer (Abramovay *et al.*, 2001), ou também, há quem demonstre ter um perfil de liderança e boa administração, encaixando-se como sucessor nato (Ferrazza, 2010).

Trazendo para um cenário mais recente de dados, através do censo de 2017, 98% da população rural está acima dos 25 anos, sendo mais de 80% do sexo masculino. O mesmo banco de dados mostrou que 77% dos estabelecimentos agrícolas são caracterizados como pertencentes a classe da Agricultura Familiar. Logo, como descreve Carboni (2012) a A.F. e a produção de alimentos são dependentes de um planejamento de Sucessão Familiar.

Em se tratando S.R., está se tratando também de juventude rural, deve-se reconhecer sua diversidade e complexidade. Para Galindo (2019), o melhor é usar a terminologia “juventudeS”, já que há auto identificações construídas com base nos territórios onde derivam. Acrescenta-se a isso, o contraponto criado e rotineiramente reforçado do comparativo com a juventude urbana, seja no Brasil (Novaes, 2006; Castro *et al.*, 2013) ou nações como o Chile, por exemplo (Aguirre-Pastén; Gajardo-Tobar; Muñoz-Madrid, 2017).

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA EM IES

Foi na Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (Unijui), em 1998, que se protagonizou o primeiro curso superior na modalidade da Alternância, na época o curso intitulado Pedagogia da Terra e contava com uma parceria entre diversas Instituições de Ensino Superior (IES) e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadores Sem Terra (MST), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) (Costa; Monteiro, 2014).

Em 2012, o Governo Federal lançou o PROCAMPO, com edital para seleção de projetos de universidades públicas, objetivando viabilizar cursos de Licenciatura em Educação no Campo e cursos tecnólogos na área da agricultura, que funcionassem na modalidade da Pedagogia da Alternância. A partir desse projeto, várias instituições de ensino superior do país iniciaram cursos de graduação voltados para a educação no campo e produção agropecuária, utilizando a metodologia da alternância (Moura; Falcão, 2020).

De acordo com Ribeiro (2010), a Pedagogia da Alternância surge no Ensino Superior como uma alternativa metodológica com o objetivo de alterar situações de aprendizagem em sala de aula com situações de trabalho produtivo, da mesma forma como é realizado nas EFAs e CFRs, mas garantindo uma formação superior para o jovem que tem por objetivo seguir a agricultura como profissão.

Nessa concepção, o trabalho é visto como um princípio educativo de uma formação humana integral, articulando dialeticamente as atividades produtivas com o ensino formal (Ribeiro, 2010).

De acordo com o parecer 22/2020, do Conselho Nacional de Educação, a Pedagogia da alternância também é uma metodologia de ensino que interessa ao dito público urbano, sobretudo aos estudantes urbanos que residem em municípios cuja a base da economia é essencialmente agrícola e que, portanto, podem estar se integrando como futuros profissionais técnicos no meio rural. Dessa forma, o MEC reconhece que podem existir cursos e escolas do campo também no perímetro urbano. Por outro lado, o Conselho Nacional de Educação reconhece que não existe um modelo pronto e uma definição única para Pedagogia da Alternância, sendo uma metodologia em constante construção, que pode ser aplicada tanto na educação básica quanto no ensino superior (CNE, 2020).

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), atualmente essa metodologia de ensino vem sendo adotado por cursos de educação básica, ensino técnico, ensino superior e pós-graduação, não devendo ser confundido com o ensino na modalidade à distância (EaD), uma vez que as atividades realizadas no “Tempo Comunidade” não se configuram como atividades extraclases, mas sim como a continuidade da escola/universidade em outros espaços, ou seja, trata-se de uma educação aplicada dentro e fora da instituição de ensino (MEC, 2020).

METODOLOGIA

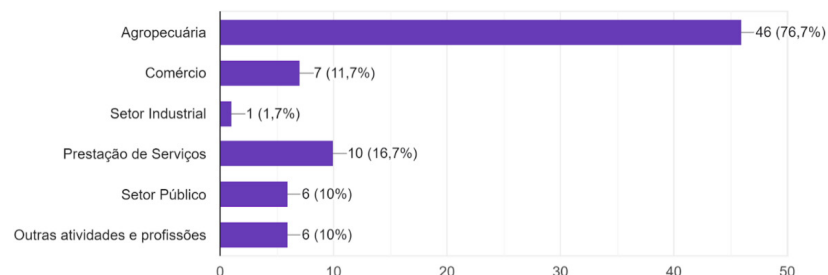
Na presente pesquisa se realizou um estudo teórico, respaldado na revisão bibliográfica. A pesquisa enquadra-se como de caráter qualitativo e exploratório, pois se resume na compreensão da temática e caracterização dos objetos (Richardson *et al.*, 1999).

A pesquisa qualitativa mira em uma realidade não quantificável, utilizada para descortinar a causa de um problema com maior exatidão (Minayo, 1994; Malhotra 2001). No caso da pesquisa exploratória, se conquista uma visão geral (Gil, 1999) com mais profundidade com o problema em estudo (Malhotra, 2001). Optou-se, então, por conduzir uma investigação teórica fundamentada em artigos científicos que exploram o tema em questão. Durante a revisão bibliográfica, foi adotado um conjunto organizado de procedimentos focados no objeto de estudo, seguindo as etapas de pesquisa criadas por Salvador (1986): leitura de reconhecimento, leitura exploratória, leitura seletiva, leitura reflexiva e leitura interpretativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa que embasa este trabalho contou com 60 entrevistados, que se distribuem na metade superior do Rio Grande do Sul. De acordo com o site da FASA: "...a Pedagogia da Alternância oferece uma metodologia diferenciada, com os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, e oportuniza ao estudante conciliar sua formação acadêmica com o trabalho urbano ou rural. Pedagogia, porque ocorre a troca de saberes e aprendizagem entre os estudantes e seus formadores; Alternância, porque a oferta da carga horária alterna em períodos de imersão e experiências de vida".

Buscando validar tal proposta, questionou-se quanto às atividades que cada um(a) exercia quando não estava em aula, as respostas podemos observar na Figura 1:

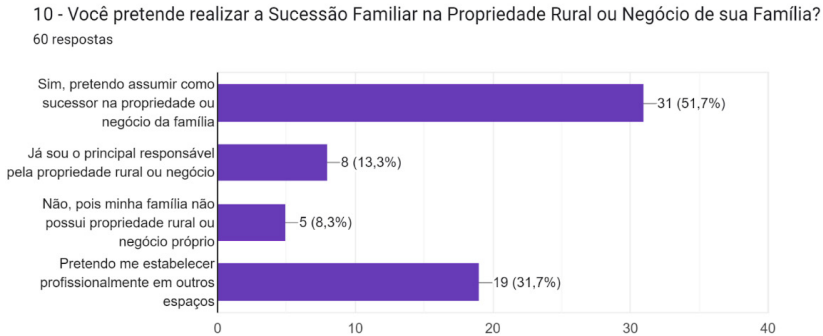
Figura 1 - Principal atividade remunerada exercida

Fonte: Autores (2023).

Uma vez que os cursos na P.A. são das Ciências Agrárias, a predominância de profissionais atuantes no setor agropecuário é compreensível e esperada, sendo que ainda se diluem neste mesmo setor, parte das respostas para comércio, ao considerar a parte de vendas das agropecuárias e empresas do setor rural e, a prestação de serviços, como consultorias, no caso daqueles já formados em Técnicos Agropecuários, por exemplo, ou como trabalhadores braçais, conhecidos como safristas. Nisso, demonstra que a Alternância consegue manter um público já do meio rural no mesmo, evitando que este busque outros setores para construir-se profissionalmente.

Ainda, foi questionado sobre os motivos para a escolha da P.A. e se ela estava servindo como fortalecedor da ideia de Sucessão Familiar. Mais de 70% das respostas confirmaram que a escolha do formato de curso foi para evitar a ausência nos estabelecimentos rurais, bem como a demanda por contratação de outra pessoa para substituí-los. E, quanto ao desejo de assumir a gestão rural, a Figura 2 expressa o resultado obtido.

Figura 2 - Pretensão quanto a Sucessão Familiar



Fonte: Autores (2023).

Percebemos que 75% das respostas confirmar a capacidade de mitigação do êxodo rural dentro de estabelecimentos gaúchos, 51,7% por fortalecer tecnicamente futuros gestores e 13,3% por respalidar e dar mais embasamento para aqueles que já estão tomando conta dos negócios familiares e que, por vezes, agiam no impulso ou reprodução do modus operandi. Dentre os que não pretendem seguir nos estabelecimentos, 5 pretendem seguir no meio rural mas a área das famílias é muito pequena e a permanência nela inviável economicamente, 7 já estão em meio urbano e apenas as famílias encontram-se no meio rural, não havendo interesse de retornar para as mesmas localidades, 2 buscam se estabelecerem como prestadores de serviço e não agricultores, 5 não encontram espaço com os familiares para esse movimento transicional (nem um planejamento para tal).

Conseguimos vislumbrar que, como já tratado, o processo de sucessão é muito complexo e envolve diversos fatores, como interesse da geração presente, da geração futura, condições esperadas de qualidade de vida, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível considerar que, há sinais para uma desaceleração do êxodo rural e, indiretamente do envelhecimento do campo, que já vem sendo notado ao longo dos anos. Propostas como da Pedagogia da Alternância estão dando chance para o agricultor se qualificar mais, ganhar respaldo e respeito frente aos demais agricultores e até autoridades de onde encontra-se sediado o estabelecimento rural.

Propostas como a executada pela Faculdade Santo Ângelo, o Instituto Educar, as Casas Familiares Rurais e tantas outras organizações semelhantes, é vital nesse resultado de permanência das juventudes no campo, do protagonismo dos jovens nas administrações rurais e de maior sentimento de pertencimento destes, que se enxergam como sucessores e não apenas herdeiros de uma extensão territorial.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* Agricultura familiar e sucessão profissional: Novos desafios. *In*: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 39, 2001. Recife. **Anais**. Brasília-DF: SOBER, v. 1. p. 1-9, 2001.

AGUIRRE PASTÉN, B.; GAJARDO TOBAR, A.; MUÑOZ MADRID, L. Construcción de identidad de la niñez en contextos de ruralidad en la comuna de Concepción, Chile. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 893–911, 2017. DOI: 10.11600/1692715x.1520722112016. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/2839>. Acesso em: 7 dez. 2023.

ARRUDA, R. V. de; ARAÚJO, V.P.D. A agricultura familiar e as causas que geram o êxodo rural. **Enciclopédia Biosfern**. Centro Científico Conhecer. DOI: 10.18677/EnciBio_2019A1. v. 16, n. 29, 2019.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Ser ou não ser sucessor? O que almejam os jovens rurais do Rio Grande do Sul. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, v. 19, n. 3, p. 10, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8120520>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CALEGARI, J. A. Empresa familiar e sucessão: o significado da sucessão para empresa familiar. Porto Alegre: **LUME - Repositório digital**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147091/00099>. Acesso em: 06 nov. 2023.

CARBONI, J. *et al.* Diagnóstico das unidades de produção de Avicultura e Suinocultura do Município de Relvado, Vale do Taquari, RS, Brasil. **Revista Ambiência**, Guarapuava, v. 8, n. 3, p. 941-959, 2012. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/1420/1852>. Acesso em: 05 mai. 2023.

CASTRO, E. G. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: **Contracapa**, 2013.

COSTA, E. M.; MONTEIRO, A. L. A Pedagogia da Alternância na Licenciatura em Educação do Campo em Portel (PA). **Comunicações**, Piracicaba, Ano 21, n. 2, p. 113-127, 2014. ISSN 2238-121. DOI: 10.15600/2238-121. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas/unimep/index.php/comunicacoes>. Acesso em: 03 abr. 2023.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. 1. ed. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2017. p. 66-83. v 1.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO. **Pedagogia de alternância**: a metodologia que mantém os jovens no campo. Disponível em: desafiosdaeducacao.com.br. Acesso em 11 nov. 2023.

FERRAZZA, E. (2010). **A maturidade do processo de sucessão**: um estudo multicaso em empresas familiares da Serra Gaúcha. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul (Dissertação em Administração). Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/521/Dissertacao%20Elisangela%20Ferrazza.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FULANETO, I. P. Empresa familiar: análise e reflexão. São Paulo: **Fundação Educacional do Município de Assis**. 2009. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0611260256.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GALINDO, E. Olhares sobre as juventudes do campo. *In*: Montechiare, R.; Medina, G. (Org.). **Juventude e Educação**: Identidades e Direitos, São Paulo: FLACSO, 2019. pp. 83-90.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. The farm family business. **Wallingford: CAB International**, 1993.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário. 2017**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 01 abr. 2023.

MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: **Bookman**. 2001.

MATIAS, A. B. **Sucessão familiar**: como preparar um plano sucessório?. Disponível em: <https://blog.inepadconsulting.com.br/sucessao-familiar/>. Acessado em: 15 nov. 2023.

MATTEI, L.; O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

MENDES, P.E.F.; BASTOS, R.G.; SOUZA, C.F.; Efluente tratado na agricultura: aspectos agrônômicos e sanitários no cultivo do rabanete. **Revista Brasileira de Agricultura Irrigada-RBAI**, v. 10, n. 1, p. 428-438, 2016.

MINAYO, M. C. de S.; Deslandes, S. F.; Neto, O. C.; Gomes, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 1994.

Ministério da Educação e Cultura (MEC): Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. **Parecer CNE/CP Nº 22/2020**.

MOURA, L.S.; FALCÃO, G. M. B. Formação por Alternância no Ensino Superior: Reverberações na Prática de Professoras do Campo. **Rev. Tempos Espaços Educ.** v. 13, n. 32, e-13996, jan./dez.2020.

NISHITSUJI, D. A. **O processo da sucessão em organizações familiares na microrregião de Cornélio Procopio**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp087418.pdf>. Acessado: 12 nov. 2023.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: conceitos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, M. I. M.; EUGÊNIO, F. (Orgs.). **Culturas juvenis**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.

OLIVEIRA, W. M.; FILHO, J. E. R. V. Sucessão nas fazendas familiares: problemas e desafios. Brasília: **Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (Ipea)** nº 2385. ISSN: 1415-4765, 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8358/1/td_2385.pdf. Acessado em: 10 nov. 2023.

RIBEIRO, Marlene. Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: **Expressão Popular**, 2010.

RICHARDSON, R. J. *et al.* Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: **Atlas**. 1999.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina. 1986.

SANTOS, A. M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: Os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas. **Interações** (Campo Grande), vol. 13, ed. 1, 2016.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. DE L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio 2008.

WANDERLEY, M. N. B.; "Franja Periférica", "Pobres do Campo", "Camponeses": dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**, p. 66, 2017.

19

Leila Cassia Picon Follmann

O VALOR DA POLINIZAÇÃO DAS ABELHAS PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL

***THE VALUE OF BEES POLLINATION
FOR FOOD PRODUCTION IN BRAZIL***

SUMÁRIO

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade do aumento da produção de alimentos no Brasil sem que ocorra um aumento dos impactos ecológicos. Parte-se do princípio de que os polinizadores, mais especificamente, as abelhas, são essenciais neste processo. Para tanto, buscou-se evidenciar a importância do trabalho desempenhado pelas abelhas para além de seus serviços ecossistêmicos, relacionado-as ao aumento do valor econômico da produtividade agrícola. Os impactos causados pelo atual modelo (in)sustentável de agricultura, pautado no uso indiscriminado de agrotóxicos, as mudanças climáticas e o desmatamento tem levado ao declínio das população das abelhas. Diante deste contexto, faz-se mister pensarmos em estratégias, que viabilizem a proteção das abelhas, como por exemplo, a promoção de políticas públicas que incentivem os agricultores a adotarem práticas mais sustentáveis de agricultura, pautadas na agroecologia. Esta é uma pesquisa de delineamento bibliográfico e documental com abordagem qualitativa, cujo levantamento do corpus empírico foi realizado em livros, artigos nacionais e internacionais, pertinentes ao tema proposto. Protegendo as abelhas, estamos protegendo a produção de alimentos e garantindo a segurança alimentar, garantindo acesso à diversidade de produtos sem que ocorra um aumento expressivo dos mesmos, precisamos de políticas públicas e também de fiscalização por parte do governo.

Palavras-chave: agricultura; agroecologia; políticas públicas; proteção das abelhas.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

The present work aims to analyze the possibility of increasing food production in Brazil without increasing ecological impacts. It is assumed that pollinators, more specifically bees, are essential in this process. To this end, we sought to highlight the importance of the work performed by bees in addition to their ecosystem services, related to increasing the economic value of agricultural productivity. The impacts caused by the current (un)sustainable model of agriculture, based on the use of pesticides, climate change and deforestation have led to the decline of the bee population. Given this context, it is necessary to think about strategies that enable the protection of bees, such as the promotion of public policies that encourage farmers to adopt more sustainable agricultural practices, based on agroecology. This is a bibliographical and documentary research with a qualitative approach, whose empirical corpus survey was carried out in books, national and international articles, relevant to the proposed theme. By protecting bees, we are protecting food production and guaranteeing food security, guaranteeing access to a diversity of products without a significant increase in them. We need public policies and also supervision by the government.

Keywords: agriculture; agroecology; public policy; bee protection.

INTRODUÇÃO

Atualmente nos encontramos diante de um grande desafio, que é saber se é possível aumentar a produção mundial de alimentos sem aumentar os já grandes impactos ecológicos atuais. A resposta é positiva, no entanto, isso só será possível com reconhecimento do importante papel dos polinizadores na produtividade dos cultivos brasileiros, e sua inclusão como um fator de produção agrícola.

No século passado, Albert Einstein previu que, se as abelhas desaparecessem da superfície da Terra, o homem teria apenas mais quatro anos de vida. A morte em grande escala desses animais, interpretada como apocalíptica na época, hoje é um alerta real, uma vez que é cada vez mais recorrente a mortandade de abelhas pelos mais diversos motivos.

No Brasil, as abelhas são consideradas animais silvestres, sendo protegidas pela Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. São fundamentais para a agricultura e o desenvolvimento sustentável, uma vez que são responsáveis pela polinização de um grande número de plantas cultivadas. Embora seja evidente a sua relevância, as abelhas estão ameaçadas por uma série de fatores, incluindo o uso de agrotóxicos, o desmatamento e as mudanças climáticas. Neste sentido, destaca-se a importância que as políticas públicas podem desempenhar na proteção das abelhas e na promoção da agricultura sustentável.

Para tanto, vislumbra-se na abordagem da agricultura agroecológica, um caminho plausível para a proteção das abelhas, uma vez que esta visa promover a sustentabilidade e a conservação da biodiversidade. Para que ocorram mudanças paradigmáticas do atual modelo de agricultura, são necessárias políticas públicas que incentivem a agroecologia, fornecendo incentivos para que os agricultores adotem tais práticas.

Além do seu valor ecossistêmico, as abelhas apresentam uma grande valoração econômica para a produção agrícola, sendo elas as responsáveis por cerca de 70% das plantas cultivadas, contribuindo com um expressivo valor econômico para a agricultura.

Esta é uma pesquisa qualitativa que adota fontes bibliográficas e documentais, como livros, artigos em periódicos nacionais e internacionais (*Web of Science*, *Scopus*, *SciELO* e *PubMed*) e Google Acadêmico, o estudo teve um enfoque especial nos últimos 10 anos de maneira a refletir o estado da arte sobre o valor da polinização realizada especialmente pelas abelhas na produção agrícola. São estas as premissas que nortearão o presente trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para a construção do trabalho foi a do tipo qualitativa, onde foi elaborada uma revisão bibliográfica permitindo uma maior proximidade com o problema, tornando-o mais explícito (Gil, 2002). A revisão sistemática da literatura consistiu no levantamento de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais, disponíveis nos repositórios de produção científica (*Web of Science*, *Scopus*, *SciELO* e *PubMed*). Termos relacionados à polinização, abelhas e produção agrícola no Brasil foram utilizados como palavras-chave para a entrada nos campos de busca desses repositórios. Para contemplar publicações não indexadas nos repositórios utilizados, foram feitas pesquisas complementares por meio da ferramenta de busca Google Acadêmico com as palavras-chave associadas ao valor econômico da polinização para a agricultura, políticas públicas, proteção das abelhas, agrotóxicos e agroecologia. A partir dos resultados das buscas realizadas até outubro de 2023, a seleção de estudos foi feita contemplando a leitura do título e o resumo dos trabalhos que mencionam aspectos dos temas de interesse.

ABELHAS, SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS E A SUA VALORAÇÃO NA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

A polinização é um serviço ecossistêmico que tanto os sistemas naturais como agrícolas são dependentes, mas que não tem ganho a devida valoração econômica. As abelhas são os principais agentes polinizadores, prestando um serviço ecossistêmico extremamente relevante, pois além de contribuírem com o meio ambiente auxiliando na disseminação das plantas, garantindo a variação genética de grande valia para o desenvolvimento das espécies, são produtoras de mel. A presença de abelhas indica qualidade ambiental e, portanto, a perda deste animal ameaça inclusive a saúde ambiental dos ecossistemas existentes.

Para Nates-Parra (2005),

“aproximadamente metade dos animais que polinizam as plantas tropicais são abelhas”. Dentre as diversas espécies de abelhas até agora identificadas, as abelhas indígenas sem ferrão (Meliponinae) são responsáveis pela polinização de até 90% da flora nativa do Brasil (Kerr *et al.*, 1996).

Como Serviços Ecossistêmicos (SE) pode-se entender como as funções provenientes da natureza (biodiversidade e ecossistemas) que melhoram e dão sustentação ao bem-estar humano (Daily, 1997).

Na categoria de serviços ecossistêmicos, encontra-se o serviço de polinização animal, prestado por organismos selvagens ou de vida livre. O serviço de polinização é prestado principalmente por abelhas, mas também pode ser realizado por borboletas, mariposas, moscas, besouros e vespas, e outros invertebrados, aves e mamíferos como os morcegos, (Gallai; Vaissière, 2009). Neste contexto, destaca-se que o grupo de polinizadores predominante e de maior importância econômica é o das abelhas (Klein *et al.*, 2007; Kremen *et al.*, 2007).

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o crescimento da população global indica que a produção de alimentos precisará aumentar em 70% até 2050, adicionando maior pressão sobre os padrões de qualidade dos alimentos. Neste sentido, destaca que 75% dos cultivos destinados à alimentação humana no mundo dependem das abelhas, sendo consideradas os polinizadores mais importantes do mundo (Grigori, 2019).

Estudos têm demonstrado que a polinização pode aumentar a produtividade de uma cultura agrícola em até 30%. A estimativa se refere aos valores que seriam gastos pelos agricultores caso estes polinizadores não contribuíssem para a produção de alimentos. A soja responde por 60% do valor estimado, seguida pelo café (12%), laranja (5%) e maçã (4%).

A contribuição econômica dos polinizadores totaliza quase 30% (aproximadamente US\$12 bilhões de um total de US\$45 bilhões) do valor total da produção agrícola brasileira anual das culturas que dependem em algum grau da polinização animal, principalmente abelhas. No entanto, aproximadamente metade destes valores vem da cultura da soja (*Glycine max*), que deve US\$5,7 bilhões de sua produção anual de US\$ 22 bilhões à contribuição dos polinizadores. As outras quatro culturas agrícolas, após a soja, com os maiores valores de produção dependentes da contribuição dos polinizadores são o café (*Coffea arabica* e *C. canephora*) com US\$ 1,9 bilhões, o tomate (*Lycopersicon esculentum*) com US\$ 992 milhões, o algodão (*Gossypium hirsutum*, com US\$ 827 milhões, o cacau (*Theobroma cacao*) com US\$ 533 milhões e a laranja (*Citrus aurantium* e *C. sinensis*) com US\$ 522 milhões (Giannini *et al.*, 2015).

No Brasil, estima-se que as abelhas contribuam com um valor econômico de R\$ 43 bilhões por ano para a agricultura. (Embrapa Amazônia Oriental, 2019). O valor econômico da polinização é calculado conforme dois fatores, sendo eles, a dependência de cada cultura por polinização e o valor de produção anual de cada cultura.

Quanto à contribuição das abelhas podemos dividir as culturas em:

- **DEPENDENTES:** aquelas que não terão viabilidade econômica sem a polinização das abelhas;
- **BENEFICIADAS:** aquelas cuja melhoria na polinização pelas abelhas resulta em aumento na produtividade e/ou qualidade da produção.

Quadro 1 – culturas dependentes e beneficiadas pelas abelhas

Culturas que dependem das abelhas	Abacate, abóbora, acerola, cacau, cambuci, castanha-do-pará, maracujá, melão, melancia.
Culturas beneficiadas pelas abelhas	Algodão, berinjela, café, girassol, laranja, morango e tomate - aumento na produtividade e na qualidade da produção.

Fonte: Embrapa - <https://www.embrapa.br/meio-ambiente/abelhas-nativas/criacao>.

Como podemos perceber, há várias culturas que dependem da polinização das abelhas, mas também há outras culturas agrícolas, onde a polinização não é obrigatória, mas o rendimento das culturas é muito maior na presença de polinizadores. Os frutos polinizados têm mais sementes, melhor formato, maior valor nutritivo, vida de prateleira mais longa (Garraat *et al.* 2014).

Neste contexto, podemos destacar a polinização assistida realizada pelas abelhas, pois ela amplia a produtividade das plantas, devido ao maior número de sementes produzidas.

Alguns autores afirmam que a polinização assistida pelas abelhas aumenta a produtividade da soja, principalmente devido ao maior número de vagens e de grãos por vagem. Estudos realizados nos EUA e no Brasil concluíram que, quando a soja é cultivada em gaiolas, com colônias de abelhas em seu interior, o rendimento pode aumentar de 10 a 50%, comparativamente a parcelas de soja em gaiolas sem a presença das abelhas. Quando foi observado um aumento da produtividade da soja na presença de abelhas, o número de vagens cheias, e o número de sementes por vagem, foram maiores que as parcelas cultivadas na ausência de abelhas (Gazzoni, 2017).

A flor do morangueiro é outro exemplo de como a polinização assistida realizada pelas abelhas (jataí) pode diminuir a má-formação dos frutos, conforme podemos observar na foto abaixo.

Figura 1 - Polinização assistida flor do morangueiro



Fonte: Malagodi-Braga & Kleinert, 2004.

Outro fator que merece ser elucidado, quanto ao valor econômico do trabalho das abelhas, é no que tange a produção de mel. No Brasil, a produção foi de 61,0 mil toneladas em 2022, com valor de produção de R\$957,8 milhões. A Região Sul é responsável por 38,9% do total produzido, e a Região Nordeste, 33,6%. Os dados são da Pesquisa da Pecuária Municipal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), sendo que a maior parte dessa produção vem da agricultura familiar.

Cabe destacar também que o valor das abelhas vai muito além do benefício econômico, uma vez que elas contribuem na reconstituição das florestas tropicais e manutenção dos remanescentes; agindo como um bioindicador na qualidade ambiental, polinizando um número diversificado de espécies, aumentando e conservando a biodiversidade (Silva; Paz, 2012).

Ao proteger as abelhas, estamos protegendo a agricultura e o meio ambiente. Algumas ações que podem ser tomadas para proteger as abelhas, como por exemplo, plantar flores e plantas silvestres no entorno de áreas agrícolas, evitar o uso de agrotóxicos, apoiar projetos de apicultura. Com pequenas ações, podemos contribuir para a conservação das abelhas e garantir a produção com melhor qualidade e quantidade, além da manutenção da biodiversidade.

A seguir trataremos das políticas públicas que podem ser adotadas para proteger as abelhas e promover um modelo de agricultura sustentável.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROTEÇÃO DAS ABELHAS

Embora as abelhas sejam essenciais para a manutenção da base da cadeia alimentar em ecossistemas nativos (Silva *et al.*, 2014), o que podemos perceber atualmente é que as suas populações estão cada vez mais em declínio, isso se deve por ações antrópicas ao uso do solo; a utilização irregular de agrotóxicos; o desmatamento; a ação dos meleiros e as constantes alterações ambientais decorrentes do aquecimento global, que contribuem para a degradação de seus locais de nidificação.

Neste íterim, as políticas públicas voltadas à proteção das abelhas desempenham um papel fundamental, contribuindo significativamente para reformulação do atual modelo (in)de agricultura, pautada na produção de monocultivos e o uso indiscriminado de agrotóxicos.

As políticas públicas voltadas à proteção das abelhas no Brasil são compostas por uma série de leis, decretos, resoluções e programas que visam proteger as abelhas e promover a agricultura sustentável.

A principal lei que protege as abelhas no Brasil é a Lei nº 9.605, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Essa lei estabelece que é crime matar, perseguir, caçar, apanhar, conservar, transportar, comercializar, exportar ou importar, sem a devida permissão, licença ou autorização, espécies da fauna silvestre.

O Decreto nº 6.514, de 2008, que regulamenta a Lei nº 9.605, de 1998, estabelece que as abelhas são consideradas animais silvestres, sendo protegidas pela legislação brasileira.

Além da Lei nº 9.605, de 1998 que visa proteger as abelhas como animais silvestres, temos a Resolução CONAMA nº 35, de 1991 que estabelece normas para a criação, manejo e transporte de animais silvestres; a Lei nº 7.802, de 1989 que regulamenta o uso de agrotóxicos; o Programa Nacional de Controle de Agrotóxicos (PNCAP): que visa reduzir o uso de agrotóxicos e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que visa promover a agricultura sustentável.

É importante destacar que as políticas públicas voltadas à proteção das abelhas no Brasil ainda são recentes e estão em constante evolução. Elas visam a proteção das abelhas e também promover um modelo de agricultura que seja mais sustentável, sem a utilização de agrotóxicos.

Conforme enfatiza Nocelli (2019), quando se trata das abelhas especificamente, não existe uso 100% seguro dos agrotóxicos, mas a utilização apropriada é essencial para reduzir suas mortes. Destaca ainda Wenzel (2019) que no Rio Grande do Sul, foram registradas a morte de 6 mil colmeias entre setembro de 2018 e maio de 2019, em decorrência do uso de agrotóxicos.

Infelizmente os últimos anos foram marcados por grandes retrocessos, principalmente quando falamos da liberação de agrotóxicos atingindo o seu ápice em 2022 com a liberação de 652 agrotóxicos.

O número se trata do mais alto já registrado pela série histórica da Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA), do Ministério da Agricultura, sendo que muitos destes foram proibidos pela União Europeia.

Diante deste contexto, percebe-se a urgência quanto a políticas públicas voltadas para a restrição do uso de agrotóxicos, especialmente aqueles que são mais perigosos para as abelhas, voltadas para práticas agrícolas sustentáveis, como a rotação de culturas e o manejo integrado de pragas, podem ajudar a reduzir a necessidade do uso de agrotóxicos. Tais medidas promoveriam a proteção dos habitats das abelhas, como florestas e campos floridos, que são essenciais para a sua sobrevivência.

Para que tais premissas sejam alcançadas, vislumbra-se na abordagem agroecológica, que busca promover a sustentabilidade e a conservação da biodiversidade uma alternativa capaz de contribuir para a proteção das abelhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a valoração econômica da polinização das abelhas para a produção de alimentos no Brasil. Para tanto, foi apresentada inicialmente a metodologia. Num segundo momento foram tecidas análises sobre as abelhas, seu valor ecossistêmico e o aumento da produtividade agrícola através de sua polinização onde constatou-se que o atual modelo de agricultura, alicerçado na produção de monocultivos, tem trazido grande declínio da população de abelhas, tal cenário se deve principalmente pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, mas também pelas mudanças climáticas e pelo desmatamento, cada vez mais intenso.

Posteriormente foram tecidas algumas considerações sobre os caminhos possíveis para a proteção das abelhas. Tendo como

pedra angular as políticas públicas voltadas a práticas sustentáveis de agricultura, principalmente da promoção da agroecologia, fornecendo incentivos aos agricultores para que sejam adotadas essas práticas.

A guisa de conclusão, pode-se afirmar que a proteção das abelhas é uma responsabilidade de todos, é um desafio não só local, mas também global e as políticas públicas podem desempenhar um papel importante na promoção da agricultura sustentável e na proteção desses animais tão importantes para a humanidade, meio ambiente, biodiversidade e agricultura. Protegendo as abelhas, estamos protegendo a produção de alimentos e garantindo a segurança alimentar, garantindo acesso à diversidade de produtos sem que ocorra um aumento expressivo dos mesmos, precisamos de políticas públicas e também de fiscalização por parte do governo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.605/1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. DF, Brasília, fevereiro de 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm#:~:text=L9605&text=LEI%20N%C2%BA%209.605%2C%20DE%2012%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20san%C3%A7%C3%B5es%20penais,ambiente%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em 01 de set. de 2023.

BRASIL. **Decreto 6.514/2008**. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. DF, Brasília, 22 de julho de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm. Acesso em: 01 de mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.639/2023**. Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção Melífera e ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços Apícolas e Meliponícolas de Qualidade. DF, Brasília, julho de 2023. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-07-25;14639>. Acesso em 07 de set. 2023.

BRASIL. **Lei 14.785/2023**. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14785.htm#art65. Acesso em 01 de mar. 2024.

DAILY, G. C. **Nature's services**: societal dependence on natural ecosystems. Washington, DC: Island Press, 1997.

EMBRAPA. **Relatório aponta a importância da polinização para a agricultura brasileira**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/41144724/relatorio-aponta-a-importancia-da-polinizacao-para-a-agricultura-brasileira>. Acesso em: 20 de set. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paula: Atlas, 2002.

GALLAI, N.; VAISSIÈRE, B. **Guidelines for the economic valuation of pollination services at a national scale**. Roma: FAO, 2009.

GARRATT MPD, BREEZE TD, JENNER N, *et al.* **Avoiding a bad apple: insect pollination enhances fruit quality and economic value**. Agric Ecosyst Environ 184:34–40. doi: 10.1016/j.agee.2013.10.032.

GAZZONI, D. L. **Soja e abelhas**. Brasília, DF: Embrapa, 2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/159143/1/livro-SOJA-EABELHAS-online.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2023.

GIANNINI T. C., *et al.* **Crop pollinators in Brazil: a review of reported interactions**. *Apidologie* 46: 209-223.

GRIGORI, P. **Apicultores brasileiros encontram meio bilhão de abelhas mortas em três meses**. Agência Pública/Repórter Brasil, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa - Mel de abelha - Valor da produção (Mil Reais)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/mel-de-abelha/br>. Acesso em: 01 de mar. 2024.

KLEIN, A. M. VAISSIÈRE, B. E.; CANE, J. H.; STEFFAN-DEWENTER, I.; CUNNINGHAM, S. A.; KREMEN, C.; TSCHARNTKE, T. *Importance of pollinators in changing landscapes for world crops. Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 274, n. 1608, p. 303–313, 2007.

KERR W. K., CARVALHO G. A., NASCIMENTO V. A. **Abelha uruçú**: biologia, manejo e conservação. Paracatu: Acangaú, 1996.

MALAGODI-BRAGA, K. S. AND A. M. P. KLEINERT. (2004). *Could Tetragonisca angustula Latreille (Apinae, Meliponini) be effective as strawberry pollinator in greenhouses? Aust. J. Agric. Res.* 55: 771–773.

NATES-PARRA, G. *Abejas silvestres y polinización. Manejo Inte-grado de Plagas y Agroecología*. Costa Rica, v. 75, p. 7-20, 2005.

NOCELLI, R. ASSOCIAÇÃO O ECO. **Governo registra mais três agrotóxicos associados a mortandade de abelhas**. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/governo-registra-mais-tres-agrotoxicos-associados-a-mortandade-de-abelhas/#:~:text=%E2%80%9Cningu%C3%A9m%20conta%20estas%20abelhas%2>. Acesso em: 29 de set. 2023.

SILVA, C. I. *et al.* **Guia ilustrado de abelhas polinizadoras no Brasil**: Conhecendo as abelhas. 1. ed. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2014. 52 p. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupospesquisa/servecosystemas/publicacoes/guia-ilustrado-de-abelhas-polinizadoras-nobrasil>. Acesso em: 26 de set. 2023.

SILVA, W. P. & Paz, J. R. L. Abelhas sem ferrão: muito mais do que uma importância econômica. *Natureza online*, 10(3), 146-152. **SOCIEDADE ENTOMOLÓGICA DO BRASIL INFORMATIVO**. [Ano 46 | julho 2021 | Volume 58], 2021-. ISSN 1676-353X. Disponível em: https://www.seb.org.br/admin/files/isebanais/file_Q0HpsteRsclA.pdf. Acesso em: 25 de set. 2023.

WENZEL, F. Governo registra mais três agrotóxicos associados à mortandade de abelhas. **OECO**, Reportagens, 26 maio 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/governo-registra-mais-tres-agrotoxicos-associados-a-mortandade-de-abelhas/>. Acesso em: 02 de out. 2023.

20

Mateus Fernandes Barbosa das Neves

João Roberto Pereira dos Santos

Ana Lúcia Monteiro de Sousa

Ricardo Alberti

EXPLORANDO A DIVERSIDADE DE PRODUTOS DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA ACB - CRATO - CE

***EXPLORING FOOD DIVERSITY IN
FAMILY FARMING AT THE ACB
AGROECOLOGICAL FAIR, CRATO - CE***

SUMÁRIO

RESUMO:

A agricultura familiar além de uma categoria de análise tem uma forma específica de produção e trabalho nos espaços rurais, que promove a segurança alimentar e reprodução de modos de vida como as relações de reciprocidade. Percebendo a importância da atuação regional dos agricultores familiares, esse estudo teve como objetivo analisar a Feira Agroecológica da ACB, na cidade do Crato - CE. O estudo teve como norte de investigação: Será que existe diversidade produtiva na agricultura familiar? Assim, buscou conhecer seu mercado de atuação, tipos de produtos e particularidades. O estudo desenvolveu-se através de um estudo de campo com abordagem qualitativa. Foram entrevistadas agricultoras(es) que participam da Feira Agroecológica da ACB. Os resultados revelam a adaptação dos agricultores a novos formatos de comercialização, como mercados digitais, mantendo a diversidade de produtos e beneficiamento dos mesmos. A discussão destaca a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar, evidenciando a variedade de produtos na feira, que contribui para a biodiversidade e conservação ambiental. Ressalta-se a relevância da pesquisa para compreender a realidade e importância da agricultura familiar, especialmente dos mercados tipo Feira como canal de comercialização essa categoria social.

Palavras-chave: feira; agricultura familiar; soberania alimentar; territorialidade.



SUMÁRIO

ABSTRACT:

Family farming, in addition to being a professional activity, is a specific form of production and work in rural areas, which promotes food security. Realizing the importance of the regional activity of family farmers, this study aimed to analyze the ACB Agroecological Fair, in the city of Crato - Ceará. The analysis sought to understand the market in which it operates, types of products and particularities. The study was developed through a field study with a qualitative approach. Four farmers participating in the ACB Agroecological Fair were interviewed. The results reveal farmers' adaptation to new marketing formats, such as digital markets, maintaining product diversity. The discussion highlights the importance of family farming for food security, highlighting the variety of foods at the fair, which contributes to biodiversity and environmental conservation. The relevance of research is highlighted to understand the reality and importance of family farming, especially at the ACB Agroecological Fair.

Keywords: fair; family farming; food sovereignty; territoriality.

INTRODUÇÃO

No Brasil uma agricultora ou agricultor familiar pode atuar em diferentes segmentos de mercados, como a produção destinada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cooperativa de agricultores, participação de feiras e eventos ou até mesmo a venda direta (Pizzi *et al.*, 2020; Alberti; Melo; Wizniewsky, 2023). Além do aspecto profissional, Gazolla e Aquino (2021, p. 4), afirmam que a agricultura familiar é uma forma específica de produção e trabalho nos espaços rurais, pode ser entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação) e explora em comum uma unidade de produção em uma área de terra específica.

Além disso, de acordo com Wilkinson (2003, p. 10), a dinâmica da agricultura familiar é o reconhecimento da polivalência das suas formas produtivas, embora nos limites possamos ter, por um lado, uma agricultura fundamentalmente de subsistência e, por outro, sistemas produtivos altamente especializados, é mais comum que a agricultura familiar combine diversos tipos de atividades agrícolas. O que agrega à população dos territórios o fortalecimento da segurança e soberania alimentar (Melo; Froehlich, 2020).

Dessa forma, o objetivo deste estudo foi analisar a Feira Agroecológica da ACB²⁵, na cidade do Crato (CE). A análise buscou conhecer seu mercado de atuação, tipos de produtos e particularidades. Pacheco (2022), reforça que estudos como esse são relevantes na medida em que estudam os diferentes segmentos da agricultura familiar e camponesa, assim como a diversidade de sua produção, e a qualidade agregada aos seus produtos, que na maioria são provenientes da agroecologia.

25

A ACB é criada em 1982, no processo de grande efervescência dos atores da sociedade civil e para a trajetória da ATER é chamado de construção da pluralidade, período em que vários setores da sociedade civil se fortaleceram. São criadas várias organizações representativas de agricultores e organizações não governamentais. Frequentemente estas instituições são bastante críticas do modelo agrícola adotado pelo país, em função dos impactos sociais e ambientais negativos que esse modelo acarretará Brasil (2003, p. 38).

METODOLOGIA

É preciso elucidar, antes de tudo, que as denominadas metodologias qualitativas beneficiam, geralmente, do estudo de microprocessos, através da análise de atos sociais, coletivos e específicos. Efetuando uma investigação intensa dos dados, tanto em abrangência quanto em profundidade, a metodologia qualitativa dedica-se a unidades da sociedade examinadas como integralidades que provocam o pesquisador (Martins, 2004). Desse modo, esta pesquisa de caráter não probabilístico tem como fio condutor uma abordagem qualitativa.

O estudo foi realizado em campo, a partir de entrevista efetuada com quatro feirantes da Feira Agroecológica da ACB, na cidade do Crato (CE). As questões levantadas foram sobre a diversidade de produtos comercializados, meio de transporte utilizado para transportar a produção até o local da feira, local de produção, se eles realizam alguma espécie de troca entre familiares e amigos, se vendem produtos de outra pessoa, quantitativo de pessoas que participam da produção, desde quando eles participam desta feira e se a pandemia de COVID-19 teve algum impacto na quantidade de feirantes e/ou consumidores nesse espaço.

Com base nas respostas dos entrevistados, foi feita uma análise para criar variáveis em comum entre eles, que possibilita também uma comparação, como: gênero dos feirantes, meio de transporte utilizado, local de produção e diversidade da produção, este foi dividido entre itens *in natura* de origem vegetal e animal e produtos processados, por feirante.

Para a interpretação dos resultados, foi construída uma discussão entre os dados encontrados e a teoria de alguns autores como Walter Belik, Sérgio Schneider, Catia Grisa, John Wilkinson e Janaína Balk Brandão, que pesquisam sobre temáticas como diversidade

de produção da agricultura familiar, mercados tipo feiras, produção agrícola e gênero e a importância da agricultura familiar para soberania e segurança alimentar.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os agricultores entrevistados neste trabalho são agricultores familiares. De acordo com Neves (2012, p. 32) como categoria analítica corresponde à distinta forma de organização da produção, isto é, a princípios de gestão das relações de produção e trabalho sustentadas em relações entre membros da família, em conformidade com a dinâmica da composição social e do ciclo de vida de unidade conjugais.

Participaram deste estudo quatro feirantes da feira agroecológica da ACB, uma das indicações para a diminuta adesão dos agricultores é explicada devido à uma queda no quantitativo de barracas armadas nos dias de realização da feira que se estende desde a pandemia de Covid-19. Porém, mesmo com a diminuição das barracas na feira, isso não representa a baixa participação da agricultura familiar nos territórios, e sim a adesão de agricultores familiares a novos formatos de comercialização, como os mercados digitais que no período de calamidade pública, em que estava decretado o distanciamento social para minimizar os impactos sanitários do coronavírus, foi o meio encontrado para escoar a produção.

De acordo com Gazolla e Aquino (2021), é previsto que a inovação do uso de canais de comercialização virtuais tenha conquistado mais espaço com a pandemia de covid-19, visto que os consumidores de mercados tipo feiras demonstraram interesse em manter a relação direta com os produtores e continuar consumindo os mesmos produtos de antes do período de restrição social, mesmo que de modo não presencial.

De acordo com Cassol e Schneider (2017, p. 204) enquanto um tipo de cadeia curta, as feiras livres de venda direta abrangem um emaranhado de relações e modos de funcionamento que as caracterizam enquanto um mercado diferenciado. Nesta direção (Gazolla; Aquino, 2021; Gazolla; Schneider, 2017) explicam que as cadeias agroalimentares curtas de abastecimento são expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor, objetivando construir novas formas de interação entre produção e consumo.

Os mercados de proximidade apresentam restrições quanto ao alcance espacial e estão bastante ligados ao contexto local. Além disso, verifica-se uma imersão das trocas em relações sociais de reciprocidade e interconhecimento, de forma que a confiança e amizade dominem a regulação das relações sociais estabelecidas (Brandão *et al.*, (2020, p. 8). O Quadro 1, de Brandão *et al.* (2020), apresenta os diferentes mercados, que são ocupados por perfis diferentes de agricultores, assim como seu alcance espacial e canais de comercialização.

Quadro 1 - Tipos de mercados, agricultores, alcance espacial e canais de comercialização

Tipo de Mercado	Tipo de Agricultor	Locus e/ou alcance espacial	Canais de comercialização
- Mercados de proximidade	- Camponês; - Produtor de excedentes	- Spot; - Venda direta; - Somente local	- Na propriedade; - No domicílio / casa; - Beira estrada; - Entrega direta; - Feira local; - Grupos consumo
- Mercados locais e territoriais	- Agricultor familiar; - Produtor simples de mercadorias	- Spot; - Local, regional e territorial	- Feira regional e/ou nacional, eventos; - Redes de venda; - Loja especializada; - Restaurantes; - Associação vendas; - Sacolão

Tipo de Mercado	Tipo de Agricultor	Locus e/ou alcance espacial	Canais de comercialização
- Mercados convencionais	- Produtor de mercadorias	- Sem lugar definido; - Placeless / Unbond	- Atravessadores; - Cooperativa; - Agroindústria; - Empresa privada; - Internet; - Supermercados
- Mercados públicos e institucionais	- Todos os tipos de fornecedores	- Multiespacial	- Alimentação escolar; - Órgãos internacionais; - ONGS; - Órgãos governamentais

Fonte: Brandão et al. (2020).

Como indica Brandão et al. (2020), a agricultura familiar atua junto a mercados locais e territoriais, fornecendo através do comércio, de feiras ou até mesmo o atendimento people to people (P2P) produtos de qualidade, que fortalecem o comércio local de diferentes formas para a sociedade. O que leva à outra questão indagada na pesquisa, que se refere a diversidade de gêneros alimentícios comercializados pelos agricultores. Evidenciou-se um número pequeno de expositores, porém com alta diversidade de produtos. Manter uma produção diversificada e garantir a produção para o consumo familiar, também permite investir na propriedade, ou seja, trata-se de uma estratégia de acumulação ou de escolha e adaptação, como definiu (Ellis, 2000; Grisa; Gazolla; Schneider, 2010, p. 12).

Constatou-se uma variedade considerável de produtos expostos, que ia desde hortaliças, sementes e plantas medicinais a queijo, temperos prontos e pão. Tal aspecto permite aferir que há uma maior preocupação em oferecer uma maior pluralidade de alimentos do que a especialização em apenas um produto. Um dos produtores entrevistados afirma que “prefere fazer dessa forma pois é mais fácil de um consumidor levar um pé de alface, um de rúcula e um de coentro do que três pés de alface, por exemplo”.

Assim, como demonstra Salvate e Schneider (2022, p. 189) a diversificação das atividades produtivas; a distinção dos produtos em termos de preço, processo de produção, uso de recursos locais, disponibilidade, entre outros; a conectividade entre os atores e distintos mercados.

A Tabela 1 apresenta a diversidade dos produtos encontrados na Feira Agroecológica da ACB, na cidade do Crato (CE), de acordo com cada um dos produtores.

Tabela 1 - Diversidade de produtos da agricultura familiar

Feirante 01		
Produtos de origem vegetal	Hortalças	Espinafre, alface, coentro, salsinha, rúcula
	Plantas medicinais	Hortelã, losna, alecrim, arruda, alfavaca, malva corona, erva cidreira,
	Produtos beneficiados	Colorau, vinho orgânico e goma
Feirante 02		
Produtos de origem vegetal	Hortalças	Alface, rúcula, coentro, tomate cereja, couve, coentro e alface americano
Feirante 03		
Produtos de origem animal	Sem beneficiamento	Ovo, galinha caipira,
	Com beneficiamento	Nata, doce de leite, queijo, mel de abelha, banha de porco, manteiga da terra, torta de frango,
Produtos de origem vegetal	Sem beneficiamento	Amendoim, semente de ipê, sementes de moringa
	Com beneficiamento	Biscoitos, molho de pimenta, temperos caseiros, colorau, pão integral,
Feirante 04		
Produto de origem animal	Sem beneficiamento	Ovo e galinha

Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

A Tabela 1 apresenta a diversidade de alimentos produzidos nos espaços ocupados pela agricultura familiar, característica que contribui para o fortalecimento da segurança e soberania alimentar, especialmente na cidade do Crato, onde a feira ocorre. De acordo com Pacheco, 2022.

A importância da agricultura familiar e camponesa e de seus diferentes segmentos para a produção da diversidade dos alimentos de qualidade, que respondam às diferentes culturas alimentares, as quais, por sua vez, protegem a nossa biodiversidade e conservam o meio ambiente e suas várias formas associativas e democráticas, precisa ser devidamente reconhecida com garantia de salvaguardas (Pacheco, 2022, p. 170).

Portanto, a importância da diversidade de produção é um aspecto relevante para mitigar os efeitos dos vários níveis de insegurança alimentar, visto que também acontece o autoconsumo do que é produzido, evitando que os agricultores comprem a base de sua alimentação em supermercados. Além disso, também há um considerável benefício desse autoconsumo para a saúde dos feirantes e seus familiares, pois eles têm a certeza de que os alimentos produzidos não possuem resíduos de agrotóxicos ou adubos químicos, o que não aconteceria se a alimentação fosse advinda de mercados convencionais.

Além das exposições anteriormente realizadas, ainda foi observado que os produtores feirantes possuem uma relação de troca não mercantil, em que um agricultor estava expondo o produto de um feirante que não pôde estar presente no dia de feira em que a pesquisa foi realizada. De acordo Schneider (2016), os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciam a vida das pessoas, os seus valores e sua cultura, moldam e modificam instituições e são motivo para conflitos, protestos e disputas.

CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi analisar a Feira Agroecológica da ACB, na cidade do Crato (CE). Durante a análise percebeu-se que os feirantes atuam regionalmente e que após a pandemia,

muitos ingressaram fortemente no atendimento à população através das plataformas digitais em um atendimento P2P. Por consequência o número de feirantes diminuiu, mas não a procura por alimentos agroecológicos.

Com relação aos produtos encontrados na feira, foi observada uma grande quantidade e variedade de produtos, cabe aqui a menção da diferença entre a quantidade de alimentos processados entre os agricultores do gênero masculino e a única agricultora presente. Em que foi percebido uma gama muito maior de itens que tinham algum nível de processamento, como queijo, doce, manteiga, biscoito etc., desta forma indica-se para que estudos futuros possam observar a relação entre gênero e beneficiamento da produção. Além disso, a variedade de produtos encontrados na feira propiciava aos compradores opções de qualidades tanto em produtos de origem animal e vegetal, que comportavam hortaliças, plantas medicinais, produtos beneficiados e sem beneficiamento.

Por fim, ainda foi possível verificar algumas particularidades como a troca de produtos entre os feirantes, caracterizando uma aproximação com a agricultura campesina, onde não são realizadas somente trocas monetárias, mas produção excedente. E laços de amizade, percebidos através do auxílio de um feirante a outro quando se encontram em situação de doença ou outro imprevisto, podem contar com sua comunidade dentro da feira para atender a sua barraca. Acredita-se que esse estudo é uma aproximação que mostra a realidade e relevância da agricultura familiar, especialmente a Feira Agroecológica da ACB, na cidade do Crato (CE).

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Ricardo; MELO, Luana Fernandes; WIZNIEWSKY, José Geraldo. Compreensão do motivo de produtores agroecológicos não se tornarem produtores orgânicos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. e7211729585-e7211729585, 2022.

BRANDÃO, Janaína Balk *et al.* Os mercados de hortifrúti em Santa Maria (RS)-um estudo sobre os tipos de produtores e os canais de comercialização. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 2, p. 433-460, 2020.

BREDA, Tadeu *et al.* **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. Editora Elefante, 2022.

DE SOUZA MARTINS, Heloisa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

GAZOLLA, Marcio; DE AQUINO, Joacir Rufino. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, p. 427-460, 2021.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. 2017.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, p. 65-79, 2010.

GRISA, Catia *et al.* **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. 2022.

MELO, Luana Fernandes; FROELICH, José Marcos. A nutrição além do nutricionismo: conexões emergentes entre alimentação saudável e sistemas agroalimentares sustentáveis. 2020. **Anais do VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: Saúde, Corpos e Poder na América Latina**, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, v. 1, 2020.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar. Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 32-40, 2012.

WILKINSON, John. **A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição**. Ponencia realizada para El Seminario de Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutricion en America Latina. FODEPAL. Campinas, Brasil, Outubro e, 2003.

21

Ricardo Alberti
Luana Fernandes Melo
Ana Lúcia Monteiro de Sousa

DESAFIOS DAS FAMÍLIAS ORIUNDAS DA REFORMA AGRÁRIA:

UMA ANÁLISE ATRAVÉS DO MODELO DE EQUILÍBRIO
ESPECIFICAMENTE A DIMENSÃO COMPORTAMENTAL DE HAVENS (1982)
SOB A PERSPECTIVA TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

CHALLENGES OF FAMILIES ARISING FROM AGRARIAN REFORM:

*AN ANALYSIS THROUGH THE BALANCE MODEL
SPECIFICALLY THE BEHAVIORAL DIMENSION OF HAVENS (1982)
FROM THE TERRITORIAL PERSPECTIVE OF DEVELOPMENT*

SUMÁRIO

RESUMO:

O interesse pela abordagem territorial no Brasil cresce, especialmente entre planejadores e formuladores de políticas públicas. O desenvolvimento territorial rural ultrapassa fronteiras geográficas, abrangendo questões político-sociais internacionalmente. Este estudo visa discutir as barreiras enfrentadas por famílias da reforma agrária, utilizando o modelo de equilíbrio, com foco na dimensão comportamental proposta por Havens. A discussão destaca que a modernização pode facilitar ou dificultar a inclusão, enquanto a socialização adulta e a mudança de intergerações podem promover integração. O conflito de valores é identificado como uma barreira significativa. A participação em cooperativas é apontada como um meio de promover inclusão social e econômica. O estudo propõe reflexões sobre a integração territorial de famílias da reforma agrária, destacando a importância do modelo de equilíbrio e da dimensão comportamental, além do papel crucial das cooperativas no desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Palavras-chave: assentamento; extensão rural; cooperativismo; território.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

Interest in the territorial approach in Brazil is growing, especially among planners and public policy makers. Rural territorial development goes beyond geographic borders, covering political-social issues internationally. This study aims to discuss the barriers faced by agrarian reform families, using the balance model, focusing on the behavioral dimension proposed by Havens. The discussion highlights that modernization can facilitate or hinder inclusion, while adult socialization and intergenerational change can promote integration. Conflict of values is identified as a significant barrier. Participation in cooperatives is seen as a means of promoting social and economic inclusion. The study proposes reflections on the territorial integration of agrarian reform families, highlighting the importance of the balance model and the behavioral dimension, in addition to the crucial role of cooperatives in sustainable and inclusive development.

Keywords: settlement; rural extension; cooperativism; territory.

INTRODUÇÃO

No Brasil a abordagem territorial vem ganhando rápido interesse, especialmente no âmbito dos planejadores e formuladores de políticas públicas, haja vista a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e uma significativa compreensão de outros órgãos governamentais em torno das potencialidades normativas do novo aporte (Schneider, 2004). De acordo com Leite (2020), o desenvolvimento territorial rural traz pontos de atenção, como a noção de “território”, que ultrapassa as fronteiras definidas geograficamente e envolve questões político-sociais a um nível internacional assim como a discussão do processo de “territorialização” em regiões específicas que propicia a criação de um conjunto de fluxos muitas vezes divergentes, o que cobra das políticas públicas ações inovadoras.

Para Cazella *et al.* (2020), a importância do espaço geográfico para o estudo do desenvolvimento começou a ganhar atenção no início da década de 70, quando se percebeu a importância que o espaço-lugar tem para o desenvolvimento das atividades econômicas, culturais e sociais. Por volta de 1990, agregou-se ao estudo do desenvolvimento territorial as noções de redes multi-atores e de intercooperação e dessa forma foram possíveis novas aproximações empíricas do campo (Cazella *et al.*, 2020).

De acordo com Schneider (2004, p. 99), a perspectiva territorial do desenvolvimento “pressupõe o nível adequado de tratamento dos problemas concretos do espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais”. Schneider (2004) acrescenta que o espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos, portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Dessa forma, o estudo territorial amplia-se além de discussões teóricas e abstratas, e propicia reflexões e soluções sobre problemas existentes nesses espaços.

Tendo em vista a abordagem territorial e a notoriedade que vem conquistando nas pesquisas sobre o desenvolvimento, esse estudo tem como objetivo discutir a partir da perspectiva territorial do desenvolvimento as barreiras que famílias oriundas da reforma agrária sofrem com ênfase no modelo de equilíbrio, especificamente a dimensão comportamental proposta por Havens (1982).

Esta proposição de estudo justifica-se devido sua abordagem integrada e sistêmica para compreender como o comportamento humano e social pode influenciar e ser influenciado pelo território no qual está inserido. Essa compreensão agrega benefícios sociais e econômicos para um território específico, tendo em vista que o modelo de equilíbrio na dimensão comportamental se pauta na possibilidade de análise das interações sociais dos sujeitos e grupos, e nas adaptações diante das mudanças do ambiente (sociais, econômicas e ambientais em seus territórios).

Outro aspecto relevante para a realização do estudo é a compreensão de como ocorre a participação e engajamento comunitário nos territórios na medida que o enfoque territorial valoriza a participação ativa das comunidades no processo de desenvolvimento, e é possível obter *insights* sobre como facilitar e incentivar o engajamento das pessoas em projetos e políticas de desenvolvimento, aumentando sua efetividade e sustentabilidade. Serve também para gerir conflitos que podem surgir dentro dos territórios, pois no modelo de equilíbrio na dimensão comportamental Havens (1985), indica que essa dimensão possibilita análises sobre a codificação dos valores sociais e como os valores afetam o comportamento individual ou grupal.

Além disso, a identificação das necessidades locais e avaliação dos impactos sociais serão discutidos, pois a dimensão comportamental verifica as principais formas de tratamento das personalidades e como se orientam para o desenvolvimento tendo em conta o tratamento individual, estima social, comportamento individual, percepção de privações e a forma com que os indivíduos

buscam diminuir suas privações (Havens, 1985). Estudar como as famílias assentadas pela reforma agrária são inseridas em determinados territórios propicia uma compreensão dos aspectos sociais que influenciam a vivência dessas famílias. No estudo de Andrade e Moraes (2017, p. 379), as autoras perceberam que as famílias assentadas são estigmatizadas como serem pobres e assentadas, tendo em vista que esse estigma causa “sentimentos de vergonha, culpa e desvalorização por parte das famílias”.

Esses problemas socioeconômicos são recorrentes na história brasileira, no estudo de David, Waniez e Brustlein (1997, p. 51), em seu artigo Atlas dos beneficiários da reforma agrária, os autores indicaram que os assentados enfrentavam desafios vinculados ao acesso à crédito, educação e saúde, mas a mais grave era o preconceito e discriminação recebidos da sociedade local e reforçada pelos meios de comunicação, que retrata os assentados “como violentos, ignorantes e dependentes do Estado”. Tendo em vista o resultado dos trabalhos percebe-se que existe ainda hoje um estigma ligada à pobreza e a marginalização com relação às famílias assentadas de reforma agrária.

Desta forma, utilizar a abordagem territorial do desenvolvimento para verificar como ocorre a inserção das famílias provenientes dos assentamentos de reforma agrária em novos territórios permite novos olhares sobre problemas sociais recorrentes no cenário brasileiro (Favareto; Lotta, 2017). De acordo com Sabourin *et al.* (2016), analisar como as diferentes políticas públicas são implementadas em assentamentos de reforma agrária permitirá entender como as interações afetam a inclusão social e financeira.

Para Cazella *et al.* (2020), a perspectiva territorial identifica os bens e serviços que são mais relevantes para promover a inclusão social e financeira. Sendo assim, esse estudo aproxima-se de uma compreensão de como as dinâmicas locais e regionais influenciam a eficácia das práticas do cooperativismo de crédito na promoção da inclusão social nesses territórios.

Outro fator relevante é a sua contribuição para políticas públicas, na medida que podem subsidiar programas governamentais que busquem fortalecer a presença de influenciadores sociais como é o caso das cooperativas de crédito no assessoramento socioeconômico em assentamentos de reforma agrária, promovendo o desenvolvimento local e regional. Leite (2020) apresenta uma discussão de como as políticas públicas são diferenciadas na perspectiva territorial no Brasil, mostrando que as instituições cooperativas podem favorecer ou dificultar a inclusão social e financeira em assentamentos de reforma agrária.

Para Silva e Nunes (2022) e como demonstrado no Censo Agropecuário de 2017, as cooperativas de crédito são instituições que podem contribuir para reduzir a discriminação social e econômica dos agricultores familiares, oferecendo-lhes condições mais favoráveis de financiamento e inclusão financeira. Melo e Scopinho (2018) descobriram que algumas cooperativas de crédito desestimulam a estruturação cooperativa e por consequência apresentam problemas vinculados à falta de infraestrutura, inoperância e a burocratização da política, diferentemente da proposta cooperativa para produtores rurais que é o estímulo das redes de solidariedade e o desenvolvimento rural.

Sabe-se que o cooperativismo é fundamentado na ajuda recíproca, solidariedade, igualdade e democracia (Maffini *et al.*, 2020), além disso, assumem a responsabilidade social nas comunidades em que estão inseridas através da promoção de valores éticos (Fernandez *et al.*, 2022). Com o fortalecimento da identidade cooperativa que se baseia nos princípios do cooperativismo, as cooperativas tornam-se atores sociais capazes de combater possíveis injustiças sociais (Nunes *et al.* 2019).

Dessa forma, ao combinar o enfoque territorial com o prisma metodológico de estudos de desenvolvimento utilizando o modelo de equilíbrio e a dimensão comportamental, pode-se ampliar o

entendimento sobre como as dinâmicas sociais e comportamentais interagem com as particularidades territoriais, possibilitando uma abordagem mais sensível e adequada para promover o desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo das comunidades em seus territórios e o papel do cooperativismo neste meio.

METODOLOGIA

Nesse sentido, o trabalho proposto é parte de uma revisão documental e constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para o pesquisador, ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição (Cellard, 2015). A análise documental é uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado posterior, sua consulta e referência (Bardin, 2011).

A análise documental apresenta algumas vantagens significativas, trata-se de um método de coleta de dados que elimina ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador (Cellard, 2015). Para Bardin (2011), enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação.

Com isso, a partir do documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas (Cellard, 2015). A análise documental permite passar de um documento primário (em bruto) para um documento secundário (representação do primeiro), onde o objetivo é a representação condensada da informação para consulta (Bardin, 2011).

Portanto, o que importa na escolha de uma situação ou uma população de estudo inicial é a sua capacidade de esclarecer o melhor possível do fenômeno pesquisado. Essa amostra inicial poderá ser modificada segundo as necessidades criadas (Poupart *et al.*, 2015). Bardin (2011) indica que a análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados.

O MODELO DE EQUILÍBRIO E A DIMENSÃO COMPORTAMENTAL

Havens (1985, p. 258) apresenta dois enfoques, o enfoque do equilíbrio e o enfoque do conflito, que se subdividem o “enfoque do equilíbrio em comportamental, psicodinâmico e difusionista, e o enfoque do conflito em estruturalista não-marxista e marxista”. O foco desta discussão se restringe à dimensão comportamental que é um modelo inerente sobre comportamentos individuais. As pressuposições do modelo de equilíbrio na dimensão comportamental indicam que “os indivíduos sofrem privações determinadas pelo contexto social; o comportamento pode ser mudado a qualquer tempo; o desenvolvimento ocorrerá através de novas experiências de aprendizagem” (Havens, 1985, p. 260).

Os conceitos e discussões mais frequentes da dimensão comportamental são a modernização, internalização, valores, racionalidade, socialização adulta, mudança, intergerações, atitudes e curvas de aprendizagem (Havens, 1985). Tais conceitos vem ao encontro das discussões que podem surgir em um âmbito territorial rural na inserção de famílias provenientes da reforma agrária.

A modernização pode se referir à adoção de práticas e tecnologias mais avançadas no meio rural, incorporando técnicas agrícolas

modernas para aumentar a produtividade e a eficiência das atividades no campo, proporcionando melhores condições para a subsistência e a renda das famílias. Isso pode incluir a disponibilidade de serviços de saúde, educação e comunicação, bem como a implementação de práticas agrícolas sustentáveis que promovam a equidade e a inclusão social.

A internalização diz respeito ao processo de assimilação e incorporação das mudanças promovidas pela modernização no cotidiano das famílias, por outro ângulo a internalização pode envolver a incorporação de novos valores e normas sociais, bem como o desenvolvimento de relações de solidariedade e cooperação entre os membros da comunidade.

Os valores são (re)constituídos através da inserção das famílias em novas comunidades rurais, o que pode trazer choque e incorporações de valores culturais, crenças e tradições. Neste caso, é fundamental promover o respeito e a valorização da cultura local, ao mesmo tempo em que são agregados os conhecimentos trazidos pelas famílias assentadas. A racionalidade na abordagem territorial propicia a discussão sobre a tomada de decisões baseadas em informações sólidas, planejamento adequado e busca de soluções coerentes para os problemas enfrentados, priorizando o bem-estar das comunidades e a justiça social. Dessa forma a racionalidade deve considerar os impactos sociais das ações e políticas implementadas, buscando equidade e inclusão em todas as etapas do desenvolvimento das comunidades rurais.

A socialização adulta neste caso pode ser observada na inserção das famílias em novas comunidades rurais, que envolve a interação e o aprendizado com os membros da comunidade, a criação de laços sociais e o compartilhamento de experiências, fortalecendo o sentido de pertencimento e a colaboração mútua. No caso das mudanças intra gerações, que são as transformações que ocorrem dentro de uma mesma geração, utilizando-se da abordagem

territorial pode-se incentivar a transferência de conhecimentos e a capacitação entre os membros mais jovens e os mais velhos dos territórios, fomentando a evolução contínua das práticas agrícolas e do modo de vida na comunidade.

As atitudes das famílias em relação à mudança e à adoção de novas práticas são fundamentais para o sucesso da inserção territorial, pois a promoção de atitudes positivas em relação à modernização, ao trabalho em conjunto e à busca por soluções coletivas pode potencializar os resultados alcançados. Cabe reforçar que fomentar atitudes solidárias é essencial para a construção de uma comunidade rural inclusiva e coesa. Incentivar a colaboração mútua, o apoio mútuo e a resolução conjunta de problemas fortalece os laços sociais e torna a comunidade mais resiliente.

Por fim, as curvas de aprendizagem representam o período em que as famílias estão se familiarizando com as práticas, tecnologias e dinâmicas da comunidade. É preciso fornecer apoio e acompanhamento nesse processo, para que ele seja eficiente e efetivo. Para Havens (1985), os problemas metodológicos analisados pelo enfoque comportamental são difíceis e complexos, porém devem ser observados com rigor.

Leva-se em conta duas causalidades, a primeira é que muitas variáveis são destituídas de referências empíricas, e por isso, geralmente as pesquisas não conseguem suprir a demanda de informações suficientes para operar na realidade. E a segunda indica que as relações entre o comportamento dos atores e as características assumidas são dificilmente validadas.

Porém, ao mesmo tempo Havens (1985), argumenta que essa abordagem coopera para a produção científica e seus reflexos propiciam uma melhora na qualidade de vida da população em geral. O autor explica que em diversos casos as metas sociais são contraditórias, sendo assim, dependendo dos interesses diferentes

perspectivas normativas serão adotadas. Especificamente esta dimensão é influenciada pelo juízo de valor do pesquisador e esse juízo de valor irá influenciar o enfoque na fase empírica do desenvolvimento da pesquisa.

DISCUSSÃO

De acordo com Cazzela *et al.* (2020), o enfoque territorial pode ser aplicado para analisar as barreiras sociais que famílias oriundas da reforma agrária enfrentam em relação ao desenvolvimento territorial. E através da dimensão comportamental do modelo de equilíbrio de Havens (1985) esse estudo busca apresentar discussões a partir dos principais conceitos, iniciando com a modernização.

A modernização difundida em um território pode facilitar ou dificultar a inclusão das famílias assentadas, pois caso as tecnologias utilizadas sejam desconhecidas pelos assentados cabe um esforço das famílias buscarem junto a pessoas da comunidade a compreensão de como funciona a tecnologia local, seus benefícios, formas de aquisição, viabilidade entre outros fatores; Essa busca pode ser vista pelos nativos da região como falta de profissionalismo por desconhecer informações básicas e reforçando o estereótipo das famílias com pouca estima social (Cazella *et al.*, 2020).

Ao mesmo tempo, caso as famílias tenham sido instruídas pelos órgãos de fomento e/ou tenham tido vivências acerca da utilização de metodologias modernas de utilização de recursos pouco conhecidos pelos nativos do território em que estão sendo inseridas, abre-se uma oportunidade de aprendizagem e troca profissional, propiciando uma integração positiva, mostrando para os nativos conhecimentos que agregam eficiência das atividades no campo e por sua vez aumentam o valor social das famílias assentadas (Leite, 2020).

Neste viés, socialização adulta pode ocorrer por trocas devido a aspectos da profissão ou qualificação, ou através de aspectos sociais como a religião, organizações esportivas, grupos trabalho entre outros, que criam aproximações entre as famílias nativas e as famílias assentadas. De acordo com Alberti, Brandão e Reisdorfer (2023) caso as famílias sejam da mesma religião que é mais difundida no território existem maiores chances de que a integração ocorra mais rapidamente, devido ao compartilhamento de experiências que transmitem a sensação de pertencimento. De forma oposta, as famílias que têm menos acesso à educação e formação profissional, podem ter mais dificuldades na aproximação às normas sociais do território.

Outra questão que merece atenção é o conflito de valores, Melo e Scopinho (2018) acreditam que esse pode ser um dos principais motivos pelos quais as famílias advindas da reforma agrária sentem dificuldade de inserção em novos territórios. Os valores territoriais são desenvolvidos no decorrer da sua história e influenciados pelos seus componentes, porém, quando famílias que passam por vivências diferentes são inseridas em um novo território, podem ocorrer choques entre os valores dos nativos e dos ingressantes, esse choque de valores pode causar rupturas sociais profundas que poderão impactar as famílias que chegam ao território, dificultando sua vivência social e profissional (Silva, 2017).

As atitudes dos atores territoriais em relação às famílias oriundas da reforma agrária também podem ser uma barreira, uma vez que elas podem ser estigmatizadas e discriminadas por sua origem social e econômica (Silva; Nunes, 2022). A mudança de gerações pode ser uma oportunidade para enfraquecer as barreiras sociais, uma vez que as novas gerações terão contato através da educação, onde podem ocorrer oportunidades de mobilidade social e de transmissão de conhecimentos e valores que podem repercutir entre gerações (Melo; Scopinho, 2018). Dessa forma, as curvas de aprendizagem modificaram o impacto da inserção das novas famílias no território e propiciaram oportunidades de melhoria na relação social dos ocupantes do território.

O PAPEL DO COOPERATIVISMO

No contexto discutido o cooperativismo surge como agente de inclusão social. As cooperativas podem oferecer oportunidades de acesso a recursos financeiros, tecnologias e mercados, além de promover a integração social, troca de conhecimentos e experiências entre os membros do território (Cazella *et al.*, 2020; Zenaratti, 2021). Durante os encontros promovidos pela cooperativa podem ocorrer aproximação entre os novos integrantes do território possibilitando integração e socialização.

As cooperativas geralmente são compostas por pessoas da comunidade, por consequência as cooperativas de crédito podem servir como interlocutoras entre os atores sociais e as famílias assentadas (Maffini *et al.*, 2020). Além disso, o cooperativismo pode desempenhar um papel importante como uma estratégia de inclusão social e econômica para as famílias oriundas da reforma agrária, onde colaboram para a formação de atores sociais capacitados e engajados no desenvolvimento territorial, por meio de programas de formação e capacitação profissional (Melo; Scopinho, 2018).

Sob a lente da dimensão comportamental pode-se perceber que as famílias que se inserem nos territórios através da reforma agrária sofrem privações advindas do contexto social do território, e as cooperativas servem como um suporte para gerar uma mudança de comportamento dos habitantes nativos criando aproximações que potencializam o desenvolvimento do território através de novas experiências de aprendizagem e diálogo entre todos os atores envolvidos (Silva, 2017; Silva; Nunes, 2022).

CONCLUSÃO

A partir da perspectiva territorial do desenvolvimento nota-se as barreiras que famílias oriundas da reforma agrária sofrem com ênfase no modelo de equilíbrio, especificamente a dimensão comportamental proposta por Havens (1982). Alguns pontos foram elencados para a discussão e percebe-se que existem elementos que potencializam ou desfavorecem a integração das famílias ingressantes nos territórios, como a religião, conhecimento, experiências e valores.

Além disso, é apontada a relevância que uma cooperativa pode ter neste contexto, na medida que pode servir como agente de inclusão social favorecendo a integração e acolhida das famílias nos territórios. Discussões mais profundas são necessárias para aprimorar o debate, e apesar de estudos iniciais como os de Alberti, Brandão e Reisdorfer e Melo, Scopinho (2018) mostrarem que as famílias advindas da reforma agrária vêm enfrentando barreiras em sua inclusão, algumas indicações podem tornar esse processo menos penoso, colaborado para o desenvolvimento territorial e seus membros.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Ricardo; BRANDÃO, Janaína Balk; REISDORFER, Vitor Kochhann. Transformando a realidade rural: o papel do cooperativismo de crédito na inclusão social e financeira e de assentamentos de reforma agrária. //n: **XI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - Desenvolvimento Regional em tempos de emergência climática: desafios e oportunidades**, 2023.

ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araujo de. Avaliação do atendimento recebido no CRAS por famílias usuárias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 378-392, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro, 1ª edição, 3ª reimpressão, São Paulo: edições 70, 2011.

CAZELLA, Ademir Antonio *et al.* O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 193-206, 2020.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean *et al.* A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos, 2015.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 11, p. 51-68, 1997.

FAVARETO, Arilson; LOTTA, Gabriela. Inovações institucionais nas políticas para o desenvolvimento territorial em três estados brasileiros. **Redes**, v. 22, n. 3, setembro-dezembro, 2017.

FERNANDES, Tatiane Martins *et al.* Análise da satisfação dos funcionários, cooperados de uma cooperativa de Santa Maria-RS. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 17, 2022.

HAVENS, Eugene. Problemas metodológicos no estudo do desenvolvimento. **Sociologia Ruralis**, v. 12, n. 3/4, p. 252-272, 1982. Traduzido por: Mario Riedl.

LEITE, Sergio Pereira. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, p. 227-254, fev. 2020.

MAFFINI, Miguel; WAKULICZ, Gilmar Jorge; ALBERTI, Ricardo. Análise da fidelidade dos associados em uma cooperativa central do Rio Grande do Sul através do modelo sueco. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, p. e2439129200-e2439129200, 2020.

MELO, Thainara Granero de; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 61-84, 2018.

NUNES, Andrieli de Fátima Paz *et al.* Influência da identidade organizacional dos colaboradores de uma cooperativa de crédito da região central do rio grande do sul em relação aos princípios do cooperativismo. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, p. 1-16, 2019.

POUPART, Jean. DESLAURIERS. Jean-Pierre. GROULX, Lionel-H. LAPERRIÈRE, Anne. MAYER, Robert. PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 3ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. Coleção Sociologia, p. 297, 2015.

SABOURIN, Eric Pierre *et al.* As políticas de desenvolvimento territorial rural na América Latina: uma hibridação das fontes e da implementação. **Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, v. 3, n. 1, p. 75-98.

SHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SILVA, Marco Antonio Ribeiro Baratto da. **Questão agrária e luta pela terra**: a consolidação dos assentamentos de reforma agrária do MST no Distrito Federal e entorno. 2017, 266 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Política Social), Universidade de Brasília, Brasília. 2017.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; NUNES, Emanuel Márcio. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, 2022.

ZENERATTI, Fábio Luiz. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. **Revista Katálisis**, v. 24, p. 564-575, 2021.

22

Rodrigo Berttoni Cidade

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NOS ASSENTAMENTOS DE TUPANCIRETÃ:

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA COMO
META PARA OS NÚCLEOS OPERACIONAIS

***SYSTEMATIZATION OF EXPERIENCE
IN THE TUPANCIRETÃ SETTLEMENTS:***

*SYSTEMATIZATION OF EXPERIENCE
AS A GOAL FOR THE OPERATIONAL CENTERS*

SUMÁRIO

RESUMO:

O Presente trabalho é referente as sistematizações de experiências realizadas pelo núcleo operacional de Tupanciretã e pretende fazer uma análise crítica no período 2013 a 2016, o objetivo principal do programa de ATES era "promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia para as famílias assentadas e a sistematização como meta apontava para um trabalho que pudesse classificar, ordenar, catalogar dados e informações, ou seja, organiza-los em um sistema, que fosse capaz de promover aprendizagens mútuas e críticas partindo da experiência em si, levando em consideração os processos históricos e sociais que estão em constante deslocamento e movimento considerando a complexidade envolvida com uma visão de que são processos únicos e inéditos. A sistematização se mostrou uma ferramenta muito importante, versátil e de imensas possibilidades trouxe novas relações pessoais e institucionais enriqueceu o programa de ATES foi capaz de produzir uma série de documentos, mobilizou todas as equipes na formação e execução da tarefa, cada núcleo teve a oportunidade de refletir sobre as ações e qualificar os seus procedimentos e essa ferramenta estava caminhando para uma consolidação quando o programa de ATES foi interrompido.

Palavras-chave: sistematização de experiência; programa de ates; assentamentos; reforma agrária.

SUMÁRIO

ABSTRACT:

This work refers to the systematization of experiences carried out by the operational nucleus of Tupanciretã and intends to carry out a critical analysis in the period 2013 to 2016, the main objective of the ATES program was "to promote economic viability, food and nutritional security, socio- environmental sustainability and the promotion of equality in gender, generation, race and ethnicity relations for settled families and systematization as a goal pointed to work that could classify, order, catalog data and information, that is, organize them into a system, which was capable of promoting mutual and critical learning based on the experience itself, taking into account the historical and social processes that are in constant displacement and movement, considering the complexity involved with a view that they are unique and unprecedented processes. Systematization proved to be a very important, versatile tool with immense possibilities, brought new personal and institutional relationships, enriched the ATES program, was able to produce a series of documents, mobilized all teams in the formation and execution of the task, each nucleus had the opportunity to reflect on actions and qualify their procedures and this tool was moving towards consolidation when the ATES program was interrupted.

Keywords: systematization of experience; ates program; settlements; agrarian reform.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da avaliação da Disciplina de Extensão Rural Avançada, ministrada pelo Professor Alisson Vicente Zarnott no programa de Pós- Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria e pretende fazer uma análise crítica das sistematizações de experiência realizadas pelo Núcleo Operacional de Tupanciretã, durante o período de 2013 a 2016, para o Programa de ATES.

O Programa de Ates (Assessoria Técnica Social e Ambiental) no Rio Grande do Sul começou a ser desenvolvido em 2009 pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e foi interrompido no ano de 2017, o Programa atendia em torno de 11.000 famílias que estavam distribuídas em 304 assentamentos que foram organizados em 20 Núcleos Operacionais (NOs) estes núcleos eram atendidos por três prestadoras de serviço de ATES que eram a EMATER, COPTec e CETAP.

O objetivo principal do programa era “promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia para as famílias assentadas”. Com uma perspectiva de atender as famílias de forma multidisciplinar, interdisciplinar com metodologias participativas, nesse âmbito uma das ferramentas utilizadas foi a sistematização de experiências agroecológicas.

A sistematização de experiência preconizada pelo programa de ATES estaria configurada como um trabalho que pudesse classificar, ordenar, catalogar dados e informações, ou seja, organiza-los em um sistema, que fosse capaz de promover aprendizagens mútuas e críticas partindo da experiência em si, levando em consideração os processos históricos e sociais que estão em constante deslocamento e movimento considerando a complexidade envolvida com uma visão de que são processos únicos e inéditos.

Dentro das especificações do programa foram abordados quatro características principais a primeira delas é a necessidade de uma experiência concreta, a segunda é uma reflexão crítica, a terceira organizar e ordenar e a quarta que é a geração de um aprendizado que possa contribuir com os agentes sociais envolvidos diretamente na experiência e que também possa servir de inspiração para os demais ampliando o impacto da experiência.

A primeira demanda apontada pelo programa de ATES foi a sistematização de experiências agroecológicas com o intuito de divulgar a agroecologia no conjunto dos assentamentos é notório que a experiência na produção agroecológica nos assentamentos do Rio Grande do Sul é marcante principalmente próximo a região metropolitana com áreas de produção de hortaliças certificadas e também a produção de arroz orgânico que é bastante expressiva.

Nesse sentido o NÓ de Tupanciretã pode trabalhar no eixo de Organização, Gestão e Comercialização já que no núcleo não existia experiências agroecológicas propriamente ditas. Os temas abordados nas sistematizações eram debatidos coletivamente envolvendo a equipe técnica e os dirigentes dos assentamentos.

CARACTERIZAÇÃO DAS SISTEMATIZAÇÕES DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE ATES RS

Para podermos entender a análise precisamos primeiro explicar qual a concepção e os entendimentos sobre o processo de sistematização de experiência preconizado pelo programa de ATES.

Foi a partir de 2013 que o programa de ATES estabeleceu a sistematização de experiência como meta para os núcleos operacionais, em abril foi realizado um encontro estadual com os

técnicos para instrumentalizar os técnicos na elaboração deste produto, desta forma foi elaborado um roteiro único e trabalhado as concepções da sistematização de experiência, nesta oficina foi apresentado e discutido um padrão para todos os documentos.

Os documentos finais eram apresentados no encontro estadual dos técnicos de ATES que era realizado geralmente no mês de dezembro, nesse encontro eram feitas observações e sugestões de melhorias e as equipes que quisessem melhorar o documento tinham um prazo de 60 dias para entregar uma nova versão final ao INCRA as sistematizações aconteceram de 2013 a 2016, totalizando 4 sistematizações por núcleo operacional.

Agora que tratamos da forma vamos para a concepção da sistematização de experiência. Na oficina de formação foi utilizado como material de apoio a cartilha "ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS" escrita pela engenheira agrônoma Cordula Eckert, nesse sentido sistematizar uma experiência consiste em "recuperar, ordenar, precisar e classificar" um período histórico, social com a intenção de compreender a complexidade e a exclusividade onde existem elementos objetivos e subjetivos que se interligam de forma única e irrepetível.

Referências conceituais apontadas pela cartilha vão de encontro com que segundo Jara (2006) explica, "a sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e porque o fizeram desse modo"

Outra referência é segundo o grupo Chorlavi, (2003), a sistematização é "um processo de ordenamento e reflexão crítica a partir de uma ou mais experiências, em relação a uma pergunta ou preocupação pré-definida, com a participação dos atores locais e orientada à geração de lições aprendidas que permitam melhorar a própria ação, assim como contribuir para um corpo mais amplo de conhecimentos"

Trabalhando com este eixo orientador o programa de ATES instrumentalizou os núcleos que por sua vez podem realizar a tarefa. Agora nos resta analisar, por meio dos documentos produzidos pelo núcleo operacional de Tupanciretã, as características encontradas na metodologia da sistematização de experiência.

CONCEPÇÕES DO NÚCLEO OPERACIONAL DE TUPANCIRETÃ

A partir dos conceitos metodológicos trabalhados pelo programa de ATES, o Núcleo operacional de Tupanciretã interpretou que a melhor forma de fazê-la seria numa perspectiva da educação popular, uma investigação participativa e muito relacionado com o trabalho social. Na proposta inicial do programa de ATES é possível perceber o interesse sobre a produção agroecológica, adotando um viés econômico nessa linha, porém em algumas regiões, como é o caso de Tupanciretã existiam poucas possibilidades de trabalho com um foco na produção agroecológica, isso levou a um ajuste de foco e de definição de experiências que pudessem ser sistematizadas.

Os processos sistematizados com a perspectiva de organização social tornaram o trabalho mais complexo, apesar de se ter um roteiro estabelecido e um método, não dava para tomá-lo como uma receita a ser seguida passo a passo simplesmente, foi necessário ter uma sustentação teórica e organizar de forma rigorosa a sequência de momentos e acontecimentos para que fundamentação teórico-filosófica pudesse ser uma fonte criadora de conhecimentos.

CONTEXTO DAS SISTEMATIZAÇÕES

A forma escolhida para fazer esta análise está pautada na análise documental, já que a sistematização de experiência é um documento público e foi produzido como um produto contratado pelo programa de ATES, outro fator que levou a escolher esse método é que o documento não pode ser alterado e é preciso aceitar a forma e o conteúdo, restando a partir dele fazer a análise crítica.

A sistematização de experiência foi construída como uma ferramenta metodológica e de trabalho em consonância com a ideia de qualificação da assessoria técnica oferecida aos assentamentos de reforma agrária numa perspectiva de uma ATES mais participativa e na criação de uma rede de informações que pudessem ecoar nos assentamentos e com isso gerando inspirações para que diversos tipos de experiências pudessem surgir, se manter e se replicar, essas experiências organizacionais, sejam elas econômicas, sociais e ambientais, sistematizadas, em última análise ajudariam diretamente a comunidade na qual ela se desenvolve ou se desenvolveu e de forma indireta em outras comunidades.

O contexto político no qual a sistematização de experiência é incorporada aos produtos e metas do programa de ATES demonstra que a partir da Norma de Execução do Incra que cria o serviço de ATES e que regulamenta a assessoria técnica, já atribui um maior poder decisório às associações e entidades de representação dos agricultores, desta forma a sistematização de experiência foi uma demanda criada por estas representações e aprovada por meio do conselho de ATES.

Nesse sentido pode-se considerar um avanço na atuação da ATES e que esta ferramenta foi uma demanda exclusiva do Rio Grande do Sul apontando para um maior controle social.

METODOLOGIA E EXPERIÊNCIAS SISTEMATIZADAS

As experiências sistematizadas pelo núcleo operacional de Tupanciretã foram : 1 - Organização das famílias assentadas em Tupanciretã para efetivar a política pública do PNAE como estratégia para a transição agroecológica, 2 - Sistematização de experiência sobre o grupo de mulheres do assentamento Nova Aliança, 3 - Sistematização de experiência sobre os trinta anos de história do assentamento Nossa Senhora Aparecida II e por fim 4 - Sistematização de experiência sobre a perda da soberania alimentar das famílias assentadas com o avanço da monocultura da soja.

As características que podemos encontrar nos documentos é o viés da organização social em consonância com o eixo “Organização, Gestão e Comercialização do programa de ATES e também uma perspectiva da extensão rural crítica, as experiências se tornaram possíveis por conta do envolvimento comprometido dos participantes e dentro da premissa de que para sistematizar é necessário participar da experiência e ter registros, esses registros foram feitos na forma de fotografias, transcrição de entrevistas, depoimentos, além do texto escrito também foram elaborados vídeos/ documentários para que tivesse um maior reconhecimento dos atores envolvidos valorizando a participação e a autoestima.

Nos documentos a introdução e o contexto já trazem uma interpretação crítica do contexto histórico, o conteúdo do texto resgata os processos históricos e políticos de âmbitos mundiais, nacionais e estaduais para colocar a experiência dentro do momento vivido.

Quando passamos para o relato da experiência também temos o contexto específico de cada experiência, com recortes temporais periodizando e organizando as informações, elencando as situações particulares que permitiram a existência da experiência.

Nos relatos da experiência são colocadas as ações realizadas para que os objetivos fossem alcançados, estas ações possuem intenções claras e objetivas na condução da experiência, o uso de metodologias participativas é marcante e também a construção de símbolos. Foram usadas diversas ferramentas ligadas às metodologias participativas, dentre elas podemos destacar a metodologia do Rio da vida, diagrama de Venn, Árvore da vida, colcha de retalhos, resgate fotográfico, vídeos, reuniões e entrevistas. As ações e reações permitiram que os grupos pudessem de fato fazer uma interpretação do processo vivido e com isso estreitar as relações entre os sujeitos envolvidos.

Depois do relato da experiência os documentos se diferenciam na forma, o primeiro trata dos resultados, limites, potencialidades e lições aprendidas o segundo após a descrição da experiência trata sobre limites e potencialidades, o terceiro por ser um resgate histórico segue com tópicos específicos respeitando uma linha histórica que vai desde a mobilização para ir para o acampamento até os últimos anos no assentamento, o quarto caminha para resultados, produtos, impactos, potencialidades, limites e lições aprendidas.

Nesta parte final dos documentos são trazidas as reflexões sobre a produção do conhecimento a partir da recuperação do processo vivido identificando as influências e adotando uma interpretação crítica. Nenhum dos documentos seguiu integralmente o roteiro proposto pelo programa de ATES, por conta das peculiaridades de cada experiência, alguns temas foram aglutinados em tópicos que pudessem dar sentido e clareza ao texto e expressar a forma de condução da experiência.

Um aspecto que deixa a desejar são os referenciais bibliográficos, no documento de 2015 não consta a bibliografia e nos demais ela está com poucas referências e faltando fontes, impedindo uma análise mais minuciosa.

ANÁLISE CRÍTICA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização de experiência é uma ferramenta metodológica que não parou no tempo e desde o seu surgimento vem se desenvolvendo e gerando uma produção intelectual substantiva e o programa de ATES produziu em torno de 80 sistematizações no período de 2013 a 2016 abordando diversos temas.

Quando o INCRA contrata este produto é uma é clara sinalização do reconhecimento da importância da ATES, por parte da diretoria de desenvolvimento do INCRA, e ao mesmo tempo a necessidade de trabalhar no aprimoramento da atuação do extensionista, estas avaliações começaram em 2007, com uma preocupação de que a metodologia utilizada fosse abrangente incluindo aspectos produção, da comercialização da preservação do meio ambiente e da organização dos assentados.

Em 2004 a política nacional de ATER estipula as metodologias participativas como um método preconizado, colocando o extensionista com um papel educativo, em 2008 o programa de ATES, em seu Manual Operacional, diz que “a intervenção dos agentes de ATES deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas por meio de um enfoque pedagógico humanista e construtivista” (INCRA, 2008, p. 12).

A evolução do debate político administrativo no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário e no INCRA na melhoria da atuação da ATES entendeu a sistematização de experiência como uma ferramenta capaz de produzir conhecimento e o “reconhecimento”, nesse sentido no manual de ATES de 2010 podemos destacar os trechos de Jean Piaget (1896 – 1980) que diz “o conhecimento é o resultado de um processo de construção, que tem por base a interação do indivíduo com o seu meio” e também Paulo Freire

diz que “o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”.

Nesse sentido as experiências sistematizadas no Rio Grande do Sul e por consequência no Núcleo operacional de Tupanciretã são o resultado de um longo debate construído em torno da qualificação de ações, na mudança da perspectiva da atuação de ATEs, no controle social e na participação e a existência concreta da experiência é o que constitui a relação com o “mundo”, com o dia a dia, com o “meio” e essas relações é que são sistematizadas.

O debate construído no Rio Grande do Sul foi resultado da interação de diversos atores, o INCRA, a UFSM, as prestadoras e representantes das famílias assentadas, foram estas entidades que definiram que esta ferramenta era viável e consonante ao debate já existente, superando a dificuldade de institucionalizar uma ferramenta metodológica, destinando aportes financeiros e formativos para a execução.

No núcleo operacional de Tupanciretã e também outros que trabalharam com a sistematização de experiência os momentos de planejamento, execução, avaliação institucional são mais valorados positivamente, não destinando esforço para sistematizar, neste caso como foi um produto contratado, foi necessário destinar pessoas específicas para coordenar as ações e ter um planejamento para a realização, a dificuldade maior foi de horizontalizar as informações colhidas e organizadas para fazer uma reflexão crítica sobre o fazer dentro da equipe técnica.

O trabalho destinado para sistematizar parecia muito complexo, muito complicado tanto na linguagem quanto nos procedimentos e mesmo havendo um processo de formação para capacitar os executantes a sistematização em si não tem definições muito claras e faltava uma compreensão mais precisa sobre o que significava

sistematizar, diferenciar a sistematização de uma avaliação, investigação ou mesmo de um informe de trabalho foi muito importante e ajudou na compreensão tanto da equipe de trabalho quanto nos membros participantes da experiência.

Essas dificuldades foram enfrentadas e superadas pelo Núcleo Operacional, apesar de ser de fato complexo, com um bom planejamento e engajamento dos participantes as experiências sistematizadas se mostraram possíveis e capazes de gerar conhecimento e reflexões, mesmo não existindo mais o programa de ATES o processo de comercialização da merenda escolar ainda hoje é executado em Tupanciretã, as mulheres do grupo no Assentamento Nova Aliança ainda se reúnem, o resgate da história do assentamento Nossa Senhora Aparecida contribuiu para um melhor “reconhecimento” histórico das famílias do assentamento, melhorou muito a relação da assistência técnica com o assentamento e por fim o debate sobre a soberania alimentar resgatou sementes e colocou em evidência a agroecologia, alimentação saudável, produção de autoconsumo, a monocultura e o uso de agrotóxicos.

Esse saldo é bastante satisfatório e foi muito importante para quem esteve participando no momento da sistematização da experiência, essas experiências continuam acontecendo de outras formas e com outros atores, o viver destes processos mesmo que não sistematizados é o elemento fundamental da exclusividade histórica de cada uma delas é condição primordial da própria existência da sistematização.

A sistematização de experiência se mostrou uma ferramenta transversal que perpassa pelos temas relevantes ao viver dos participantes da experiência que vai muito além da questão produtivista e economicista é possível abordar questões como a educação do campo, trabalho, direitos humanos, gênero, juventude, economia popular e solidária as relações geracionais, raciais, étnicas, religiosas entre outros, isso mostra também a versatilidade da ferramenta,

essa capacidade de refletir, pensar, rever, organizar um período vivido gera um processo de inserção social contribuindo para a compreender o “estar no mundo”.

Cada novo contexto histórico-social se transforma em substrato para o surgimento de novas teorias, às práticas da educação popular provocam um confronto de abordagens traçando novas estratégias e as sistematizações de experiência contratadas pelo programa de ATES trouxeram uma grande contribuição para a reflexão da atuação do extensionista, no conhecer e reconhecer as experiências nos assentamentos de diversas regiões do Rio Grande do Sul com uma abordagem metodológica que foi inovadora do ponto de vista institucional.

A inovação institucional foi uma importante afirmação do diálogo entre as entidades que colaboraram para a construção do programa de ATES buscando a melhoria da prática extensionista, com o término do serviço de ATES em 2017, de forma abrupta, muitos processos que vinham evoluindo e melhorando foram perdidos e a sistematização de experiência foi uma delas.

A sistematização se mostrou uma ferramenta muito importante, versátil e de imensas possibilidades trouxe novas relações pessoais e institucionais enriqueceu o programa de ATES foi capaz de produzir uma série de documentos, mobilizou todas as equipes na formação e execução da tarefa, cada núcleo teve a oportunidade de refletir sobre as ações e qualificar os seus procedimentos e essa ferramenta estava caminhando para uma consolidação quando o programa de ATES foi interrompido.

REFERÊNCIAS

A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos, tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.- (Coleção Sociologia) Título original: La recherche qualitative, Vários autores.

CHAVEZ-TAFUR, Jorge. **Aprender com a prática**: uma metodologia para sistematização de experiências / Jorge Chavez-Tafur – Brasil: AS-PTA, 2007.

CIDAC e HOLLIDAY, Oscar Jara. **Sistematização de experiências**: aprender a dialogar com os processos, editora Grafilinha, Edição: CIDAC, Janeiro de 2007.

COPEC - NÚCLEO OPERACIONAL TUPANCIRETÃ. **Sistematização De Experiência Sobre O Grupo De Mulheres Do Assentamento Nova Aliança**, Tupanciretã-RS – 2014.

COPEC - NÚCLEO OPERACIONAL TUPANCIRETÃ. **Sistematização De Experiência Sobre A Perda Da Soberania Alimentar Das Famílias Assentadas Com O Avanço Da Monocultura Da Soja**, Tupanciretã-RS-2016.

COPEC - NÚCLEO OPERACIONAL TUPANCIRETÃ. **Sistematização De Experiência Sobre Os 30 Anos De História Do Assentamento Nossa Senhora Aparecida II**, Tupanciretã- RS-2015.

ECKERT, C. Orientação para elaboração de sistematização de experiências. Porto Alegre: EMATER/ASCAR.

EIZAGUIRRE, Marlen (ALBOAN), Gorka Urrutia (Instituto de Derechos Humanos Pedro Arrupe) y Carlos Askunze (Hegoa). **La sistematización una nueva mirada a nuestras prácticas**: Guía para la sistematización de experiencias de transformación social, Bilbao, 2004.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **SISTEMATIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR: UMA HISTÓRIA, UM DEBATE...**

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Orientações para Sistematizar Experiências**. Material de apoio para oficina Escola de Governo, 2011.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências** / Oscar Jara Holliday; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006.

Programa de ATES RS. **Sistematizações de Experiências Agroecológicas do Programa de ATES do RS**. Ano de 2013.

Referenciais Metodológicos para o Programa de ATES, aprovado pela portaria INCRA/DD/nº 1 de 30 de julho de 2010.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Alessandra Matte

Professora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Santa Helena/PR. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGSIS). Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento rural Sustentável (PPGDRS/UNIOESTE). Pós-Doutora em Desenvolvimento Rural (CNPq e CAPES/FAPERGS). Mestre e Doutora em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com período de sanduiche no Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad). Bacharel em Zootecnia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Palmeira das Missões.

Aline Prestes Roque

Doutoranda do Programa de Pós-graduação de Extensão Rural; Universidade Federal de Santa Maria; Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

E-mail: aline.roque@iffarroupilha.edu.br

Ana Lúcia Monteiro de Sousa

Doutoranda em Extensão Rural; UFSM; Crato – CE.

E-mail: lucinha_20@msn.com

Ana Luisa Kirsten da Silva

Eng. de Bioprocessos e Biotecnologia, Mestranda em Bioprocessos; Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Toledo.

SUMÁRIO

Andressa Preto de Moura

Graduação em andamento em Educação Especial. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.

Aniele Silveira Anklam

Eng. Agrônoma, Mestre em Extensão Rural; Universidade Federal de Santa Maria; Santa Maria.

E-mail: anianklam@gmail.com

Camila Nemitz de Oliveira Saraiva

Mestre em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Superior de Tecnologia em Gastronomia; Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha; Campus São Borja.

E-mail: camila.oliveira@ifarroupilha.edu.br

Carla Lisiane Ibaldi Carabajal

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural; da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

E-mail: carla.carabajal@acad.ufsm.br

Caroline Maria Maffini

Atua na área de extensão rural, assistindo agricultores familiares na região Oeste do Paraná e como professora na rede pública, ministrando aulas para o Ensino Médio Técnico Integrado em Agronegócios. Reside na cidade de Santa Helena/PR, cidade em que concluiu o ensino fundamental - 1 grau. Concluiu o ensino médio técnico na cidade de Toledo/PR, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), na área de Gastronomia. É formada no curso superior de Agronomia, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon/PR.

Dionathan Willian Lujan

Possui graduação em Agronomia pelo Centro Universitário Filadélfia(2013) e ensino-medio-segundo-graupelo Colégio Agrícola Estadual de Toledo(2007). Atualmente é Agente de Ciência e Tecnologia do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná. Tem experiência na área de Agronomia.

Eduardo Moro Villas Boas

Educando do curso de Tecnologia em Agroecologia; UFPR Litoral.

E-mail: dudumvb@outlook.com

Eduardo Pauli

Doutorando do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Mestre em Extensão Rural pela UFSM, Ex-Sócio Proprietário da empresa PJFIT Tecnologia S/A, Ex-Sócio Proprietário da empresa EGPV - Soluções em TI, possui graduação em Sistemas de Informação pela Faculdade Metodista de Santa Maria (2010).

Elenice Dias dos Santos Paraiba

Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha; Campus São Borja.

E-mail: elenice.2019010050@aluno.iffar.edu.br

Flávia de Araújo Pedron

Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria; Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha; Campus São Borja.

E-mail: flavia.pedron@iffarroupilha.edu.br

Gisele Martins Guimarães

De formação multidisciplinar, é graduada em Zootecnia pela Universidade Federal de Santa Maria- UFSM, Mestre em Extensão Rural pela mesma instituição e Doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR), pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. É Professora Adjunta na Universidade Federal de Santa Maria no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR- UFSM). Atual Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Maria. Coordena o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão "Fomento a Economia Solidária na região central do RS" e faz parte da coordenação da Feira Internacional do Cooperativismo e Economia Solidária (FEICOOP).

Hector dos Santos Facco

Doutorando em Extensão Rural (PPGExR); UFSM; Santa Maria.

E-mail: hectorfacco@gmail.com

Helena Silva Oliveira

Mestranda em Extensão Rural; UFSM; Santa Maria.

E-mail: oliveira.h23@gmail.com

Igor Binotto Benetti

Mestrando em Extensão Rural (PPGExR), UFSM; Santa Maria.

E-mail: igor91benetti@gmail.com

Jaime Rodrigo da Silva Miranda

Graduado em Zootecnia. Mestre em Extensão Rural. Doutorando 2023 no PPGEXR-UFSM. Professor afastado da UFRRJ.

E-mail: jaimejotarodrigo@yahoo.com

Jamison Pinheiro Ribeiro

Mestrando em Extensão Rural; UFSM; Santa Maria.

E-mail: jamisonribeiro16@gmail.com

Jamison Pinheiro Ribeiro

Mestrando em Extensão Rural; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Santa Maria/RS.

E-mail: jamisonribeiro16@gmail.com

Jeorgia Gabriela Bertoldo

Mestranda em Extensão Rural; UFSM; Santa Maria.

E-mail: gabbrielabertoldo@gmail.com

Jéssica Righi de Oliveira

Mestre em Extensão Rural; PPGExR/UFSM-GESAF/UNCo; Santa Maria-RS, BR/Cinco Saltos, RN, AR.

E-mail: righideoliveira@gmail.com

João Roberto Pereira dos Santos

Graduando em Agronomia; Crato (CE).

E-mail: joao.roberto@aluno.ufca.edu.br

Juliana de Almeida Costa

Possui graduação em Farmácia pela Universidade Federal de Santa Maria (2001), Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar e Camponesa pela Universidade Federal de Santa Maria (2011), Mestre em Extensão Rural pelo Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria com dissertação premiada pela SOBER 2020 e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria.

Keila Cássia Santos Araújo Lopes

Doutora em Geografia; UEMG/ Nea Jequitibá Rosa.

E-mail: keilacaraujo@uemg.br

Leila Cassia Picon Follmann

Advogada. Mestra em Direito pela Universidade de Passo Fundo - UPF. Graduada no Programa Especial de Graduação de Formação de professores para a Educação Profissional e tecnológica- Equivalente a Licenciatura Plena - UFSM. Professora substituta na Instituto Federal Farroupilha - Campus de São Vicente do Sul.

Leticia Pezenti

Bióloga, Mestranda em Química; Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Toledo.

E-mail: letpezenti21@gmail.com

Liliana Beatriz Flores

Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; GESAF/UNCo; Cípolletti, RN, AR.

E-mail: shlilianaflores@gmail.com

Luana Fernandes Melo

Doutorado em Extensão Rural; UNESP; Tupã – SP.

E-mail: luana.f.melo@unesp.br

Lucas Moretz - Sohn D. Vieira

Doutor em Extensão Rural (PPGExR); UFSM; Santa Maria.

E-mail: lucasmdvieira@gmail.com

Marcos Vinicius Lazzaretti

Acadêmico do Curso de Agronomia; Faculdade Santo Ângelo (FASA); Santo Ângelo/RS.

E-mail: lazzaretti.marcos13@gmail.com

Maria Catarina Chitolina Zanini

Doutora em Antropologia Social; Universidade Federal de Santa Maria; Santa Maria.

E-mail: zanini.ufsm@gmail.com

Maria Claudia Dussi

Doutora em Agricultura Intensiva para zonas áridas e semiáridas; GESAF/UNCo; Cípolletti, RN, AR.

E-mail: mcdussi@yahoo.com

Mateus Fernandes Barbosa Das Neves

Graduando em Agronomia; UFCA; Crato (CE).

E-mail: mateus.neves@aluno.ufca.edu.br

Mauricio Machado Sena

Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2011), especialização em Educação Ambiental - UFSM (2017), mestrado em Extensão Rural - UFSM (2018) e doutorado em Extensão Rural - UFSM (2023). Atualmente é Professor Voluntário no Curso Técnico em Fruticultura do Colégio Politécnico UFSM. Colaborador do Observatorio La Rábida de Desarrollo Sostenible y Cambio Climático para Iberoamérica, editor no site do Laboratório Iberoamericano de Iniciativas de Innovación Socioecológica (LIISE) da Universidad de Huelva e membro voluntário no Projeto Esperança/Cooesperança. Tem experiência na área de Extensão Rural, atuando nos seguintes temas: comunicação, agroecologia, sustentabilidade, mudanças climáticas e inovação.

Nayibel De Los Angeles Garcia Siso

Mestra em Extensão Rural; Universidade Federal de Santa Maria; Santa Maria.
E-mail: nayibel.garcia@gmail.com

Patricia Pauli

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria. Desenvolveu seu mestrado no Departamento de Neurociência e Ciência do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto na Universidade de São Paulo.

Paulo Roberto Cardoso da Silveira

Doutor pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC; Professor na Universidade Federal do Pampa; Campus Itaquí.
E-mail: paulosilveira@unipampa.edu.br

Paulo Rogério Lopes

Doutor em Ciências; UFPR Litoral/ PPGDTS/ Nea Juçara/ Napi Alimento e Território.
E-mail: paulolopes@ufpr.br

SUMÁRIO

Rayan Scariot Vargas

Mestre em Extensão Rural; PPGExR/UFSM-GESAF/UNCo; Santa Maria-RS, BR/
Cinco Saltos, RN, AR.

E-mail: rayanscariot@gmail.com

Renata Piecha

Mestra em Ciências Sociais; Universidade Federal de Santa Maria; Santa Maria.

E-mail: renatapiecha3@gmail.com

Ricardo Alberti

Doutorando em Extensão Rural; UFSM; Sarandi – RS.

E-mail: r-alberti@live.com

Rodrigo Berttoni Cidade

Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria (2005), Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2012), mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (2022) e doutorando em Extensão Rural. Foi professor de ensino técnico em agropecuária na Escola Agrícola João Antonio Fogliatto no Município de Tuapnciretã-RS (2007-2008). Atuou no Programa de Ates do Rio Grande do Sul de fevereiro de 2006 a Setembro de 2017, como extensionista rural, sendo coordenador da equipe de 2008 a 2013. Trabalhou na prefeitura municipal de Cruz Alta-RS (2018- 2020), lotado na Secretaria de Desenvolvimento Rural, Ciência e Tecnologia, Pesca, Abastecimento e Meio Ambiente, exerceu a função de coordenador do Canil Municipal e desenvolveu ações Junto aos Carroceiros no Projeto Carroceiro Legal II.

Roselaine Tereza Piber

Mestra e Doutoranda em Extensão Rural; Universidade Federal de Santa Maria; Santa Maria.

E-mail: roselainepiber@gmail.com

Tatielen Preto de Moura

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria (2015). Experiência na área de Serviço Social, como estagiária, durante 2 semestres, no no Lar Acalanto Casa de Apoio a pessoas com HIV/AIDS. Especialista em Saúde Coletiva- Atenção Básica pela Escola de Saúde Pública de Porto Alegre- 2021 (Atuei durante a residência em diversos campos: Estratégia da Saúde da Família, Núcleo de Apoio a Saúde da Família, CAPS II, Secretaria de Saúde, 13 Coordenadoria de Saúde e CREAS). Assistente Social do serviço de Família Acolhedora no município de Horizontina de 2022 até o momento.

Vanessa Lazzaretti Picolotto

Doutoranda em Extensão Rural; Universidade Federal de Santa Maria; Santa Maria.

E-mail: vanelazzaretti@hotmail.com

Vinícius de Jesus Ferreira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM); Especialista em Ciências Agrárias e Tecnólogo em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, (UFRB).

E-mail: vinicius.jesus@acad.ufsm.br

Vitor Kochhann Reisdorfer

Doctorado en Administración, pela Universidad Nacional de Misiones, UNAM; Professor Associado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Editor Chefe da Revista de Gestão e Organizações Cooperativas (RGC).

E-mail: vitorkreis@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

abelhas 14, 15, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 253, 254, 255, 256, 257, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302

agricultura familiar 10, 11, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 103, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 129, 153, 162, 163, 164, 171, 184, 257, 258, 259, 261, 263, 264, 266, 269, 270, 271, 276, 284, 286, 296, 304, 306, 308, 310, 311, 312, 313, 314

agroalimentares 10, 17, 19, 24, 25, 32, 39, 62, 210, 309, 314

agroecologia 84, 85, 88, 124, 171, 212, 262, 289, 291, 292, 300, 306, 336, 344, 353

AGROECOMULHER 259, 260, 262, 265, 269

Agroecossistemas 84, 155, 158, 163, 165, 347

agroflorestal 124, 127, 132, 134

alimentação saudável 50, 51, 215, 314, 344

alimentos orgânicos 11, 39, 47, 48, 51, 53, 55, 56, 58, 59

alteração da paisagem 139, 141, 151

Alternância 87, 94, 273, 277, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 287

análise cienciométrica 10, 19, 20, 23

apicultura 244, 247, 248, 249, 254, 297

aquecimento 8, 205, 297

assentamento 61, 124, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 177, 179, 316, 340, 341, 344

ATES 175, 176, 178, 180, 184, 224, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346

atuação extensionista 158, 167, 169, 173, 176

automação 227, 238, 239, 240

B

biodiversidade 180, 183, 184, 244, 246, 247, 252, 253, 255, 256, 291, 293, 296, 297, 299, 300, 304, 312

bioma nativo 139, 141, 150, 151

C

campesinato 45, 64, 66, 73, 77, 81, 89, 92, 94, 96, 98

camponesa 22, 129, 306, 312

censo agropecuário 74, 108, 111, 114, 116, 119, 121, 143

chefs 11, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62

comercialização 20, 22, 24, 26, 27, 30, 31, 32, 38, 52, 101, 108, 117, 118, 119, 134, 135, 149, 181, 196, 240, 261, 266, 301, 304, 308, 309, 314, 342, 344

commodities 20, 21, 22, 139, 142, 275

comunidades quilombolas 13, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 197, 198, 213

comunidades rurais 35, 55, 71, 114, 157, 158, 161, 162, 163, 168, 237, 254, 324

comunidades tradicionais 124, 131, 164, 187, 194, 197

cooperativismo 12, 107, 108, 110, 111, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 316, 320, 321, 322, 328, 329, 330, 331

Crise Climática 201, 203, 208

D

desenvolvimento rural 13, 14, 17, 23, 27, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 66, 71, 75, 77, 114, 136, 163, 186, 217, 242, 244, 286, 314, 321, 330, 331

desigualdades 102, 114, 189, 220

digital 14, 162, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 285, 301, 305

diversificação 22, 35, 37, 39, 40, 44, 54, 56, 58, 148, 149, 160, 311

E

ecossistemas 149, 150, 157, 244, 293, 297

educação popular 173, 176, 177, 178, 182, 183, 185, 338, 345

SUMÁRIO

estudos rurais 10, 19, 20, 23, 27, 30, 68

eucalipto 139, 141, 147, 148, 150, 153

êxodo rural 27, 275, 277, 283, 284

experiência 13, 16, 98, 136, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 185, 191, 332, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 348, 353

Extensão Rural 8, 17, 28, 32, 139, 141, 144, 151, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 169, 170, 175, 187, 199, 213, 215, 219, 221, 224, 271, 335, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355

F

FAO 69, 76, 160, 163, 170, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 294, 301

Feira Agroecológica 304, 306, 307, 311, 312, 313

feiras 22, 27, 30, 39, 57, 59, 261, 263, 267, 269, 306, 308, 309, 310

feminilidade 96, 99

G

gastronomia 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62

gênero 88, 91, 96, 99, 104, 105, 106, 164, 167, 220, 221, 224, 232, 263, 264, 307, 308, 313, 333, 335, 344

GFRAS 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

I

IBGE 25, 31, 74, 76, 77, 121, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 153, 229, 286, 296, 301

ICHs 124, 125

IGs 244, 246, 247, 249, 250, 252, 253, 255, 256

Igualdade 194, 197

INCRA 69, 76, 175, 176, 335, 337, 342, 343, 346

infraestrutura 52, 227, 229, 238, 321

inovação 12, 13, 14, 17, 39, 42, 51, 60, 122, 157, 163, 164, 200, 201, 203, 206, 207, 210, 214, 215, 217, 221, 223, 235, 252, 308, 345, 353

inovação socioecológica 13, 200, 201, 203, 207

J

jovens 79, 86, 87, 90, 91, 93, 142, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 261, 268, 277, 284, 285, 286, 325

juventude 121, 164, 167, 227, 230, 231, 235, 239, 240, 273, 275, 279, 344

L

livros 23, 289, 292

LUME 155, 156, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 285

M

mão-de-obra 41, 69, 261, 277

Mata Atlântica 124, 127, 131, 137

meio ambiente 35, 39, 48, 51, 53, 59, 114, 128, 129, 142, 165, 239, 244, 246, 247, 252, 254, 293, 297, 298, 300, 312, 342

mel 14, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 293, 296, 301, 311

modernização 38, 39, 40, 64, 68, 121, 234, 316, 323, 324, 325, 326

MST 88, 93, 127, 134, 137, 175, 177, 178, 279, 331

mudanças climáticas 8, 9, 17, 40, 155, 157, 158, 159, 160, 163, 168, 170, 171, 201, 204, 207, 208, 209, 215, 217, 253, 289, 291, 299, 353

mulheres 11, 15, 88, 91, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 164, 179, 180, 181, 183, 218, 220, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 340, 344

mundo rural 11, 63, 64, 66, 67, 71, 75, 231, 233, 234, 240

N

nutrição 14, 149, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 314

O

ODS 48, 59, 203, 207, 220, 247

ONU 48, 59, 204, 247

P

PAA 119, 181, 261, 266, 268, 269

Pampa 139, 141, 143, 145, 149, 348, 353

pandemia 26, 27, 206, 207, 240, 266, 307, 308, 312

pecuária familiar 12, 138, 139, 141, 142, 147, 149, 150, 151, 263

PNAE 20, 21, 27, 30, 119, 181, 261, 306, 340

polinização 15, 244, 246, 288, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 299, 301

políticas públicas 8, 17, 23, 27, 30, 32, 38, 39, 44, 45, 52, 58, 69, 84, 89, 90, 92, 108, 113, 114, 119, 129, 155, 157, 158, 159, 160, 167, 168, 173, 181, 182, 183, 184, 187, 189, 195, 196, 197, 198, 204, 217, 223, 224, 227, 237, 238, 239, 255, 261, 269, 275, 276, 289, 291, 292, 297, 298, 299, 300, 314, 316, 318, 320, 321, 330

práticas agrícolas 13, 41, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 299, 324, 325

produção de alimentos 15, 39, 113, 117, 127, 181, 205, 218, 220, 224, 269, 278, 288, 289, 294, 299, 300

protagonismo 15, 124, 131, 258, 259, 261, 262, 265, 268, 269, 270, 284

R

reconstrução 8, 9, 17, 155, 158, 159, 160, 167, 168, 169, 170, 171, 337

reforma agrária 16, 133, 175, 176, 177, 179, 182, 184, 185, 224, 315, 316, 319, 320, 321, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 333, 339

resiliência 11, 35, 37, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 75, 77, 160, 163, 168, 169

rural brasileiro 17, 31, 72, 157, 158, 162, 169, 286, 330

S

saúde 13, 48, 53, 56, 59, 103, 135, 162, 165, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 198, 205, 219, 223, 293, 312, 320, 324

silvicultura 139, 141, 147, 148, 151

sistemas agrícolas 35, 37, 71, 164

sistematização de experiência 16, 332, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 342, 343, 344, 345

soberania alimentar 124, 132, 304, 306, 311, 340, 344

soja 44, 88, 94, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 264, 294, 295, 340

Sucessão Familiar 273, 275, 276, 277, 278, 282, 283

sustentabilidade 14, 35, 38, 46, 51, 52, 58, 59, 129, 155, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 217, 221, 238, 243, 255, 256, 257, 287, 291, 299, 319, 333, 335, 353

sustentável 13, 27, 29, 35, 37, 40, 48, 50, 55, 56, 59, 84, 85, 114, 126, 128, 129, 131, 136, 137, 157, 158, 159, 161, 163, 169, 170, 186, 215, 220, 231, 238, 241, 244, 246, 289, 291, 297, 298, 300, 316, 322

T

tecnologia 41, 50, 88, 149, 161, 170, 227, 229, 230, 232, 235, 237, 240, 326

tecnologias digitais 14, 226, 227, 230, 231, 235, 237, 238, 240, 241

trabalhadoras rurais 88, 94, 96, 100, 102, 104

WWW.PIMENTACULTURAL.com

POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO PARA O RURAL BRASILEIRO

mudanças climáticas
e desafios para a reconstrução

5º Colóquio de Extensão
e Desenvolvimento Rural

